

OUTUBRO de 2011

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação Development Workshop — Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop – Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda – Angola

Telefone

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill&Melinda Gates

ÍNDICE

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1	Ministro Bornito de Sousa garante acções para combater a fome nas comunidades	1
1.2	Conclusão	2
1.3	Cenário de crescimento económico ou talvez não...	2
1.4	O pobre e a pobreza	3
1.5	Programa de combate à pobreza aplicados com sucesso em Luanda	4
1.6	Executivo garante aos parceiros sociais cumprir acções de combate à pobreza	5
1.7	Angola melhora classificação	6
1.8	Preços de alimentos continuam altos e tendem a aumentar	6
1.9	Domésticas terão direito a subsídios e férias	7
1.10	Angola retoma perspectivas de altas taxas de crescimento	9
1.11	Inflação desacelera no mercado	10
1.12	Angola garante cumprimento das metas de desenvolvimento	11
1.13	Economia angolana entre as mais altas do mundo	11

2 MICROFINANÇAS

2.1	Professores de Luanda beneficiam de crédito bancária	13
2.2	Millermium lança Oferta Mulher	14
2.3	Mais apoio às futuras empresarias	15
2.4	Crédito agrícola com bons resultados	15
2.5	Banco angolano apresenta verba para micro-crédito	16
2.6	Recomendado fundo de micro-crédito para permitir a uniformização das taxas de juro	16
2.7	Banco Keve vai prestar dinheiro a empreendedores	17
2.8	Micro-crédito constitui fonte de inclusão social	17
2.9	“Micro-crédito Amigo” muda a vida de milhares de jovens em todo o país	18

3 MERCADO INFORMAL

3.1	Instituto do Consumidor sensibilizou vendedores	19
3.2	Demolição de armazéns provoca desemprego	19
3.3	Cemitérios transformados em mercados	19
3.4	O polobochi, as 15 tábuas e 1 roda (4)	20
3.5	Negocio da sustentabilidade familiar	21
3.6	Administração do Cazenga constrói um novo mercado	22
3.7	Os parceiros indispensáveis	23
3.8	Triângulo em franca bonança	23
3.9	À baleia de “Candongueiros e Kupapatas”	24
3.10	O canal “altamente perigoso”	25
3.11	Informal versus reconstrução	26
3.12	Falsos fiscais atormentam zungueiras	26
3.13	Matérias de construção de sector informal erguem Luanda	27
3.14	Ganhar pouco para a sobrevivência	27
3.15	Mulheres lutam contra a pobreza	28
3.16	Vendedores abandonam mercados	29
3.17	Comerciantes vão paralisar actividade comercial	30
3.18	Zungueiras entram em cena	31

3.19	Abertura de um pequeno negocio no país dispensa avultadas aplicações financeiras	31
3.20	Drama de quem ganha a vida a vender nas ruas de Luanda	31
3.21	Não há como sofisticar o sistema financeiro enquanto persistir a economia informal	33
3.22	“Fiscais do governo provincial cometem excessos”	35
3.23	Pequenos negócios asseguram emprego e receitas para os jovens empreendedores	36
3.24	Tecnologias informáticas fazem surgir novos negócios	37
3.25	Vem aí o fim da zunga	37
3.26	A vida de quem faz das ruas local de negócio	38

4 OGE INVESTIMENS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1	Bornito de Sousa	40
4.2	Embargo de obro de magistrado leva administrador do Huambo à cadeia	40
4.3	Ensino sobre a cidadania fiscal	41
4.4	Municípios voltam a receber cinco milhões de dólares	43
4.5	Orçamento do Estado 2012 com menos de 800 mil milhões de KZ	43
4.6	Sobre o Orçamento 2012	44
4.7	OGE atribui maiores recursos aos projectos sociais	45
4.8	Défice orçamental fora de questão	46
4.9	Orçamento Geral do Estado foi entregue no Parlamento	47
4.10	Emprego aumenta no próximo ano	48
4.11	Orçamento Geral do Estado 2012	49
4.12	Administrações municipais apresentaram os relatórios	49

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1	Bornito de Sousa	51
5.2	Embargo de obro de magistrado leva administrador do Huambo à cadeia	51
5.3	Makas duma Luanda sem governador	52
5.4	Jovens “fogem” para o centro do País	53

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1	Direito à habitação condigna é debatido em todo o Mundo	55
6.2	Novos focos habitacionais no Andulo	55
6.3	Cidadãos podem regularizar os processos no caso de registos destruídos pela guerra	56
6.4	Primeiro Guiché do imóvel criado na cidade do Kilamba	56
6.5	Executo prepara serviços acessível para satisfazer cidadãos e empresas	56
6.6	Registo predial vem dar publicidade à situação jurídica de imóveis	57
6.7	Apartamento da Cidade do Kilamba começam a ser vendidas dentro de dias	58
6.8	“ É preciso estabilizar o mercado de arrendamento”	59
6.9	Habitação e Crédito	60
6.10	Bancos incentivados a aceder mais empréstimos	61
6.11	Desafios da bancarização da população	61
6.12	Casa própria ainda é sonho	63

6.13	Kilamba estará habitado já em Dezembro	64
6.14	A manifestação de uma pobre política habitacional	65
6.15	Bento Soito admite debilidades	65
6.16	«Máfia» de fiscais vende casas no Panguila	66
6.17	BPC confirma indicação para o crédito	67
6.18	De quem é a cidade do Kilamba?	67
6.19	Conscó ergue projecto imobiliário com 700 moradias	68
6.20	Fundo de garantia à habitação utilizará a Liubor	69
6.21	Oposição força juventude a invadir cidade do Kilamba	70
6.22	Milhares de habitações no município do Dande	71
6.23	Preço da chapa de zinco registou ligeiro aumento	71
6.24	Promessas não cumpridas	72
6.25	As mudanças na tributação do património	73
6.27	Inscrições de interessados começam no próximo mês	74
6.28	BNA participa nos esforços do Executivo com a inclusão financeira das populações	75
6.29	Apartamentos à venda na cidade do Kilamba	76
6.30	Executivo entrega em Dezembro residências sociais para os jovens	76

7 TERRA

7.1	Registo predial está em debate	77
7.2	Descriminação e especulação	77
7.3	Um grande pesadelo que vai da Praia do Bispo ao Panguila	78
7.4	Prédio da Tchetchenia e Angola Telecom serão demolidos	78
7.5	Prédios da Tchetchénia e Angola Telecom vão ser demolidos	79
7.6	Milhares de pessoas são realojadas na província do Kuando-Kubango	79
7.7	Casas zonas de risco são demolidas em breve	80
7.8	Moradores exigem indemnização	80
7.9	Mulheres querem mais dinheiro para aquisição de terra	81
7.10	Família alojadas em tendas	82
7.11	Legalização de terrenos em debate	82
7.12	Milhares de pessoas são realojadas na província do Kuanda-Kubango	82
7.13	Cavaco perdeu mais de 3 mil hectares	83
7.14	Erradicação da pobreza depende da posse e uso da terra	83
7.15	Construções feitas em locais de risco vão continuar a ser deitadas a baixo	85
7.16	Pessoas em zonas de risco recebem terrenos no Luena	86
7.17	Construções anárquicas na mira das autoridades	86
7.18	A propriedade privada da terra e a nacionalização da terra	87
7.19	Loteamentos nas reservas	88
7.20	Populares esperam por indemnização	88
7.21	Privatização de praias deixa pescador com trombose	88
7.22	Administrador adia esclarecimento	89
7.23	Somos anteriores ao primeiro Governo de Angola	90
7.24	Jurista Lazarino Poulson terá já abandonado o país	90
7.25	Devolta ao começa	91
7.26	Famílias realojadas no Zango	93
7.27	Cidadãos repatriados recebem lotes de terreno	93
7.28	Desalojados da Mulemba recusam viver em tendas	94

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1	Fornecimento de água e luz preocupa governo do Uíge	95
8.2	Comuna do Kwanza está sem água potável	95
8.3	A improficiência reside na EPAL	95
8.4	Quando é que as coisas vão melhorar?	97
8.5	Fornecimento de água potável foi ampliado	98
8.6	Moradores dos Zangos dizem-se ávidos de água	98
8.7	Água potável volta a jorrar em Xá-Muteba	98
8.8	«Todos» têm carência da «água para todos»	100
8.9	Água para todos” chega ao Massango	101
8.10	Cacuaco tem poucas operadoras de lixo	101
8.11	Autoridades tradicionais sensibilizam a população	101
8.12	Viana discute energia e água	102
8.13	“Direito à água, alimentação e à Terra” em debate	102
8.14	Apenas sete por cento da população beneficiam de água ao domicílio	103
8.15	“Plano Nacional 2011 é fértil no direito à água, alimentação e terra”	103
8.16	Reforçado abastecimento nas comunidades rural	104
8.17	Namibe aumento nível de abastecimento de água potável à população	104
8.18	Defendida interligação das redes de esgotos	106
8.19	Vem aí as chuvas, Luanda está preparada para recebê-las?	106
8.20	As nossas valas de drenagem	107
8.21	Milhares de pessoas bebem água potável	107

9 GÉNERO e VIOLENCIA

9.1	A violência doméstica	109
9.2	Criminalidade em alta no Cazenga	110
9.3	Casos de violência doméstica estão a aumentar no Lobito	110
9.4	Delinquência preocupa moradores	111
9.5	Moradores manifestam-se diante da divisão da policia	111
9.6	Mulheres exigem mais participação em estratégias de desenvolvimento	112
9.6	Violada aos 60 anos	112
9.7	Delinquentes aterrorizam barra do Bengo	112
9.8	Bairro Igola Kiluange em pânico	114
9.9	Aumento de criminalidade inquieta moradores	114

10 AMBIENTE

10.1	Efeitos das mudanças climáticas nas preocupações do Executivo	115
10.2	Risco de inundações perturba famílias	115

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Ministro Bornito de Sousa garante acções para combater a fome nas comunidades

Jornal de Angola
03 de Outubro de 2011

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, garantiu sábado, na cidade do Huambo; que o Executivo vai continuar a prestar apoio às acções que visem melhorar a assistência social das populações rurais, com maior destaque nos domínios da educação, saúde, abastecimento de água, bem como o reforço da produção agrícola, no âmbito dos Programas Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

Bornito de Sousa, que falava à margem do encerramento do encontro nacional de avaliação do progresso dos Programas Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza que teve início sexta-feira, assegurou que um dos objectivos do Executivo é trabalhar no sentido de melhorar as condições de vida da população. O ministro da Administração do Território disse que o Presidente da República determinou que devesse ser prestada “atenção muito particular” à organização e ao funcionamento dos municípios, de modo a manter uma relação de proximidade com os cidadãos com a finalidade de garantir uma boa prestação dos serviços sociais básicos às comunidades. “O país deve prestar uma atenção fundamental na diversificação da economia angolana, sobretudo no recurso muito importante, que é homem”, afirmou.

Bornito de Sousa salientou que, desde o alcance da paz, o Executivo desenvolve esforços no sentido de aumentar a produção agrícola. O ministro defendeu a necessidade de criação de infra-estruturas para que haja maior escoamento de produtos do campo para os centros urbanos. Durante os três dias de trabalho, a Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza discutiu e fez o balanço das actividades realizadas pelos governos provinciais desde o início da execução dos Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

A orientação sobre processos de desconcentração e descentralização administrativa e financeira dos municípios, avaliação do progresso na execução dos programas municipais integrados e de desenvolvimento rural, combate à pobreza e estratégia do crédito agrícola foram os temas discutidos no encontro. Os participantes abordaram igualmente a municipalização dos serviços de

saúde e programas de merenda escolar. O evento, que decorreu no anfiteatro do Instituto Superior Politécnico do Huambo ‘da Universidade José Eduardo Dos Santos, contou com a presença da secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais, Rosa Pacavira, e a participação de vice-governadores para os sectores económico e social de todas as províncias do país.

Organização

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, considerou sexta-feira, na cidade do Huambo, necessário que os municípios tenham organização no seu funcionamento, de forma a assegurarem um serviço de proximidade à população. O pronunciamento foi feito, no Huambo, no acto de abertura do Encontro Nacional de Avaliação do Progresso dos Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento rural de Combate à Pobreza, executado este ano.

Segundo o ministro, os serviços a prestar à população vão desde os institucionais, administrativos e camarários, com destaque para a educação, a base do desenvolvimento, a exemplo de muitos países que viveram em guerra e sem recursos naturais, mas desenvolveram-se com este factor.

O ministro destacou que a área da saúde deve merecer atenção do Executivo. Neste capítulo, as acções estão viradas para o aumento dos hospitais. “As populações podem reduzir a procura dos hospitais, se tiverem acesso à água potável, saneamento básico, casas, alimentação, produção alimentar e outros, podendo contribuir para a melhoria da saúde das populações disse o ministro.

Bornito de Sousa sugeriu a organização do sistema do comércio rural ligado à agricultura, afirmando que a paz permitiu um esforço significativo, no sentido do aumento da produção agrícola em todas as províncias do país.

“Paralelamente a este processo, chegam notícias que as produções estão a deteriorar-se nos campos, I por falta de condições de escoamento. Isso pode afectar a produção, por parte das populações. I Há necessidade de potenciar a agricultura e organizar o comércio rural, para acabar-se com essa situação, que desencoraja os produtores”, destacou o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, no encontro com os vice-governadores provinciais, na P província do Huambo.

1.2 Conclusão

Novo Jornal

07 de Outubro de 2011

ANGOLA TEM feito enormes progressos nos nove anos desde o fim da sua guerra civil. É hoje um dos países mais ricos de África em termos de recursos naturais, e é uma potencia regional emergente em África. O Presidente José Eduardo dos Santos determinou, desde 1979, e o seu partido MPLA, que a realimentação da força política dominante no cenário angolano seja encorajado por um sistema neo-patrimonial com base na redistribuição de rendas, principalmente do petróleo. A chave e a incerteza sobre os planos Dos Santos relativamente a sucessão. Dado o domínio do MPLA, uma transição desordenada poderia iniciar um curto período de incerteza. Este processo poderia começar em 2012, após uma vitória inevitável de MPLA nas eleições legislativas.

Mais ameaçadores são os choques externos, especialmente o colapso dos preços do petróleo, porque a estabilidade no curto prazo requer o uso dos fundos petrolíferos para pagamento de bens, serviços, para compensar a pobreza galopante e suportar a pressão de uma população urbanizada em rápida expansão. A pobreza urbana permanece o maior desafio de Angola, e deve ser o foco principal dos esforços do desenvolvimento. É improvável que provoque agitação em larga escala no curto prazo, mas a ameaça aumenta à medida que a geração mais jovem amadurece. Nesta faixa etária não tem memória dos homens da guerra civil e será menos propício do a geração do seu país para moderar as demandas por melhores oportunidades de vida. Se o governo falhar em responder às suas demandas, de forma construtiva, para avanço social e económico, os ricos instabilidade vão aumentar.

1.3 Cenário de crescimento económico ou talvez não...

Novo Jornal

07 de Outubro de 2011

Angola vai conseguir reduzir a inflação, o que por sua vez irá estabilizar o poder de compra dos angolanos comuns, a criação de maiores oportunidades económicas e contribuir para uma mais robusta paz social. O colapso dos preços do petróleo seria grave já que Angola continua a ser excessivamente dependente da matéria-prima, o que expõe a economia a graves riscos. Uma queda nos preços do petróleo, a maturidade rápida de seus activos de petróleo, e a ausência de grandes novas descobertas seriam motivo para sérias pressões exercidas sobre o governo, o orçamento, e em particular o programa de obras públicas. Reduziria também o fluxo de

fundos que sustenta as redes de clientelismo em que muitas alianças políticas e as relações do país dependem. O risco de instabilidade é acentuada se baixos preços do petróleo persistirem. Ao mesmo tempo, uma queda no preço do petróleo provavelmente não resultará em mudanças políticas importantes. Os efeitos de uma deterioração económica não seriam sentidos até depois das eleições de 2012. O MPLA provavelmente iria perder algum terreno nas eleições, mas ainda assegurar uma maioria confortável. Os partidos da oposição, provavelmente poderão fazer melhor, mas eles não representam uma ameaça tanto à hegemonia do MPLA, ou para a recondução de José Eduardo dos Santos como presidente.

Na ausência de alternativas reais para o MPLA, a proporção de votantes é provável que seja elevada. Os efeitos mais importantes de um mergulho prolongado dos preços do petróleo seria sentida nas ruas, entre os angolanos comuns. Se as receitas do petróleo reduzem provavelmente isso levaria a uma redução de despesas no governo, com um efeito subsequente na prestação de serviços públicos. Este é susceptível de aumentar a pressão pública descontente e de levantar a possibilidade de greves e protestos. As manifestações públicas de descontentamento podem fazer com que JES tenha mais receio de deixar o cargo, tornando-o mais propenso a reconsiderar o seu novo mandato por meio da crença de que sua saída poderia ser ainda mais desestabilizador para o país.

Uma sucessão política mal executada

A estrutura do sistema político angolano está fortemente dependente do presidente para executar de forma eficaz. Embora o actual quadro tenha servido o MPLA durante 31 anos, ainda é muito dependente da capacidade do presidente para fazer funcionar efectivamente o cargo. Com o avançar da idade de Dos Santos, aumenta o risco de que uma súbita crise de saúde vá enfraquecê-lo.

Isso representaria

um sério desafio para este sistema. Em tal cenário, a incapacidade do presidente, provavelmente, daria início a um período de instabilidade e incerteza, como foi visto na Nigéria no final de 2009 e início de 2010, quando problemas de saúde do presidente Umaru Yar Adua desencadearam uma crise política e constitucional que não terminou até à sua morte em Maio de 2010.

Embora o vice-presidente possa tecnicamente tomar o poder, tal situação poderá proporcionar uma oportunidade para várias facções se posicionarem, e poderia colocar pressão sobre a coerência interna do MPLA. O potencial para a instabilidade política seria elevado ainda mais se Dos Santos for subitamente incapacitado. Apesar de uma crise de liderança poder ser desestabili-

zadora a curto e médio prazo, é muito improvável que seja uma ameaça mortal para o MPLA. Mesmo no caso de uma transição desordenada, o partido acabaria por chegar a um consenso sobre o sucessor de Dos Santos.

Análise final

A análise do sistema político angolano é previsível e com base num simples objectivo: a manutenção do poder por Dos Santos e do MPLA. A elite percebeu que para manter o poder precisa de permitir uma gradual e controlada reforma mais equitativa da estrutura do crescimento económico a longo prazo. Vários esforços anti corrupção participam dessa luta para tomar o sistema político mais eficiente. A reconstrução de infra-estruturas é vista como um meio para diversificar e crescer a economia. Para continuar a expandir a economia e para incluir mais angolanos neste crescimento, é necessário que haja algumas mudanças fundamentais na economia política do país.

O papel do Estado na economia precisa ser reduzido, e a capacidade de resposta e responsabilização dos governos terá de ser aumentada. Isto incluirá a redução da corrupção, transformando o sector público num sistema mais mérito-crático, e introduzindo sistemas públicos de gestão financeira que irão fornecer uma base melhor para a estabilidade macroeconómica e fiscal e previsibilidade. Ele também incluirá a abertura do sistema político para permitir mais opiniões diversas, resultando em última instância, numa maior legitimidade e responsabilidade para com seus cidadãos.

A prestação de uma educação de qualidade em todos os níveis também é crucial a este respeito. Em última análise, o crescimento futuro da economia angolana está ligado às reformas da governação. No curto prazo, o governo angolano pode aumentar as chances de prolongar a estabilidade no país, preparando eleições bem sucedidas em 2012, que são reconhecidas internacionalmente como livres e justas. Isto é importante, porque as eleições livres e justas fornecem legitimidade para o próximo governo, contendo os riscos de agitação social contra o governo. Em relação às eleições, a polícia, os outros serviços de segurança e grupos de jovens do partido devem se abster de serem atraídas para a repressão violenta contra os manifestantes, comícios da oposição, e / ou qualquer pessoa que divergem da linha oficial do partido MPLA. Qualquer tipo de violência por parte das instituições do Estado contra os cidadãos angolanos no período antes das eleições será visto como partidário e minará a legitimidade do processo eleitoral.

- A médio prazo, a principal prioridade para o MPLA será gerir a liderança e a transição para manter a estabilidade e confiança no sistema angolano. Isso exigirá o fortalecimento das instituições que funcionam fora

da presidência, como o banco central e outros órgãos governamentais envolvidos em políticas macroeconómicas e fiscais. Será importante para controlar a inflação e para continuar a atrelar o kwanza em relação ao dólar durante qualquer transição. Também será importante que a prestação de serviços para áreas peri-urbanas e os pobres rurais seja. Melhorada.

No longo prazo, as reformas de governação são inevitáveis se a economia angolana se diversificar e se o sector não-petrolífero crescer a uma taxa significativa.

O crescimento do sector não petrolífero tem o potencial de criar empregos para um número maior de pessoas e reduzir o risco de instabilidade. As reformas de governação terão de incluir a redução da corrupção, do sector público e a reforma do serviço civil, dos sistemas públicos de gestão financeira, e a descentralização. Um elemento importante de tais reformas em Angola será a implementação bem sucedida de autarquias, ou eleições locais. O acesso à educação de alta qualidade em todos os níveis também será um elemento crucial para Angola a longo prazo e servirá de espinha dorsal para outras reformas.

1.4 O pobre e a pobreza

Folha 8

08 de Outubro de 2011

Estamos nos finais de 2011, este tema com várias nuances vai ser o nosso Cavalo de Tróia, até ao ano das eleições. Vêm aí as festas do Natal, ou da Família, como queiram e a do Novo Ano. E nestes períodos que não dá mesmo tapar o Sol com a peneira. Pese embora, nesta quadra, mais do que em dias de aniversários, os cidadãos exibirem o potencial das economias feitas durante todo o ano, para gastá-las em apenas 24 horas, o Bacalhau nunca vai mergulhar na mesa de toda gente. O inseparável vinho VINUL, vai mesmo marcar a diferença, como aliado dos pobres para regar o peixe Lambula (sardinha) que nestas alturas, também fica caro. Mesmo assim, nada disso substitui o Pernão de Presunto que faz inveja no Cabaz do rico ou do meio rico.

O povo angolano, é mesmo pobre. Para relembrar, em Setembro de 2000, realizou-se em Nova York uma Cimeira que reuniu 191 países membros da ONU, na sequência da qual foi fixado um compromisso resumido naquilo que ficou universalmente conhecido como “8 Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento até 2015”. Deste pacto inclui a paz social; segurança e protecção dos cidadãos, inclusive dos abusos das autoridades; liberdade de expressão e de imprensa; igualdade do género; solidariedade; tolerância. Estes objectivos não são mais nada senão o cumprimento do consagrado nas premissas da democracia, respeito pelos Direitos

Humanos, pelo meio ambiente, a boa governação, protecção inclusive das maiorias também vulneráveis por não terem expressão nem representação políticas. Este compromisso tem servido de pressão positiva para os governos olharem para os seus interiores e agirem em conformidade. No nosso entender, lutar contra a pobreza, a fome, o paludismo, o analfabetismo, a discriminação, requer mais do que palavras e boas intenções, o balanço não pode ser filosofado, tem de ser cifrado. Nesta ordem e apreciando aquilo que o governo angolano tem publicado como resultado da sua campanha neste sentido, voltamos a lembrar a opinião pública e pedir aos dirigentes angolanos para responderem com dados e factos aos desafios supracitados, como:

1 – *O que tem sido feito para reduzir a extrema pobreza e a fome da população que vive com menos de um dólar por dia?*

2 – *O que é feito para assegurar a educação primária para todos até ao colégio e liceu; garantir trabalho remunerado e decente para os jovens que terminam o médio, por formas a ajudá-los a prosseguirem os estudos e formação superiores?*

3 – *O que fazem para eliminar as disparidades entre os géneros?*

4 – *O que é feito para reduzir a mortalidade infantil de crianças de menos de 5 anos?*

5 – *O que é feito para melhorar a saúde materna e reduzir o índice de mortalidade das parturientes?*

6 – *O que já foi feito para combater as causas reais do HIV / SIDA, do paludismo e outras pandemias?*

7 – *O que já se fez para colocar água potável nas casas das pessoas?* Mais de metade da população angolana não beneficia deste precioso líquido nas melhores condições.

8 – *O que é feito para eliminar as diferenças entre as populações do litoral e do dito interior?*

9 – *O que tem sido feito para colocar as tecnologias da informação ao alcance do maior número?* Estas e outras questões perduram somente porque os discursos pomposos não coadunam com a realidade constatada no interior dos bairros periféricos, das aldeias próximas e do interior. O governo proibiu as companhias petrolíferas publicarem seus relatórios e balanços da exploração, produtividade e exportação do petróleo e seus derivados, bem como exige manter em segredo os balanços da exploração diamantífera e de outros minérios, justamente para que o povo não se aperceba da dimensão do mal que o governo faz, pelas tamanhas capacidades

que o solo e subsolos do país proporcionam. Contudo, já não há espaço para jogos verbais, nem para homilias políticas vociferantes. O povo aprendeu a ver ele mesmo, apalpar, sentir e apreciar a natureza do mundo que lhe é oferecido para viver e poder se desenvolver. Não só questionará Angola, como de um tempo a esta parte, conquistou a capacidade e faculdades para compará-la as demais sociedades através de outras janelas da vida.

1.5 Programa de combate à pobreza aplicados com sucesso em Luanda

Jornal de Angola

08 de Outubro de 2011

A concretização dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza está a decorrer de forma satisfatória em Luanda, segundo concluiu na quinta-feira a Unidade Técnica Provincial de Combate à Pobreza.

A apreciação foi feita quinta-feira pela Unidade Técnica Provincial de Combate à Pobreza, durante a reunião de avaliação dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza em Luanda, no período de Janeiro a Setembro do ano em curso. A reunião de avaliação daquela unidade, presidida pelo vice-governador para a Área Económica e Produtiva, Miguel Catraio, considerou ser necessário, com base nos relatórios apresentados pelos administradores municipais relativos à concretização do programa entre Janeiro e Setembro deste ano, o aumento de recursos técnicos; financeiros e humanos, para o apetrechamento das unidades técnicas municipais.

Além disso, defendeu a atribuição de recursos para as campanhas de vacinação e a uniformização dos mapas de balanço que espelhem a execução física e financeira de cada município.

As unidades técnicas municipais receberam orientações no sentido de incluírem a merenda escolar no Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza e a levarem-no a cabo de forma equilibrada, para permitir a execução de outros projectos em vários sectores.

Devem ainda apresentar cronogramas de execução física e financeira dos projectos, contratar apenas uma empresa fiscalizadora para cada projecto e reduzir os custos das empreitadas, através de boas negociações no processo de contratação das empresas.

A Unidade Técnica Provincial. propôs, por outro lado, a criação de uma brochura e a produção de um DVD com as acções realizadas em cada município, para o acompanhamento dos projectos, no âmbito dos Programas Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à

pobreza. Estes programas visam a melhoria dos indicadores sociais na província de Luanda, principalmente ligados à saúde, educação, vias de acesso, energia e água, saneamento básico, serviços de socialização e apoio institucional.

Participaram na referida reunião, além dos membros da unidade, coordenadores das unidades técnicas municipais, directores provinciais, chefes de departamento e de repartição e representantes do Conselho de Auscultação e Concertação Social.

1.6 Executivo garante aos parceiros sociais cumprir acções de combate à pobreza

Jornal de Angola

12 de Outubro de 2011

O secretário de Estado para os Direitos Humanos, António Bento Bembe, garantiu ontem, em Luanda, aos parceiros estratégicos internacionais que o Executivo angolano está a cumprir com eficácia o compromisso de erradicar a pobreza e a fome extremas, estabelecidos nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, com a aplicação dos Programas Municipais Integrados de Combate à Fome e à Pobreza nas comunidades.

António Bento Bembe, que falava na abertura da mesa redonda internacional sobre o “Direito à água, alimentação e à terra”, organizada em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Agência de Cooperação Espanhola, disse que estes programas reflectem a estratégia do Executivo para reduzir de forma progressiva a insegurança alimentar e reactivar actividades agropecuárias, através da reforma de estratégias agrícolas.

O secretário de Estado garantiu que nos programas municipais Integrados estão incluídas acções no domínio da saúde, educação, recuperação de infra-estruturas básicas, comércio rural, água e energia. “Estes programas surgem num contexto de consolidação da paz, democracia e dos direitos humanos, prioridades fixadas no Programa de Governo 2008-2012, para a promoção do desenvolvimento económico e social”, disse. Bento Bembe considera que as questões de emprego, segurança, justiça, saúde, educação, protecção social e combate à corrupção devem continuar a marcar a agenda política do Executivo. Por outro lado, apelou à mobilização de todos os cidadãos em prol dos direitos humanos e o empenho do Executivo no estabelecimento de consensos com todos os parceiros sociais para a consolidação da democracia. O secretário de Estado disse que os parceiros pretendem reforçar as instituições do Estado e a

sociedade civil organizada, como agentes de mudança para garantir que os cidadãos possam conhecer os seus direitos.

A mesa redonda internacional, organizada pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Agência de Cooperação Espanhola, foi enquadrada na semana sobre alimentação e decorreu sob o lema “Direito à água, alimentação e à terra”.

Espanha garante apoio

A Cooperação Espanhola vai apoiar as políticas sociais e estratégias do Executivo de combate à fome para garantir o direito a uma alimentação adequada a todas as pessoas, garantiu ontem, em Luanda, o embaixador de Madrid em Angola.

José Ybolibar, que intervinha numa mesa-redonda internacional sobre o “Direito à água, à alimentação e à terra”, anunciou, para breve, a assinatura do “Marco de Associação Angola Espanha”, que vai definir as relações, nos próximos cinco – anos, entre os dois Estados, no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Este instrumento, referiu, garante o alinhamento da cooperação espanhola com as prioridades de Angola e estabelece uma relação de parceria que deve sustentar-se na mútua prestação de contas entre os dois Estados. Os sectores de intervenção da estratégia da cooperação espanhola em Angola, frisou, estão centrados na governação democrática. “A Cooperação Espanhola tem várias intervenções em Angola. em parceria com o Executivo, acompanhas por organismos internacionais, como a FAO e o PNUD, Organizações Não-Governamentais espanholas e angolanas e instituições públicas”, disse.

O coordenador residente das Nações Unidas, Koen Vanormelingen, reconheceu que o Executivo estabeleceu metas ambiciosas dos Objectivos do Milénio, mas acrescentou que, apesar dos esforços realizados em termos de aumento de cobertura nacional, ainda há grandes desafios no país.

A mesa redonda faz parte da parceria estratégica para difusão, promoção e protecção dos Direitos Humanos em Angola, estabelecida entre o Executivo, através da Secretária de Estado para os Direitos Humanos, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

1.7 Angola melhora classificação

Novo Jornal

14 de Outubro de 2011

Angola, guiné-bissau e Moçambique registaram melhorias no combate à fome, segundo o relatório de 2011 do Instituto Internacional de Pesquisa sobre alimentação (IFPRI), disponível no “site” da instituição. O nosso país passou, deste modo, da situação de “extremamente alarmante” para “alarmante”, tendo descido de 33,4 para 24,2, um pouco mais do que o índice atribuído a Moçambique (22,7), que em 2001 era de 28,4.

De acordo com o documento, a Guiné-Bissau surge como o País Africano de Língua Portuguesa (PALOP) melhor classificado no Índice Global da Fome (GHI), cotado no nível “grave” com 19,5, depois de ter abandonado o nível “alarmante” onde se encontrava em 2001 (22,8).

Os dois restantes PALOP – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe não figuram neste índice, aparentemente por o IFPRI não dispor de informação necessária, o que também se verificou relativamente a Portugal.

Entre os países que falam português, referência ainda para o Brasil, que figura no nível “baixo”, com pontuação inferior a 05, enquanto Timor-Leste surge no nível “alarmante” com índice 27,1, quando em 2001 tinha 26,1.

A República Democrática do Congo regista o Índice Global de Fome (GHI) mais elevado no mundo, que coloca este país africano no nível “extremamente alarmante”, segundo o relatório do Instituto Internacional de Pesquisa sobre alimentação (IFPRI).

O relatório sobre o Índice da Fome no Mundo 2011, em cuja elaboração colaboraram também três organizações não governamentais – ACTED (francesa), Concern Worldwide (irlandesa) e Welthungerhilfe (alemã) – mostra que “o número de pessoas que sofrem de fome diminuiu desde 1990, ainda que de forma não significativa”, pois mantém-se a um nível elevado correspondente a uma situação “grave”.

Com base em dados recolhidos entre 2004 e 2009, o GHI é calculado a partir das taxas de subalimentação, de subalimentação infantil e de mortalidade infantil, sendo os países classificados em cinco níveis: baixo (inferior a 5,0) moderado (5,0 a 9,9), grave (10,0 a 19,9), alarmante (20,0 a 29,9) e extremamente alarmante (acima de 30,0). Entre os 26 países mais afectados pela fome, num total de 122 países para os quais foi calculado o índice, os quatro que apresentam um índice “extremamente alarmante” situam-se todos na África Subsaariana – RDCongo com 39,0, seguida do Burundi (37,9), Eritreia (33,9) e Chade (30,6).

O relatório coloca depois 22 países no nível “alarmante” e mais uma vez a maioria destes estados pertencem ao continente africano e sul da Ásia.

No nível “grave” contam-se 33 países, incluindo a Coreia do Norte, cuja situação piorou desde 1990, o mesmo acontecendo com as Comores, Suazilândia e Costa do Marfim. Dezasseis dos países incluídos neste nível registaram alguma melhoria, tendo abandonado a situação “alarmante”. Na situação “moderada” figuram 22 países, com apenas cinco africanos – Gabão, Maurícias, Marrocos, África do Sul e Gana.

No primeiro nível do GHI “baixo” contam-se 41 países, quatro dos quais pertencem a África – Argélia, Egipto, Líbia e Tunísia.

O documento sintetiza que a situação geral da fome no mundo permanece grave, adiantando que “a subida recente e a volatilidade dos preços agrícolas constituem, como em 2008, uma ameaça para a perenidade da segurança alimentar mundial e expõem muitas famílias e grupos vulneráveis a um risco acrescido de sofrer de fome”.

O relatório põe ainda em causa “a utilização acrescida de produtos agrícolas para o fabrico de bio combustíveis, os fenómenos meteorológicos extremos e a mudança climática, assim como o aumento excessivo de volume de transacções dos mercados agrícolas.

1.8 Preços de alimentos continuam altos e tendem a aumentar

Semanario Factual

De 15 a 22 de Outubro de 2011

A organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) asseguraram, no documento, que a volatilidade e a previsível subida dos preços ara que os agricultores, os consumidores e os países pobres sejam mais vulneráveis”.

“Os países pequenos, dependentes das importações, em particular na Africa, são os mais ameaçados. Muitos sofrem de graves problemas, em consequência da crise económica e alimentar de 2006-2008”, refere o relatório. Neste sentido, a FAO, o FIDA e o PMA acreditam que os países em desenvolvimento também serão afectados: “A procura dos consumidores nos países com economias em rápido crescimento aumentará, a população continuará a crescer e, se continuar a expansão dos bio-combustíveis, o sistema alimentar enfrentará uma procura adicional”. A fonte salienta que o investimento na agricultura é “fundamental” para alcançar uma segurança alimentar a longo-prazo.

As Nações Unidas dizem que os preços de alimentos devem continuar altos e talvez até aumentar, levando a mais insegurança alimentar ao redor do mundo. As três agências da ONU alertam que países menores que dependem de importações são mais vulneráveis especialmente em África. Segundo o documento, a volatilidade dos preços, entre 2006 e 2008, levou a um aumento de 8% no número de pessoas desnutridas no continente. O relatório incentiva a distribuição de informação sobre os stocks de alimentos, o aumento dos investimentos de longo-prazo em agricultura nos países mais pobres e um fim às proibições de exportação, quando a produção de grãos cai.

Factores causados pelo homem, como o uso da agricultura para bio-combustíveis e a especulação no preço de alimentos, são determinantes para a fome nas partes mais pobres do mundo, segundo relatório divulgado, nesta terça-feira, 11, pelo centro de pesquisas, sediado nos EUA International Food Policy Research Institute. O estudo diz que a volatilidade nos preços dos alimentos afectou bastante os mais pobres que não conseguiram adaptar-se às mudanças. A volatilidade seria causada por três factores principais: o uso de alimentos para a produção de bio combustíveis, eventos meteorológicos extremos e mudanças climáticas, além do aumento das transações, envolvendo produtos agrícolas nos mercados financeiros.

A situação seria agravada por uma diminuição nas reservas mundiais de grãos e por uma dependência dos poucos exportadores de alimentos. Outro complicador seria a falta de informações disponíveis que evitem reacções intempestivas nos mercados, quando ocorram variações menores na oferta de alimentos. Além de reduzir o consumo de calorias entre os mais pobres, a alta de preços leva à escolha de alimentos menos nutritivos, contribuindo para a desnutrição.

Os pesquisadores sugerem a criação de mecanismos de protecção aos mais vulneráveis, além da revisão das políticas de bio combustíveis, regulação das actividades financeiras sobre alimentos e uma melhor adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

O estudo afirma que o chamado Índice Global da Fome (ou GHI, na sigla em inglês) de 2011 vem diminuindo, mas lentamente e permanece num nível considerado “sério”.

O GHI varia bastante entre as regiões do mundo, com os mais altos, ocorrendo na África Subsariana e partes da Ásia. O estudo afirma que 26 países apresentam níveis alarmantes ou extremamente alarmantes.

Entre os seis países em que a fome piorou no documento deste ano, os pesquisadores destacam a situação da RD Congo, que registou aumento de 63% do GHI, devido ao conflito interno do país e à instabilidade política.

Os países que mais progresso realizaram entre 1990 e 2011 foram Angola, Bangladesh, Etiópia, Moçambique, Nicarágua, Níger e Vietname. O estudo não computou os efeitos da crise no preço dos alimentos, ocorrida entre 2010-11, nem a fome deste ano no chifre da África.

1.9 Domésticas terão direito a subsídios e férias

Jornal O PAÍS

21 de Outubro de 2011

As empregadas domésticas terão o direito de serem inscritas no Instituto Nacional de Segurança Social, bem como de auferir o décimo terceiro mês, subsídios de férias e de aleitamento materno, por parte da sua entidade empregadora depois da aprovação do ante-projecto de lei criado a propósito. A informação foi avançada esta quarta, 19, a O PAÍS pelo secretário do Sindicato dos Trabalhadores de Actividades Diversas (STAD Angola), Sebastião Fernandes.

O sindicalista explicou que os patrões serão obrigados a honrar tais compromissos, caso contrário poderão ser sancionados durante a vigência do Decreto Presidencial sobre Regime Jurídico do Trabalho Domestico em Angola.

O anti -projecto foi submetido pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) ao Conselho de Ministros para a devida análise e posterior aprovação pelo Presidente da República.

“A UNTA – Confederação Sindical desenvolveu um grande esforço, através do Conselho Nacional de Concertação Social, até encontrar os instrumentos que serviram para sensibilizar o Executivo a elaborar e aprovar o Decreto Presidencial que defenderá as trabalhadoras domésticas”, explicou o sindicalista, acrescentando que O documento “está a ser analisado pelas estruturas central do Governo, beneficiará também a entidade empregadora”.

Sebastião Fernandes salientou que com o referido documento a sua organização sindical estará em melhores condições de defender os seus meados (os trabalhadores domésticos no geral), porque a sua ausência tem condicionado de algum modo o exercício da sua activi-

dade. Com o documento os cidadãos que exercem esta actividade terão os seus direitos económicos e sociais salvaguardados.

Quanto à possibilidade de a maioria empregadores não conseguirem honrar com os encargos financeiros estipulados por Lei, o sindicalista acredita que o legislador vai ter em conta a disparidade salarial que existe.

“Acredito que assim que for aprovado, este instrumento jurídico orientará uma dinâmica na relação entre a entidade empregadora e a contratada. O mercado definiu por si só um tecto bastante variável que poderá ser alterado para melhor”, disse Sebastião Fernandes.

O dirigente do STAD Angola avançou ainda a lei exigirá a celebração de contrato de trabalho doméstico escritos entre o empregador e o trabalhador, por tempo determinado ou indeterminado.

Nos termos do artigo 7º do anteprojecto, esse contrato é celebrado por escrito mediante o preenchimento de uma ficha, denominada Caderneta do Trabalhador Doméstico, conforme um modelo que constará em anexo do diploma. A caderneta, a ser entregue ao funcionário, terá informações relacionadas com o modelo de contrato de trabalho e um dos seus exemplares será depositado no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) para que os respectivos valores descontados sejam canalizados em locais seguros.

“A lei vai definir um percentual a ser depositado mensalmente pelo patronato no sistema de segurança social, de modos a garantir que o seu funcionário possa beneficiar de uma pensão quando paralisar as suas actividades declarou. Segundo o sindicalista, as pessoas que se encontram há anos a trabalharem neste ramo e nunca beneficiam de nenhuma das regalias acil ma mencionadas não terão retorno, 1 porque o “passado será um passado a esquecer”.

Fim dos abusos

Tendo em conta as constantes denúncias de crimes de maus-tratos praticados pelo empregador, a lei vai estabelecer que o trabalhador deve ser tratado com respeito pela sua integridade, dignidade, gozar os descansos diários, semanais e anuais garantidos por lei. Deve ainda o salário justo e adequado ao trabalho prestado e pago com regularidade e pontualidade e exercer actividade profissional em adequadas condições de higiene e segurança.

Por enquanto, os sindicalistas recorrem aos pressupostos legais estipulados pela Lei Geral do Trabalho, enquadrando-os no mesmo regime jurídico que qualquer outro funcionário, quer seja público ou privado.

Recorrendo ao método da negociação, para exigir que o patrão compense a vítima pelo tempo de serviço e desembolse os subsídios de férias e de natal, a estimativa aponta para 50% por cento da remuneração caso nunca tenha pago. O método da acção judicial é aplicado quando o primeiro não surte os efeitos desejados e acaba por ser mais oneroso.

Sebastião Fernandes disse que os conflitos surgem, maioritariamente, quando os empregadores decidem “quebrar” algumas das cláusulas do contrato verbal que estabeleceram. Exigem que elas, para além de exercerem as suas actividades de segunda a sexta-feira, nalguns casos até às 12 horas de sábado, permaneçam nos seu local de serviço nos dias de repouso. Isso acontece quando pretendem dar uma festa e não lhes dão nenhuma compensação financeira ou descanso complementar.

“Quando a funcionária manifesta a necessidade de ser compensada, aí começam os conflitos e elas são muitas vezes despedidas sem aviso prévio. E sempre que tomamos conhecimentos, intentamos uma acção de concertação. Convidamos a entidade empregadora a vir ao nosso encontro para dirimirmos este conflito de forma pacífica e quando não temos o efeito esperado intentamos uma acção judicial”, frisou.

De Janeiro a Dezembro deste ano, o sindicato previa cerca de 20 processos a correrem os seus trâmites legais no tribunal devido à sua complexidade e igual número a serem resolvidos por via extrajudicial. Mas possuem apenas dez processos no Tribunal do Trabalho e os demais foram resolvidos por via da concertação extrajudicial, perfazendo um total de 30 casos.

“A multa de dez mil Kwanzas esta belecida pelo Órgão de Conciliação, por desobediência pelo facto de o queixado não comparecer nas audiências, é muito irrisória”, declarou.

O nosso interlocutor declarou que este tipo de processo é inicialmente muito vagaroso. Só ganha maior celeridade depois de analisados pelos especialistas do Tribunal do Trabalho, que não hesitam em decretar o pagamento de uma indemnização à contar da data em que a queixosa começou a trabalhar até à altura da leitura da sentença. No seu entender, a morosidade que se regista só chegará ao fim quando as instalações daquele órgão de justiça for ampliada e ter um número maior de juristas.

Enquanto isso não acontecer, o sindicato continuará a ter enormes constrangimentos, visto que os seus miados acabam por desistir dos processos. Quando solucionados, eles já estão em paradeiro incerto porque foram despejados por falta de condições financeira para arcar com a renda de casa e se deslocar constantemente ao tribunal.

A localização das empregadas só tem sido possível graças à intervenção da vizinhança, que ajudam a procurar a nova residência.

O STAD Angola é uma organização e de âmbito nacional e controla actualmente 21.450 trabalhadoras domésticas miadas. A maioria está em Luanda, que é seguida por Cabinda, Benguela e Huambo.

O sindicalista confessou que não tem sido fácil convencer as profissionais deste ramo a se miarem por causa da relação de familiaridade que existe entre elas e que só procuram o sindicato quando existe desavença.

A ideia de criação desta organização sindical surgiu em 1997, mas só foi efectivada alguns anos mais tarde, abrangendo os trabalhadores de limpeza, seguranças e porteiros. Os membros desta organização pagam uma quota mensal de 250 Kwanzas.

1.10 Angola retoma perspectivas de altas taxas de crescimento

Semanário Factual

De 26 de Outubro a

05 de Novembro de 2011

O Executivo aponta para um crescimento do PIB nacional em 12,8%, enquanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a economia angolana deverá crescer 10,8%, em 2012.

As perspectivas para a economia nacional são animadoras, com a esperança de que a inflação tenderá a cair para próximo dos 10% e que as reservas internacionais tendem a permanecer relativamente altas.

Espera-se que o sector não petrolífero cresça em torno de 12,5% em parte motivado pelo forte investimento que se vai fazer em relação à diversificação da economia e nas zonas económicas especiais que poderá contar com a entrada em funcionamento de novas indústrias.

O forte investimento no sector industrial, com a abertura de alguns pólos industriais, e o aumento do financiamento à agricultura poderão potenciar, substancialmente, o crescimento do sector não-petrolífero. Outro factor que também deverá contribuir para o crescimento do segmento não petrolífero está relacionado com a manutenção dos investimentos públicos nas infra-estruturas que faz o sector da construção civil continuar a crescer substancialmente.

Enquanto isso, espera-se que o sector petrolífero possa crescer 13,4%, o que pode estar motivado tanto a alta do preço do petróleo no mercado internacional quanto o aumento da produção petrolífera. Em contrapartida, alguns economistas admitem o risco de uma recessão das principais economias mundiais, e isto poderá

influenciar, negativamente, sobre os preços das matérias-primas, devido ao risco de quebra da demanda por combustíveis. Salienta-se que, em 2012, o petróleo continuará a ser a principal fonte de receitas do Orçamento Geral do Estado (OGE) e das exportações angolanas.

O FMI aponta para uma forte retoma de crescimento da economia angolana em 2012 para 10,8%, realçando que a aceleração do crescimento, em 2012, apesar de preços do petróleo mais baixos projectados de acordo com a actualização de Junho de 2011 das Perspectivas da Economia Mundial, reflecte sobre o contínuo dinamismo dos gastos em investimentos públicos internos, assim como alguns factores idiossincráticos, como a vigorosa retoma da produção de petróleo em Angola, embora as perturbações de 2011.

As expectativas de crescimento para os próximos anos, para todas as agências, apontam para a aceleração em 2012 que, segundo o FMI, o PIB deverá crescer 10,8%, já para o Governo, a previsão é de 15,5%, o Banco Mundial estima um crescimento de 8,9%, enquanto Centro de Estudos Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC-UCAN) prevê uma expansão de 10,9%.

Salienta-se que a economia angolana deverá crescer cerca de 3,7% em 2011, de acordo com a revisão das perspectivas de crescimento da economia global, anunciada esta semana pelo FMI. O Fundo estima que a inflação deverá rondar os 15% e que o saldo da conta corrente se fixa em 13,5% em relação ao PIB. Aponta ainda para uma expectativa de crescimento do PIB ao redor de 10 % em 2012 e para uma taxa de inflação de 13,5%.

As expectativas apresentadas agora em Setembro apresentam certa tendência de convergência com as previsões do Executivo Angolano. Destaca-se que o desempenho da economia nacional no primeiro trimestre de 2011 indicia que a taxa de crescimento real do PIB deverá, comparativamente a 2010, acelerar-se muito modestamente de 3,4% para 3,6%, ao contrário dos 7,6% inicialmente projectados.

As projecções do Executivo para 2011 indicam um crescimento do PIB global real de 3,6%, sendo de 3,1% para o sector petrolífero e de 7,7% para o sector não petrolífero. Prevê-se que a produção diária média estimada de petróleo se situe em 1.723,6 mil barris.

1.11 Inflação desacelera no mercado

Semanário Factual

De 29 de Outubro a

05 de Novembro de 2011

A tendência de inflação homóloga fixou-se, no período em análise, em 11,91 % contra 15,73% no passado ano. Os indicadores de inflação mostram a tendência dos preços seguir de acordo com a expectativa do Executivo que estima que a inflação deverá situar-se em torno dos 12%.

Em Setembro, a inflação foi de 0,79% contra 2,35% em 2010, altura em que os preços dispararam, devido ao aumento dos preços dos combustíveis. A classe hotéis, cafés e restaurantes foi a que registou o maior aumento de preços com 1,56%.

O preço das bebidas alcoólicas e tabaco aumentaram em 1,14%, os bens e serviços diversos cresceram 0,99% e os alimentos e bebidas não alcoólicas 0,94%.

Mas, enquanto o índice geral está em queda, por outro lado, a inflação dos alimentos continua em alta.

O óleo alimentar acumulou, nos últimos três meses, um aumento de preço superior a 20% como reflexo, segundo comerciantes da quebra na oferta do produto no mercado. Salienta-se que, no mês de Julho, o óleo alimentar aumentou 10,4%, em Agosto 5,25% e em Setembro aumentou 8,36%.

Para economistas, a quebra da inflação pode significar ter havido uma melhoria dos instrumentos de política monetária, no que toca ao controlo da liquidez na economia, mas também pode ser o efeito combinado ou isolado da quebra da procura como reflexo da concentração de rendimentos em determinados grupos económicos e consequente retracção da actividade económica, ou ainda, pode estar relacionada com a mudança de metodologia para o cálculo do IPC para Luanda, adoptado este ano pelo INE.

Em Setembro, os produtos alimentares que mais contribuíram para a elevação do IPCA foram o óleo de soja, com um aumento de 8,36%, a água em tambor 3,18%, o carapau seco 3,59%, o feijão amarelo cresceu 6,18%, o chispe de porco 4,97%, o açúcar branco 1,28%, o óleo de palma 2,30%, a batata rena 1,07%, manteiga 3,11 %, cacusso fresco 4,73%, o feijão Catarina 1,19%, a corvina seca 1,42%, a sardinha fresca 1,94%, o cachucho fresco 0,90%.

Durante o mês de Agosto, o preço do óleo alimentar subiu 5,52%, o carapau fresco 1,12%, a cerveja importada 3,19%, o arroz agulha 1,32%, o carapau seco 2,16%, o feijão amarelo 4,15%, a costeleta de porco 1,33%, a água

em tambor 0,73%, a sardinha fresca 3,02%, o arroz corrente 1,52%, a corvina fresca 1,70%, o óleo de palma 1,51 %, o feijão castanho 1,11 %, a espada fresca 1,72%, o milho grão 6,14% e a corvina seca 1,85%. Salienta que os preços dos alimentos continuam em forte alta apesar do abrandamento da inflação.

Destaca que os preços dos alimentos, bebidas e dos transportes têm sido os que mais têm pressionado a inflação nos últimos tempos, sempre acima da meta estabelecida pelo Executivo.

Em Julho, o óleo alimentar aumentou 10,40%, o óleo de palma 4,46%, a batata rena 1,98%, a corvina fresca 3,99%, o feijão amarelo 5,07%, a carne de segunda 2,44%, o açúcar branco 1,47%, a cebola, 1,72%, a costeleta de porco 1,90%, o frango congelado 1,02%, o chispe de porco 3,46%, o feijão castanho 1,77%, o feijão catarino 1,41%, bagre-fumado 1,33%, o leite em pó 0,33%, o arroz corrente 0,86%.

No mês de Junho, o preço do litro de óleo de soja aumentou 3,02%; o preço das coxas de frango cresceu 1,61 %; a batata-rena expandiu em 1,40%; a carne de primeira, 1,27%; o frango congelado, 1,05%; o feijão amarelo, 3,60%; o feijão castanho, 1,35%; o feijão catarino, 1,21%; a carne de segunda, 1,77%; o esparguete, 1,62% e a margarina, 3, 58%.

No mês de Maio, o preço do tomate aumentou em 2,16%; o carapau fresco 1,16%; a coxa de frango variou em 1,23%; a fuba de bombó cresceu em 1,47%; o frango congelado, 1,73%; o leite em pó aumentou 2,04%; o feijão castanho 4,23%; o feijão catarino, 3,85%; a pasta de farinha de milho, 1,05%; a carne de primeira, 1,04%; o arroz corrente, 2,30%.

O preço da massa alimentícia cresceu 1,64; o pão carcaça, 1,22%; a couve 4,34%; o peixe-espada fresco aumentou 3,82% e a corvina seca 3,94%.

1.12 Angola garante cumprimento das metas de desenvolvimento

Jornal de Angola

30 de Outubro de 2011

O Executivo angolano está “fortemente engajado” na criação de condições estruturais necessárias para atingir os objectivos do milénio para o desenvolvimento sobre a Educação Para Todos, disse na sexta-feira, em Paris, França, o ministro da Educação, Pinda Simão.

Ao discursar na 36a Sessão da Conferência Geral da UNESCO,

- Pinda Simão disse que, no quadro da reforma educativa conduzida pelo Executivo desde 2004 e aplicada ao subsistema geral e técnico-profissional, os objectivos específicos, como a expansão da rede escolar, a melhoria da qualidade do ensino e a valorização dos professores seguem o seu curso normal.

O ministro informou que o número de alunos aumentou de cerca de 2,6 milhões, em 2002, para mais de seis milhões, em 2010, apoiado pela construção de 54 mil novas salas de aula. Durante o mesmo período, afirmou, a taxa de aprovação aumentou de 46 para 80 por cento e o crescimento do número de professores foi de 80 por cento, ultrapassando os 200 mil.

O ministro referiu que o ensino superior conheceu um crescimento notável a partir de 2005, quando o país só tinha uma universidade e algumas instituições de ensino superior privado acolhendo cerca de 40 mil estudantes. Actualmente existem 17 instituições do ensino superior público e 22 privadas, frequentadas por cerca de 150 mil estudantes, orientados por 2.000 professores nacionais e estrangeiros.

No quadro da iniciativa da UNESCO para a educação em ciências da terra em África, o Executivo angolano prepara-se para criar um Centro de Excelência de formação superior, visando o desenvolvimento sustentável.

O ministro recordou que o Executivo angolano aprovou, recentemente, a política nacional; a estratégia nacional e o mecanismo de coordenação do sistema nacional da ciência, da tecnologia e a inovação.

Pinda Simão manifestou, em nome do Executivo angolano, a sua satisfação pela inscrição dos arquivos dos Dembos nas Memórias do Mundo da UNESCO, assim como pela recomendação do conselho executivo da sessão da Conferência Geral de fazer figurar o nome da Rainha Ginga Mbandi no calendário comemorativo dos aniversários das personalidades que marcaram a história da humanidade.

“Estamos felizes com o avanço do dossier de nomeação da cidade histórica de Mbanza Kongo, sede do antigo

Reino do Kongo, na lista do património mundial com a assistência técnica do Centro do Património Mundial da UNESCO”, acrescentou.

Formação de cientistas

O Centro de Excelência de formação superior em ciências da terra deve assegurar a formação de jovens angolanos e os da região austral de África num processo de parceria estratégica entre o Executivo, universidades de outras partes do Mundo e o financiamento privado, garantiu o ministro da Educação.

O projecto foi concebido de acordo com critérios definidos pela UNESCO para a criação de um Centro de Categoria 2.

Num outro plano, Pinda Simão adiantou que a economia angolana está em pleno crescimento, mas deve ser apoiada e sustentada com acções que protejam o ambiente.

“Como contribuição ao desafio da mudança climática, nós fazemos alusão ao grande projecto Angola-LNG, em curso no Soyo, um dos grandes produtores de gás natural liquefeito.

Protecção do ambiente

O ministro falou, ainda, da preservação e protecção da biodiversidade. Afirmou que Angola está empenhada com outros quatro países vizinhos (Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe) no desenvolvimento do projecto ambiental Kaza-okavango.

Outra acção conjunta é o projecto de gestão ambiental submarina, denominado BCLME, entre Angola, Namíbia e África do Sul. Falou também da criação de uma reserva no Parque Nacional de Cangandala para a protecção da palanca negra gigante.

1.13 Economia angolana entre as mais altas do mundo

Jornal de Angola

31 de Outubro de 2011

A economia angolana vai crescer 12 por cento no próximo ano, referem as previsões do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, que deve ser aprovado, em Novembro, pela Assembleia Nacional.

O crescimento está bem acima da média da região austral do continente e é dos mais altos do mundo. O FMI, no relatório sobre as previsões da economia mundial para 2012, aponta para um crescimento à volta de 9 por cento para a China e de 7,5 na Índia. Na África Subsariana, a expectativa é de crescimento de até 5,8. Para o Brasil, o crescimento vai ser de 3,6 por cento. A economia angolana recupera.

O crescimento de dois dígitos, depois de ter assistido, nos últimos dois anos, a uma progressão mais modesta do Produto Interno Bruto, que é a soma de toda a riqueza produzida no país durante o ano.

Angola foi um dos poucos países do mundo a escapar à recessão em 2009, com o seu PIB a crescer 2,4 por cento, enquanto o Produto Interno Bruto mundial diminuía 0,7 por cento. Em 2010, a tendência manteve-se, com um crescimento de 3,4 por cento. Facto positivo, refere o relatório de fundamentação do OGE para o próximo ano, é o facto de o sector não petrolífero crescer 12,5 por cento e o petrolífero, que representa mais de 80 por cento das receitas do Estado, registar uma expansão de 13,4.

O dinamismo crescente dos sectores da construção, agricultura, indústria e serviços evidenciou o aumento participação do sector não petrolífero no PIB, com um crescimento de 8,3 por cento em 2009 e 7,8, em 2010, enquanto o petrolífero se contraía (-5,1 e -3,0 por cento) devido à forte redução do preço do petróleo no primeiro daqueles anos e à redução do volume produzido no seguinte.

A título de projecção, o Orçamento Geral do Estado para 2012 indica um potencial de receitas e despesas aproximadas a 3,5 triliões de kwanzas, sem défice. Em 2011, a inflação pode ficar abaixo dos 12 por cento projectados no OGE, pois a variação acumulada de Janeiro a Agosto deste ano situa-se em apenas 6,86 por cento, contra 8,4 no período homólogo de 2010.

As previsões optimistas da economia angolana podem influenciar, mais uma vez, as agências internacionais de notação de risco.

As agências Fitch Rating, Moody Investors Services e Standard & poor's reconheceram, unanimemente, em Julho, que a economia angolana continua robusta e vai no caminho certo, num cenário internacional ainda conturbado pela interminável crise de dívidas soberanas em países mais desenvolvidos.

2 MICROFINANÇAS

2.1 Professores de Luanda beneficiam de crédito bancária

Jornal de Angola
03 de Outubro de 2011

O primeiro secretário provincial de Luanda da Associação dos Professores Angolanos (APA), Álvaro Domingos, afirmou, em entrevista ao Jornal de Angola, que a concessão de crédito bancário aos professores permitiu colmatar algumas dificuldades sociais. O responsável fez saber que aquela associação tem realizado seminários pedagógicos no sentido de melhorar a qualidade de ensino. Abordou também o processo de actualização de categorias, bem como a reforma educativa, particularmente a questão levantada pelos professores em torno da “monodocência”.

Jornal de Angola – Quais os Objectivos da associação junto dos associados?

Álvaro Domingos – A Associação dos Professores Angolanos (APA) foi constituída no dia 2 de Julho de 1985. Ela é parceira do Ministério da Educação. Um dos objectivos consiste em auxiliar no sentido de colmatar algumas dificuldades inerentes à gestão escolar.

JA - Como parceira do Ministério da Educação tem incentivado o cumprimento do perfil de um professor?

AD – Incentiva, sim, o cumprimento do perfil do director de escola, a pauta deontológica do professor, incentivando-os a darem sequência aos estudos de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de ensino. Realizamos seminários de capacitação metodológica no fim de cada trimestre em todos os municípios de Luanda.

JA – Quantos filiados tem a APA?

AD – Todo o professor, directa ou indirectamente, é associado, independentemente de possuir ou não cartão de membro. É uma associação sócio-profissional porque, se o profissional tiver algum problema durante a actividade, resolve como nosso auxílio.

JA- Que acções concretas têm sido realizadas no domínio da capacitação de professores?

AD – Temos realizado palestras com vários temas, como “O impacto psico-pedagógico da relação entre professor e aluno no processo de ensino e aprendizagem”. É um tema integrador para todos os associados. Anualmente temos organizado seminários dirigidos aos professores com nível médio, no intuito de ingressarem no ensino superior; de modo a elevar o nível académico

e, concomitantemente, melhorar e dar qualidade ao sistema de ensino.

JA – Os palestrantes têm constituído uma mais-valia para os formandos?

AD – Pensamos que sim. Este ano trouxemos o De Ngangula da Silva, radicado no Brasil, que veio lançar a O livro intitulado “A prova que não prova nada”. Uma obra que relata aspectos relacionados com a docência. Esta obra é um grande instrumento no processo de ensino e aprendizagem. A obra tem inovação pedagógica segundo as quais o professor deve ter em conta as zonas de exploração do conhecimento. Aconselho todos os professores a adquirirem o livro.

JA – Esse processo tem êxito?

AD – o programa tem apresentado resultados satisfatórios a julgar pelo número de professores que ingressam no sistema de ensino superior, quer público quer privado. Antes dos seminários de preparação, o índice de reprovação era muito elevado.

JA – O que é que a associação tem feito junto dos professores que apresentam dificuldades pedagógicas?

AD – A associação tem procurado identificar esses professores e encaminhar ao centro de diagnóstico no sentido de se aferir que tipo de problema pedagógico do mesmo psicológico apresenta no exercício da sua função. Temos tido bons resultados. A título de exemplo, se antes foi bom professor e agora mostra debilidades, pode ser um problema psicológico. A verdade é que temos conseguido dar soluções concretas aos problemas encontrados e reenquadrar os colegas que antes tinham bom desempenho.

JA – Que acções têm sido realizadas no sentido de se colmatarem algumas dificuldades sociais entre os professores?

AD – A associação tem um protocolo com o Banco de Poupança e Crédito (BPC), em que facilita acesso ao crédito aos professores. Trabalhamos em colaboração com a direcção dessa instituição bancária, que já cedeu crédito a muitos professores que, com o dinheiro conseguido, conseguiram melhorar a sua condição de vida.

JA – O que devem fazer os professores que ainda não conseguiram o crédito?

AD – Devem procurar-nos na sede da associação que funciona provisoriamente no Instituto Médio Politécnico do Sambizanga. Nas nossas palestras incentivamos os professores a aderirem ao crédito bancário num curto espaço de tempo por constituir uma mais-valia.

JA – *Quantos professores conseguiram crédito bancário com esse programa?*

AD – O crédito bancário beneficiou acima de mil professores da província de Luanda. Conseguiram pôr em marcha os seus projectos. Temos incentivado os professores a obterem crédito com um projecto em manga e não receberem o dinheiro, sem depois saberem o que fazer.

JA – *Quais são os problemas com que a associação se debate?*

AD – A nossa preocupação no momento é a compreensão do sistema de avaliação da reforma educativa. Temos que trabalhar mais com o Ministério da Educação para fazermos chegar a informação aos lugares mais recônditos e dizer aos colegas, em seminário, que a reforma é uma necessidade e um processo de ensino e aprendizagem normal. Os professores devem estar actualizados sobre a política de gestão pedagógica do Ministério da Educação. E um processo que tem sempre vantagens e a nossa meta é que as vantagens da reforma sejam sempre maiores.

JA – *Alguns professores mostraram-se descontentes com a “monodocência”. Que comentário quer fazer?*

AD – Os membros da APA já estiveram reunidos com a área do ensino técnico-profissional e ensino geral do Ministério da Educação.

Procuramos emitir a nossa opinião. É real que as escolas de formação de professores do ensino médio normalmente direccionam as especialidades. Estamos cientes que os professores do primeiro e segundo ciclo e ensino primário não têm preparação especial em algumas áreas, como são os casos das disciplinas de Educação Física, Educação Visual e Plástica, que precisam de um tratamento especial. Concordamos com a reforma, mas tem de se ter em atenção essas cadeiras específicas que naturalmente necessitam de professores abalizados.

JA – *Muitos professores estão descontentes com a actualização de categorias. Quer comentar?*

AD – Esse é um problema conjuntural que não se verifica só no sector da educação. A APA está preocupada com esta situação. Mas, se o professor auferir mediante a sua categoria há outra motivação para o trabalho. Mas devo informar que existem muitos colegas com a situação resolvida, ao passo que outros aguardam pela sua vez.

2.2 Millermium lança Oferta Mulher

Jornal O PAÍS

14 de Outubro de 2011

O Banco Millennium Angola acaba de lançar a Oferta Mulher, um conjunto de produtos e serviços de subscrição exclusiva pelas mulheres. A Oferta Mulher contempla uma conta à ordem específica e Cartão Multicaixa Mulher, um Plano de Poupança com vista à protecção familiar e acesso a Micro-crédito, para apoiar a criação e o desenvolvimento dos negócios empreendidos pelas mulheres angolanas.

Em parceria com a Fundação Mulher contra o Cancro da Mama, o Millennium Angola desenvolve uma acção de responsabilidade social na qual, por cada USD 1.000 aplicados no Plano Poupança Mulher, oferece em nome das clientes USD 1 aquela instituição. No âmbito desta iniciativa, o banco estabeleceu protocolos com a Federação de Mulheres Empreendedoras de Angola (FMEA) e com a Organização da Mulher Angolana (OMA), envolvendo condições especiais para as suas associadas.

Entretanto, o Banco Millennium Angola acaba de ser eleito pela 2.ª vez o “Banco Mais Inovador” em Angola, pela revista EMEA (Europa, Médio Oriente e África:) Finance.

A cerimónia de entrega dos prémios terá lugar em Londres, a 7 de Dezembro, durante um jantar de solidariedade que junta os bancos africanos. De acordo com o júri, o Banco Millennium Angola foi eleito “Most Innovative Bank” pela inovação, originalidade e qualidade dos produtos e serviços lançados no mercado em 2011.

A distinção considera também o desempenho global do banco e factores estruturais como quota de mercado, crescimento em classes de produto importantes, rentabilidade e estratégia. Na edição da revista de Outubro/Novembro vêm publicadas as categorias em que os bancos africanos receberam distinções.

2.3 Mais apoio às futuras empresárias

Jornal de Angola
15 de Outubro de 2011

Algumas mulheres empreendedoras contactadas pela reportagem do Jornal de Angola defendem que o Executivo devia dar mais apoio às futuras empresárias. Maria Amélia, ligada à Federação das Mulheres Empreendedoras de Angola, disse que as dificuldades de acesso ao crédito bancário constituem uma das grandes barreiras para as sócias da organização iniciarem um negócio.

“As nossas associadas não possuem, na sua maioria, garantias bancárias e nós entendemos que os bancos também não querem perder”, reconheceu Maria Amélia. O Jornal de Angola apurou ainda que o Banco Sol tem um projecto em curso no sentido de financiar pequenas iniciativas das mulheres através do programa “Micro-crédito Sol”.

Um dos objectivos desse projecto é o de melhorar a situação económica das mulheres no país.

Evandra Lopes, uma jovem vendedora no mercado do Prenda, referiu que hoje muitas mulheres já não dependem apenas dos homens para sustentar as suas famílias. Lembrou que há um grande envolvimento das mulheres no cenário empresarial, e hoje já se pode ver nas cidades lojas, boutiques e outras estruturas de negócios, cujas proprietárias são mulheres.

Leopoldina Francisco, proprietária da boutique Sacatu, arredores do mercado do São Paulo, considerou ser importante que se valorize a presença da mulher no cenário empresarial. As mulheres do mercado informal, alertou, são aquelas que precisam de mais ajuda, mais apoio e precisam de sair do negócio informal para o formal.

Afirmou mais adiante que existem mulheres com iniciativas e coragem para progredir no ramo empresarial, mas que encontram barreiras devido à falta de apoio. Leopoldina Francisco defendeu a necessidade da disseminação da cultura de empreendedorismo no país e salientou a sua importância no fomento à criação de pequenas e médias empresas.

2.4 Crédito agrícola com bons resultados

Jornal de Angola
19 de Outubro de 2011

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) concedeu, desde 2010 até agora, 44 milhões de dólares a pequenos e médios agricultores, superando os 30 milhões Iniciais, disse, na segunda-feira, à Angop, a directora de micro finanças da Instituição.

Isabel Miguel, que falava a propósito do primeiro ano do Programa de Crédito Agrícola de Campanha, avaliado em 150 milhões de dólares, apresentado, então, na localidade do Lucusse pelo, na altura, ministro de Estado e da Coordenação Económica.

Por altura da assinatura do memorando de entendimento entre os bancos operadores e o Ministério das Finanças, em 2009, referiu, ficou estabelecido como valor limite a conceder 30 milhões de dólares.

O Programa Crédito de Campanha, garantiu, é um processo que decorre bem, pois o número de beneficiários aumentou em, pelo menos, 100 por cento comparativamente ao início do projecto.

A gestora declarou que á se começa a notar reembolso a nível das províncias que beneficiaram na fase inicial do programa, como as do Huambo, Narnibe e Kwanza-Sul”.

O BPC perspectiva, a título de estímulo, disse, conceder, na segunda fase do programa, mais créditos às cooperativas e associações de camponeses que reembolsarem 100 por cento o empréstimo desta primeira fase. Sobre uma eventual “excessiva morosidade e burocracia na validação dos pedidos de crédito”, recordou que a aprovação das propostas passa por várias fases, de estudo, organização das cooperativas, preparação de documentos, elaboração de contrato de concessão e identificação de fornecedores.

O Crédito de Campanha é regido por um decreto executivo conjunto, que aprova o regulamento do crédito agrícola de 350” milhões de dólares destinado a facilitar o acesso ao empréstimo a pequenos e médios produtores e associações de camponeses.

2.5 Banco angolano apresenta verba para micro-crédito

Jornal de Angola
28 de Outubro de 2011

O Banco de Comércio e Indústria (BCI) disponibilizou, no princípio do mês de Outubro, 25,3 milhões de kwanzas para concessão do micro-crédito de campanha a 98 camponeses do município da Ganda, Benguela, no âmbito do Programa de Combate à fome e redução da pobreza no país.

Segundo o responsável do sector da Agricultura e Desenvolvimento Rural na Ganda, Manuel Tchitumba, consta do pacote da concessão de micro-crédito a recepção de inputs e alfaias agrícolas, além de juntas de bois para tracção animal, com vista ao fomento da produção agrícola na região.

Manuel Tchitumba disse à Angop, o processo realizou-se em três fases distintas, tendo a última beneficiado apenas camponeses organizados da comuna da Babaera. No entanto, 800 processos remetidos há mais de dois anos ao Banco Sol para obtenção de micro-crédito de campanha esperam pela disponibilização de verbas, com vista a incentivar os camponeses locais, o que condiciona o desenvolvimento do processo produtivo. Manuel Tchitumba acrescentou que no quadro desse pacote, existe também o Crédito Agrícola de Investimento para pequenos, médios e grandes agricultores, para o qual os requisitos exigidos impõem que os interessados possuam capacidade em capitais, para poderem prestar garantias aos bancos.

2.6 Recomendado fundo de micro-crédito para permitir a uniformização das taxas de juro

Jornal Continente
28 de Outubro de 2011

Os participantes ao fórum recomendaram a criação de um fundo de micro-crédito para subvencionar e permitir a uniformização das taxas de juro, garantindo a sua bonificação aos pobres e que o Banco Nacional de Angola proceda com maior celeridade a conclusão do estudo sobre a inclusão financeira.

Recomendaram, igualmente, a necessidade da criação e aprovação de uma lei sobre Micro-Finanças, bem como o reforço das capacidades dos tomadores de empréstimos. Na cerimónia de encerramento, a ministra da Família e Promoção da Mulher, Genoveva Lino, afirmou que as mulheres estão muito mais expostas ao fenómeno da pobreza em todo o mundo, devido aos sistemas sociais e políticos que na maioria dos casos as excluem.

A isto, disse, acrescenta-se a falta de oportunidades no acesso à formação, informação, treinamento, aos recursos, ao crédito e a propriedade sobre a terra.

A governante apontou ós resultados

do Inquérito sobre o Bem-Estar da População, IBEP, de 2008/2009, que espelha a evolução positiva da situação da pobreza no país, que se situa em 36,6% da população abaixo da linha de pobreza, sendo que 18,7% “corresponde a população urbana e • 58,3% a do meio rural. A governante considerou a situação como sendo ainda preocupante, pelo que todo o esforço deverá concentrar-se no sentido de se actuar com programas específicos para se reduzir esta percentagem pela metade ou mais até 2015, alinhando-se assim com as metas de desenvolvimento do milénio. Referiu que Angola está classificado como sendo um dos países com maior número de microempreendedores individuais.

No entanto, sublinhou, existe um longo caminho a percorrer para promover a inclusão social e financeira dos segmentos populacionais sem acesso aos bancos tradicionais e a Micro-Finança pode contribuir para o alcance destes objectivos.

Fonte de inclusão social da população

A directora de micro-crédito do Banco Sol, Cada Van-Dúnem afirmou que o micro-crédito é uma fonte de inclusão social da maior parte da população, ao sair do mercado informal para o formal.

“Uma sociedade só se desenvolve quando a população tem emprego ou tem um meio de satisfação das suas necessidades”, disse Cada Van-Dúnem. Segundo informou, o Banco Sol já disponibilizou, até ao momento, cerca de 100 milhões de dólares e possui cerca de 80 mil beneficiários acumulados. Explicou que o banco possui nove produtos e em cada um deles a instituição persegue um objectivo.

Referiu que um dos objectivos da instituição é manter uma carteira viva de cerca de 30 milhões de crédito. Carla Van-Dúnem explicou que a concessão de crédito é revolver, pois durante o ano o banco pode conceder mais 50 milhões de dólares em qualquer um dos produtos que possui. Adiantou que o mais importante é haver beneficiários à nível das comunidades.

O banco trabalha em 15 das 18 províncias que constituem o país e se espera para breve a abertura de agências na Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico. “O micro-crédito é um projecto sustentável que já existe há mais de dez anos”, afirmou Cada Van-Dúnem.

2.7 Banco Keve vai prestar dinheiro a empreendedores

Semanário Angolense
29 de Outubro de 2011

Mateus Chitembo é comerciante com cantinas em Benguela, no Sumbe e em Luanda, e pretende expandir o seu negócio principalmente nas zonas rurais pois, pensa que tanto os produtos produzidos internamente como os importados devem chegar a toda gente.

É com esse intuito que o programa do Executivo de Promoção do Comércio Rural passa a contar a partir de agora com mais uma instituição financeira, depois de um acordo firmado, em Luanda, entre o Banco Keve e o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), para a operacionalização de crédito.

Este é o quinto banco comercial a juntar-se ao projecto, depois dos Bancos de Comércio e Indústria (BCI), de Poupança e Crédito (BPC), Banco Sol e do BAI Micro Finanças (BMF), já o terem feito no final do mês de Setembro.

Rui Campos, presidente do Banco Keve, mostrou-se satisfeito pelo facto de a sua instituição ser incluída neste processo, referindo até que é um prestígio apoiar os projectos do Executivo principalmente os que se dizem respeito ao desenvolvimento das comunidades e da actividade económica, pelo que prometeu trabalhar com muito empenho para que o programa tenha êxito. «Este acordo vai permitir-nos atender os clientes e restantes comunidades em que o Banco Keve está implementado. De igual modo, permitirá desenvolver a actividade agrícola e o escoamento de produtos, assim como contribuir para a substituição de importações», explicou. Alinhado nesse pensamento, Mateus Chitembo, comerciante acha que «este projecto vem facilitar a todos, tanto aos comerciantes como a população em geral, principalmente aos residentes em zonas rurais onde muitas vezes os produtos chegam com alguma dificuldade». Acrescentou, por outro lado que as taxas de juros são acessíveis e isso é «muito bom».

À semelhança dos acordos rubricados, o BDA predis põe-se em disponibilizar ao operador um valor mínimo equivalente a dois milhões e 500 mil dólares e o máximo aproximado de cinco milhões de dólares.

O protocolo que visa fundamentalmente a viabilização, por parte da banca, da implementação do Programa de Promoção do Comércio Rural (PPCR), foi assinado pelos presidentes dos conselhos de administração dos bancos de Desenvolvimento de Angola (BDA), Paixão Franco e do Banco Keve, Rui Campos, respectivamente.

Ao abrigo deste protocolo, o Banco Keve constitui-se como a entidade que recebe o empréstimo directamente do BDA e repassa os recursos aos beneficiários finais, entre grossistas e retalhistas das 18 províncias do país. Segundo o gestor do Banco de Desenvolvimento de Angola, Paixão Franco, ç acordo vai reduzir de forma significativa a pobreza e o desemprego, motivo pelo qual apela aos empresários a investirem também no comércio rural. Para a efectivação do Programa de Promoção do Comércio Rural (PPCR), o BDA tem disponíveis 40 milhões de dólares para repartir aos bancos envolvidos nesse projecto, que tem vindo a dar prioridade, numa primeira fase, as províncias do Huambo e Benguela•

2.8 Micro-crédito constitui fonte de inclusão social

Jornal o Independente
29 de Outubro de 2011

A directora de micro-crédito do Banco Sol, Carla Van-Dúnem, realçou em Luanda, que o micro-crédito é uma fonte de inclusão social da maior parte da população, ao sair do mercado informal para o formal.

“Uma sociedade só se desenvolve quando a população tem emprego ou tem um meio de satisfação das suas necessidades”, disse Carla Van-Dúnem à margem do seminário Internacional sobre Micro-Finanças no qual dissertou o tema Estratégias e desafios da formação técnica das equipas de micro-finanças.

Segundo informou, o banco Sol já disponibilizou até ao momento cerca de 100 milhões de dólares e possui cerca de 80 mil beneficiários acumulados. Explicou que o banco possui nove produtos e em cada um deles a instituição persegue um objectivo.

Referiu que um dos objectivos da instituição é manter uma carteira viva de cerca de 30 milhões de crédito.

Carla Van-Dúnem explicou que a concessão de crédito é revolver, pois durante o ano o banco pode conceder mais 50 milhões de dólares em qualquer um dos produtos que possui.

Adiantou que o mais importante é haver beneficiários a nível das comunidades.

O banco trabalha em 15 das 18 províncias que constituem o país e se espera para breve a abertura de agências na Lunda-Norte, Lunda-Sul e no Moxico. “O micro-crédito é um projecto sustentável que já existe há mais de dez anos”, afirmou Carla Van Dúnem.

2.9 “Micro-crédito Amigo” muda a vida de milhares de jovens em todo o país

Jornal de Angola

31 de Outubro de 2011

Jovens do município do Cazenga estão a beneficiar de empréstimos bancários graças ao programa “Micro-crédito Amigo”, promovido pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social através do Banco Sol.

Durante o acto, 150 jovens beneficiaram de micro-créditos no valor equivalente a mil dólares norte-americanos. Francisco Pedro, um dos beneficiários, disse que o crédito vai permitir a criação do seu próprio negócio. O jovem, formado em 2011 num dos centros de empreendedorismo, louvou a iniciativa do Executivo, através do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional, e espera que a iniciativa seja extensiva às demais províncias para ajudar os jovens a concretizar os seus sonhos. Jacinta Damião, também beneficiária do projecto, afirmou que o dinheiro recebido vai rentabilizar o seu pequeno negócio.

Joaquim Domingos Dala, outro beneficiário, afirmou que, daqui para a frente, vai organizar melhora seu negócio e ajudar pessoas interessadas em aprender algo na vida.

Ele manifestou predisposição em contribuir para o desenvolvimento do país e saudou o Executivo pelo relançamento do programa.

Relançamento do programa

O ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, António Pitra Neto, garantiu que o Executivo pretende, até finais de 2011, inserir mais de dez mil jovens na área de empreendedorismo nas comunidades.

O ministro Pitra Neto referiu que o programa visa dar resposta a uma orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, e vai abranger, fundamentalmente, a comunidade jovem das zonas urbanas, suburbanas e rurais de todas as províncias do país.

O governante considerou que o acto representa um sinal forte e determinante do Executivo angolano que, através da parceria com o Banco Sol, objectiva manter viva a esperança e a certeza da juventude nos ideais do bem-estar e do desenvolvimento do país. Pitra Neto apelou aos órgãos de direito no sentido de prestarem maior atenção aos problemas da juventude, sobretudo, no domínio da formação profissional. Afirmou que o Banco Sol está a praticar taxas de juro bonificadas, numa perspectiva que visa facilitar o acesso ao crédito

dos mais jovens. O programa teve início em Agosto de 2008, na província do Kuando-Kubango, e já beneficiou mais de 900 jovens na cidade de Luanda e prevê abranger, até Dezembro, 1500 empreendedores.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Instituto do Consumidor sensibilizou vendedores

Jornal de Angola
07 de Outubro de 2011

O Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) realizou ontem, em Luanda, uma campanha de sensibilização dirigida aos taxistas e vendedores ambulantes sobre os deveres cívicos e morais.

A directora do INADEC, Elsa Barber, disse ao Jornal de Angola que a campanha visa consciencializar os cidadãos sobre o cumprimento dos deveres cívicos e morais. Elsa Barber acrescentou que o programa abrangeu os municípios de Cacucaco, Cazenga, Maianga, Rangel, Ingombota, Samba e Viana. “Este programa de sensibilização teve início na província da Lunda-Sul e tencionamos executá-lo em todas as províncias do país”, afirmou. Segundo Elsa Barber, existe falta de informação sobre a importância dos deveres cívicos e morais. “Estamos a distribuir cartilhas sobre a higiene no local de venda, verificar os produtos fora do prazo de validade e apelar para a necessidade do uso de sacos de depósito do lixo”, frisou. A directora lembrou que a não observância dos deveres cívicos e morais gera uma sociedade desorganizada e sem princípios. “Esta campanha é crucial para que os cidadãos tomem conhecimento das suas responsabilidades para com a sociedade”, referiu. Com um espaço de informação montado ao longo da via do mercado dos Congolezes, agentes do INADEC entregaram cartilhas aos taxistas com informações para uma condução moderada, respeito pelas regras de trânsito e prioridade aos idosos, crianças e mulheres grávidas. O INADEC pretende também realizar campanhas de sensibilização nos estabelecimentos comerciais sobre as relações entre consumidores e comerciantes e o respeito pelo meio ambiente.

Na semana passada realizou-se uma campanha de sensibilização dirigida aos trabalhadores das salgas da Ilha de Luanda sobre o uso de sal iodizado. A campanha decorreu no âmbito das comemorações do Dia Internacional de Doenças provocadas por insuficiência de iodo no organismo, que se assinala a 19 de Outubro. No acto foram passadas mensagens sobre as doenças provocadas pela ausência de iodo.

3.2 Demolição de armazéns provoca desemprego

Jornal Agora
08 de Outubro de 2011

Cerca de 10 armazéns foram demolidos recentemente no Hoji-ya-Henda, nas imediações da antiga fábrica da Refrinor. As autoridades justificam a acção com a necessidade da construção de valas de drenagem das águas pluviais.

Helena Raul, proprietária de dois armazéns na rua da Nicarágua, disse que foi surpreendida pelos fiscais. “Eles não avisaram previamente as pessoas. Vieram com máquinas, tractores, martelos e demoliram as paredes dos nossos estabelecimentos erguidos com muito sacrifício”, contou, lamentando o facto de boa parte da mercadoria ter sido vandalizada.

“Não sabemos para onde iremos. Vamos esperar pelo pronunciamento da administração”, referiu. Com a destruição dos armazéns, muitos jovens perderam o primeiro emprego•

3.3 Cemitérios transformados em mercados

Jornal Angolense
08 de Outubro de 2011

Para além dos funerais terem sido transformados em passerelles de moda, onde as pessoas se preocupam em colocar a melhor roupa e o melhor sapato, como se de festa se tratasse, hoje, as pessoas perderam o respeito pelos mortos e pelos cemitérios. É bem na parte frontal dos cemitérios que os cidadãos os transformaram em mercado. Será que as pessoas perderam o medo da morte e o amor ao próximo e o respeito pela dor de alguém que perde um intequerido ou será que é mesmo a carência que faz com que as pessoas agem assim? É o que nos propomos a falar. Escolhemos o cemitério da Santa Ana, na Avenida Deolinda Rodrigues, para falarmos com as pessoas que fazem comércio naquela área, que por sinal, encontra-se ao lado do Comando Provincial da Polícia. O relógio marcava oito horas e trinta minutos, quando chegamos no local. Ainda havia pouca agitação, porque os funerais começam apenas as nove horas, mas as vendedoras já lá se encontravam.

As vendedoras de flores, ficam a uma distância considerável da porta, estavam a formar os boquês. Os preços variam, há flores de mil a quatro mil kwanzas. “Nós vendemos aqui porque as pessoas só se lembram de levar flores no velório, quando já estão no cemitério, algumas só vêm comprar, porque imitam as outras pessoas, então, nós aproveitamos”, disse Domingas Diogo, uma

vendedora. Outra vendedora, disse que é a procura do sustento dos seus filhos que lhes obriga a ter de ir vender no cemitério. “Sou viúva e sustento os meus filhos com esse negócio, sei que não é bom estarmos a vender aqui, num local inapropriado, mas não posso fazer diferente. Há dias que chego em casa e nem consigo comer, porque aqui nós vimos a dor das pessoas e isso acaba por nos c6ntagiar”, realçou.

A medida que os minutos passavam o local começou a ficar apinhado de gente. Nesta altura o relógio marcou nove horas e dez minutos, aproximava-se o primeiro carro fúnebre. As vendedoras ambulantes começaram a rondar pelo local, até que, depois do corpo entrar no cemitério, algumas vendedoras de gasosa recusassem de entrarem no cemitério. “Não gosto de presenciar o enterro, vou ficar aqui fora a beber umas birras”, disse para os amigos, um jovem de aproximadamente quarenta anos.

Algumas senhoras que vendiam gasosa, água e cerveja estavam em fila nos dois lados, bem na porta principal, com as banheiras no chão esperando por clientes. “Nós vendemos aqui, porque as pessoas quando saem do enterro, normalmente decidem beber alguma coisa fresca para aliviar o cansaço”, disse Ana Afonso, uma das vendedoras.

Para Beatriz, outra vendedora, fica aí, porque tem mais clientes. “Antes eu vendia em frente ao meu portão, mas tinha poucos clientes, até que uma amiga que já vendia aqui convidou-me para me juntar a ela, desde então, os clientes duplicaram. Por dia compro dez grades de gasosa e igual número de cerveja e tudo acaba, as vezes ainda temos que ir buscar mais em casa”, contou.

Na parte mais abaixo é onde vendem as senhoras dos grelhados, pinchos. Grande parte das pessoas que haviam ido acompanhar velórios, ficaram ali concentrados comendo, bebendo e dando risadas, como se de um local de festa se tratasse. “A vida não pode ser levada com muita seriedade. A morte já é tão dura, se ficarmos todos tristes, quem vai consolar os outros, vamos ficar alegres”, dizia uma das senhoras no local. Algo que não nos passou despercebido foi o facto de quase todos que acompanhavam os funerais faziam uso de alguns dos produtos lá vendidos.

A lavagem de carros, é outro negócio que se faz no cemitério da Santa Ana, enquanto as pessoas vão enterrar o falecido, um rapaz fica fora lavando o carro, não interessa a onde ele esteja estacionado e tudo isto é feito aos olhos da polícia. “Os agentes da polícia ficam aqui sempre, eles correm com os vendedores ambulantes que ficam nas estradas, mas se não correm connosco é porque sabem que não estamos a fazer nada de mal”, frisou Mateus, também vendedor.

3.4 O polobochi, as 15 tábuas e 1 roda (4)

Semanário Angolense
08 de Outubro de 2011

Não era de esperar: o Polobochi criou engarrafamento e atropelou um transeunte em pleno passeio público.

Qualquer motorista, ao pôr-se em estrada sabe que corre o risco de engarrafar ou até ferir com gravidade. De vitimar alguém por atropelamento ou sair ferido. Por isso, tem se dito: se conduzires, não beba. Se beberes, não conduza. Que mais vale perder um minuto na vida, do que a vida num minuto. Que aquele que quer chegar cedo, ande devagar.

Qualquer roboteiro, ao pôr-se em campo pelas estradas, ruas e arruelas, becos e caminhos, devia saber que ao agarrar no seu cangulo está sujeito a apanhar uma queda ou a atropelar transeuntes.

Só quem nunca viu um roboteiro em plena marcha agarrando o volante de um cangulo, com todos os seus tendões musculosos é que não sabe o quanto perigoso é sair à rua, em Luanda, para praticar esta profissão. E conduzir este veículo não poluente feito de 15 tábuas e uma roda, com algum excesso de álcool no sangue, não é coisa fácil! a Polobochi até não é bêbado, como a Mazeza dos Carrapito, uma das suas melhores clientes. Naquele fatídico dia, se excedeu um pouco, ao beber quatro recargas de besta. Besta dos pacotinhos, concebidos para embriagar pobres.

Com estes pacotinhos inventados à pressa para enriquecimento fácil, também se fazem de vez em quando alguns concursos de bairro, para se conhecer um vencedor, aquele que mais pacotinhos consegue entornar na goela, ingerindo-os no menor tempo possível. Certa vez, um dos concorrentes bebeu, bebeu, bebeu, ganhou o concurso, mas depois morreu! Foi uma vitória inglória. Aí mesmo no bairro, na frente de todo o mundo. E o rapaz minutos antes de morrer, a dizer que tivera azar: «Esse mesmo é mó azar! Esse mesmo é môazar». E parou por aí. Tiveram que levá-lo até ao hospital em estado cadáver. a besta é uma criação fenomenal para quem quer ganhar dinheiro à custa do sofrimento de pobres. Nunca vi um só pacote de besta num evento qualquer de casamento ou aniversário em salões urbanos. Nos muceques da malta, obestas ajudam! Empacotados em Caxito e com publicidade diariamente certa de hora a hora, uma voz lindíssima, feminina, apela: «Beba besta! Beba besta!». E repete até noite fora, sem que os serviços de fiscalização actuem contra. Beba besta! a locutor da rádio despertai diria: «É mbandalio É mbandálio».

O Polobochi, agradecido, ecominou alegre um fidelíssimo cliente que lhe ofereceu, de boa fé, quatro pacotes. A história do atropelamento conta-se num ápice: a cangulo do Polobochi roboteiro estava apinhado de mercadoria ligeira e muito bem acomodada. As sacos bem amarrados, as caixas muito bem alinhadas. A corda final estava com terminais reforçados de pequena trança na ponta e os nós tinham sido bem elaborados. A carga estava assim, 100% segura. A azar do Polobochi começou, quando um rapaz, dos seus 25 anos, trajado a arreô-arreô (calças arreadas deixando de fora todo o matacu e lá ia o rapaz no seu jingar lento e irritantemente vagaroso. Caminhando despreocupado pelo estreito passeio da rua, nem sequer ouvir o apito bocal do roboteiro. Foi nesta altura que vinha o Polobochi com o seu cangulo, buzinando desde longe com a sua voz timbrada pelos cordões afinados da sua garganta, feita buzina de ar-a-pressão para toda a gente ouvir.

a rapaz, com aquele trajar estúpido das calças arreadas, travando-lhe os movimentos de forma tão severa, não foi capaz de correr no instante que era preciso, em que o cangulo precisava de espaço para furar entre dois outros transeuntes. Daí o inevitável atropelamento do rapaz jingão.

a cangulo foi praticamente arremessado na sua carga total contra as pernas do rapaz. A moda traiu-o: mais de 120 quilos de impulso recebeu o moço contra as suas frágeis pernas e tombou sem poder ao menos atenuar a queda com as mãos. A queda foi violentíssima e o rapaz levantou-se desvairado, completamente tomado pela raiva. Ao reparar na cara do polobochi e no seu cangulo agora no chão, e com a mercadoria espalhada pelo chão, o povo a zombar do rapaz pela aparatosa queda no atropelamento, elevou-se-lhe a raiva ao quadrado. Só foi o rapaz se levantar do chão e pumbas Uma bofetada no cansado e suado rosto do roboteiro. O rapaz nem sequer olhou para os músculos de aço do Polobochi. Foi quando o Polobochi se defendeu, e pegou no rapaz. Em menos de 3 minutos o rapaz tornou-se num boneco desfeito, esmagado. Mais parecia que ele tivesse encolhido na altura e engordado no rosto. Foram tantas as quedas e os pontapés, que se pode dizer que o rapaz ficou amassado, ensanguentado e inchado. Não demorou e a polícia tratou do caso.

Ainda não se sabe do futuro de Polobochi, pois disseram que se encontra retido numa esquadra policial, e seguiu-na carro ceria da viatura policial com o seu próprio cangulo como prova do crime. Espero que não seja retido o cangulo definitivamente. Seria o fim. Um roboteiro preso com o seu cangulo, não é o mesmo que acontece a um ladrão. O ladrão preso, sabe que a cela faz parte da sua vida «profissional». Os ladrões fazem contas

bem feitas e sabem que a sua vida é intercalada entre os anos de prisão e os anos de parasitismo. O ladrão rouba, rouba, rouba e rouba, depois é detido. Enquanto não é apanhado, ele vive curtindo a vida como um parasita privilegiado, vivendo à custa do esforço alheio.

Com o roboteiro as coisas passam-se doutro modo. Um roboteiro, é por norma um homem honesto. Honrado. A sua recusa em enveredar por caminhos parasitários e comodistas, levou-lhe a trocar o conforto dos gatunos pelos esforços titânicos dos seus músculos e braços laboriosos. Nunca um roboteiro deveria ser encarcerado entre grades de ferro, morando só, isoladamente só longe do seu cangulo.

Deus fez o roboteiro à sua semelhança e lhe ordenou: ide e reproduzi-vos por Angola inteira! E por isso na rua, na praça ou no estreito beco de um bairro pobre qualquer, os roboterios deviam gozar de imunidade. Sagrada imunidade. O nosso mundo seria outro sem roboteiros.

As nossas praças e ruas estariam desertas sem graça.

Algum dia, no museu de história natural e antropologia na baixa de Luanda, visitaremos com orgulho os melhores cangulos, que produziram a subsistência de famílias honradas, e entre todos, seria curioso para o turista visitar, aquele cangulo rebelde que se revoltou com as autoridades por ter sido retido num quintal abandonado enquanto seu dono respondia em julgamento por atropelamento. Os cangulos de madeira com 15 tábuas e uma roda também sofrem danificação por exposição prolongada ao sol e chuva. Os roboteiros deviam ter imunidade parlamentar, aliás; profissional, para salvaguardarem a subsistência dos nossos históricos cangulos.

3.5 Negócio da sustentabilidade familiar

Jornal O Independente

08 de Outubro de 2011

As motorizadas deixaram de ser apenas transporte pessoal e passaram à meio de subsistência de muitas famílias, com o recurso à actividade de motos-taxi, os chamados cupapatas, como acontece nas cidades do Huambo, Lubango (Huila), Sumbe (Kwanza-Sul), arredores da de Luanda e tantas outras províncias.

O negócio é novo, mas nos últimos tempos ganha espaço. A falta de outros meios de transporte, na cidade e algumas localidades aliado ao mau estado das estradas no interior de alguns bairros, as motos-taxi, servem de alternativa para muitas pessoas.

Com este meio, chega-se com maior rapidez aos mercados, escolas e a outros locais. As motos-taxi não têm lugares próprios para esperar por clientes Percorrem os bairros ou cidades à procura de passageiros, cobrando por corrida entre 50 a 100 kwanzas.

Mendes Mário, funcionário público e residente em Viana, no bairro do Capalanga disse que passou, diariamente, a ir de casa para o serviço e vice-versa de moto-táxi.

«Moro no bairro Capalanga e antes, por falta de transporte e mau estado das vias, dificultava-me e não chegava cedo ao serviço, mas desde que começaram esta actividade isso já não acontece».

Pedro Gaspar, que também aderiu aos cupapatas, afirmou que as motos-táxi têm sido muitas vezes, a sua alternativa.

Negocio de muitos jovens

Jeremias Bonifácio, de 24 anos, exerce a actividade de cupapata há dois anos. Utiliza a motorizada de um vizinho e no fim do dia consegue sempre ter dinheiro suficiente para repartir com o proprietário.

Deixou a cidade do Lobito, onde concluiu a 7ª classe há cinco anos, para viver no K-9 em Viana.

Não prosseguiu os estudos por dificuldades financeiras, mas tem esperança, através do negócio puder voltar à escola.

João Kamati, 31 anos, é pai de três filhos. O trabalho de moto-taxista permite-lhe como refere, «aguentara cozinha», pois, diariamente, factura entre quatro a cinco mil kwanzas, ao fazer contas proporciona-lhe um lucro mensal de 85 mil.

Sebastião Calenga, 19 anos, estudanteda8aclasse, outro jovem por nós também entrevistado, há nove meses que passou a alternar o tempo de ir a escola com o exercício de moto-taxista. Factura todos os dias, cerca de três mil Kwanzas, dinheiro que entrega ao patrão. «Trabalho todos os dias e tenho um dia de folga por semana. Com o que ganho consigo pagar os estudos», disse.

Desrespeito do código de Estrada

Muitos dos moto-taxistas não cumprem o Código de Estrada e seu Regulamento, disse o porta-voz do comando de Luanda da Polícia Nacional, inspector chefe Nestor Biz Goubel.

«A má condução de alguns moto-taxistas tem causado vários acidentes, muitos deles por desconhecimento do código de estrada e seu respectivo regulamento», explicou.

Com o propósito de se evitar acidentes provocados por motociclistas, referiu, a Unidade de Trânsito tem realizado acções de sensibilização aos cupapatas, fazendo-lhes ver a importância de cumprirem o Código de Estrada, para sua preservar a vida.

«Esboçamos um plano de prevenção rodoviária que tem como objectivo sensibilizar os motociclistas sobre as vantagens do uso do capacete, tanto pelo condutor, como pelo passageiro»

Conselhos úteis das autoridades policiais

Preocupado com o elevado índice de sinistralidade rodoviária, resultante do incumprimento do código de estrada e o não uso obrigatório do capacete de protecção por parte dos moto-taxistas, recordou que o mau uso das motos, provocado em grande escala pelos motoqueiros que não utilizam capacetes e o desconhecimento do código de estrada.

«O governo reconhece a actividade da classe dos taxistas, mas aqueles que o exercem têm que fazê-lo dentro dos princípios estabelecidos pelo código de estrada e o uso obrigatório do capacete de protecção. Diariamente perdemos vidas humanas principalmente de jovens», sublinhou.

Nestor Goubel realçou que o governo reconhece a actividade dos taxistas, mas deve ser exercida dentro da lei que regula a respectiva acção, respeitando os princípios fundamentais do código de estrada.

«Os utentes da via pública não podem ver o polícia como inimigo. O Estado criou a corporação para pôr ordem, quer nas comunidades quer nas estradas», destacou.

Referiu que o comando provincial não quer que hajam mortes por causa de pessoas que não cumprem os preceitos estabelecidos por lei e que colocam diariamente em risco a vida dos usuários da via pública.

«Hoje muitas crianças ficaram órfãs e fanulias desintegradas por causa da perda do titular familiar, por esta razão aconselhamos aos utentes das vias públicas a respeitarem o código de estrada e a polícia é chamada para inverter tal situação», reforçou.

3.6 Administração do Cazenga constrói um novo mercado

Jornal de Angola

11 de Outubro de 2011

O administrador do mercado dos Kwanzas, no município do Cazenga, em Luanda, Trojo Panguila, anunciou para breve a construção de uma nova estrutura, com capacidade de albergar 20 mil vendedores.

Trojo Panguila disse sábado à Angop que as infra-estruturas vão possuir cinco pavilhões para venda, armazéns para arrecadação e escoamento de produtos do campo, câmaras frigoríficas e parque de estacionamento.

Sem especificar o montante a ser gasto, nem a data do início das obras, disse apenas que a nova estrutura, a ser erguida no espaço onde funciona o actual mercado, vai ser uma dos maiores a nível do município.

Os primeiros passos para a construção do novo mercado já tiveram início, com o desalojamento e transferência para o Zango, município de Viana, de famílias que

viviam no perímetro onde vai ser erguido o mercado. O município do Cazenga tem uma população estimada em dois milhões de habitantes, distribuídos pelas comunas do Tala-Hadi, Cazenga e Hoji ya Herida.

3.7 Os parceiros indispensáveis

Novo Jornal
14 de Outubro de 2011

Centenas de empresas importadoras de materiais de construção civil em Angola têm também o mercado informal como o destino dos seus produtos.

Jacinta de Melo recebe a crédito mais de três toneladas de ferro a uma empresa chinesa. “Faço as vendas durante 30 dias e eles aparecem para recolher o dinheiro”, revela a mulher.

Os lucros não são tão expressivos, mas o importante é o fogão não apagar. “Uma tonelada de ferro de 12 centímetros de diâmetro custa USD 1.200 e temos um lucro de KZ 10.000.00”, esclarece Jacinta de Melo.

Para ela, há mais rendimento no período não chuvoso. “No tempo de chuva ficamos três a quatro dias sem nenhum lucro”, reconheceu. Uma destas empresas é a Pagená, que está incluída no rol das grandes unidades contribuintes de impostos ao Estado e que já ganhou a necessária admiração, respeito e confiança junto das instituições bancárias.

“A Pagená tem ajudado muito ao crescimento da cidade de Luanda. Esta empresa vende-nos o material a bom preço”, reconhece Santos Muanza, que vende no mercado do Camama.

A empresa, de acordo com uma fonte desta instituição, está disponível para participar activamente no processo de reconstrução do país, no domínio do fornecimento de aço e seus derivados para construção civil, servindo qualquer outra necessidade pontual que lhe sobrevenha. Mariana Mateus é cliente da Pagená há cinco anos. Conta que desde que começou a comprar materiais de construção naquela empresa a sua vida melhorou substancialmente. “Os materiais adquiridos nesta empresa têm muita concorrência no mercado informal”, diz Maria Mateus, salientando que, de entre quatro a cinco clientes, três optam por produtos da referida empresa. Nos mercados de Luanda, os materiais provenientes de Portugal, Espanha, Itália e África do Sul, apesar de serem caros, são os mais resistentes. “Os que querem obras duráveis e de qualidade não têm problemas em comprar material proveniente daqueles países”, diz Arinindo Cruz, um jovem que o NJ encontrou no mercado do Golf 2 a comprar material para ampliar a sua cozinha. A opinião de Armando da Cruz é corroborada pela

vendedora Diana Sebastião. Os materiais de Portugal, Espanha, Itália e África do Sul são duráveis e bons para a construção. Mas o bolso é que obriga a outras opções”, notou.

3.8 Triângulo em franca bonança

Jornal o país
14 de Outubro de 2011

A abertura do novo ramal rodoviário para o Leste de Angola a partir do desvio da Maria Teresa passando por Ndalatando, e daí para diante, trouxe vantagens aos motoristas que encurtam cerca de oitenta quilómetros e perde o Dondo a oportunidade de negócios na área de restauração.

Isso foi constatado durante uma viagem por estes dois troços da estrada nacional 230.

Recentemente construído, o troço de Maria Teresa até Ndalatando, deixando a direcção Dondo à direita, apresenta-se em muito bom estado e os motoristas livram-se assim de cortar o sinistro Morro do Binda de onde eram reportados frequentemente graves acidentes de viação.

Por outro lado, o frenesim rodoviário no novo ramal deu mais ânimo e vida em grande parte da sua extensão.

Novos mercados informais, que se constituem em pontos de paragem dos viajantes, foram construídos ao longo dessa rota e tudo indica que os habitantes não quererão perder a oportunidade de comércio que a circulação rodoviária ali oferece.

Presentemente o chamado mercado do “Triângulo”, a pouco menos de 20 quilómetros da cidade de Ndalatando, é o mais importante na rota, porque também já vem de algum tempo, tendo sido desactivado devido ao mau estado da estrada.

Animada anteriormente pelos habitantes da comuna de Cambondo, município de Golungo-Alto, na actualidade acolhe vendedores do município de Cambambe, inclusive. Vendedeiras do Zenza do Itombe e de Cassualala também ocuparam o seu espaço no mercado.

Aberto as 24 horas do dia, o “Triângulo” regista maior dinâmica no princípio da tarde, quando carrinhas alugadas pelas vendedeiras chegam dos pontos mais longínquos para montarem as suas barracas e venderem de tudo.

A alimentação é o principal serviço, visto os camionistas e outros utentes da estrada nacional 230 aproveitarem a paragem para comer, beber e talvez pagar por um serviço de recauchutagem de pneus que ali está disponível. Com quinhentos Kwanzas pode-se adquirir um prato.

Nota curiosa é a origem de grande parte dos produtos

agrícolas ali vendidos. “Nós compramos a batata, a cebola no Quilómetro 30 em Luanda para vendermos aqui”, disse a vendedeira que se quis identificar apenas por Teresinha. Quanto às vendas no mercado disse que são boas e vale a pena todo o esforço, porque há compradores.

Por esta altura o clima apresenta-se de certo modo árido e parece não haver muita oferta a fazer, à excepção da carne de caça, olhando para o elevado número (nove) de peças ali expostas entre seixas, veados e pacas no momento da recolha de dados para esta reportagem. Os preços destes bichos variam entre os dois mil Kwanzas (os de pequeno porte) e os 11 mil Kwanzas, no caso dos maiores.

Teresinha, a principal interlocutora de O PAÍS, que após regateamento vendeu um animal selvagem conhecido localmente por kicute por nove mil Kwanzas, disse que não têm sido molestados por quem quer que seja em relação à venda dos bichos, mas já em relação aos elefantes ela diz que há uma clara proibição de abate. “Todas as manhãs os elefantes passam ali à frente para irem beber numa lagoa. Eles destroem o bananal, mas ninguém pode matar”, disse, acrescentando que os elefantes apresentam uma numeração no corpo.

Estas medidas terão sido tomadas muito recentemente, porque no passado, segundo Teresinha, três elefantes foram encontrados mortos sem as suas presas, diga-se os marfins.

Segurança do “Triângulo” requer cuidados

Entre os factos curiosos, há a ressaltar o facto de os camiões, quando não páram, passarem a alta velocidade, justificando medidas como a construção de quebra-molas, ou a presença de reguladores de trânsito que só são vistos em Maria Teresa, a 61 quilómetros do local, e em Ndalatando. Um agente das forças de protecção civil destacado em Maria Teresa disse que por enquanto a circulação tem sido boa, mas já ocorreram alguns acidentes.

“Já tivemos três acidentes causados por rebentamentos de pneus, mas sem causar mortes, apenas feridos que foram levados ao hospital do Dondo”, disse. Dondo ressentido-se...

Dondo ressentido-se...

O estado da estrada em boa parte do trecho entre o Alto-Dondo e Dange ya Menha, além da necessidade de os motoristas evitarem o Morro do Binda, retira alguma clientela ao mercado da capital do município de Cambambe, sobretudo daqueles que se deslocam para o Leste de Angola.

Passam por lá obrigatoriamente os viajantes que seguem para o centro sul do país, o que não deixa de representar uma baixa no número de clientes. Quem mais se ressentido desta situação é a rede de restauração, hotéis e similares. Numa passagem pelo Bar Suíça, o gerente disse que até às 11 horas só tinha atendido três clientes, admitindo que a reabertura do outro ramal afectou o número de consumidores.

Numa altura em que ainda têm de enfrentar a concorrência das barracas e o mercado informal situados na margem do Rio Kwanza, a restauração passará, certamente, por maus dias.

3.9 À baleia de “Candongueiros e Kupapatas”

Novo Jornal

14 de Outubro de 2011

São milhares, estão presentes em todas as cidades do país e fazem parte do nosso dia-a-dia (quer queiramos quer não), mas continuam invisíveis aos olhos das autoridades oficiais. Candongueiros e kupapatas são os protagonistas do novo livro do investigador angolano Carlos M. Iopes.

É quase uma missão impossível para quem circula em Luanda ignorar os milhares de “hiasses” azuis e brancas que, qual rio ondulante, percorrem diariamente as estradas da capital, mas para além de criticar (para não dizer algo pior) a condução dos seus motoristas, o barulho infernal das suas buzinas, o desconforto e o(s) aperto(s) pouco aconchegantes da viagem, já parou para pensar em quem são estes agentes? Quantos são? Que formação têm? Como estão organizados?

Possivelmente não. Mas o investigador angolano Carlos M. Iopes fê-lo. Ao longo da última década o economista e especialista em estudos africanos acumulou várias centenas de viagens nos velhinhos “hiasses”, percorreu várias dezenas de rotas e falou com motoristas, proprietários, cobradores e outros agentes que sustentam, no dia a dia, esta actividade informal. Um longo trabalho de investigação condensado agora no livro “Candongueiros & Kupapatas – Acumulação, risco e sobrevivência na economia informal em Angola”. Nele, Carlos M. Iopes traça um retrato do sector, identifica os seus agentes, o tipo de relações estabelecidas, os padrões de funcionamento da actividade e deixa algumas reflexões quanto ao que poderá ser, ou deveria ser, o futuro destas actividades.

Uma actividade que emprega milhares Hoje, o transporte artesanal assegura uma parte, relevante e crescente, da procura de transporte urbano e motorizado em Luanda e no Huambo, que são os exemplos focados no livro, mas também em qualquer um dos centros

urbanos do país. Calcular quantos agentes estão envolvidos na actividade é um exercício quase impossível. “Sendo um segmento com uma componente informal muito forte não existem registos estatísticos fiáveis e os departamentos oficiais que regulam a actividade não forneceram a informação. Mas as referências da Associação de Taxistas de Luanda apontam para a existência de 35 mil candongueiros a operar só na cidade de Luanda”, refere Carlos M. 10peso Um número por ventura muito abaixo daquele que existe na realidade. Também a quantificação dos moto-taxistas (ou Kupapatas como são conhecidos no Huambo) não é certa. A AMOTRANG, associação que representa os moto-taxista, terá cerca de 101 mil associados, dos quais perto de 20 mil só no Huambo e mais de 17700 em Luanda. Uma vez mais, números que ficam aquém da realidade.

Olhada à escala nacional, a actividade de transporte artesanal envolve várias “centenas de milhares de agentes” que aí encontram ocupação e alternativa à escassez estrutural de emprego formal. “É uma actividade que gera níveis significativos de ocupação em centros urbanos onde o desemprego é elevado, contribuindo para a sobrevivência e acumulação das famílias graças às receitas que gera”. Outra constatação do investigador é o facto de outras actividades crescerem e se desenvolverem “a montante e a jusante do transporte artesanal”. “Para além dos agentes directos, motoristas, cobradores e angariadores, estas actividades geram uma forte dinâmica no comércio de veículos e peças, nas actividades de mecânica, de lavagem de veículos ou, até, de abastecimento de combustíveis”, sublinha Carlos M. 10peso. Tão importante como o emprego que geram e as actividades que sustentam, directa ou indirectamente, é o facto de permitirem que todos os dias milhões de angolanos se desloquem das suas casas para os seus empregos, das suas casas para os mercados, dos bairros periféricos para os centros das cidades. Não obstante os investimentos que foram feitos na reestruturação do sector dos transportes públicos no país (e que inclusive contemplaram a distribuição de mais de 4000 autocarros pelas principais províncias), não existe ainda em Angola um sistema de transporte minimamente eficaz. *Parte do problema ou da solução? Por tudo isto, e numa altura em que o país procura soluções para o seu desenvolvimento, urge perguntar qual o futuro destas actividades?*

“Essa é a interrogação maior que se me coloca. Neste momento está em curso um projecto de reestruturação sectorial para os transportes [Plano estratégico de acessibilidades, mobilidade e transporte de Angola], que apresenta algumas ideias bastante virtuosas, como a aposta na reorganização público/privada, na eficiência da interligação entre os vários tipos de transporte, promoção da concorrência sectorial, etc Agora, desconheço

o que está a ser pensado em concreto para estes segmentos ou se os mesmos estão a ser equacionados neste novo xadrez que se está a desenhar para os transportes rodoviários e colectivos, sabendo nós que eles efectivamente desempenham um papel crucial na mobilidade das pessoas.

E isto suscita-me alguma perplexidade”, confessa Carlos M. Lopes. Apontados frequentemente como “a origem de todos os problemas” de trânsito, sobretudo em Luanda, é preciso que candongueiros e moto-taxistas passem a ser encarados como uma parte da solução, já que “o custo social e económico de se extinguirem estas actividades a curto e médio prazo será muito alto, sendo uma atitude pouco eficiente do ponto de vista da economia”, sustenta o economista. Não faltam em África exemplos de soluções de integração que podem servir de inspiração às autoridades nacionais. O livro “Candongueiros & Kupapatas Acumulação, risco e sobrevivência na economia informal em Angola será apresentado na próxima semana em Lisboa e chegará a Luanda até ao final do ano.

3.10 O canal “altamente perigoso”

Novo Jornal

14 de Outubro de 2011

Ariur kipica cumpre uma pena de prisão de seis meses por ter facilitado o roubo de três toneladas de ferro numa obra de construção, nos arredores do bairro Benfica.

Este agente de protecção física é reincidente. “É a terceira vez que o Artur Kipica entra na cela pelo mesmo crime”, resume o vendedor António Mateus, contactado pelo Novo Jornal no mercado do Kikolo.

Durante as madrugadas, homens e mulheres de negócios estabelecem contactos para a aquisição de materiais de construção a bom preço. “É um negócio de risco, mas rentável se tudo correr bem”, explica Maria Bento, que já é cliente deste canal há 12 anos. “Felizmente nunca tive problemas, nem os meus fornecedores por esta via”, gaba-se.

Este tipo de negócio esteve no seu auge quando o Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) estava em pleno funcionamento com a construção de obras no sul de Luanda. “Chineses caloiros vinham aos mercados a mando dos chefes fornecer milhares de toneladas de cimento, ferro e outros materiais indispensáveis”, denunciou Domingos Mbuati que vende no mercado da Lixeira. “Naquela altura facturámos a sério”, reconhece Mbuati, acrescentando que desde que as competências do GRN foram reduzidas, tudo corre com dificuldades. “Paciência, as coisas são assim”, conforma-se.

A doméstica Antónia Mafuta está numa das unidades prisionais de Luanda a cumprir uma pena de dois meses. Tudo porque, um armazém dos arredores da Estalagem foi assaltado por um grupo de meliantes, que subtraiu quantidades consideráveis de material de construção diverso.

“Está presa porque não quis confessar qual foi a fonte que lhe forneceu os materiais recuperados no mercado de Madeira, na zona do Golf 2”, conta a sua colega Rosa Neto. Para Rosa, todo o material de construção vendido à pressa e a baixos preços oferece muita desconfiança. “Vimos ela neste dia a facturar de acordo. Tentámos questioná-la, mas ela escondeu a proveniência e duas horas depois a polícia apareceu e prendeu-a”, conta à nossa reportagem Rosa Neto.

Os vendedores de materiais de construção neste mercado estão atentos, desde que Antónia Mafuta foi parar atrás das grades. “Vale mais a pena ganhar pouco do que muito”, aconselhou Diamantina lua, natural de Malanje, que vende madeira desde a primeira praça do género em Angola, na altura localizada rio bairro Rocha Pinto. De acordo com esta viúva, os lucros fáceis já fizeram centenas de vítimas entre colegas nos mercados informais.

3.11 Informal versus reconstrução

Novo Jornal
14 de Outubro de 2011

Empresários do sector dos materiais de construção, de uma maneira geral têm motivos de sobra para acreditar que, nos últimos dois anos, o mercado certamente apresenta significativos resultados de venda, tendo em vista a “febre” de obras em curso no país.

Entre os empresários e especialistas do sector é unânime a crença de que o mercado dos materiais de construção em Angola, actualmente, passa por momentos importantes.

“A Construção Civil tem grande importância económica, contribuindo de forma significativa para o PIB (Produto Interno Bruto)”, diz a vendedora Maria Neto Tavares.

Para o estudante universitário, Orlando Neto, dada a importância da economia informal na geração de empregos em economias em desenvolvimento, a informalidade no mercado de trabalho e na estrutura produtiva “não pode ser mais encarado como um fenómeno passageiro e residual”.

Ma informalidade tem sido constatada também em países industrializados (ou desenvolvidos) e de forma cada vez mais intensa”, certificou.

O cidadão maliano Traore Mussa, que também vende materiais de construção, na rotunda da Fubu, diz que Luanda, como outras cidades da África Subsaariana apresenta sintomas evidentes e diversificados de um processo de informatização crescente.

“Nas cidades africanas, o sector informal produz, emprega, distribui rendimentos e assegura a sobrevivência da esmagadora maioria das respectivas populações”, diz o empresário.

3.12 Falsos fiscais atormentam zungueiras

Jornal Continente
14 de Outubro de 2011

Um grupo conhecido de ex-fiscais, então afectos ao Governo da Província de Luanda, está a Actuar nos mercados espalhados na cidade capital do país, de acordo com denúncias dos vendedores dos mesmos.

Segundo consta, estes elementos têm sido violentos, sobretudo, com as vendedoras ambulantes, as suas principais vítimas.

“Eles batem nas senhoras, mesmo aquelas que carregam filhos às costas ou ao colo, para além de se apropriarem dos seus negócios”, contou uma zungueira.

Deolinda Martins, mãe de cinco filhos, vende junto aos armazéns da Gajageiros, no São Paulo, há perto de seis anos, lembrou que por três vezes os burladores levaram o seu produto. “Por duas vezes apreenderam o meu negócio, eles queriam que eu lhes desse dinheiro, mas como não tinha na altura levaram o negócio”, sublinhou, visivelmente desapontada, acusando os agentes da polícia de colaborar com este grupo de elementos. Catarina Manuel, também vendedora ambulante, contou que a situação é precária, uma vez que para vender “é preciso ter muito cuidado, porque para além de fugir os polícias e os fiscais, também pode cair nas mãos dos jovens que eles contratam para ajudar receber o negócio”.

O cenário é igual no mercado dos Congolenses. Segundo as vendedoras, a polícia faz e desfaz, “o s seus superiores sabem disto mas ninguém se pronuncia sobre o assunto”.

“Será que a violência ocorre apenas quando nos batem nos nossos maridos?”, questionaram-se as vítimas, alertando que os polícias, naquele local, são mais violentos que os falsos fiscais.

Nos Congolenses também encontramos a dona Bela, viúva e mãe de cinco filhos. Ela é proveniente de Quimbele, província do Uíge, sendo obrigada a vender na zunga para sobreviver.

Já as zungueiras que operam no Golfe 11, pretendem apresentar queixa no Ministério da Família e Promoção da Mulher, contra os agentes da polícia e fiscais, acusados de maltratar as mulheres angolana que vão à procura do ganha pão para o sustento das suas famílias.

“Quando é que seremos respeitadas no nosso próprio país, se todos os dias somos vandalizadas?”, questionaram-se. Na Rotunda da Cuca, no município do Cazenga, a história é a mesma. As zungueiras estão agastadas com a atitude da polícia e dos fiscais, muitos dos quais, falsos, que todos os dias lhes tiram o sossego.

O continente tentou contactar o director provincial da Fiscalização de Luanda, tendo-se mostrado incommunicável. De acordo com a sua secretária, Soila da Rosa, os mesmos se encontrava reunido e não nos podia atender.

3.13 Matérias de construção de sector informal erguem Luanda

Novo Jornal

14 de Outubro de 2011

Portugal, Espanha, China, Dubai, Angola e roubo (este último altamente perigoso) é a proveniência dos materiais de construção que inundam hoje o mercado informal da capital e que os angolanos adquirem para fazerem, tanto pequenas como as principais, obras no país.

Os novos mercados nascem, ocupam terrenos baldios e crescem de uma forma extraordinariamente rápida e descontrolada.

Na década de 90, o país encontrava-se mergulhado numa profunda crise provocada pela guerra civil. Notou-se o aumento da vulnerabilidade daí resultante para as famílias mais pobres e o consequente incremento da sua fraca capacidade de sobrevivência durante este período, que exigia a procura das mais diversas estratégias para fazer face ao dia-a-dia.

Os níveis acentuados de pobreza urbana, o crescimento das taxas de desemprego, a redução de oportunidades e o crescimento da exclusão deixaram Armindo António

Sampaio com poucas possibilidades de arranjar emprego no sector formal.

“Não tivemos outra opção senão virarmo-nos para o mercado informal”, destaca o homem, de 45 anos de idade, que vende num mercado informal de Luanda.

“O sector informal – aponta Armindo António – oferece-nos uma variedade de produtos em termos de qualidade e quantidade, que são reflexo do seu crescimento em Angola”. O desenvolvimento do sector informal a nível de materiais de construção é, actualmente, uma realidade incontornável. “Os mais de 15 mercados de materiais de construção constituem hoje uma verdadeira rede de retalho e de abastecimento da cidade de Luanda”, confessa Aurora Tomás, que vende no mercado do Camama. Para Aurora Tomás, o crescimento do número de mercados de materiais de construção e do número de vendedores activos nos diferentes espaços reflecte o crescimento populacional da cidade e o peso predominante que o sector informal e, em particular, o comércio a retalho informal têm vindo a adquirir.

“Na maioria dos mercados de materiais de construção, a oferta é diversificada, sendo comercializada uma grande variedade de materiais”, explicou ao Novo Jornal José Samuana, interpelado no mercado da Madeira, nas imediações da rotunda do Gamek. Nos mercados de Luanda os materiais de construção disponíveis são importados, através de diversas vias, que vão desde a sua aquisição a empresas do sector formal, a operadores informais ou ao contrabando. Aqui, as mulheres controlam quase todo o comércio de materiais de construção.

3.14 Ganhar pouco para a sobrevivência

Novo Jornal

14 de Outubro de 2011

O carpinteiro António José trabalha na praça da Madeira do Golf 2 desde 2002, ano em que os angolanos alcançaram a paz. Aos 56 anos António José quer regressar à terra natal, Malanje, de onde saiu há 15 anos. “Faço o trabalho das senhoras que querem cortar ripas, barrotes quando chegam os seus clientes”, esclarece o carpinteiro que, diariamente, tem um lucro de três mil Kwanzas. “Deste valor, mil é para a economia e com dois compro alguns produtos para o jantar. Quero acumular alguns meios para regressar com a minha família a Malanje”, justificou.

Ao lado dele está Paulina Pedro, que vende tribos, pregos e alguns materiais eléctricos. “Fico aqui para fugir do barulho das crianças em casa. Aqui os lucros são poucos, desde que os chineses inundaram o mercado”, lamenta. Nos mercados informais encontramos centenas de jovens que ajudam a carregar e descarregar materiais de

construção. É uma actividade dura descarregar, durante o dia, entre nove a 10 toneladas de ferro ou cimento. Mas é o custo da sobrevivência.

Faustino Jamba contraiu uma tuberculose no ano passado. Agora só amarra as tribos na barraca de uma das senhoras. “Muito trabalho e pouco rendimento, acabei por contrair uma tuberculose”, conta o jovem benguelense, de 27 anos de idade. Segundo este, em três ou quatro toneladas de ferro descarregadas, o rendimento não ia além dos quatro mil Kwanzas. “Agora só faço pequenos trabalhos”, diz ele, enquanto recupera desta enfermidade.

3.15 Mulheres lutam contra a pobreza

Jornal de Angola
15 de Outubro de 2011

A actividade empreendedora da população angolana permite o crescimento de novos inovadores e negócios. O empreendedorismo é reconhecido como um factor crítico para o desenvolvimento contínuo de Angola, uma vez que os empreendedores fomentam a inovação e a competitividade.

É neste âmbito que a Organização Não Governamental angolana Acção Humana tem levado a cabo uma série de acções de formação de mulheres sobre o empreendedorismo e gestão de pequenos negócios, no Centro de Apoio e Mercado municipal do Asa Branca, município do Cazenga, em Luanda.

Um dos objectivos desse projecto, financiado pela ONG americana USAID, num valor de 240 mil dólares, é o de melhorar e capacitar as mulheres empreendedoras angolanas em matéria de negócios.

Numa primeira fase, o projecto de apoio às micro e pequenas empresas de mulheres contou com a participação de duzentas e quarenta candidatas.

Eva Tavares Miguel, vendedora há mais de oito anos no mercado, sito nos arredores da Base Central de Abastecimento (BCA), foi uma das beneficiárias do curso.

Ela contou à reportagem do Jornal de Angola que a acção formativa foi bastante proveitosa, e hoje já consegue planificar e gerir melhor os seus negócios.

Eva Miguel disse que foi através daquela acção formativa que conseguiu começar a desenhar os planos para a sua futura vida empresarial. Suzana Gomes, que também beneficiou do curso de empreendedorismo, vive no Cazenga e vende no mercado do Asa Branca há quatro anos, no sector dos colchões.

Mãe de dois filhos, Suzana Gomes disse que com a conclusão do curso de empreendedorismo, em Agosto deste ano, já consegue planificar os seus negócios. Recordou que uma das primeiras aulas que recebeu durante o curso foi a forma de como, se pode gerir um empréstimo bancário, bem como uma empresa.

Considerou de benéfico o curso que frequentou. Sublinhou que a formação vai ajudar muito na sua futura carreira empresarial.

Idalina Carvalho é vendedora de material de construção no Asa Branca e está a frequentar a segunda fase do curso de empreendedorismo, nas instalações da administração do mercado com o mesmo nome. Revelou que depois de três semanas intensas da acção formativa, ela e companheiras, estarão capacitadas para gerir os seus próprios negócios.

Vanuza Luísa, de 22 anos de idade, é outra vendedora que também frequenta o curso de empreendedorismo. Encontrámo-la na secção de venda de colchões.

Ela chega logo pela manhã, por volta das seis da manhã, ao mercado, e só sai de lá às 16 horas. À reportagem do Jornal de Angola disse que o negócio não é muito rentável mas o pouco que arrecada dá para sustentar os filhos em casa. (De acordo com ela adquire os colchões na fábrica a um preço acessível e posteriormente revende para conseguir tirar algum lucro

“As vendas de colchões variam muito e às vezes há dias que se consegue vender 15, isto quando a procura é maior”, referiu.

No local onde exerce a sua actividade de comercialização, ela desembolsa diariamente cento e cinquenta kwanzas para garantir o ‘2 lugar’ (mais vinte que é pago por dia por cada colchão na casa do processo (local onde são guardadas as mercadorias).

Apoio

Pombal Maria, representante da ONG angolana Acção Humana, disse ao Jornal de Angola que com o Centro de Apoio a Mulheres Empreendedoras “pretendemos apoiar as políticas de luta contra a pobreza do Executivo angolano”. Acrescentou que “achamos que, nós, os jovens, temos uma grande responsabilidade na luta contra a pobreza e o empreendedorismo é a via para o desenvolvimento de um país. Um país se desenvolve pelo empreendedorismo dos seus cidadãos”.

O responsável da Acção Humana revelou que o Centro, neste momento, já formou pouco mais de uma centena de mulheres empreendedoras dos mercados da BCA, Asa Branca, Tala Hady e de outras zonas do município mais populoso de Luanda, como o Cazenga.

Pombal Maria referiu que nesta grande empreitada, que é a luta contra a pobreza, existe a responsabilidade a

vários níveis e “nós enquanto jovens estamos a cumprir com a nossa responsabilidade social”.

Cerca de uma centena de mulheres, frisou, participam, actualmente, numa outra acção formativa a título gratuito.

3.16 Vendedores abandonam mercados

Semanário Factual

De 15 a 22 de Outubro de 2011

Em alguns mercados visitados pelo Factual, foi possível verificar a ausência de vendedoras.

Situado na zona do Zamba 1, o Mercado dos Cajueiros conta com três naves e seis quosques, mas, com a extinção do Roque Santeiro, o mercado registou um fluxo de vendedores, o que obrigou a administração do referido local a construir estabelecimentos de chapa ao longo dos espaços vazios.

Hoje, o mercado dos Cajueiros encontra-se quase vazio, em virtude de a maioria das vendedoras preferir abandonar o local e praticar os seus negócios na via pública, alegando ser mais rentável.

Dona Marta, antiga vendedora do mercado, falou ao Factual que a fuga de outras colegas se deve à ausência de clientes.

“A falta de clientes está a fazer que muitas de nós preferamos vender na rua ao mercado, pois aí há mais rendimento”, cimentou a fonte.

A vendedora de produtos do campo revelou que, por dia, apenas consegue arrecadar cerca de 500 Kwanzas.

Por seu turno, os fiscais do mercado dos Cajueiros afirmaram que as bancadas vagas têm proprietárias e que as mesmas apenas armazenam os seus produtos e vão vender nas ruas.

A situação de abandono regista-se, igualmente, no mercado da Deolinda, por detrás do comando da III Divisão da Polícia.

Mercado está vazio

o mercado encontra-se totalmente vazio, uma vez as vendedoras optarem por vender na parte exterior do recinto, defendendo que os clientes não chegam até ao interior do mercado, devido à existência de uma pequena pracinha a escassos metros.

A venda no exterior do mercado da Deolinda tem causado dificuldades aos moradores, como a inibição do tráfego automóvel e o acumulo de lixo, o que, para os moradores da área, a situação é muito preocupante.

José Ambal falou ao Factual o facto já durar há muito tempo. “Já fomos junto da administração comunal para

ver se poderia fazer alguma coisa, mas, até ao momento, nada ainda foi feito”, acrescentou.

O morador indicou haver a necessidade de retirada das vendedoras da pracinha, bem como as que vendem no exterior do mercado e colocá-las de volta aos seus lugares que oferecem mais segurança e higiene.

Quanto ao mercado do Asa Branca, também no Cazenga, a situação é mais preocupante, visto o mesmo ter dois compartimentos, a parte interior e a exterior.

A vendedora do compartimento interno, Margarida Simão, afirmou ao semanário que os rendimentos têm sido fracos, devido à pouca afluência de clientes.

“A maioria dos clientes prefere fazer compras na parte de fora do mercado e isso impossibilita-nos conseguir receitas. Então, muitas de nós preferimos também vender lá fora”, referiu.

Josefa Baptista, vendedora da rotunda da Cuca, igualmente no Cazenga, informou ter preferido vender nesse local, devido à falta de clientes no mercado dos Cajueiros.

“Tenho o meu lugar no mercado, mas a falta de clientes fez que eu viesse vender aqui, porque os meus gastos eram superiores àquilo que eu vendia”, sustentou Josefa Baptista.

As vendedoras do mercado levantaram, igualmente, a questão do saneamento básico, que não é dos melhores, principalmente no período chuvoso.

Segundo as usuárias do mercado, inaugurado pelo presidente da República, José Eduardo dos Santos, há uns anos, as valas de drenagem das águas pluviais encontram-se inoperantes, o que faz a parte frontal ficar completamente inundada aquando de uma chuva.

A enchente que sempre se regista no local atinge, ao mesmo tempo, a 6ª Conservatória do Registo Civil que funciona no interior do mercado, impossibilitando não só a entrada dos clientes como também dos seus funcionários.

Vendedoras convivem com lixo

N a parte traseira do mercado, as vendedoras são obrigadas a conviver com lixo e lamaçal, causando, desta feita, a contaminação dos produtos perecíveis.

Relativamente ao mercado dos Kwanzas, a venda a céu aberto poderá acabar.

Segundo o administrador Trojo Panguila, será construída, brevemente, uma nova estrutura, com espaço para albergar cerca de 20 mil vendedores.

Enquanto isso, continuam as vendas ambulantes na rotunda da Cuca, na rua dos Comandos e no Ngola Kiluanje, causando transtornos ao tráfego automóvel e aumento de lixo.

Os moradores pedem intervenção à Administração Municipal do Cazenga, no sentido de fazer que as vendedoras que fazem a venda na via pública voltem para os mercados mente no período chuvoso.

Segundo as usuárias do mercado, inaugurado pelo presidente da República, José Eduardo dos Santos, há uns anos, as valas de drenagem das águas pluviais encontram-se inoperantes, o que faz a parte frontal ficar completamente inundada aquando de uma chuva.

A enchente que sempre se regista no local atinge, ao mesmo tempo, a 6ª Conservatória do Registo Civil que funciona no interior do mercado, impossibilitando não só a entrada dos clientes como também dos seus funcionários.

Vendedoras convivem com lixo

Na parte traseira do mercado, as vendedoras são obrigadas a conviver com lixo e lamaçal, causando, desta feita, a contaminação dos produtos perecíveis.

Relativamente ao mercado dos Kwanzas, a venda a céu aberto poderá acabar.

Segundo o administrador Trajo Panguila, será construída, brevemente, uma nova estrutura, com espaço para albergar cerca de 20 mil vendedores.

Enquanto isso, continuam as vendas ambulantes na rotunda da Cuca, na rua dos Comandos e no Ngola Kiluanje, causando transtornos ao tráfego automóvel e aumento de lixo.

Os moradores pedem intervenção à Administração Municipal do Cazenga, no sentido de fazer que as vendedoras que fazem a venda na via pública voltem para os mercados.

3.17 Comerciantes vão paralisar actividade comercial

Semanário Factual

De 15 a 22 de Outubro de 2011

O Factual apurou de uma fonte que o movimento de mobilização de comerciantes a aderirem ao protesto já está em curso em Luanda, desde a semana passada.

“Isto está de mais”, reclamaram comerciantes interpelados pelo Factual, para comentar a situação.

Pedro Lucas, proprietário de um armazém de bens alimentares no Kilamba Kiaxi, declarou que os supostos agentes das Polícias Económica inventam multas para extorquir dinheiro.

Já denunciámos estes casos aos órgãos competentes, mas não há solução. Agora, não sabemos, se o que fazem tem o beneplácito de chefes”, disse, preocupado, o comerciante.

Mamadou Njaya, maliano de nacionalidade, está farto dos intrusos. “Pior, nós, os estrangeiros, passamos muito mal”, confirmou, salientando que “muitos aproveitam o decreto do Executivo de Luanda que prevê encerrar cantinas sem condições.

Esteve Muia, dono de cinco câmaras frigoríficas, onde são congelados peixe, frango (...) e carne, já não tem confiança em certos responsáveis da Polícia Económica. “Este comportamento repete-se e sempre avisamos e não há resposta. O que é que se passa concretamente?”, interrogou-se o comerciante que já aderiu ao apelo para a paralisação.

“As informações que eu tenho é que este dinheiro que regularmente recolhem aos comerciantes por alegados incumprimentos não vai aos cofres de Estado”, acrescentou.

“A paralisação vai acontecer, para obrigarmos os órgãos competentes a tomarem medidas drásticas contra os supostos fiscais”, apelou Ricardo Neto, dono de uma cervejaria no bairro Hoji-ya-Henda.

Para Massamba José, dono de uma cantina no Palanca, a Polícia Económica cinge-se apenas em cobrar multas, mas não consegue identificar os falsos polícias.

“Estamos a perder muito dinheiro. Essa é uma rede organizada”, desconfiou, lamentando que, nos últimos dois meses, já lhe fosse “penteado” cerca de 200 mil Kwanzas.

“Queremos fiscalização legal e não de bandidos”, protesta Cabral de Jesus, proprietário de um supermercado na Samba.

“Vamos passar toda a vida alimentar bandidos?”, interrogou-se, pedindo às autoridades competentes para tomarem medidas apropriadas.

Fonte da Polícia Económica, contactada pelo Factual, reconheceu haver falsos fiscais. “Sempre avisamos.

Quando detectam uma situação dessa natureza, o comerciante deve denunciar”, defendeu o responsável, acrescentando os seus agentes estarem bem identificados.

3.18 Zungueiras entram em cena

Novo Jornal

21 de Outubro de 2011

A manifestação, que começou no cemitério da Santana, parou tudo e todos. À medida que a marcha avançava, mais pessoas juntavam-se a ela. As vendedoras, que se encontravam a comercializar à beira da estrada, junto ao mercado dos congolezes, também se juntaram ao protesto. Cada uma a seu jeito, em grupo, exprimiam os seus problemas, à medida que iam cantando e dançando. “Queremos as nossas casas que partiram. Queremos água e luz”, cantavam umas, enquanto outras pediam o regresso do defunto mercado Roque Santeiro”.

O trânsito no sentido ascendente para a zona do primeiro de Maio ficou parado face ao aumento do número de apoiantes que, volta e meia, deitavam-se no tapete asfáltico, levantando-se e correndo de um lado para o outro.

3.19 Abertura de um pequeno negocio no país dispensa avultadas aplicações financeiras

Jornal de Economia e Finanças

25 de Outubro de 2011

Muitos cidadãos são incapazes de começar um negócio, quando o investimento inicial é modesto. Uma das regras básicas dos bons empreendedores é: “sonhar grande, começar pequeno e crescer rápido”.

Empreendedores como Joaquim Estêvão, 18 anos, não se importam com a pequenez do investimento inicial. O “puto Quim”, como é tratado, desistiu da escola, quando frequentava a sexta classe. Depois da morte do pai, em Benguela, de onde é natural, teve de arranjar forma de vir a Luanda em busca de oportunidades. Mas, posto cá, não teve chances e por pouco não caiu na delinquência. Ao invés disso, aprendeu com os amigos a fazer manicure e pedicure na rua, no largo do Zamba 2, em Luanda. Com mil kwanzas emprestados, comprou lima, verniz, frascos de acetona, algodão e outros materiais que hoje lhe permitem ter uma facturação média diária de 3.000 kwanzas através do trabalho de limpeza, pintura e decoração de umas.

O vendedor de recargas telefónicas, Moisés Zulanguite, 33 anos, também, começou com escassos recursos financeiros. Ele é formado em pedagogia, mas está desempregado. Por isso, pediu emprestados 25;000 kwanzas, dinheiro com o qual iniciou o negócio que sustenta a sua família de três integrantes. Com esta quantia em mãos, Moisés dirigiu-se a um fornecedor de cartões

telefónicos das operadoras Unitel e Movitel e adquiriu 25 unidades.

De seguida, vendeu-os com sucesso. Percebendo o potencial do negócio, voltou a repetir a operação. Ao cabo de poucos dias, postado na berma da estrada, a exhibir os cartões em mãos para os automobilistas, entusiasmou-se pela excelente demanda do produto. Diariamente, consegue um lucro líquido de 1.500 kwanzas. “Não é muito, mas dá para comprar o jantar”, afirmou meio sorridente.

Mas, existem outros negócios que, pela sua natureza, exigem um capital inicial “mais ou menos” elevado. No entanto” oferecem lucros proporcionais ao investimento. Um exemplo disso é o de Maria Luísa, vendedora de cabelo brasileiro na Samba, que iniciou o seu próprio negócio de forma inesperada em 2004.

O marido deu-lhe dinheiro para gozar férias na Itália. Mas, para surpresa da família que aguardava novidades sobre os lugares turísticos da “terra dos papas”, trouxe um monte de sapatos e muita informação sobre oportunidades de negócios.

“Desde pequena que gosto de contar dinheiro”, afirma a contabilista de formação. “Sonhava ser uma mulher de negócios. Nisso, fui muito influenciada pelos meus avós que eram pessoas dedicadas ao comércio”, acrescentou. “Quando voltei da Itália, vendi o calçado que trouxe e consegui lucrar cerca de 5.000 dólares. Por isso, fiquei motivada e decidi desistir do meu emprego para me dedicar às viagens de negócios”.

Agora, desde 2008 que ela viaja para o Brasil, país de onde traz vários tipos de cabelo para senhoras e os revende à porta da sua residência. Fruto do sucesso no negócio, Maria Luísa está a remodelar o espaço do seu quintal para implantar uma boutique. “Quero ter um estabelecimento que me permita diversificar a oferta de produtos. Além de cabelo, gostaria de vender também roupa e cosméticos de qualidade, disse.

3.20 Drama de quem ganha a vida a vender nas ruas de Luanda

Jornal de Angola

18 de Outubro de 2011

Por cada metro da calçada a disputa é selvagem. É um vale tudo repleto de lutas e ameaças em nome do lucro e da sobrevivência. É também uma arena onde; todos os dias, o mais fraco é subjugado pelo mais forte.

O comércio de rua não é um crime para aqueles nascidos na economia de sobrevivência, com oportunidades limi-

tadas de educação e capacitação. E, sim, oportunidade de obtenção de renda básica, alimentação e abrigo para famílias.

Fátima Baptista atende uma cliente, junto ao Cine São Paulo, controlando também quem passa, porque muitos fiscais andam à civil. “Temos de controlar porque os fiscais andam à paisana e não conseguimos distinguir. De repente levam o nosso negócio”, disse.

A venda informal nas ruas não é novidade para elas. Precisam, como afirmaram, de pagar a propina dos filhos e as refeições básicas.

Elas disseram à reportagem do Jornal de Angola que “muitos de nós sujamos a cidade e arredores”. Frisaram que muitos fiscais, que têm irmãs, sobrinhas e mesmo esposas a praticar esse tipo de negócio tornaram-se seus amigos e têm sido sensíveis, fazendo um trabalho pedagógico, como, por exemplo, “mamã, não venda aqui. Não faça isso, porque se o meu chefe passar vou ser punido. Compreenda o meu lado”.

Disseram também que há uns tantos “bangões que fazem o que lhes apetece sem terem em conta a nossa situação, tornando-se inimigos e estimação”.

“As vezes sentimo-nos mal, porque trabalhamos sozinhas, de sol a sol, expostas ao frio, ao calor e mesmo à violência. Mas somos mulheres fortes e perseverantes e se não vendemos hoje, vendemos amanhã”, disse Clara Diogo, vendedora de carne.

Em Maio do ano passado, o vendedor ambulante Pedro Panzo, de 28 anos de idade, que vende calçado e acessórios de telemóveis no passeio, perdeu a mercadoria, no valor de cerca de 30 mil kwanzas. Foi privado da sua mercadoria. Como “um mal nunca vem só”, Pedro Panzo foi detido pelos agentes da Polícia.

Panzo perdeu o seu produto quando se estreava no mercado informal. Mas isso não o fez desistir. A necessidade de garantir o pão de cada dia falou mais alto. No dia 30 de Setembro, a história repetiu-se, com episódios novos e uma particularidade, não foi espancado. “Desta vez, consegui fugir, evitando que me batessem novamente. Só não fui a tempo de levar a minha mercadoria”, disse Panzo.

A vendedora Adriana Sivaya, de 30 anos de idade, teve a sorte de não perder os seus produtos porque os agentes da polícia chegaram dois minutos depois de ter arrumado as suas trouxas e fugido.

“Fugi com o meu negócio”, conta a vendedora, que acrescentou que nem sempre foi assim, porque há um ano e meio que se dedica à comercialização de escovas de dentes, canetas, cotonetes, entre outros produtos, perdendo já por três vezes os seus artigos. Adriana, em meados do ano passado, enquanto tentou reaver os seus

bens, foi detida alguns dias por desacato à autoridade. A segunda situação aconteceu em Abril e a terceira em Agosto de 2011. Ao todo, o prejuízo foi de 50 mil kwanzas, uma quantia importante para a vendedora. “A minha sorte é que eu tinha um cofre de madeira onde depositava algum dinheiro. Quando perdi os meus produtos, abri a caixa e encontrei 30 mil kwanzas, que utilizei para recomeçar o negócio”, disse.

Sérgio Alves, de 25 anos de idade, tem dois filhos e mulher e renda de casa para pagar. No dia 30 de Setembro viveu o pior pesadelo. Há três anos no mercado informal, perdeu por duas vezes os seus produtos, mas nada comparado ao recente acontecimento. Foram-se inúmeros pares de sapatos usados e acessórios de telemóveis.

A acção dos agentes da Polícia custou-lhe o prejuízo de 25 mil kwanzas. Neste momento, Sérgio experimenta a dor do desespero e desabafa: “Agora, não sei o que fazer. Tentamos ganhar a vida de forma honesta e recebemos como recompensa isto.” Estes são alguns dos rostos visíveis do comércio informal que infesta as principais zonas de Luanda:

Sexta-feira

Dezenas de vendedores de rua que perderam os produtos numa operação dos agentes da Polícia Fiscal vivem o mesmo problema. O drama começa por volta das 17 horas, no município do Rangel, próximo dos famosos armazéns das Pedrinhas. A sexta-feira é o dia preferido deles, conforme asseguraram à reportagem do Jornal de Angola.

Os agentes municipais desceram do carro e apanharam desprevenidos muitos vendedores. A missão dos agentes é clara: deixar as ruas e os passeios desocupados pelos comerciantes informais.

Instante depois, o pânico instalou-se. É o salva-se quem poder. Alguns vendedores procuravam na confusão salvar o seu produto

Outros fugiam. Frutas, roupas, bijutarias, legumes, calçado, acessórios de telemóveis, entre outros produtos espalhados pelo chão. Em cenário de agitação e desespero, ouviam-se gritos por todos os lados.

Adultos e crianças corriam de um lado para o outro. Sentiam-se ameaçados e obrigados a fugir. Os agentes da Polícia são persistentes na perseguição. Os que tinham o azar de ser apanhados recebiam “arrepios”. “O segredo para não ser espancado é não mostrar resistência”, diz Gustavo Jorge, que já foi castigado no passado.

Minutos depois dos agentes deixarem o local, os vendedores regressam. O facto repete-se quase todos os dias.

Problema nacional

Há cada vez mais pessoas a abraçar o sector informal como solução diante da crescente falta de emprego. É falso imaginar que é possível levar todos os vendedores de rua para a economia formal. Os passeios estão a ficar mais apinhados de gente a vender diversos tipos de produtos. Os vendedores informais dão à cidade uma imagem negativa devido ao lixo que acumulam, incomodando as autoridades e a população em geral. O crescimento do fenómeno levanta duas grandes questões. A primeira é: porque preferem eles os passeios? A justificação dos vendedores é a “falta de espaço apropriado para se dedicarem à actividade”. Mas, na verdade, “estar próximo dos potenciais compradores” é a principal razão que os move. A segunda é: o que está por trás da actividade? A explicação óbvia é “falta de emprego” e não necessariamente uma deliberada fuga ao fisco.

Fiscais e polícias

Para os fiscais e polícias os vendedores informais ocupam os passeios, o que os coloca em conflito com os transeuntes. Um exemplo concreto é nas proximidades do mercado São Paulo, nos armazéns da Gaj aj eira, onde dificilmente automobilistas e até mesmo peões conseguem transitar. O Jornal de Angola constatou que ninguém tem conhecimento do destino dado aos produtos confiscados na rua.

A falta de esclarecimento sobre como os visados podem recuperar os seus produtos deixa espaço para suspeita, como referiram os nossos entrevistados. “Se os agentes da Polícia 011 os fiscais têm o dever de impedir que os informais exerçam as suas actividades na via pública, também deviam ter o dever de dizer aos mesmos como proceder para recuperarem as suas mercadorias”, disseram.

Paulo de Almeida, segundo comandante da Polícia Nacional, disse que “nós agimos quando existe desordem na via pública. A Polícia, às vezes, faz o papel de outras estruturas, porque andar atrás das zungueiras não é tarefa do polícia. Existe um acomodamento grande no país e que a polícia tem de fazer tudo”, realçou.

O segundo comandante reconheceu que tem havido excesso por parte de certos agentes da corporação, mas também provocações por parte de alguns vendedores informais. “Muitos polícias já foram agredidos e até apedrejados.

E esse é um dos motivos que muitas vezes os leva a agir de forma incorrecta com os vendedores”, disse o segundo comandante, acrescentando que é importante que se faça um trabalho mais educativo junto das populações, no sentido de se evitar esse tipo de constrangimentos para ambas as partes.

3.21 Não há como sofisticar o sistema financeiro enquanto persistir a economia informal

Jornal Expansão

21 de Outubro de 2011

Qual a caracterização que faz do actual momento do sistema financeiro nacional?

Antes de tudo, quero falar do sistema bancário como parte integrante do sistema financeiro no seu todo. Assim, se tivermos a banca como ponto de partida, julgo que, desde 1991, altura da entrada em vigor da Lei Orgânica do BNA que estabelece o sistema bancário em dois níveis, nomeadamente, o banco central e os bancos comerciais, começamos a notar um certo crescimento. Para além disso, acho que é importante para as autoridades angolanas olharem com firmeza para a necessidade de harmonizar as políticas financeiras internas com as que têm sido adoptadas na região.

Mas quero abrir aqui um parêntese para dizer que não podemos olhar para o sistema financeiro dissociado da sua inserção na economia regional, muito menos distanciá-lo do sistema financeiro global, porque hoje em dia temos de olhar para esse facto numa perspectiva mais ampla. E é nessa óptica que temos a obrigação de inserir aqui a bolsa de valores e o mercado de capitais, que são instituições fundamentais para um sistema financeiro que se quer desenvolvido. Para além disso, acho que é importante para as autoridades angolanas olharem com firmeza para a necessidade de harmonizar as políticas financeiras internas em comparação com as que têm sido adoptadas na região. Refiro-me à SADC. Vejo que o Executivo tem estado a trabalhar nessa direcção, as é necessário afinar um pouco mais os mecanismos para que essa ligação, essa sintonia de políticas, concorra para que tenhamos um sistema financeiro à altura das nossas exigências.

Pensa que o desenvolvimento do sistema financeiro nacional passa necessariamente por um posicionamento de destaque na região?

Neste momento, temos a noção de que a nossa economia cresceu.

Disso não temos dúvidas, mas, se repararmos no sistema financeiro nacional e fizermos uma rápida comparação com os outros países da região, vamos concluir rapidamente que ainda temos muito caminho a percorrer. Não podemos contentar-nos com aquilo que foi feito e que está a ser feito. Temos de trabalhar mais. Por outro lado, quando falamos de uma economia de mercado, há dois pressupostos básicos: primeiro, temos de ter um bom sistema financeiro; segundo, a necessidade imperiosa de termos um bom sistema judicial. Ou seja, o sistema judicial tem de funcionar em pleno.

De que forma o sistema judicial pode condicionar o desenvolvimento do sistema financeiro?

Por exemplo, um indivíduo que recorre a um crédito bancário e não honra os compromissos dentro dos prazos acordados. Se o banco intentar um processo judicial contra essa entidade, singular ou colectiva, que não honrou os compromissos, sabemos que esses casos são muito morosos. Para além da morosidade, a mesma pessoa que não cumpriu as suas responsabilidades para com um determinado banco pode ainda constituir outro processo e ir buscar outro crédito a outro banco e assim por diante. A informação de que ele é mau pagador não circula dentro do circuito. E isso não é salutar para o nosso sistema financeiro. Embora nos contente o facto de sabermos que o BNA está a consolidar o projecto da central de riscos, ainda assim, o nosso sistema judicial precisa de afinar mais os seus mecanismos.

Falou, no início da entrevista, sobre bolsa de valores. Acha que o país já tem condições para que essa instituição seja criada?

Temos de ter a noção de que, quando as empresas apresentam as suas contas, transmitem-nos a ideia de transparência, desde que as mesmas sejam certificadas por entidades independentes. A questão que se coloca é que temos casos no mundo em que muitas auditorias têm apresentado contas certificadas, quando, na prática, há uma série de irregularidades. Quando alguém vai ao banco pedir emprestado algum dinheiro, essa pessoa tem a obrigação legal de apresentar os balanços e as contas para os bancos analisarem os seus rácios de liquidez e solvibilidade para ver até que ponto podem ceder o empréstimo ou não. E é a mesma coisa: se eu não for ao banco e me dirigir ao mercado de capitais tentar mobilizar financiamentos, tem de haver uma entidade para certificar se de facto as contas apresentadas não estão falseadas, por forma a garantir segurança aos potenciais investidores e/ou financiadores. Na prática, assiste-se a que muitas empresas não apresentam contas actualizadas e certificadas. Ora, essa transparência exigida pelo mercado ainda não existe. Portanto, não existindo ainda esse clima, é muito complicado meter a funcionar a bolsa de valores ou o mercado de capitais.

Em função da análise inicial, quais são então os grandes desafios e as perspectivas que se abrem para o sistema financeiro nacional?

Na minha óptica, temos de olhar para aquilo que é feito na região e tentar inserir as iniciativas e as políticas financeiras que têm sido desenvolvidas no espaço da SADC, no sentido de alcançarmos a estabilidade de financiamento ao nível da África Austral. Penso que os bancos têm de funcionar sob o princípio do Basileia II, para termos solidez no sistema bancário, permitindo também o funcionamento dos outros instrumentos, mormente a

bolsa de valores e o mercado de capitais, que fazem parte de um sistema financeiro que se quer saudável.

Não é possível avançarmos para um nível de sofisticação do nosso sistema financeiro enquanto não houver cultura económica e persistir a informalização da economia nacional.

Em termos concretos, que políticas e metas deviam ser harmonizadas a nível do sistema financeiro, face ao que acontece na SADC?

Por exemplo, quando os países da região falam da meta de inflação de um dígito, estamos diante de um objectivo comum. No caso concreto de Angola, o País está a funcionar com uma economia, segundo dados disponíveis, com uma média de dois dígitos. No ano passado andou à volta de 15%; em 2009 esteve em torno de 13,5% e neste ano o nível de inflação está a ser projectado na casa dos 12%. E os dados disponíveis apontam para que a inflação acumulada até ao primeiro semestre deste ano seja de 5,31 %. O programa elaborado pelo Executivo aponta para que no espaço de cinco anos Angola venha atingir uma inflação de um dígito. Contudo, e como nós estamos sujeitos a uma inflação estrutural que ronda entre os 7% e 8%, isso faz transparecer que, nos próximos dois a três anos, será difícil atingirmos a meta de inflação programada pelo Executivo já há bastante tempo. Aquilo a que temos estado a assistir é que, nos anos anteriores, entre 2008 e 2007, tivemos uma inflação já próxima dos 11 % a 12%. Só no ano passado, fruto de vários factores, registámos uma inflação de 15,30%.

Como é que avalia a concorrência dos bancos que actuam no mercado nacional?

Refiro-me, por exemplo, aos bancos de origem externa, em relação aos bancos nacionais.

Numa economia de mercado, tem de haver sempre concorrência, partindo do princípio de que ela é salutar. Não apenas em termos dos serviços prestados aos clientes mas também em relação aos produtos que são lançados no mercado.

Falemos sobre bancarização. Até que ponto os baixos índices de bancarização (estimados nos 12%) são explicados pela questão da confiança no sistema e na moeda? Já demos um passo de realce nessa direcção, que é a bancarização dos salários dos funcionários públicos, que considero um pressuposto básico. Temos de aplaudir igualmente a campanha de educação financeira que está a ser levado a cabo pelo Banco Nacional de Angola, mas os bancos têm de procurar atingir maiores níveis de criatividade, no intuito de introduzir mais produtos financeiros que permitam atrair as poupanças que existem na economia. Deste modo, serão os clientes a sentir-se motivados a ir para esse ou para aquele banco para confiarem as suas poupanças monetárias. No passado, fruto, por exemplo, das trocas que a nossa

moeda sofreu e dos elevados índices de inflação que o País registou, as pessoas desconfiaram do sistema bancário nacional.

Hoje, entretanto, e fruto de uma maior estabilidade macroeconómica e de um certo grau de certificação de produtos financeiros, acho que as pessoas podem devolver à banca a confiança que ela mesma perdeu de há um tempo a esta parte pelas razões que á referi há pouco.

Qual é a sua visão sobre a participação do empresariado nacional na economia?

A partir de 1991, aquando do início das grandes reformas na economia, e fruto de uma política de Estado, virada para o fomento e apoio do empresariado, surgiram vários grupos empresariais no País que têm contribuído para suprir algumas lacunas em termos de fornecimento de bens e serviços. Em suma, se recorrermos às estatísticas, vamos notar que há uma presença considerável e salutar do empresariado na economia nacional, porque não temos dúvidas de que as pequenas e médias empresas, em Angola, são as que darão maior contributo ao crescimento do PIE.

Há quem entenda, entretanto, que o empresariado nacional devia ser um pouco mais actuante.

Dos contactos que mantenho com os empreendedores angolanos, menciona-se mais o facto de os bancos cobrarem taxas de juro

3.22 “Fiscais do governo provincial cometem excessos”

*Jornal de Angola
24 de Outubro de 2011*

O director nacional de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas, Alexandre Canelas, reconheceu que os fiscais do Governo Provincial de Luanda em algumas situações cometem excessos. “A abordagem aos vendedores de rua tem de ser feita com habilidade e destreza, quando isso não se verifica há sempre margem para o excesso de zelou, disse o oficial em entrevista ao Jornal de Angola.

Jornal de Angola – Qual é o papel da Direcção de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas?

Alexandre Canelas – É prevenir e reprimir a prática de crimes contra a economia e contra a saúde pública. E também garantir a disciplina no exercício das actividades económicas porque a criminalidade económica é cada dia mais refinada e provoca consideráveis prejuízos ao Estado e ao consumidor.

JA – *Passar alvará comercial a estrangeiros é crime?*

AC – Não é tipificado como tal no nosso ordenamento jurídico. Mas em nenhum momento o cidadão nacional que exerce uma actividade económica de forma legal deve ceder o seu alvará comercial, pois ele é intransmissível.

JÁ- *Quais são os parceiros no combate à criminalidade económica?*

AC – As polícias modernas são totalmente abertas e procuram sempre parcerias com outras instituições. Nós temos relações de cooperação, entre outros, com o Instituto Angolano da Propriedade Industrial, com a Direcção Nacional dos Direitos de Autor e Conexos, Direcção Nacional das Alfandegas, Direcção Nacional de Estudos Tecnológicos do Ministério da Ciência e Tecnologia, INADEC, Sonangol, Gabinete de Inspeção do Ministério do Comércio, Inspeção da Saúde, Direcção Nacional de Medicamentos, bancos, Direcção Nacional dos Impostos, Instituto Nacional de Segurança Social ou o Serviço de Migração e Estrangeiros.

JA – *Em Luanda os fiscais andam atrás das zungueiras, porquê?*

AC – Os fiscais do Governo Provincial de Luanda actuam em conformidade com as suas atribuições. Contudo em determinadas situações a sua actuação tem-se mostrado excessiva.

JA – Os fiscais são acusados de agir com má fé...

AC – Os fiscais não agem de má fé, tentam cumprir as suas obrigações. A natureza do seu trabalho exige grande preparação, pois a abordagem aos vendedores de rua tem de ser feita com habilidade e destreza, quando isso não se verifica há sempre margem para excesso de zelo.

JA – *Quais são os crimes económicos mais comuns?*

AC – Os crimes mais registados. este ano são especulação, peculato; burla por defraudação, contrafacção discográfica, exercício ilegal de funções públicas ou profissão titulada, venda ilegal de combustíveis e falsificação de documentos.

JA – *A legislação do sector está actualizada?*

AC – A legislação carece de actualização para adequá-la à nova realidade constitucional, socioeconómica criminal porque surgem novos crimes.

JA – *Quais são as prioridades da instituição?*

AC – A formação permanente do nosso efectivo. Estamos convencidos de que os resultados operacionais estão intrinsecamente ligados ao domínio das novas técnicas.

JA – *Que medidas estão a tomar no combate à venda ilegal de combustíveis?*

AC – Está em curso um programa de combate à venda ilegal de combustíveis. Contamos com a colaboração da Sonangol, que nos fornece semanalmente os dados da venda e distribuição a partir das suas instalações, o que nos permite fazer o devido acompanhamento. Concorrem também para a concretização do programa outras instituições.

JA – *Há falsificação de produtos?*

AC – temos detectado a falsificação de vários produtos, com realce para os medicamentos, produtos alimentares, bebidas e a clonagem de cartões multicaixa. E no domínio da propriedade intelectual destaca-se a contrafacção discográfica e o uso ilegal de marcas.

JA – *A venda de medicamentos na rua continua?*

AC – Estamos a actuar nessa área, com acções de sensibilização nas comunidades para os perigos decorrentes do uso de medicamentos adquiridos no circuito informal. Aproveito este momento para apelar aos cidadãos que nos ajudem, denunciando casos de venda de medicamentos nos mercados informais e nas ruas. As pessoas devem exercer o seu dever de cidadania. Os nossos contactos são públicos e revelamos isso no nosso site: www.policiaeconomica.-v.ao. As pessoas podem denunciar sem que seja obrigatória a sua identificação.

JA – *Existem farmácias ilegais e pessoas sem qualificações a trabalhar na área dos medicamentos?*

AC – Existem alguns estabelecimentos que exercem a actividade farmacêutica sem estarem legalizados e habilitados. Os nossos agentes têm actuado nesta área conforme demonstram os resultados operacionais das acções desenvolvidas. Só de Janeiro a Setembro deste ano, foram apreendidos e inutilizados 1.300 quilos de medicamentos, autuadas 35 farmácias em situação irregular e detectados 250 indivíduos inabilitados para o exercício da actividade farmacêutica.

JA – *Quem distribui e fabrica os discos piratas?*

AC – A contrafacção discográfica e a venda de produtos pornográficos têm merecido a atenção dos operacionais dos nossos serviços e os resultados representam uma cifra de 1.455 casos autuados e remetidos a Tribunal, com 1.492 detidos nacionais e 11 estrangeiros. A título exemplificativo, no mês de Setembro foram destruídos vários discos contrafeitos. Apreendemos computadores e impressoras para a produção de discos piratas. Os discos piratas também chegam a Angola em camiões que atravessam as nossas fronteiras.

3.23 Pequenos negócios asseguram emprego e receitas para os jovens empreendedores

Jornal de Economia e Finanças
25 de Outubro de 2011

Eram 11 horas da manhã, quando a nossa equipa de reportagem chegou ao largo Avô Kumbi, nas imediações do Centro Comercial do Golfe L A poeira sufocante levantada pelo movimento caótico dos peões à sua volta e o barulho que os taxistas faziam com as buzinas são uma fonte de “stress” para o Jovem que estava, calmamente, sentado, dentro de uma cabine telefónica de cor laranja com apenas cerca de meio metro quadrado.

“Já estou acostumado”, diz sorridente Joni Pinde, 23 anos, operador de uma cabine telefónica de marca Telo. Mais adiante, confessa ser uma chatice estar naquele ambiente que, entretanto, é o local ideal para o seu negócio. As pessoas que vão para o hospital municipal do Kilamba Kiaxi, que fica a poucos metros da sua cabine telefónica, e os clientes que se dirigem para o centro comercial geram uma procura garantida para o seu serviço.

Em tempos, ainda tentou consolidar a carreira de futebolista actuando como júnior do Benfica de Luanda, onde recebia cinco mil kwanzas de subsídio, mas as circunstâncias da vida não lhe foram favoráveis e o sonho de ser um profissional de futebol foi adiado provavelmente para as calendas gregas. o negócio de Joni consiste em pôr à disposição dos clientes dois telefones fixos para quem necessitar de fazer um telefonema. Cada minuto de chamada custa 10 kwanzas. Com o dinheiro arrecadado, ele consegue pagar o aluguer da cabine, sustentar a sua família e, ainda, garantir o arrendamento da casa onde mora.

Diariamente, Wade Garcia de Oliveira, 28 anos, acorda às cinco e meia da manhã. Deixa a filha de três anos, a esposa e o bebé de cinco meses ainda deitados. “Tenho de levantar-me cedo, porque a concorrência nas instalações do fornecedor é enorme”, justifica o revendedor de gás de cozinha.

Wade herdou o negócio do pai. Quando adolescente, o seu pai deixou de trabalhar por invalidez causada por uma trombose. Ele e o irmão mais velho tomaram as rédeas do negócio da família. Graças à famosa “Loja Azul”, construída pelo pai no Golfe I, não tiveram problemas com terreno para implantação e legalização do negócio.

Mas, nem por isso início foi fácil. “Não tínhamos dinheiro suficiente”, recorda Wade. “Começámos com o pouco que tínhamos, mas, com esforço, dedicação e

sacrifício, conseguimos fazer crescer o negócio de venda de gás e outros produtos alimentares na loja. Temos três colaboradores e pretendemos expandir o negócio para outros bairros, como o Benfica”.

Do modesto capital inicial de 45.000 kwanzas, hoje, o volume de negócio ronda os 100.000 kwanzas semanalmente, beneficiado pela enorme procura de gás nos bairros periféricos. Recentemente, os irmãos deixaram a informalidade e legalizaram o negócio, tendo instalado um escritório no bairro Camama junto à residência familiar.

Fernando Costa, 24 anos, era vendedor ambulante de roupa, antes de investir o dinheiro acumulado numa barbearia. Com o andar do tempo, desistiu da barbearia e começou a mandar roupas a parentes e amigos que viajavam para o Brasil.

As roupas eram de marca e boa qualidade, por isso, teve sucesso nas vendas, que cresceram em muito pouco tempo. Dado o volume de dinheiro que movimentava na sua conta bancária, uma funcionária do banco aconselhou-o a legalizar o negócio e abrir uma conta-empresa com vista a obter mais vantagens no acesso ao crédito.

Foi assim que ele decidiu criar a boutique Fernando Costa, uma empresa em nome individual. Embora a boutique seja pequena, com apenas 3,5 metros quadrados, ele emprega dois colaboradores e factura cerca de 300.000 kwanzas mensalmente. “Neste momento, estou a precisar de um crédito de 15.000 dólares para fazer crescer o negócio. Quero preparar-me para a grande procura de roupa que vamos registar no início do próximo ano lectivo”, disse.

3.24 Tecnologias informáticas fazem surgir novos negócios

Jornal de Economia e Finanças
25 de Outubro de 2011

Uma das heranças deixadas pelo co-fundador da Apple, Steve Jobs, é a forma como utilizamos e consumimos produtos tecnológicos. A criação de produtos como o iPod, iPhone, leitores de mp3, iPad e outros dispositivos electrónicos mudou a forma de consumir-se música. Há uma década, ter à disposição um leque variado de mil músicas implicava possuir no mínimo uma estante com centenas de discos ou CD. Agora, graças às novas tecnologias, é possível ter milhares de músicas numa pen drive ou num leitor de mp3.

Este facto não só mudou o consumo, mas também fez surgir novos modelos de negócios baseados nas tecnologias informáticas. Um deles é a venda de músicas no formato mp3 a preços acessíveis. Ou seja, se um CD com 14 músicas variadas custa 1.000 kwanzas, hoje é possível comprar um CD com 1.000 músicas a menos preço.

Quem soube tirar proveito destas vantagens proporcionadas pela tecnologia é o empreendedor Afonso Domingos, 22 anos. Há três anos, ele trabalhava numa empresa como assistente administrativo, mas, em 2009, foi dispensado e ficou desempregado.

Enquanto funcionário, Afonso estava acostumado a trabalhar com o computador, fruto de um curso básico de informática que fez numa escola profissional. Marido e pai de dois filhos, depois de se ver desempregado, Afonso teve que dar a volta à situação para garantir o sustento da sua família.

Com a indemnização que recebeu do anterior emprego, comprou um computador portátil. Foi nesta altura que começou a trabalhar no mercado dos Correios, no Golfe I, município do Kilamba Kiaxi. “Neste momento, dedico-me a gravar músicas no portátil para vender aos clientes que querem inserir essas músicas digitais nos telemóveis ou iPhones”, conta. “Também, vendo filmes, jogos digitais e instalo programas para computador e aparelhos de jogos como play station”, acrescenta Afonso Domingos, que factura diariamente 6.000 kwanzas.

3.25 Vem aí o fim da zungua

Jornal a Capital
29 de Outubro de 2011

Bacias no chão, cabides nas paredes, panos estendidos nos passeios repletos de todo o tipo de mercadoria, em fim, caixas ao pé da estrada, eis o cenário que se observa todos os dias no bairro São Paulo, município do Sambizanga. Este pandemónio começa nas imediações das instalações da Empresa de distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL), e vai até à chamada “gajajeira”.

Aqui é visto um quase infindo aglomerado de zungueiras que desde cedo de manhã, marca presença naquele local. O sítio já ficou baptizado com o nome de praça do “arreou-arreou”, devido ao constante e gradual processo de redução de preços dos produtos lá comercializados. E que perante tanta gente a vender, quem empola os custos, claro que sai a perder, porque as opções de escolha para o cliente são várias.

No entanto, apesar de ser dali que vem o sustento para os moradores e ser a actividade o ganha-pão dos vendedores, nem todos se mostram contentes com a situação criada.

Josefa Marcos, por exemplo, não se retraiu ao ser convidada para falar do seu dia-a-dia no “arreou-arreou”, onde vende há cinco anos.

“Antes vendia no mercado do Asa Branca, mas naquela mudança, perdi o meu lugar, e assim que voltaram a instalar não consegui obter uma ficha”, começou por contar,

notando que ficou então de fora, pois que, a ficha antiga que possuía já não era válida para renovar o lugar na praça.

E para não cruzar os braços, Josefa optou pela zunga de chinelos no São Paulo, em substituição do peixe que comercializava anteriormente no mercado. Aquela multidão de zungueiras vem dos mais diversos cantos de Luanda.

Ida do mercado do Panguila é Maria de Jesus, vendedora de roupa. Só veio para o São Paulo, segundo ela, pelo fraco rendimento que estava a ter lá.

“Tenho lugar no Panguila, mas o negócio lá não anda como aqui”, argumentou para acrescentar: “Vivemos muito distante. Até chegarmos lá, quase que não vendemos nada”.

“Aqui, pelo menos, o negócio anda e tem concorrência. Os clientes estão mesmo à nossa frente”, regozijou-se, sem deixar, entretanto, de se manifestar insegura por falta de sossego, numa alusão à constante intervenção dos fiscais e policiares que lutam pela dispersão delas da via pública. São das pessoas nos novos mercados, alegando insistentemente a ocorrência de cambalachos por parte dos responsáveis que procuram sempre beneficiar seus próximos em detrimento daqueles que já exercem a actividade há muito tempo. No entanto, as autoridades parecem estar agora a pensar no assunto. Tanto é que, a ministra do Comércio, Idalina Valente, reuniu-se esta quarta-feira, 26, em Luanda, com os administradores municipais, adjuntos e comunais, bem como directores provinciais das Actividades Económicas e dos Serviços Comunitários. Objectivo: recolher contribuições para a definição de novas normas regulamentares.

O encontro decorreu na sede do Governo Provincial de Luanda (GPL) e é continuidade de outros já realizados e a realizar nas demais províncias do país. Na reunião de quarta-feira, analisou-se um conjunto de regulamentos em estudo, que em breve serão aprovados, visando adaptar a normalização da actividade dos mercados à realidade da capital.

Idalina Valente manifestou-se, na ocasião, preocupada com a proliferação dos mercados informais, a comercialização de produtos sem a observação de princípios de sanidade e a especulação de preços, afirmando, entretanto, que a actual legislação já não se adapta ao contexto de Luanda e que muitos agentes não a cumprem.

Frisou que o comércio a retalho está a desaparecer, dando lugar ao mercado informal, parecendo que o grossista é o principal concorrente do próprio retalhista, intervindo em qualquer local, mais próximo do cidadão que necessita do produto, devendo tal quadro ser invertido rapidamente.

“Nós continuamos a assistir à alguma falta de actuação dentro daquilo que está estabelecido na actual regula-

mentação que foi discutida e disseminada por todos os órgãos com competência para se poder implementar a lei das actividades comerciais”, afirmou Idalina Valente. Enquanto fechávamos a presente edição, sabia-se que a governante teria estado reunida, em Luanda, esta quinta-feira, 27, com os administradores dos mercados da província e dos directores provinciais das Actividades Económicas e dos Serviços Comunitários.

3.26 A vida de quem faz das ruas local de negócio

Jornal de Angola

29 de Outubro de 2011

Muitas jovens deixam as famílias nas províncias para tentarem a Vida em Luanda, onde partilham, com mais cinco ou seis, o mesmo quarto, forma de poderem juntar algum do pouco que ganham na venda diária. Na maioria, são mães solteiras e sonham com uma vida que raramente, encontram.

Um grupo de quatro raparigas, com menos de 18 anos, sem qualquer experiência de vida, deixa Benguela de carro à procura da sorte, que sonham encontrar em Luanda. Algumas, antes de partirem, juntam documentos que, pensam, lhes vão ser úteis para conseguirem o primeiro emprego.

Na bagagem, além de algumas peças de roupa, essas jovens trazem menos de cinco mil kwanzas. Na grande cidade, que apenas conhecem do que ouviram ou viram na televisão, recorrem li outras para arranjam lugar onde dormir. Não raro, abandonam a escola, levadas pela ilusão de irem ao encontro de uma vida melhor do que a terra natal lhes deu.

Adelaide Kawika, de 17 anos, disse, ao *Jornal de Angola*, que sempre acreditou que era mais fácil ganhar dinheiro em Luanda do que na província onde nasceu.

As jovens de Benguela têm um plano, trabalharem durante três meses e voltarem à terra para, pelo menos durante um mês, estarem com as suas famílias.

Anastácia Marta, 15 anos, é zungueira desde os 12, mesmo que não junte os 400 ou 500 dólares que estipulou para levar para os pais e os irmãos. E a forma que tem de recuperar forças e ânimo, que apenas consegue junto dos seus. Uma amiga de infância meteu-a na venda de fruta na rua. Quase em surdina, afirmou estar cansada da vida que tem, mas satisfeita por poder ajudar a família.

São Pedro da Barra

No bairro São Pedro da Barra, no município do Sambizanga, vivem muitos dos zungueiros de Luanda. Vivem em grupos de seis ou sete. São primos e amigos

que a solidariedade juntou em casas arrendadas, muitas de um compartimento apenas, feito de blocos de cimento e coberto de chapas. Além dos jovens, de ambos os sexos, também há crianças, com menos de 5 anos. Filhos e sobrinhos. Os de sangue e os que passaram a ser.

, Laurinda Maria e Carolina Dunva moram no Vale do Soroca, no Sambizanga, zona isolada e sem iluminação pública. Para lá chegamos, temos de passar por ruelas e amontoados de lixo.

A casa, onde vivem mais cinco jovens, todas de Benguela, não foi rebocada e o chão é térreo. Tem dois compartimentos separados por cortinas. Um serve de quarto de dormir, mas também de ‘ casa de banho e, pelos vistos de cozinha, com um fogareiro, três panelas vazias e uma bacia com loiça. No outro há trouxas de roupa e um colchão de casal.

Com uma vela nas mãos, Carolina mostra como as sete dormem. As que são mães têm prioridade quanto ao colchão. As outras estendem panos no chão para darem descanso aos corpos.

Sobreviver

Porto Pesqueiro, também no município do Sambizanga, é uma zona antiga e de pequenas indústrias ocupadas por novos moradores, pequenos comerciantes, principalmente cidadãos estrangeiros.

Casas construídas desordenadamente e sem grandes espaços entre elas. A falta de dinheiro levou Emília Vaie, 20 anos, a ir para ali viver.

“Prefiro manter-me aqui e poder garantir alguma coisa para a minha família”, disse a jovem, comum filho, de 1 ano, ao colo que, alheia à miséria que a rodeia, ainda sabe sorrir enquanto acarinha a mãe.

Emília, que nasceu no Bocoio, vende no centro da cidade, o que lhe permite despachar todas as frutas. Na cabeça ainda tem lenço que a protege da poeira.

Da rua principal do bairro para a casa de Emília descermos, por um pequeno carreiro, atulhado de lixo, com o cuidado que a situação exige, enquanto ela escorregava com naturalidade, como se estivesse num parque de diversão. Quando interrogámos como fazia o percurso no tempo chuvoso, riu-se:

“Já vivemos aqui vai para três anos; estamos habituados”, explica.

A casa, onde vive com mais sete pessoas, entre elas um rapaz, tem dois quartos, com espaço para cama de casal, e um pequeno corredor. Na altura, estavam todos em casa. Cada um dos moradores contava a novidade do dia. Francisco Muteka é o único calado. Limita-se a sorrir. Um dos quartos está-lhe reservado por ser o único rapaz. Elas dormem todas no outro, tal como o bebé de Emília, que tem outro filho em Benguela. O banho é no corredor e baldes ou sacos servem de sanita. O lixo é depositado na lixeira, a poucos metros de casa. As chapas que fazem de telhado não estão seguras, mas não

impedem que os corpos cansados da zunga adormeçam rapidamente, que as horas de sono passam a correr e o dia que vai nascer é igual ao anterior, feito a vender, a fingir dos polícias, a procurar ganhar algum dinheiro para fingir que se come e ainda mandar para a família que se deixou na província de Benguela...

Mães solteiras

Parte das vendedoras de rua em Luanda são jovens e mãe solteiras. Carolina tem 18 anos e uma filha de 4, de pai desconhecido, que deixou em Benguela. A criança, que ainda não foi registada, vive com os pais dela.

Adelaide, 22 anos, é outra mãe solteira e tem duas filhas em Benguela. Maria Teresa, de 21, tem um filho. Emília tem dois. Nenhuma das crianças está registada.

Arrendamento

Em São Pedro da Barra, as rendas das casas andam entre os dois mil e os 2.500 kwanzas. Os jovens juntam-se e pagam, ao todo, de seis em seis meses, 15 mil.

O jantar é a única refeição que fazem em casa, pois saem para a zunga por volta das 7h00 e só regressam entre as 20h00 e as 21h00. Diariamente, a responsabilidade de comprar os alimentos e de os confeccionar pertence apenas a um. Nas casas em que só há rapazes, há sempre uma vizinha que se encarrega de cozinhar.

Testemunho

Com venda ambulante, afirmam os que a praticam, é possível melhorar a vida, mas só com muita força de vontade e responsabilidade. E o caso de Francisco Muteka.

O jovem, há três anos que se dedica a vender nas ruas de Luanda, conseguiu construir uma casa em Benguela, num terreno oferecido pelo pai.

“Graças a Deus, consegui”, referiu a rir e a recordar que para isso teve de deixar para trás algumas amizades, incluindo a de pessoas que viajaram com ele de Benguela. Na altura, tinha 16 anos e chegou acompanhado de cinco amigos. Começou por vender pilhas de rádio, com um investimento de dois mil kwanzas, no Roque Santeiro.

Depois, passou para as lanternas, mas foi com a aplicação de unhas plásticas e de gel, negócio a que continua a dedicar-se, que o dinheiro de se ver começou a aparecer. Com o que ganha, além de ter construído a casa, ajuda na compra de material escolar dos três irmãos que tem em Benguela.

“Sou o mais velho e se não tiver juízo quem perde sou eu”, disse. Quando ela está doente “fecha” o negócio e vai junto à família para se tratar com os medicamentos da terra.

4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

4.1 Bornito de Sousa

Jornal Agora
08 de Outubro de 2011

A avaliação do progresso dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza não se pode reduzir a uma contabilidade imaginária com números do inconclusivo Inquérito sobre o Bem-Estar da População. Não existem estudos que determinam o perfil de cada região para o seu desenvolvimento económico e os créditos disponibilizados ainda priorizam a cor partidária. O governante esqueceu-se que o projecto do comércio rural encalhou no marasmo há mais de um ano e os agricultores e camponeses reclamam insistentemente, pelo escoamento de produtos. Seguindo os velhos métodos, o antigo líder da bancada parlamentar do MPLA ainda faz vista grossa aos problemas reais e carência gritante nas zonas urbanas de água potável e energia eléctrica. Os administradores não têm espaço de manobra, pois os orçamentos alocados não satisfazem as necessidades básicas. Esqueceu-se ele que a pobreza não se combate com ideias caducas.

4.2 Embargo de obro de magistrado leva administrador do Huambo à cadeia

Semanário Angolense
08 de Outubro de 2011

A detenção do administrador municipal do Huambo, José Luís de Melo Marcelino, ocorrida no passado dia 27 de Setembro, na capital do Planalto Central, terá decorrido de um «excesso de zelo» por parte das autoridades judiciais locais.

Fontes convergentes revelaram esta semana ao *Semanário Angolense* que a detenção do edil municipal terá sido feita no seu local de trabalho, e não no local onde estava a ser executada a obra ilegal que tinha sido objecto de embargo, conforme foi noticiado.

Uma versão que, a confirmar-se, arreda o argumento segundo o qual a prisão de José Marcelino decorreu em flagrante delito, ou seja, quando este procedia à demolição da obra em causa.

Tanto a agência de notícias Angop, como o semanário

«O País», que divulgaram a notícia de forma lacónica, não fizeram nenhuma alusão ao facto da obra em causa ser pertença de um juiz municipal afecto ao tribunal local e que estava a ser erguida num espaço público. Ou seja, no pavilhão multiuso nº 2, erguido no âmbito do Afrobasket em 2007. Não se sabe quais as razões que levaram à omissão do rosto do proprietário da obra. Mas, para que conste, aí vai: trata-se de Orlando Rodrigues Lucas, um (quase) jurista afecto à magistratura judicial, que é ainda estudante (finalista) do curso de Direito.

No entanto, é sábio que os magistrados judiciais ou do Ministério Público no exercício pleno das suas funções estão por lei impedidos de exercerem outras actividades com fins lucrativos, além da docência.

Segundo as fontes deste jornal, o administrador municipal terá sido detido na tarde desse dia, a coberto de um mandado de captura, quando se encontrava no seu local de trabalho.

«Tudo aconteceu por volta das 15 horas e 30 minutos, quando o administrador recebeu a ordem de prisão no seu local de trabalho, com base num mandato de captura, no qual constava apenas o seu nome e o crime de que era acusado. A voz de prisão foi-lhe ditada por um elemento da Polícia Nacional, com a patente de sargento, que se fazia acompanhar por três indivíduos à paisana, que, entretanto, não se identificaram. De seguida, o Eng.º Marcelino foi posto num carro civil, de marca Getz, de cor preta, e em seguida conduzido directamente à comarca», revelou uma testemunha ao SA, que pediu o anonimato.

No Huambo, em alguns círculos, medra a convicção de que a detenção do administrador municipal terá sido feita no sentido de humilhá-lo em praça pública, já que o crime pelo qual era acusado dava-lhe a possibilidade de responder judicialmente em liberdade. Crê-se nos mesmos círculos que a detenção e o posterior julgamento do edil municipal teriam sido perfeitamente evitáveis, por se tratar de um detentor de um cargo público, com residência fixa e ser uma figura bem referenciada na província.

Questiona-se também se o assunto teria tido o mesmo desfecho caso estivessem em jogo interesses de anónimos cidadãos, sobretudo dos descamisados, que, amiúde, não têm sido poupados pelo camartelo demolidor das distintas administrações municipais.

Uma leitura que é adensada pelo facto do réu ter sido obrigado durante o julgamento a usar a farda dos serviços prisionais, o que, no entender das fontes deste jornal, «contradiz o pressuposto que toda a pessoa é considerada inocente até que se prove a sua culpa», «O crime de que ele ia acusado podia ser convertido em multa, pelo que julgo ter existido um excesso de zelo,

senão mesmo abuso de autoridade», afirmou um jurista contactado a propósito pelo SA, mas que preferiu falar na condição de não ser identificado. Diz ainda a testemunha que não se permitiu sequer que o responsável camarário fizesse um telefonema antes de ser levado para a prisão, algo que só aconteceu depois de muita insistência da parte do visado.

No entender de um jurista contactado em Luanda, o caso pareceu-lhe ter tomado contornos particulares, tendo em conta que não terão sido levados em consideração o facto de o administrador ser o representante de uma pessoa colectiva (o Estado angolano) contendendo com uma pessoa individual (o dono da obra). Nesta base, o Estado não podia deixar de ser ouvido, visto ser, por direito, o proprietário originário da terra, segundo o nº 8 do artigo 5.º da Lei de Terras.

José Marcelino foi condenado a 60 dias de pena suspensa, por alegado cometimento de crime de desobediência às ordens da autoridade pública, previsto e punível nos termos do artigo 188 do Código Penal.

4.3 Ensino sobre a cidadania fiscal

Novo Jornal

14 de Outubro de 2011

Os ventos reformistas que assolam o sistema jurídico tributário angolano levam-nos a mergulhar nos movediços terrenos da Cidadania – Cidadania Fiscal. Trata-se de uma temática cujo interesse reside na complexidade e sensibilidade que o informa. Por outro lado, o interesse sobre esta temática assume uma particularidade central por várias razões, em que cumpre destacar três: a) Entendimento bastante sofrível sobre a ideia de solidariedade; b) Entendimento de que a cidadania compreende apenas direitos e não deveres e c) Descrença nas funções do Estado.

1 – Conceito de cidadania

A Cidadania, nas palavras do Professor Doutor Casalta Nabais, pode ser definida como “a qualidade dos indivíduos que, enquanto membros activos e passivos de um Estado-nação, são titulares ou destinatários de um determinado número de direitos e deveres universais e, por conseguintes, detentores de um específico nível de igualdade”. Do referido conceito, podemos surprender três elementos essenciais, nomeadamente, 1) a titularidade de um determinado número de direitos e deveres numa sociedade específica; 2) a pertença a uma determinada comunidade política, em regra o Estado, em geral vinculada à ideia de nacionalidade; 3) a possibilidade de contribuir para vida pública dessa comunidade através da participação.

A Cidadania assume uma dimensão polissémica nos dias que correm, uma vez que pode ser vista em diversas perspectivas. Assim, actualmente tem feito escola conceitos como o de “sobre cidadania”, “cidadania múltipla”, “cidadania mínima” e de submúltiplos da cidadania”. Estes conceitos traduzem o entendimento, pacífico a nível da doutrina, que a cidadania pode comportar graus ou níveis e dimensões. Em sede dos graus ou níveis – sobre cidadania e cidadania múltipla – chamamos a colação o exemplo dos cidadãos de um determinado espaço de integração regional, em que destacamos o espaço comunitário europeu, como um exemplo acabado de cidadania comunitária. Ainda a nível dos graus ou níveis, importa fazer referência a uma situação, embora mais utópica do que realista, ao chamado “Estatuto de cidadão mundial”, uma corrente que tem se assumido cada vez mais forte e defensável nos tempos em que uso da força sob a bandeira da democracia, liberdade e dignidade da pessoa humana têm se densificado. Por sua vez, não devem ser toleradas, num Estado comprometido com os princípios e valores democráticos e com os ideais subjacentes ao Estado de direito, situações de “subcidadania” ou “cidadania mínima”, ou seja, casos de cidadãos que não estejam no pleno uso dos seus direitos civis e políticos, salvo as especificamente definidas na lei, por exemplo as situações respeitantes ao estatuto jurídico dos apátridas e estrangeiros.

Doutra banda, o referente “cidadania” pode assumir uma dimensão pessoal, política ou social. O plano pessoal traduz os direitos e liberdades pessoais, a vertente política consubstancia-se nos direitos de participação política e a dimensão social concretiza-se nos direitos e deveres económicos, sociais e culturais.

2 – Cidadania fiscal conceito e princípios.

A cidadania fiscal é um conceito que se revelou com o advento do Estado fiscal. É escusado referir que o Estado fiscal traduz-se no sacrifício patrimonial que é imposto aos membros (cidadão) duma determinada colectividade, consubstanciada na pessoa do Estado, com vista a participar nas despesas necessárias e indispensável à manutenção desta colectividade. Este sacrifício deve ser mensurado de acordo com a capacidade contributiva dos cidadãos, enquanto corolário do princípio da igualdade. O Estado fiscal vence a lógica de Estado proprietário e de Estado dominial, que vivem essencialmente dos rendimentos advenientes do seu património e da cobrança de taxas pelo uso de bens de domínio público, respectivamente.

No Estado fiscal, o encargo da existência, financiamento e funcionamento do Estado passou a ser assunto de todos, com base na ideia de “solidariedade” entre os membros da colectividade (Estado) – se bem que há quem diga que não se trata, em bom rigor, de solidarie-

dade, porque ao imposto não esta subjacente a ideia de voluntariedade, mas sim de obrigatoriedade. A solidariedade não mais é, senão um aspecto novo ou uma nova dimensão da cidadania, traduzido na ideia de igualdade, justiça e equidade na redistribuição da riqueza nacional. Assim, o cidadão, para além de ser suporte político do Estado assumiu-se também como o suporte financeiro. A cidadania fiscal enquanto “dever fundamental de pagar imposto” não se encontra a mercê do livre arbítrio do Estado, uma vez que no plano constitucional, o poder tributário dos Estados encontra-se limitado fundamentalmente por dois (2) princípios clássicos: 1. O princípio da legalidade fiscal, ancorado na ideia de certeza e segurança jurídica; 2. O princípio da igualdade fiscal, informado pelos axiomas de justiça e equidade, traduzido no princípio da manifestação da capacidade contributiva.

O “dever fundamental de pagar imposto”, precursor do conceito de “cidadania fiscal” teve uma trajetória ao longo da história em que a fila dos apaixonados não deixa de ser considerável, mas nem por isso devemos desconsiderar a corrente dos desapaixonados. Para ilustrar este quadro importa referenciar algumas célebres frases em volta da polémica do poder tributário dos Estados. Benjarnirn Franklín (“neste mundo nada está garantido senão a morte e os impostos”), John Marshall (“O poder de tributar envolve o poder de destruir”), Abraham Lincoln (“acabem com os impostos e apoiem o livre comércio e os nossos trabalhadores em todas as áreas da economia passarão ir a servos e pobres como na Europa”) 1- Olivier Holmes (“os impostos são o que pagamos por uma sociedade -- civilizada”).

- A cidadania fiscal não comporta m apenas uma dimensão passiva, ou seja, a obrigação de prestação de imposto (“pagar o imposto”). Trate de uma relação caracterizada como sendo “difusamente lagmática”, uma vez que impende 0- sobre o Estado vários deveres, tais O como, o dever de criar condições que permitam uma livre participação dos cidadãos na vida pública, o te dever de respeitar os mais elemento tares direitos dos cidadão, maxime direito a vida, o dever de criar tio um ambiente propicio a efectivação dos direitos económicas, sociais e culturais dos cidadãos, nomeadamente, direito a saúde, a IS- educação, a habitação condigna, lia a realização cultural, ao mínimo de existência, entre outros. Do acima se exposto, não resulta a classificação se da relação jurídico obrigacional do imposto como negócio jurídico bilateral “próprio sensu”, sendo que o Estado, enquanto credor do valor do imposto, não se encontra se adstrito a prestações individuais ou concretas a favor de um cidadão em particular, mas vincula-se a uma conduta activa em que a palavra de ordem é o “dever geral de boa governação”, das necessidades da colectividade.

Cumpre, ainda, referir que a cidadania fiscal subverte a lógica geral do conceito de cidadania, normalmente assente na “nacionalidade” corno elemento de conexão. No que respeita a cidadania fiscal, o elemento de conexão relevante tem sido a “residência”. Assim, a li residência enquanto elemento de ti conexão cariz económico constitui o factor decisivo em sede da cidadania fiscal. Importa sublinhar t que os estrangeiros não possuem (cidadania plena no que respeita a (cidadania dos direitos] Nos tempos que correm, a cidadania fiscal é uma realidade em franca ascensão, sendo que são cada] vez mais evidentes os esforços de austeridade por parte dos Estados, ao imporem cada vez mais sacrifícios aos cidadãos, com vista a consolidação das contas públicas e eliminação ou atenuação do défice orçamental que teima em permanecer nas contas dos Estados, talvez por erros de perspectivas nas políticas públicas adoptadas.

3 – Alguns dados da receita (fiscais) e da despesa inscritas no oge.

Para ilustrar, importa fazer referência a alguns dados da receita (fiscal) e despesa inscrita no Orçamento Geral do Estado (OGE) corrente, para inferir a correlação entre quem contribui, pagando o seu imposto e quem beneficia do imposto pago, e nalguns casos mesmo sem ter contribuído, ou seja sem ter exercido a sua cidadania fiscal. Ora vejamos, no que respeita as receitas correntes, um aspecto que salta a vista, ao menos do leitor avisado, prende-se na rubrica “Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares” cujo total da receita compreende KZ 109.879.239.042,00, perfazendo o total 2,63% do valor das receitas correntes. Nesta rubrica, verificamos que o valor pago a titulo de imposto pelos trabalhadores por conta de outrem (kz 100.220.346.667,00), talvez por ser com base na retenção fonte realizada pelo empregador, é manifestamento superior ao que é pago pelos trabalhadores por conta própria (Kz 3.170.725.931,00). Este quadro demonstra bem os níveis de evasão fiscal que se verifica neste domínio, onde se encontra uma classe (Advogados, Médicos, Engenheiros, Arquitectos, etc), diga-se de passagem, que auferem rendimentos cada vez mais elevados. Não deixa de ser interessante verificar que o foi inscrito no OGE, a título de receita do Imposto Predial Urbano, apenas Kz 3.706.871.582,00. Acreditamos tratar-se de valores insignificantes, tendo em consideração o potencial urbanístico da cidade de Luanda, em especial, e do País em geral. Basta olharmos para os avultados rendimentos percebidos, a cidadania e ver fundamental de título de renda, pelos proprietários de imóveis localizados no vetusto casco urbano de Luanda, na urbanização do Talatona, na zona litoral do Benfica, sem descurar os imóveis localizados em outras zonas do País. Com vista a mitigação da “brecha fiscal” no que respeita ao Imposto Predial Urbano, uma das medidas do Projecto Executivo para Reforma Fiscal (PERT) foi

a de aprovar alterações ao respectivo Código, introduzindo o eficaz mecanismo da “retenção na fonte”, quando, em caso de imóveis arrendados, o arrendatário seja uma pessoa colectiva ou singular que possua contabilidade organizada. Por outro, no que respeita as despesas apenas gostaria de referir as elevadas despesas com o pessoal, onde a despesa com o “vencimento e remuneração permanente do pessoal civil” situa-se na ordem dos Kz 437.804.028.913,00, perfazendo um total de 10% da despesa corrente. No que respeita a despesa de “vencimento e remuneração permanente do pessoal militar e paramilitar” temos valores na ordem dos Kz 198.689.092.452,00 e Kz 206.880.958.005,00 respectivamente, sendo que as duas rubricas constituem 10% do total das despesas correntes. Não é despiçando lembrar que a luz do Código de Imposto sobre o Rendimento de Trabalho, os militares e polícias encontram-se isentos do pagamento do daquele imposto, uma isenção que pode mesmo não estar alinhada (lean) a ideia de “solidariedade” subjacente ao conceito de cidadania fiscal, sem sobre pesar a racionalidade que informou esta opção legislativa.

Para concluir, cumpre referir que a trave mestre do conceito de cidadania fiscal traduz-se no “dever fundamental de pagar imposto”, sendo que o cumprimento deste dever permite aos cidadãos o pleno exercício dos seus direitos, bem como confere ao Estado meios financeiros para efectivação dos direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos (saúde, educação e realização cultural), na base daquilo a que Jean-Jacques Rousseau convencionou designar por Contrato Social.

4.4 Municípios voltam a receber cinco milhões de dólares

Semanário Factual

De 15 a 22 de Outubro de 2011

O Executivo, no quadro da Política de Descentralização Financeira, está a transferir, directamente, verbas para as administrações municipais, num montante de cinco milhões de dólares por ano, com o objectivo de resolver os principais problemas que afligem os municípios.

Com a aplicação desta medida, os municípios passam a gerir, directamente, os projectos para a construção de escolas, centros de saúde, estradas, sistemas de abastecimento de água potável e outras infra-estruturas económicas e sociais para o bem estar da população.

Cabe a tarefa de assumir as preocupações que ultrapassam às competências dos administradores municipais e dar respostas céleres aos problemas.

O processo de descentralização administrativa, que concorre para a efectivação das autarquias locais, vai

potenciar o desenvolvimento do País e o diálogo entre as estruturas do Estado.

A descentralização administrativa, por se tratar de um poder mais próximo das populações, vai potenciar, igualmente, uma maior participação e responsabilização dos cidadãos na resolução dos problemas e no desenvolvimento local, reforçando a democracia.

Os municípios estão a desempenhar papel importante na reorganização da população, dando respostas às várias necessidades, designadamente de saneamento básico, energia eléctrica, abastecimento de água potável e criação de infra-estruturas económicas.

4.5 Orçamento do Estado 2012 com menos de 800 mil milhões de KZ

Jorna expansão

21 de Outubro de 2011

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano deverá sofrer um corte na despesa e nas receitas superior a 500 mil milhões Kz (aproximadamente 5 mil milhões USD), face ao OGE inicial deste ano.

Previsões preliminares avançadas pelo Presidente da República, por altura do discurso sobre o estado da Nação, indicam que o OGE de 2012 prevê despesas e receitas de 3,5 biliões Kz (aproximadamente 35 mil milhões USD), menos 500 mil milhões Kz face ao OGE inicial de 2011, aprovado nos finais do ano passado. Se comparado, entretanto, ao OGE revisto de 2011, que, em Junho passado, beneficiou de um acréscimo na despesa e na receita de mais de 300 mil milhões Kz, o Orçamento previsto de 2012 fica com menos 800 mil milhões Kz (8 mil milhões USD).

Sobre o Produto Interno Bruto (PIE), o Executivo estima um crescimento de 12%, no próximo ano, contra 3,7% calculados para este ano, segundo José Eduardo dos Santos.

Entretanto, a elaboração do OGE em referência ainda não foi concluída pelo Executivo, pelo que os números que o Chefe de Estado avançou reflectem o “potencial” que Angola apresenta, não sendo, por isso, ainda dados definitivos. O OGE 2012, avançou o Presidente da República, prevê um “défice zero”.

O petróleo, que responde por mais de 80% das exportações do País, continuará a, ser o sector que mais contribui com receitas no OGE. Para o próximo ano, projecta-se um crescimento de 3% para o sector petrolífero, “enquanto o não-petrolífero cresce-rá 12,5%.

Apesar de prever uma taxa de inflação de menos de 12%, meta estabelecida pelo Governo, Eduardo dos Santos

considera ainda ser este dos maiores desafios que Angola enfrenta, “não apenas do Governo, mas de todos”. De notar que o Índice de Preços no Consumidor (IPC) referente ao mês de Setembro registou a queda da inflação para 11,91% e, pela tendência registada no período homólogo do ano passado, quando o País não observou os “disparos dos preços” com características anteriores, Angola pode muito bem atingir a meta dos 12%.

Na retrospectiva traçada pelo chefe do Executivo, a inflação tem registado “anos de descida sustentada”, com os dados a apontarem marcos de uma taxa de inflação de 6% em 2008, atingindo depois 13,7%, crescendo novamente para 14,7%, em 2010.

“Estima-se que em 2011 a inflação fique abaixo dos 12% projectados no Orçamento Geral do Estado, uma vez que a variação acumulada de Janeiro até Agosto deste ano se cifra em apenas 6,86%, contra 8,4% em período igual de 2010”, disse José Eduardo dos Santos.

O Presidente apontou sucessos alcançados na execução das políticas macroeconómicas, que permitiram o crescimento das Reservas Internacionais Líquida, que atingiram 23,3 mil milhões USD em Agosto, num crescimento de 2,8% em relação ao mês anterior, quando estas se cifraram nos 22,6 mil milhões USD.

A dívida pública global do País, fez saber o Presidente, “continua dentro dos coeficientes de segurança internacionalmente aceites, quer quanto ao seu volume e custos, quer no tocante ao seu perfil de vencimentos”, porém, sem mencionar o valor da mesma.

Falando sobre particularidades dos OGE anteriores e em curso, Santos realçou incrementos na despesa do sector social, que passou dos 12,7%, em 2009, para 34,3%, em 2010, e aproximadamente o mesmo valor para 2011, “condição conseguida, em parte, graças à reestruturação da dívida titulada de curto prazo, levada a efeito nos últimos dois anos”.

“O baixo custo do endividamento externo, combinado com a recuperação dos preços de exportação do petróleo, reflectiu-se na melhoria do saldo das Transacções Correntes da Balança de Pagamentos”, disse José Eduardo dos Santos. O petróleo, que responde por mais de 80% das exportações do País, continuará a ser o sector que mais contribui com receitas no OGE.

Dos grandes projectos geradores de receitas, o líder do Governo destacou os do sector de geologia e minas, que registou um crescimento médio anual de 11,8%, de 2008 a 2011, numa taxa média anual de produção de diamantes na ordem dos 2,5%, consubstanciada no aumento da produção de quartzo e de materiais de construção de origem mineira, como areia, burgau e brita. José Eduardo dos Santos anunciou a retoma da explora-

ção do ferro e manganês nas minas de Kassinga, na província da Huíla, onde, no projecto de parceria público-privada, se contou com um investimento inicial de cerca de 400 milhões USD, “que ascenderá acima de 2 mil milhões USD, nos próximos anos”.

O País, adiantou o líder da Nação, pretende, em 2012, desenvolver outras tantas acções de apoio financeiro ao empresaria do nacional, mediante facilidades na concessão de créditos ajuda “àquelas pessoas que já estão no terreno a realizar diversas actividades económicas de pequena dimensão”.

O Governo quer que sejam os empresários nacionais a controlar as finanças e a economia do País, quando o Estado retirar a sua presença no mercado, em função das normas económicas.

4.6 Sobre o Orçamento 2012

Jornal Expansão

21 de Outubro de 2011

Os cálculos preliminares do Executivo sobre o Orçamento Geral do Estado para 2012 revelam um corte de 500 mil milhões Kz, face ao Orçamento deste ano aprovado em finais de 2010. Todavia, se a comparação do Orçamento anunciado pelo Presidente da República for aproximada ao OGE de 2011 revisto em Junho último, na Assembleia Nacional, esta diferença cresce para acima dos 800 mil milhões Kz, a desfavor de 2012. Ora, o que dizem esses números? Uma das leituras possíveis sugere, em certa medida, alguma contradição entre a despesa anunciada e a expectativa em torno do que será necessário gastar, face às realizações que se esperam no próximo ano.

O Presidente reafirmou que 2012 será ano de eleições, pelo que não só se projectam despesas inerentes à própria logística eleitoral, mas, também algum gasto que gere mais obras e resultados. E a praxe do período eleitoral em qualquer parte, não será diferente desta vez e não o será cá em Angola. Outra contradição possível é o aparente conservadorismo do Executivo, em termos de previsão orçamental, face às condições macroeconómicas internas que se anunciam para o próximo ano. Em termos comparativos, o OGE de 2011 não só sucedeu a um exercício orçamental largamente influenciado pela crise, como foi projectado com base em cenários macroeconómicos menos favoráveis, face aos que se colocam para 2012. De resto, foi do Presidente que se ouviu a projecção de crescimento do PIB de 12%, em 2012, contra os 3,7% deste ano, assim como uma previsão melhorada dos níveis de inflação para abaixo dos 12%, cifra que vem sendo perseguida para este, ano e que, segundo algumas análises não oficiais, não deve ser conseguida.

Aqui chegados, e tendo por base que o actual contexto de reconstrução obriga a um grande sistemático em termos de investimentos públicos, sobretudo quando o comportamento do PIB e dos restantes agregados macroeconómicos assim o permite, mais uma pergunta se coloca. O que estará, afinal, na base desta significativa diferença prevista entre o OGE de 2011 e o de 2012? O discurso do Presidente não respondeu a esta questão, pelo que será necessário aguardarmos pela fundamentação do documento ou pelas explicações do ministro das Finanças. Ou então, como antecipou o Presidente, os 3,5 biliões anunciados são mesmo muito preliminares.

4.7 OGE atribui maiores recursos aos projectos sociais

Jornal de Angola

22 de Outubro de 2011

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2012, apreciado ontem pelo Conselho de Ministros, dedica uma parte considerável dos recursos disponíveis à melhoria das condições de vida das populações, à estabilidade e segurança nacional, ao desenvolvimento socio-económico, ao aumento do emprego e dos rendimentos dos cidadãos e das empresas públicas e privadas.

O documento programático para o exercício económico do próximo ano, apreciado ontem pelo Conselho de Ministros, deve ser remetido à Assembleia Nacional. No que concerne às normas relativas à sua execução, o OGE para 2012 reafirma o compromisso do Estado com as boas práticas de gestão fiscal, de maneira a se assegurar a estabilidade, e o crescimento sustentável da economia. De acordo com comunicado da 2ª Sessão extraordinária do Conselho de Ministros, prevê-se um aumento significativo na taxa de crescimento real da economia, saindo dos 3,4 por cento em 2011, para 12,8 por cento em 2012, enquanto a meta de inflação é estimada em dez por cento.

O principal instrumento de gestão do Estado prognostica igualmente um aumento substancial das receitas do sector não petrolífero de 7,5 por cento em 2011 para 12,5 por cento em 2012. Está ainda previsto um incremento das verbas destinadas ao sector social, tendo em conta o compromisso do Executivo em continuar a melhorar as condições de vida das populações.

A reunião, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, aprovou ainda o Programa de Fomento das Micro, Pequenas e Médias Empresas, com o objectivo de dar apoio directo aos milhões de cidadãos, empregadores e empregados que desenvolvem os seus pequenos negócios, integrando-os gradualmente na economia formal, facilitando o seu acesso ao crédito e

a acções de formação, ajudando na aquisição de equipamento, instalações e matéria-prima para os diversos processos produtivos.

A execução do referido programa vai igualmente contribuir para a diversificação da economia, o aumento da produção interna e da oferta de bens essenciais, a redução, das assimetrias regionais, o fomento do emprego e o combate à fome e à pobreza.

Instituto apoia micro-empresas

Como instrumento da Administração do Estado para a materialização do referido programa, o Conselho de Ministros reajustou a denominação e o objecto social do INAPEM (Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas), passando a denominar-se Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas.

Ao referido órgão vai competir a criação das estratégias nos domínios da capacitação e do financiamento das micro, pequenas e médias empresas.

Ainda neste âmbito, foi apreciado o Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Estatuto Orgânico do Instituto de Fomento Empresarial, entidade que tem como finalidade implementar as políticas e as estratégias de fomento empresarial e promover o desenvolvimento da actividade das empresas em todos os sectores da economia angolana.

Reforma tributária

No quadro da reforma tributária, o Conselho de Ministros apreciou as propostas de Lei que aprovam o Código Geral Tributário, o Código do Processo Tributário e o Código das Execuções Fiscais, adaptando-os à legislação em vigor e à nova realidade económica e social do País.

Pretende-se, com isso, instituir um sistema fiscal mais justo e eficaz, que assegure ao mesmo tempo uma maior equidade na distribuição da riqueza nacional.

No domínio das iniciativas do Executivo para a resolução do problema do défice habitacional no país, o Conselho de Ministros apreciou um Projecto de Decreto Presidencial que cria a centralidade de Cacucaco e estabelece o seu regime foral, bem como outros diplomas que regulamentam a organização, o funcionamento e o plano de urbanização da referida localidade.

No domínio do ordenamento do território, o Conselho de Ministros apreciou uma Proposta de Lei sobre a Organização Territorial, diploma que estabelece as bases da organização territorial, bem como a estruturação, a designação e o modo de progressão das unidades urbanas e dos aglomerados populacionais. O Conselho

de Ministros apreciou igualmente os projectos de Decretos Presidenciais que aprovam os Estatutos Orgânicos da Província de Luanda, da Administração Municipal de Luanda e dos demais municípios e ainda o regulamento das taxas, licenças e outras receitas municipais.

Terminais marítimos

Na perspectiva de descongestionar o tráfego automóvel e facilitar o transporte rápido dos cidadãos na província de Luanda, o Conselho de Ministros aprovou igualmente os contratos para a construção de terminais marítimos no Museu da Escravatura, em Macoco, no Mussulo, no Benfica, na Chicala e no Porto de Luanda. Com a finalidade de continuar a melhorar as condições em que se realiza o transporte aéreo, de passageiros e de carga no interior do país, o Conselho de Ministros aprovou os contratos para a construção das aerogares do Soyo, na província do Zaire, do Dundo, na Lunda-Norte, do Saurimo, na Lunda-Sul e do Luena, na província do Moxico.

Foi ainda aprovada a aquisição de autocarros mistos para o transporte intermunicipal, viaturas para táxis, camionetas, carrinhas, viaturas oficinas e motorizadas, com vista a aumentar a oferta de transportes colectivos à população.

No domínio das relações exteriores, o Conselho de Ministros apreciou os Projectos de Decretos Presidenciais que aprovam o Protocolo Bilateral entre o Executivo e o Governo português sobre a facilitação “de vistos, e o Protocolo de Cooperação nas Áreas de Formação Diplomática e de Intercâmbio de Informação e Documentação entre Angola e Portugal.

O Conselho de Ministros tomou conhecimento dos resultados do Prémio Nacional de Cultura e Artes 2011.

4.8 Déficit orçamental fora de questão

Jornal de Economia e Finanças
25 de Outubro de 2011

Com um valor estimado em cerca de 3,5 triliões de kwanzas, como previsão de receitas e despesas, o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano garante a concretização de todas as metas previstas, sem que se coloque como preocupação a ocorrência de um eventual déficit orçamental. Dito de outro modo, não existe risco de o país gastar mais do que aquilo que tem previsto como receita.

Estas garantias foram avançadas, na semana passada, pelo Chefe do Executivo, durante o discurso sobre o estado da Nação, que marcou a abertura do ano legislativo do Parlamento nacional.

O Presidente José Eduardo dos Santos não deixou de referir-se à galopante subida das reservas internacionais líquidas do país, pois estas estão na base da garantia de uma execução controlada, sem impacto das ondas turbulentas que se abatem sobre as economias mundiais e já afectam todos os mercados.

Conforme lembrou o Estadista, dos 12,6 mil milhões de dólares que transitaram para 2010, foi possível apurar, no final deste mesmo ano, uma soma aproximada aos 17,5 mil milhões de dólares. Já no primeiro semestre deste ano, as reservas do país foram estimadas em 21,4 mil milhões de dólares, num aumento de mais de 23,6 por cento. O feito garante largos períodos de importação, sem dependência de ajudas externas, num cenário de crise generalizada.

Contudo; a subida do desempenho do sector não-mineral da economia continua a servir de factor motivador aos decisores do país, uma vez que permite prever com maior liberdade o futuro ante a descida nos mercados do petróleo, o principal produto de exportação do país. Alias, deste modo, cumpre-se também a intenção do Executivo angolano que é promover a inserção competitiva do país na economia mundial, garantindo assim uma posição de destaque na Africa subsidiária (conforme consta dos sete pilares principais que norteiam a acção do Executivo, apresentado pelo Chefe de Estado).

Aceleração nos programas

Como uma lufada de ar fresco, o processo de pagamento dos atrasados internos levado a cabo pelo Executivo, junto dos operadores locais, tem servido para estimular a participação dos agentes privados nos ingentes desafios que a economia nacional apresenta. Com a necessidade de melhoria da oferta no plano habitacional, onde só o operador público leva a cabo a construção de cerca de 210 mil casas sociais em todo o país, além de outras tantas que estão sob a iniciativa de operadores privados, os planos e programas de governação indicam para uma plena satisfação das principais necessidades da população até 2025, embora com acções cada vez mais visíveis já entre 2012 e 2013.

“No âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, o Estado, o sector privado e as cooperativas estão a levar a cabo em todas as capitais de província e em 127 sedes municipais programas e projectos de construção de infra-estruturas urbanísticas, num total de 350.091 fogos de diferentes tipologias, dos quais 210.024 da responsabilidade do Estado. A população a alojar está estimada em 2 milhões, 100 mil 546 habitantes”, referiu.

Luanda, a capital do país, vai encabeçar o projecto modelo de um país que quer mudar para melhor. A renovação completa da sua imagem é a prioridade, pelo que a reparação de passeios, recelagem das vias rodoviárias, melhoria da iluminação pública e da sinalização e a conclusão célere dos parques de estacionamento previstos, com vista a melhorar a circulação, dominarão o programa a implementar.

Agricultura e indústria

Na visão do Executivo angolano, a agricultura continuará a servir de base para o desenvolvimento e a indústria o factor decisivo. Assim, o seu empenho vira-se na garantia de melhores alimentos às populações em todo o território nacional e isto com a participação sobretudo do sector familiar.

Nota, neste particular, para os mais de 47 milhões de dólares concedidos em crédito aos agricultores, no âmbito da campanha “Crédito Agrícola”, que tem financiamento do Banco de Desenvolvimento de Angola (BOA) e participação dos bancos de Poupança e Crédito (BPC), Comércio e Indústria (BCI), Sol e BAI Micro Finanças (BMF).

“Os camponeses consideram o crédito um instrumento que poderá ajudá-los na luta contra a pobreza e consideram a taxa de juros de 5 por cento e o prazo de reembolso compatíveis com a actividade agro-pecuária e com as necessidades da actividade financeira”, lembrou. o futuro do turismo. O sector do turismo representa as excelentes perspectivas que o futuro reserva à economia angolana. Face à sua grande capacidade de gerar emprego e captar recursos financeiros, os planos do país indicam que maior atenção deverá ser dada a este segmento, pois, pela sua evolução, este deverá, cada vez mais, posicionar-se no quadro dos sectores que mais contribuem para a estruturação do Produto Interno Bruto (PIB). O Plano Director concebido, e recentemente aprovado, é um bom indicador da importância deste sector.

Um dos reflexos da forte confiança que os operadores turísticos têm para com a economia está no facto de estes, continuamente, investirem na criação de infra-estruturas hoteleiras e similares; Por esta razão, em 2010, registou-se um crescimento de 16,1 por cento na chegada de turistas, a oferta hoteleira cresceu para 136 unidades, com uma taxa média de ocupação de 89 por cento, e os Investimentos estimados no sector elevaram-se ao equivalente a mais de mil milhões de dólares.

Todos estes números contribuíram para a aprovação, pelo Executivo, do projecto que fez surgir três novos pólos de desenvolvimento turístico, que complementarão o Pólo de Desenvolvimento Turístico do Futungo de Belas, concretamente os pólos de Desenvolvimento

Tunstico de Calandula, de Cabo Ledo e da Bacia do Okavango.

Transportes

A reabilitação de 6.500 quilómetros de estradas, a remodelação dos caminhos-de-ferro, cuja previsão de conclusão está para 2013, e do Porto do Lobito alinham ainda as grandes obras desenvolvidas no sector dos transportes logísticas e infra-estruturas.

A par destas realizações, foram recuperados e, totalmente, modernizados os aeroportos de Cabinda, Catumbela, Benguela, Malanje, Ondjiva, Lubango e Huambo e encontra-se pronto para ser inaugurado o aeroporto Carianga, em Ndalatando. Nos próximos dias, serão lança aos os concursos de empreitada dos aeroportos do Soyo, Dundo, Saurimo e Luena. O novo aeroporto internacional de Luanda fica para 2012 (no caso a primeira fase) e terá capacidade para 15 milhões de passageiros por ano.

4.9 Orçamento Geral do Estado foi entregue no Parlamento

Jornal de Angola
26 de Outubro de 2011

O Executivo entregou ontem, na Assembleia Nacional, a proposta do Orçamento Geral do Estado para 2012, para a discussão na generalidade no próximo mês de Novembro.

Com despesas e receitas estimadas em 4,42 triliões de kwanzas, o documento chegou às mãos do Presidente da Assembleia Nacional, António Paulo Kassoma, através do Secretário de Estado do Orçamento, Alcides Sáfeca. O documento, que vai servir de suporte para a aplicação do Plano Nacional e do Programa de Investimentos Públicos para 2012, prevê um crescimento nominal de cerca de dez por cento, em relação ao orçamento anterior, para o sector da Saúde, que obteve 5,21 por cento, e a Educação com 8,5 por cento. O orçamento para o sector social subiu para 33,3 por cento.

O ministro dos Assuntos Parlamentares, Norberto dos Santos “Kwata Kanawa”, disse que depois da entrega formal do documento, o Executivo vai, no próximo dia 15 de Novembro, apresentar o Orçamento Geral do Estado para a apreciação na generalidade e na especialidade.

Kwata Kanawa garantiu que até 15 de Dezembro, o Parlamento vai aprovar o Orçamento para o exercício económico de 2012. O presidente da Comissão de Economia e Finanças, Diógenes de Oliveira, disse que a

Assembleia Nacional recebeu em tempo útil a proposta do Orçamento Geral do Estado.

O deputado referiu que depois da apresentação pelo Executivo, a Assembleia Nacional vai reunir com os parceiros sociais para auscultar as suas preocupações. “No período que vai de 15 de Novembro até à data da sua aprovação, em Dezembro, teremos de trabalhar nas comissões permanentes da Assembleia Nacional e com os membros do Executivo para a aprovação do documento”, disse.

4.10 Emprego aumenta no próximo ano

Jornal de Angola
28 de Outubro de 2011

O Executivo estabeleceu medidas no Orçamento Geral do Estado (OGE) para aumentar os postos de trabalho, o rendimento dos cidadãos, das empresas e consolidar as reformas do Estado. Os investimentos públicos apontam prioritariamente para a criação de empregos.

Estas medidas constam de um memorando sobre as linhas gerais do OGE, que esteve em avaliação ontem na reunião do Conselho Nacional de Concertação Social (CNCS). Num comunicado de imprensa tornado público no final do encontro, são definidos os objectivos, prioridades e as metas traçadas pelo Executivo, visando alcançar a estabilidade macroeconómica.

O memorando apresenta as principais políticas macroeconómicas nos domínios do emprego, rendimentos e preços, finanças públicas, políticas monetária, cambial e para o sector social, que prevê um aumento de recursos financeiros significativos.

Os membros do Conselho Nacional de Concertação Social aprovaram ainda os regulamentos das comissões especializadas para os assuntos relacionados com os sectores da saúde, educação, ensino, e sector produtivo, que visam regular o modo de organização e funcionamento das comissões.

Os parceiros sociais reconhecem o esforço do Executivo na solução dos problemas da população, relativos à prestação de serviços básicos de saúde e à criação de condições para a melhoria da qualidade do ensino. No domínio da saúde, o Conselho Nacional de Concertação Social inteirou-se do grau de aplicação do novo regime jurídico da carreira de enfermagem, diploma legal que define o perfil, as funções e as actividades de cada categoria destes profissionais.

O novo diploma legal suprime alguns escalões e permite maior flexibilidade e mobilidade dentro da carreira, com o objectivo de motivar os profissionais no exercício das

suas actividades, em prol de uma melhor prestação nas diferentes unidades sanitárias. No quadro do processo de actualização das categorias dos docentes, iniciado em 2008, o Conselho também analisou um memorando que reflecte a situação do enquadramento dos professores em efectivo serviço, nas respectivas categorias, em função da formação académica e técnico-profissional.

As últimas alterações ao processo de actualização da classe da docência tiveram lugar este mês de Outubro, cuja conclusão está prevista para 2012. No encontro, participaram representantes da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos Confederação Sindical (UNTA-CS), Sindicatos Independentes e Livres (CGSILA), da Associação Industrial de Angola (AIA) e da Câmara do Comércio e Indústria (CCIA). O Conselho Nacional de Concertação Social (CNCS) foi criado em Despacho Presidencial e é um órgão especializado de auscultação e concertação do Poder Executivo, com a finalidade de ponderar e divulgar as medidas de política económica e social do Executivo e promover o diálogo e a concertação com os parceiros sociais.

Parceiros

O presidente da UNTA Confederação Sindical afirmou, ontem, aos jornalistas, após uma reunião do Conselho Nacional de Concertação Social, que no novo regime legal da carreira de enfermagem os salários devem ter poucas alterações. Manuel Viagem referiu que “podem surgir alterações nominais nos salários base, encurtando-se a diferença entre os escalões”.

No anterior regime, recordou, os escalões iam de I a 6 e no actual vão até 3, dando melhor enquadramento aos técnicos na estrutura de carreira e uma elevação nominal dos salários de base.

Entre as acções que o Executivo preconiza para o próximo ano, presidente da UNTA-Confederação Sindical salientou os investimentos públicos que vão criar mais empregos e o aumento de acções para a manutenção e elevação do poder de compra.

Associação Industrial

O presidente da Associação Industrial Angolana (AIA) enalteceu a aplicação prática da Lei das micro, pequenas e médias empresas.

José Severino, que elogiou o papel das empresas angolanas, desvalorizou as campanhas que pretendem criar a imagem de incompetência dos empresários nacionais e disse que elas encobrem “interesses obscuros”.

O presidente da Associação Industrial Angolana afirmou esperar que, no próximo ano, Angola tenha um crescimento económico acima dos dois dígitos para recuperar o atraso e que país precisa competir na região com a grande potência económica, que é a África do Sul.

4.11 Orçamento Geral do Estado 2012

Jornal de Angolense
29 de Outubro de 2011

No que diz respeito ao Orçamento Geral do Estado (OGE 2012), segundo o Presidente, prevê receitas e despesas na ordem dos 3,5 triliões de kwanzas, sem défice. “A título de projecção, uma vez que o seu exercício ainda não está concluído, o Orçamento Geral do Estado para 2012 indica um potencial de receitas e despesas aproximadas a 3,5 triliões de kwanzas, sem défice”, disse.

O mais alto magistrado da nação esclareceu que, as projecções indicam igualmente uma taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto de 12 por cento, sendo 13,4 por cento do sector petrolífero e 12,5 por cento do sector não petrolífero, com uma taxa de inflação na ordem dos 10 por cento.

Relativamente ao cumprimento das suas obrigações para com os credores, referiu que a Dívida Pública Global continua dentro dos coeficientes de segurança internacionalmente aceites, quer quanto ao seu volume e custos, quer no tocante ao seu perfil de vencimentos.

Segundo José Eduardo dos Santos, o baixo custo do endividamento externo, combinado com a recuperação dos preços de exportação do petróleo, reflectiu-se na melhoria do saldo das Transacções Correntes da Balança de Pagamentos, que evoluiu de um défice de 7 mil e 572 milhões em 2009 para um défice de apenas 348 milhões em 2010. Salientou, igualmente que, Angola continua a receber da comunidade internacional o reconhecimento da sua crescente solidez macroeconómica, certificada nos relatórios emitidos em 2010 pelo Fundo Monetário Internacional e pelas três principais agências internacionais de classificação do risco de dívidas soberanas, sublinhando que, o dinamismo crescente dos sectores da construção, agricultura, indústria e serviços evidenciou a participação crescente do sector não petrolífero no Produto Interno Bruto, com um crescimento de 8,3 por cento em 2009 e 7,8 por cento em 2010, enquanto o sector petrolífero se contraía (respectivamente -5,1 e -3,0 por cento), devido à forte redução do preço do petróleo em 2009 e à redução do volume produzido em 2010.

Em relação ao presente ano, disse que se estima um crescimento do Produto Interno Bruto na ordem dos 3,7 por cento, abaixo do previsto no Orçamento Geral do Estado inicial, por causa da redução da produção petrolífera pela empresa BP, por razões técnicas.

O responsável afirmou que, esta redução foi compensada em parte pelo aumento do preço médio anual do barril de petróleo bruto e por um crescimento mais acelerado do sector não petrolífero, devido ao efeito decisivo do Programa de Investimentos Públicos, pois tais

investimentos foram acompanhados pela elevação do nível da despesa do Sector Social no Orçamento Geral do Estado, que passou dos 12,7 por cento em 2009 para 34,3 por cento em 2010, condição conseguida, em parte, graças à reestruturação da dívida titulada de curto prazo levada a efeito nos últimos dois anos.

O Presidente que não deixou de destacar o programa de reabilitação das vias estruturantes de Luanda que deverá entregar à população grande parte das obras ainda em 2011, garantiu que até 2012 ficam concluídas a reabilitação das barragens do Gove, Mabubas, Lomaum e Cambambe, que vão adicionar 295,6 megawatts ao sistema energético do país, adiantando que, este trabalho destina-se a superar o desafio de reduzir a zero o défice de energia eléctrica no país.

O Presidente, anunciou, igualmente, que serão também instaladas centrais térmicas de geração de energia em 2011 e 2012 em Cabinda, Luanda, Dundo, Lubango, Namibe, Menonque, Ondjiva, Huambo e Benguela.

De promessas não ficou por aí. Anunciou também que “neste momento estão em curso os trabalhos de reabilitação e expansão da rede de distribuição de energia eléctrica em Cabinda, Saurimo, Dundo, Caxito, Sumbe, Porto Amboim, Huambo, Caála, Lubango, Namibe e Tômbwa”, para além de projectos estruturantes que vão ser implementados no Soyo, Cambambe, Laúca, Caculo Cabaça, e Keve/Ebo até ao ano de 2016. Segundo disse, a materialização destes projectos vão gerar uma potência de cinco mil megawatts, num investimento de oito biliões de dólares para a produção e de cerca de nove biliões para o sistema de transporte e distribuição de energia.

Com efeito, admitiu, se o subprograma do Executivo para o sector da Energia for integralmente cumprido, o abastecimento de energia eléctrica vai melhorar significativamente em 2013 e, a partir de 2017, os principais problemas estarão praticamente resolvidos.

4.12 Administrações municipais apresentaram os relatórios

Jornal de Angola
29 de Outubro de 2011

As comissões de trabalho das administrações municipais do Dande, província do Bengo, e Cacuaco, em Luanda, apresentaram ontem os relatórios de trabalho das duas circunscrições, no âmbito da lei de alteração político-administrativa, aprovada pela Assembleia Nacional.

Os administradores municipais de Cacuaco, Manuel Cafussa, e do Dande, Manuel Diogo, foram unânimes em afirmar que os relatórios das duas comissões coin-

cidiram no que diz respeito aos sectores social, económico, industrial, agrícola e pesqueiro. As comissões foram criadas para compilar os dados num único relatório a remeter às instâncias superiores das províncias do Bengo e de Luanda.

As comissões de trabalho, lideradas pelos administradores municipais adjuntos para as áreas social e política, foram criadas em Julho último. Integraram as mesmas os responsáveis das repartições da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Técnica, Saneamento Básico, Mercados e Feiras, Ordenamento do Território, Urbanização e Ambiente e Energia e Águas. Os comandantes municipais da Polícia Nacional das duas regiões participaram também nos trabalhos da comissão.

Com a nova divisão político-administrativa, deixam de fazer parte do município de Cacuaco o complexo residencial do Panguila e respectivo mercado, as localidades do Sarico, Musseque Capari, Ludi I e 2 e a zona agro-pecuária de Muzondo. O território de Cacuaco passa dos 572 quilómetros quadrados para cerca de 381., e fica reduzido de 59 para 52 bairros.

A alteração surge na sequência de estudos realizados no âmbito do ordenamento do território, do planeamento da orla marítima e do desenvolvimento harmonizado do perímetro Luanda/Bengo.

Deste modo, Luanda passa a ser composta pelos municípios de Luanda, Cazenga, Cacuaco, Icolo e Bengo, Viana, Belas e Quissama. A província do Bengo passa a compreender os municípios de Ambriz,. Dande, Bufa Atumba, Dembos, Nambuanguo e Pango Aluquem.

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Bornito de Sousa

Jornal Agora
08 de Outubro de 2011

A avaliação do progresso dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza não se pode reduzir a uma contabilidade imaginária com números do inconclusivo Inquérito sobre o Bem-Estar da População. Não existem estudos que determinam o perfil de cada região para o seu desenvolvimento económico e os créditos disponibilizados ainda priorizam a cor partidária. O governante esqueceu-se que o projecto do comércio rural encalhou no marasmo há mais de um ano e os agricultores e camponeses reclamam insistentemente, pelo escoamento de produtos. Seguindo os velhos métodos, o antigo líder da bancada parlamentar do MPLA ainda faz vista grossa aos problemas reais e carência gritante nas zonas urbanas de água potável e energia eléctrica. Os administradores não têm espaço de manobra, pois os orçamentos alocados não satisfazem as necessidades básicas. Esqueceu-se ele que a pobreza não se combate com ideias caducas.

5.2 Embargo de obro de magistrado leva administrador do Huambo à cadeia

Semanário Angolense
08 de Outubro de 2011

A detenção do administrador municipal do Huambo, José Luís de Melo Marcelino, ocorrida no passado dia 27 de Setembro, na capital do Planalto Central, terá decorrido de um «excesso de zelo» por parte das autoridades judiciais locais.

Fontes convergentes revelaram esta semana ao *Semanário Angolense* que a detenção do edil municipal terá sido feita no seu local de trabalho, e não no local onde estava a ser executada a obra ilegal que tinha sido objecto de embargo, conforme foi noticiado.

Uma versão que, a confirmar-se, arreda o argumento segundo o qual a prisão de José Marcelino decorreu em flagrante delito, ou seja, quando este procedia à demolição da obra em causa.

Tanto a agência de notícias Angop, como o semanário «O País», que divulgaram a notícia de forma lacónica, não fizeram nenhuma alusão ao facto da obra em causa ser pertença de um juiz municipal afecto ao tribunal local e que estava a ser erguida num espaço público. Ou seja, no pavilhão multiuso nº 2, erguido no âmbito do Afrobasket em 2007.

Não se sabe quais as razões que levaram à omissão do rosto do proprietário da obra. Mas, para que conste, aí vai: trata-se de Orlando Rodrigues Lucas, um (quase) jurista afecto à magistratura judicial, que é ainda estudante (finalista) do curso de Direito.

No entanto, é sábio que os magistrados judiciais ou do Ministério Público no exercício pleno das suas funções estão por lei impedidos de exercerem outras actividades com fins lucrativos, além da docência. Segundo as fontes deste jornal, o administrador municipal terá sido detido na tarde desse dia, a coberto de um mandado de captura, quando se encontrava no seu local de trabalho.

«Tudo aconteceu por volta das 15 horas e 30 minutos, quando o administrador recebeu a ordem de prisão no seu local de trabalho, com base num mandato de captura, no qual constava apenas o seu nome e o crime de que era acusado. A voz de prisão foi-lhe ditada por um elemento da Polícia Nacional, com a patente de sargento, que se fazia acompanhar por três indivíduos à paisana, que, entretanto, não se identificaram. De seguida, o Eng.º Marcelino foi posto num carro civil, de marca Getz, de cor preta, e em seguida conduzido directamente à comarca», revelou uma testemunha ao SA, que pediu o anonimato.

No Huambo, em alguns círculos, medra a convicção de que a detenção do administrador municipal terá sido feita no sentido de humilhá-lo em praça pública, já que o crime pelo qual era acusado dava-lhe a possibilidade de responder judicialmente em liberdade.

Crê-se nos mesmos círculos que a detenção e o posterior julgamento do edil municipal teriam sido perfeitamente evitáveis, por se tratar de um detentor de um cargo público, com residência fixa e ser uma figura bem referenciada na província.

Questiona-se também se o assunto teria tido o mesmo desfecho caso estivessem em jogo interesses de anónimos cidadãos, sobretudo dos descamisados, que, amiúde, não têm sido poupados pelo camartelo demolidor das distintas administrações municipais.

Uma leitura que é adensada pelo facto do réu ter sido obrigado durante o julgamento a usar a farda dos serviços prisionais, o que, no entender das fontes deste jornal,

«contradiz o pressuposto que toda a pessoa é considerada inocente até que se prove a sua culpa»,

«O crime de que ele ia acusado podia ser convertido em multa, pelo que julgo ter existido um excesso de zelo, senão mesmo abuso de autoridade», afirmou um jurista contactado a propósito pelo SA, mas que proferiu falar na condição de não ser identificado. Diz ainda a testemunha que não se permitiu sequer que o responsável camarário fizesse um telefonema antes de ser levado para a prisão, algo que só aconteceu depois de muita insistência da parte do visado.

No entender de um jurista contactado em Luanda, o caso pareceu-lhe ter tomado contornos particulares, tendo em conta que não terão sido levados em consideração o facto de o administrador ser o representante de uma pessoa colectiva (o Estado angolano) contendendo com uma pessoa individual (o dono da obra). Nesta base, o Estado não podia deixar de ser ouvido, visto ser, por direito, o proprietário originário da terra, segundo o nº 8 do artigo 5.º da Lei de Terras.

José Marcelino foi condenado a 60 dias de pena suspensa, por alegado cometimento de crime de desobediência às ordens da autoridade pública, previsto e punível nos termos do artigo 188 do Código Penal.

5.3 Makas duma Luanda sem governador

Jornal A Capital
15 de Outubro de 2011

O mais interessante e que até o cidadão menos atento questiona, é o facto de muitas das poucas actividades que um governador tenha começado, tão logo é exonerado, o seu sucessor, pura e simplesmente as abandona. Só para citar alguns exemplos, ao tempo do ex-governador, Job Castelo Capapinha, a rua Cónego Manuel das Neves fora proposta para ter apenas o sentido, devendo o mesmo acontecer com a que lhe é paralela, no caso, a rua Comandante Valódia, com vista a facilitar a circulação da e para a baixa de Luanda.

Na mesma altura tinha-se fixado o horário dos camiões e iniciada a sem aforização de alguns pontos de estrangulamento do trânsito. Não tardou, foi exonerado. Sua sucessora no cargo, Francisca do Espírito Santo, mandou parar tudo e voltar à estaca zero, embora, mais tarde viesse a reiniciar a colocação de semáforos.

Na era de Francisca do Espírito Santo arrancou o projecto de pintura de prédios um pouco por toda a cidade. A iniciativa; mesmo sem tendo sido posta em prática na altura, remonta ao tempo da Comissão de Gestão de

Luanda, dirigida pelo general Higino Lopes Carneiro, da qual era coordenador.

Executada por Do Espírito Santo, mudou o visual arquitectónico de muitos edifícios da capital, contudo, assim que saiu da governação, tudo parou.

Ainda na vigência da única mulher que governou Luanda, fora anunciado um concurso público com vis41a se captar o melhor modelo para ilustrar os nomes de lugares e sítios da província. Tanto quanto se sabe, até agora nunca mais foram anunciados os resultados do mesmo, em detrimento da toponímia da cidade que continua dispersa.

O mais recém-exonerado governador de Luanda, José Maria dos Santos, não deixou, tantos projectos assim, em curso. Para atrás ficam os que herdou e as incessantes visitas de campo pelos municípios.

Mas uma das mais frequentes tónicas da sua agenda, no entanto, pareceu ser o combate ao lixo, tendo, para os devidos efeitos substituído o anterior director da Elisal, Lúcio Martins, pelo actual, Antas Miguel.

Foi este que, ainda no consulado de Zé Maria, apresentou um novo plano de deposição e recolha de resíduos, cuja surpresa seria o pagamento de uma taxa, pelos cidadãos, acoplada à da EDEL. Quanto a efectivação da intenção, pouco se sabe.

O que se sabe, sim, é que, o GPL está há sete meses sem pagar as empresas de recolha de lixo, I porque, segundo fontes, José Maria dos Santos, enquanto governador, sempre se mostrou indiferente aos problemas destas empresas, por alegada, pretensão de criar a sua.

Verdade ou não, certo é que as empresas em causa estão a enfrentar uma série de dificuldades no exercício das suas actividades, na sequência da não a locação de verbas, pelo GPL, situação que se arrasta há já sete meses, sem vislumbrar uma saída para o seu fim.

Informações não confirmadas referem, entretanto, que o Ministério das Finanças já disponibilizou os valores, faz tempo, tendo o antigo governador se mostrado indiferente em solucionar o problema.

Tudo complicou-se ainda mais, com a recém-exoneração do então governador.

Já se fala numa possível paralização das mesmas, o que, a acontecer terá repercussões catastróficas, pelo volume de resíduos que se produz, agravado com a época chuvosa que se avizinha.

Estes são apenas alguns exemplos de, às quantas tem Luanda andado, sem nos esquecermos, por outro lado,

da já há muito referenciada por vários analistas, “excessiva interferência nos projectos do GPL, por parte do Governo Central”.

Prova desta situação são as várias comissões e gabinetes criados pelo Executivo. Um deles foi o Gabinete para Intervenção na Província de Luanda, coordenado por Joaquim António Reis Júnior, secretário do Conselho de Ministros, e coadjuvado por Manuel Correia Victor, para área económica, Manuel António, para a área social, e por Afonso de Antas Miguel, para a área produtiva.

O gabinete tem em vista conduzir de modo coordenado o elevado número de projectos de subordinação ao Governo Central, designadamente, nos domínios das infra-estruturas básicas, da requalificação urbana e do ordenamento rural, harmonizando-os com os programas e projectos de carácter local.

Ele deve funcionar tecnicamente em estreita colaboração com o Gabinete Técnico de Coordenação dos projectos da Província de Luanda, em matéria específica, e estabelecer uma relação de coordenação especial com o Governo da Província, no que se refere a troca de informações sobre a execução dos projectos de carácter local. Outro é o Conselho de Coordenação Estratégica para o Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Económico e Social, criado em Junho de 2010, com a finalidade de harmonizar e coordenar os vários projectos de infra-estruturas a executar pelo executivo na província de Luanda, consubstanciados em programas de macrodrenagem, saneamento básico, reabilitação e construção de estradas, ruas e realojamento das populações residentes nas áreas de execução dos referidos projectos.

Cada vez mais problemas

Contudo, a grande maioria dos munícipes sabe que por alturas do fim do ano, as coisas complicam-se ainda mais. O trânsito fica caótico, falta água e luz, enfim, de tudo um pouco.

Só que, nos últimos meses, numa altura em que a província de Luanda continua, estranhamente sem governador, a situação assumiu contornos piores, a começar pela gritante falta de água e electricidade à quase totalidade da cidade. As dezenas de semáforos plantados voltaram a não passar do amarelo intermitente, complicando, ainda mais a circulação rodoviária.

Já se sabe o que ocorre quando a capital fica às escuras.

As consequências

são incalculáveis: aumento da insegurança, com a alta da delinquência nos bairros, aumento de acidentes de viação, atropelamentos, para além de afectar a conservação de alimentos frescos.

Os constrangimentos, estendem-se, igualmente, para a

poluição sonora, já que a maioria das pessoas, na falta de electricidade, recorre a geradores alternativos.

O governador, sempiternamente, interino Graciano Francisco Domingos e seu executivo, poucas intervenções fazem. As poucas que fizeram, até há pouco, uma; tinha a ver com a proibição da abertura dos centros comerciais, incluindo cantinas, às segundas-feiras, por causa da recolha do lixo. A medida, que provocou alguma inquietação no seio da população, não durou, tendo dias depois sido levantada.

Outra, foi a proibição de manifestações no largo Iº de Maio, e consequente indicação de outros lugares alternativos a nível de municípios, mas, como a anterior, tendo em conta a polémica que provocou, não se manteve.

O que na verdade fica na esteira deste costume assente na teoria de que as iniciativas deixadas por antecessores não devem ser continuadas, é um acumulo contínuo de projectos anunciados e nunca concretizados.

Estando agora em plena época chuvosa, os dramas vividos há mais de cinco anos, hão de se repetir.

5.4 Jovens “fogem” para o centro do País

Jornal Factual

De 15 a 22 de Outubro de 2011

Por dificuldades em conseguir empregos estáveis no funcionalismo público da cidade de Luanda, jovens residentes nos municípios de Viana, do Sambizanga, do Cazenga e de Cacucaco estão a abandonar, desde o princípio do ano em curso, a cidade capital, com destino às províncias de Benguela, do Bié, da Huíla, do Zaire, do Uíge e do Kwanza-Sul.

o Factual constatou que os jovens, com formação média e superior, ainda não empregados, optam por viajar pelas transportadoras privadas e residir em colectividade ou em casas de familiares, até que consigam uma vaga que lhes permita revalorizar a vida como cidadãos activos do território nacional, para a obtenção de uma casa e constituição de família.

o jovem Inácio Kanga, por exemplo, deslocou-se de Luanda para a cidade do Soyo (Zaire), à procura do primeiro emprego. Ele fez saber ao Factual que, na capital do País, as exigências das instituições do Estado constituem barreiras à concessão de emprego.

“Aqui, no Soyo, fui valorizado, não necessitei de esperar para ser empregado. Hoje, sou tradutor de língua inglesa e sinto-me feliz a trabalhar para uma firma estrangeira e ajudo os meus familiares há seis meses”, indicou, acrescentando que o projecto Gás, da Sonangol, e as

empresas de construção civil são as instituições privadas e estatais que mais empregam jovens necessitados.

De acordo com

Mendes Narciso, sociólogo, alguns angolanos acabam por entrar na República Democrática do Congo, para desenvolver pequenos negócios e levar mercadorias informáticas, de construção e de vestuários, com o objectivo de as revender em Angola.

“O Estado não deve esperar que os jovens atinjam 30 anos para a sua primeira oportunidade, pois podem sentir-se frustrados e excluídos da esfera social”, opinou. A Lei de Base do primeiro emprego tem por objectivo a promoção e a inserção profissional dos jovens, bem como a adaptação aos postos de trabalho, reconhecendo o desenvolvimento de actividades profissionais inovadoras que possam corresponder a áreas de criação e expansão de emprego e que se insiram, prioritariamente, nas zonas de desenvolvimento definidas pelo Estado, artigo 3º Lei nº 1/06, de 18 de Janeiro.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Direito à habitação condigna é debatido em todo o Mundo

Jornal de Angola
03 de Outubro de 2011

O acto central em Angola do Dia Mundial do Habitat, que se comemora este ano sob o lema “Cidades e Mudanças Climáticas”, realiza-se hoje na cidade de Ondjiva, capital do Cunene.

A jornada comemorativa será marcada por abordagens sobre a problemática das cidades e a influência das mudanças climáticas, e pelo lançamento do livro “Perfil Hidrográfico do Rio Cuvelai”, editado pela organização não governamental Development Workshop. A comemoração do Dia Mundial do Habitat visa reflectir sobre o estado das cidades e os direitos dos cidadãos a uma vida digna.

A data, instituída pela organização das Nações Unidas (ONU) em Outubro de 1985, é comemorada na primeira segunda-feira de Outubro de cada ano, com o objectivo, também, de fazer recordar a responsabilidade colectiva pelo futuro do habitat humano.

Com estes objectivos, as Nações Unidas pretendem manter o desafio do crescimento urbano e elevar a consciência sobre a necessidade de melhor planificação urbana e incentivar as melhores práticas.

Nos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, as cidades sentem os efeitos das mudanças Climáticas, redução de recursos, insegurança alimentar, crescimento populacional e da instabilidade económica.

Vários países em vias de desenvolvimento continuam a apresentar índices elevados de urbanização, acompanhados de consequências sérias, nomeadamente, os assentamentos precários, sem infra-estruturas adequadas para atender as populações urbanas crescentes.

Com mais de metade dos habitantes do mundo a viver em áreas urbanas e com a expectativa de crescimento demográfico de dois terços numa só geração, a agenda urbana deverá ser, cada vez mais, uma prioridade para governos e autoridades locais em todo o Mundo.

Dados das Nações Unidas estimam que 59 por cento da população mundial habitará em áreas urbanas até 2030, sendo que, a cada ano, mais 67 milhões de pessoas passam a viver em cidades.

6.2 Novos focos habitacionais no Andulo

Jornal de Angola
04 de Outubro de 2011

A empresa de construção civil Kora-Angola, que venceu o concurso público para a construção de sete mil fogos habitacionais na província do Bié, começa, antes do fim da primeira quinzena deste mês, com os trabalhos técnicos para a construção de mil casas no município do Andulo.

Esta informação foi tomada pública na semana passada pelo director adjunto da construtora Kora-Angola, Bokolo Israel, durante o acto de entrega da reserva fundiária de Cambuanda, limpa de minas pelas brigadas das Forças Armadas Angolanas e do Instituto Nacional de Desminagem.

A reserva possui 72.235 hectares, tendo sido desminados 164 hectares, destinados à construção de mil casas. O Andulo possui cinco reservas fundiárias, nas quais a área reservada para a construção de casas é de 183.534 hectares. O município do Andulo, que fica a 130 quilómetros do Cuito, tem uma superfície de 10.700 quilómetros quadrados e conta com uma densidade populacional de 311.544 habitantes. Município sem sinal de rádio e televisão.

O município do Andulo está sem sinal da Rádio Nacional de Angola e da Televisão Pública, há uma semana, devido a sua avaria registada nos emissores das duas estações. O Jornal de Angola apurou no local que, nos dois emissores, se registaram curto-circuitos que danificaram os respectivos equipamentos, fazendo com que os municípios da região fiquem privados dos serviços da rádio e da televisão.

As direcções locais da emissora provincial do Bié da Rádio Nacional de Angola e da delegação provincial da Televisão Pública desenvolvem acções para a reposição urgente do sinal.

O Centro de Produção Radiofónico do município do Andulo foi inaugurado a 5 de Junho de 2010, pelo vice-ministro da Comunicação Social, Miguel de Carvalho. O Andulo possui um Centro Integrado de Comunicação Social, onde funciona o Centro de Produção Radiofónica da Rádio Nacional, gabinete de correspondência da Agência Angola press – ANGOP, Emissor da TPA e Delegação Municipal das Edições Novembro E.P, proprietária do Jornal de Angola, “Jornal dos Desportos” e “Jornal de Economia e Finanças”.

6.3 Cidadãos podem regularizar os processos no caso de registos destruídos pela guerra

Jornal de Angola

06 de Outubro de 2011

Os casos de registos destruídos pela guerra ou em que exista apenas o documento de quitação passado durante a alienação dos mesmos pelo Estado são resolvidos mediante o Processo de Justificação Administrativa, afirmou a conservadora adjunta e técnica do Ministério da Justiça, Edna Silva.

A conservadora explicou que o processo foi criado para suprir a falta de títulos necessários ao registo predial, em casos de contrato promessa de alienação, ou qualquer outra prova documental que permita justificar o direito de propriedade ou de superfície.

Ao dissertar sobre o tema “Os processos especiais de justificação”, durante um seminário sobre o Registo Predial e Notariado, a conservadora Edna Silva referiu que o requerente que não disponha de documento bastante para a prova do seu direito tem agora a oportunidade de regularizar a sua situação, graças ao Processo de Justificação Administrativa.

O processo simplificado é apenas aplicável às situações de falta de título do direito de propriedade ou de superfície sobre bens imóveis, destinados à habitação, actividades comerciais, industriais ou profissionais, para efeitos de registo predial. “O processo inicia-se com a apresentação de um requerimento dirigido ao conservador, territorialmente competente, em que o justificante ou aquele que demonstra ter interesse no registo, solicita o reconhecimento do direito em causa”, explicou.

O requerimento deve indicar os motivos que impossibilitam a comprovação dos direitos de que alega ser titular pelos meios normais.

Mercado imobiliário

O Regime de Propriedade Horizontal vai permitir um aumento da arrecadação de receitas fiscais e emolumentos por parte de organismos públicos, permitindo uma maior contribuição para a evolução e crescimento económico e social do mercado imobiliário angolano.

A afirmação é do técnico do Ministério da Justiça, Etiandro Simões, que dissertava sobre o tema “O novo regime de propriedade horizontal”, durante um seminário sobre o Registo Predial e Notariado. O referido instrumento jurídico serve, de igual modo, para conferir maior segurança e estabilidade ao mercado relativo ao comércio jurídico de imóveis, diminuindo, deste modo, os litígios inerentes.

Foram feitas algumas alterações legislativas e pretendeu-se estender, com as necessárias adaptações, as regras

e princípios inerentes à propriedade horizontal aos chamados condomínios privados, de modo a suprir uma lacuna legislativa e a falta de regulamentação;

6.4 Primeiro Guiché do imóvel criado na cidade do Kilamba

Jornal de Angola

06 de Outubro de 2011

A Cidade do Kilamba foi a escolhida para a criação do primeiro projecto, a nível do país, do Guiché do Imóvel (01), disse na terça-feira, em Luanda, a conservadora do Registo Predial, Elisa Maria Alves, durante um seminário organizado pelo ministério da Justiça.

No Guiché do Imóvel vão estar representadas a Direcção Nacional dos Registos e Notariado (DNRN), a Direcção Nacional de Impostos (DNI), o Ministério do Urbanismo e Habitação, a administração Municipal, o governo da província e outras entidades públicas ou privadas a definir, como bancos e mediadoras imobiliárias.

Os órgãos instalados podem emitir as competentes autorizações, certidões e títulos administrativos. A Direcção Nacional dos Impostos tem a missão de liquidação e cobrança dos impostos, inscrição ou actualização das matrizes prediais e emissão das necessárias e competentes certidões.

Relativamente à tramitação do processo, referiu que os casos urgentes são de realização imediata, uma vez que as outras opções têm prazos estabelecidos de cinco dias ou ainda a possibilidade de fixar outras cláusulas do negócio.

O utilizador do serviço efectua o pagamento de Um emolumento único (com excepção dos impostos a pagar) de valor reduzido, que abrange todos os actos (certidões, títulos e registos) e a receita a arrecadar é internamente distribuída pelas entidades intervenientes, em função de determinadas percentagens previstas na respectiva tabela.

6.5 Executo prepara serviços acessível para satisfazer cidadãos e empresas

Jornal de Angola

06 de Outubro de 2011

O ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Carlos Felj6, pediu ontem em Luanda maior atenção à actividade administrativa dos registos e notariado, para maior comodidade nos serviços a prestar aos cidadãos e às empresas.

Carlos Feijó, que falava no encerramento do seminário sobre “Registo Predial e Notariado”, reconheceu que nunca se deu a devida atenção aos serviços de notariado no país, actividade que considera imprescindível para que o esforço de reconstrução e desenvolvimento da propriedade no país seja efectivo. O ministro lembrou que, em termos de produção legislativa, “só agora se começou a dar uma maior sistematização, uniformização e modernização da matéria ligada aos registos e notariado”.

“Se não dermos a importância devida à actividade administrativa dos registos e notariado, seguramente todo o esforço de reconstrução e desenvolvimento da propriedade em Angola poderá ser frustrado”, afirmou.

A certeza e segurança jurídica, sublinhou o ministro, são o grande sinal do desenvolvimento. “Se quisermos falar de uma perspectiva institucional do desenvolvimento em Angola nunca podemos esquecer a actividade que os registos e notariado devem desenvolver”, disse. Depois de dois dias de debates, com especialistas angolanos e portugueses, os participantes recomendaram, no final, maior divulgação das alterações legislativas, de modo a evitar constrangimentos resultantes do desconhecimento destes instrumentos legais.

Combate à burocracia

No seminário, que decorreu sob o lema “Construindo consensos pela modernização e segurança jurídica”, os participantes concluíram que, face ao desenvolvimento que se verifica no sector urbanístico, haja acompanhamento legislativo neste sector, que passa pela desburocratização dos serviços.

Os participantes pediram melhores condições para o controlo da qualidade dos serviços prestados pelo sector de justiça em matéria de Registos e Notariado e a criação de um mecanismo legal de tributação progressiva para terrenos em que não haja um efectivo aproveitamento, para fazer face à grande carência de infra-estruturas com que se debate o sector. Defenderam ainda que os projectos de desenvolvimento e modernização do sector devem ter em atenção as outras políticas do Executivo.

No seminário, que terminou ontem, foram debatidos os temas “A importância do Registo Predial no desenvolvimento do mercado financeiro em Angola”, “O direito de propriedade e o direito de superfície função histórica e social em Angola”, “O Guiché do Imóvel e a sua importância no desenvolvimento do país”, entre outros.

Na abertura do seminário sobre o Registo Predial e Notariado, a ministra da Justiça admitiu que a liberalização progressiva de notários aos privados pode ser um mecanismo para corresponder às exigências dos cidadãos, agentes sociais e económicos e proporcionar um serviço mais célere, eficiente e moderno. Guilhermina Prata disse que a criação de notários priva-

dos permite uma concorrência saudável entre profissionais liberais e responde de forma eficaz às reais necessidades dos cidadãos.

6.6 Registo predial vem dar publicidade à situação jurídica de imóveis

Semanário Factual

De 08 a 15 de Outubro de 2011

O registo predial vem dar publicidade à situação jurídica de imóveis, para que terceiros possam ter conhecimento da mesma e respeitem os direitos dos respectivos titulares inscritos, realçou, terça-feira, 4, em Luanda, o presidente da Associação de Bancos de Angola, Amílcar Silva.

“A necessidade de publicitar direitos sobre imóveis remonta da antiguidade, sobretudo no que respeita aos encargos, aos direitos reais de garantia, dos quais se destaca a hipoteca”, sublinhou.

O titular acrescentou ser através da informação disponibilizada pelo registo (com interesse designadamente para quem vai comprar casa) que poderá ficar a saber qual a composição de determinado prédio, a quem pertence e que tipo de encargos (hipotecas, penhoras, etc.) sobre ele incidem.

Em declarações ao Factual, o responsável referiu que, no exercício das suas funções, o conservador aprecia a viabilidade do pedido de registo que lhe é apresentado em fase da legislação aplicável, dos documentos apresentados e dos registos anteriores.

Neste sentido, salientou que os cidadãos e as empresas devem dar a devida importância da regularização da propriedade imobiliária e das vantagens do registo predial actualizado e assente em base legal.

A ministra da Justiça, Guilhermina Prata, disse que, apesar do acesso dos privados ao notariado, ainda é uma matéria não consensual em Angola. Este passo integra-se, perfeitamente, no processo de modernização em curso da respectiva actividade.

A ministra frisou o sistema notarial vigente não dirimir as necessidades do País, sendo a criação de notários privados um mecanismo para responder às exigências dos cidadãos e dos agentes sociais e económicos, proporcionando um serviço mais célere, eficiente e moderno, sem prejuízo da indispensável fé pública dos actos notariais.

“Executivo constrói quadro legal”

Com esta iniciativa, a ministra da justiça raiou que o Executivo constrói quadro legal actualizado com diplomas, instituindo normas bem recentes, simplificando procedimentos e agilizando as decisões da administra-

ção pública no domínio dos Registos Notarial e Predial, com impacto especial na regularização jurídica da titularidade de imóveis, simplificando o seu registo.

O director Nacional em exercício dos Registos e do Notariado, Amorbelo Sitôngua, disse o serviço conhecer, actualmente, a implementação de diferentes sistemas de informatização e na perspectiva integrada.

Relativamente ao guiché da casa própria, projecto criado em 2009, disse que o mesmo já é um facto, uma vez que está instalado na Cidade do Kilamba.

Informou o arranque estar a enfrentar percalços, devido a questões organizativas que se associam à situação concreta da venda dos imóveis na referida localidade.

A seu ver, este projecto-piloto vem responder, essencialmente, às questões primárias da Cidade do Kilamba que, depois da sua absorção a nível do Ordenamento Jurídico Angolano, poderá ser expandido para as outras cidades e realidades do País.

De acordo com o responsável, com o funcionamento do guiché, os cidadãos poderão fazer registo, transmissão, já nos novos moldes de aplicação do sistema, do Registo Predial e do Notariado.

Para si, este é um processo simplificado, absolutamente célere e dinâmico que vai responder à expectativa de quem se socorrer destes serviços.

Relativamente ao registo de imóveis por parte dos cidadãos, disse este ser, por um lado, uma obrigatoriedade imperiosa para a estabilidade do sistema jurídico e do desenvolvimento social e económico do País e, por outro, referiu estarem a ser desenvolvidos programas que incluem cartilhas e panfletos, para que as pessoas consigam, a nível dos aglomerados populacionais, dos concentrados imobiliários, compreender a necessidade urgente do Registo Predial.

Quanto ao atendimento aos cidadãos pelos serviços do Notariado, disse que hoje estes registam uma melhoria significativa, pois a informatização já é um facto, uma vez as conservatórias do Registo Civil e Predial conhecem, actualmente, maior celeridade, profissionalização, atendimento personalizado, contrariamente ao que acontecia no passado.

A seu ver, apesar de a mudança fazer que, presentemente, as pessoas procurem mais os serviços de Registo Predial e Notariado, elas estão a tomar, cada vez mais, consciência jurídica da necessidade de que estes serviços são um imperativo do tráfico jurídico e das relações estabelecidas entre os indivíduos.

6.7 Apartamento da Cidade do Kilamba começam a ser vendidas dentro de dias

Jornal de Angola

07 de Outubro de 2011

O processo de venda das casas na cidade do Kilamba começa dentro de 15 dias, anunciou ontem, em Luanda, o administrador de Delta Imobiliária, Paulo Cascão. Os candidatos, segundo explicou, devem começar a procurar bancos comerciais para negociarem o financiamento u, para garantir a aquisição dos e apartamentos.

A imobiliária encarregada pela Sonangol, gestora do projecto habitacional, anunciou que vai começar a receber processos dos m candidatos habilitados a ter uma casa na nova centralidade do Kilamba. Para esta segunda fase de te vendas, garante que nada ainda está definido e assegura que o m processo de inscrição continua. Estão, até agora, registados mais ar de 30 mil candidaturas.

Paulo Cascão aconselha os candidatos inscritos a começarem já a contactar os bancos comerciais se para negociar o financiamento e evitar constrangimentos na altura da aquisição dos apartamentos a, “Vamos dar início à fase de venda IS, e estamos aqui dispostos a auxiliarão as pessoas que queiram comprar. as Estamos a preparar todos os modelos”, disse.

Os preços das casas no Kilamba vão de 135 mil a 200 mil dólares. 10, Os primeiros habitantes entram em lar Dezembro. A comercialização de habitações está aberta a todos os s e cidadãos nacionais, sem qualquer tipo de segregação, esclareceu, Ira em Luanda, o presidente daquela centralidade, Joaquim Israel Marques. O processo de inscrição para a aquisição de habitações começou em finais de Agosto.

O surgimento do Kilamba, segundo o presidente daquela centralidade, vai reduzir o crescimento desordenado de novas habitações nos arredores da capital do país.

Criada no quadro da iniciativa do Executivo de resolver o problema habitacional, a cidade possui infra-estruturas básicas, como rede viária, drenagem de águas pluviais e águas residuais para 35 mil metros cúbicos por dia, tendo também subestações de energia eléctrica e rede pública de distribuição, telecomunicações e terminais de transportes públicos.

O referido projecto é uma parceria público-privada, abrangendo diversas vertentes que incluem projecto de engenharia, construção de edifícios, infra-estruturas viárias e hidráulicas.

O projecto global foi concebido para se desenvolver em três fases, com 80 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. Numa primeira fase, foram disponibilizados 115 edifícios, com 3.180 Apartamentos, 48 lojas e dez quilómetros de armamentos. A nova cidade, cujo projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito escolas secundárias, e 50 quilómetros de vias, constitui um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio Kwanza.

O projecto habitacional tem conclusão prevista para Outubro de 2012, e, até lá, o empreiteiro deve entregar mais 595 edifícios, que correspondem a 16.822 apartamentos e 198 lojas.

6.8 “É preciso estabilizar o mercado de arrendamento”

Novo Jornal

07 de Outubro de 1011

A Imogestin é tida como uma das imobiliárias pioneiras de pós-guerra no país. Como é que olha para a evolução do sector?

Somos uma empresa de promoção imobiliária que já tem catorze anos, das mais antigas no país. Temos projectos em Luanda, Benguela, Malange, Kwanza-Norte e estamos a chegar ao Soyo e Huambo.

Nestes catorze anos tivemos fases diferentes. Quando iniciámos a actividade o sector imobiliário era muito reduzido, com retracção dos capitais e só depois do fim da guerra passámos a ver uma forte aposta em algumas áreas do sector imobiliário. Particularmente na habitação, hotelaria, áreas comerciais e um pouco nas áreas de lazer.

Desde 1975 que havia um défice muito grande no parque habitacional. O país tinha crescido, a taxa de crescimento demo gráfico era de cerca de 3%, mas não se construiu na mesma proporção, sobretudo nas áreas urbanas.

A urbanização Nova Vida é o grande projecto desta promotora?

Diria que o Nova Vida é o projecto de maior dimensão onde estamos envolvidos. Primeiro como mediador e agora como gestora do empreendimento. Mas é um projecto habitacional do governo e não da Imogestin. Na primeira fase fomos mediadores. Entretanto, desde 2010 (a meio da segunda fase), foi-nos atribuída a função de gestora do empreendimento, da obra, mas mantendo a propriedade do Estado e inserida no programa habitacional do Estado, que depende da Comissão Nacional de Urbanismo e Habitação.

Na primeira fase tivemos 2350 habitações e a segunda fase vai ter 3100 habitações.

Duas fases com preços diferentes.

A razão de haver preços diferentes é porque corresponderem a períodos diferentes da política do governo para a habitação. Quando o projecto Nova Vida apareceu, o governo tinha um objectivo fundamental que era aumentar a oferta de habitação para reduzir a especulação que havia nos imóveis. Procurando com que em primeiro lugar os funcionários públicos, servidores do Estado, pudessem ter acesso à habitação a custos mais reduzidos.

Nesta primeira fase, a política habitacional do Estado assentou muito no próprio Estado ser a entidade financiadora e como tal subsidiou o preço das casas. Isto é, as casas na primeira fase foram vendidas abaixo do custo de construção.

Já na segunda fase e sobretudo depois de 2009 o governo reavaliou esta política financeira para habitação e definiu que não podia continuar a ir buscar ao Orçamento Geral do Estado (OGE) subsídios para vender às casas abaixo do custo.

Fez um reajustamento destes preços para procurar que os preços pudessem aproximar-se do que era o preço do mercado sem deixar de situá-los aquém deste preço do mercado para ajudar a desinflationar o preço das habitações no mercado nacional.

Mas ao subsidiar a primeira fase criou um precedente.

É verdade que criou. Mas correspondia na altura a uma visão de que para resolver o problema habitacional o Estado devia ser um grande operador, e para ser um grande operador devia obter recursos do próprio OGE. Foi uma fase da política financeira da habitação. Com o reajustamento o Estado reflectiu e verificou que o melhor caminho não seria esse. Era preferível criar projectos sustentáveis em que os preços de venda não deixassem de ser, comparativamente ao mercado livre, mais baixo. Mas que o subsídio não significasse uma transferência de recursos do OGE para determinadas pessoas em benefício individual, ao mesmo tempo que a oferta continuava a ser insuficiente para nivelar os preços.

O problema dos preços da habitação é um problema de oferta. Enquanto a oferta for inferior à procura o Estado terá dificuldades.

Temos outro lado que é o financiamento. Se não há recursos financeiros para comprar, por mais oferta que haja, a procura estará deprimida. Sendo que a procura e a oferta precisam de estruturas de financiamento adequado para atingir o segmento da população activa.

Esta segunda fase está a enfrentar dificuldades no cumprimento dos prazos.

É conhecido e público que a razão do relançamento em 2009, quando o Conselho de Ministros altera a metodologia de gestão da obra e envolve operadores privados, é para procurar corrigir a situação de atraso que se registava. A segunda fase devia terminar em 2009. Mas só deve terminar em 2013 e prevê 3100 casas.

Haverá uma terceira fase do Nova Vida?

Não. A área não permite mais. Vamos sim construir outras vertentes de habitabilidade.

Está previsto inaugurar, ainda no próximo ano, um mercado para que as pessoas possam comprar produtos frescos, assim como uma área verde de 20 mil metros quadrados onde as pessoas possam ir conviver, porque a urbanização Nova Vida precisa dar mais qualidade de vida aos seus moradores.

Na primeira fase do Nova Vida foi instituído o mecanismo da renda resolúvel. Como é que está o reembolso por parte dos beneficiários? Esta questão é muito pertinente porque o Nova Vida é o primeiro projecto depois da independência que tem a experiência da renda resolúvel. Acreditamos que esta experiência deve servir para melhorar este mecanismo.

Infelizmente nós tínhamos acabado de sair de um modelo de economia centralizada em que o Estado social era muito grande. As pessoas tinham a cultura que o Estado dava quase tudo. Quando se disse que as casas eram para ser pagas em 20 anos e eu entro sem pagar nada, uma boa parte dos beneficiários entenderam que não tinham que pagar.

Até agora andamos a fazer reuniões com vários sectores do governo que receberam as casas porque até hoje há muita gente que não pagou nada. E já se passaram seis, sete anos. E isto levou o governo a não aplicar o esquema da renda resolúvel na segunda fase.

A experiência mostra que a renda resolúvel é uma forma, mas tem que ser seguida de outros mecanismos, o que não aconteceu no Nova Vida. Quando o governo decide que deve haver um sistema de renda resolúvel tem que haver mecanismos de garantia, de protecção, que a que pessoa lhe vai ser retirada a prestação devida para pagar a habitação.

Aqui em Angola estamos a criar um equívoco perigoso. Que é achar que o acesso à habitação é só através da compra. E isto é um equívoco que vai ser uma factura pesada nos próximos meses que é preciso que o Estado estabilizar o mercado de arrendamento. Significa que o Estado deve adoptar medidas para incentivar a construção de casas para o arrendamento. Tem que colocar no mercado a habitação não só para compra mas também para o arrendamento. E isto é a forma correcta de resolver o problema das necessidades dos jovens casais. —

O governo tem que olhar para o mercado de arrendamento

urbano de outra forma e não passar a mensagem ao cidadão de que para se ter casa é preciso comprar. Mas os preços da segunda fase do Nova Vida são de mercado.

Propusemos agora um ajustamento aos preços dos apartamentos. Custam 180 mil dólares, mas estamos a aguardar que o governo se pronuncie. Por isso dentro de pouco tempo devemos ter novos preços para os apartamentos.

As vivendas, por exemplo, são do tipo T3 e custam 300 mil dólares.

Quis são os próximos desafios da Imogestin?

Vamos continuar a nossa implementação por todo o país. Aderimos à rede de hotéis Terminus que pretendemos levar a outras províncias. Estamos ainda atentos a outros projectos como os pólos industriais, mas tudo isso sem esquecer a habitação. Pretendemos também através de projectos próprios ou de terceiros, capitalizar o conhecimento que adquirimos ao longo destes 14 anos e abrir novas áreas de negócio.

6.9 Habitação e Crédito

Jornal Expansão

07 de Outubro de 2011

Dois acontecimentos relevantes de natureza económico-social marcaram a última semana, no País. O Executivo aprovou um regime especial que pretende facilitar o acesso ao crédito à habitação. E o Banco Nacional de Angola lançou novos instrumentos que, como definiram os seus responsáveis, vão sinalizar o curso da política monetária. Sobre o primeiro caso, é consensual que a medida, embora careça de pacotes adicionais, só peca por ser tardia. De resto, não obstante a importância que representa a solução do problema habitacional entre as demais prioridades do Executivo, a banca, com alguma razão, mostrou-se sempre reticente quanto à concessão deste tipo de empréstimos.

E o Estado, por seu lado, nunca mostrou argumentos fiáveis que conquistassem a “solidariedade” da banca. Além da precariedade dos títulos de exploração da terra, situação que anula este importante direito da lista das garantias reais, os bancos apresentaram repetidas vezes uma infinidade de elevados riscos associados ao crédito à habitação para explicarem a pobreza das estatísticas deste produto. Com o passo marcado pelo Executivo, o que se deverá exigir agora será a necessária eficiência na concretização da medida, para que esta não se junte também aos exemplos de decisões que ou nunca saíram do papel ou que, quando saíram, criaram mais problemas do que soluções.

Do lado do BNA, como já referido, surgiram também medidas que, mais uma vez, pedem a intervenção da banca. Neste particular, a banca é chamada a uniformizar os seus critérios de definição das taxas de juro sobre os empréstimos à economia, evoluindo da situação, em que se favorecia com alguma arbitrariedade, como diz um especialista citado pelo *Expansão*. Em termos históricos, as diferenças, às vezes significativas, entre as taxas de juro praticadas pelos demais bancos que operam no mercado foram justificadas, sobretudo, pela ausência de uma taxa referencial, que seria definida pelo banco central. As flutuações dos níveis de inflação e as taxas dos Títulos Públicos, embora servissem de denominador comum, não se revelaram suficientes para forçar os bancos a aproximarem os critérios quanto às taxas de juro. Chegados aqui e particularmente com o lançamento da Taxa BNA, mais uma vez, se espera que a medida propicie os resultados esperados. Porque, em primeira e última instâncias, o que se pretende é que o preço do dinheiro seja mais acessível às famílias e às empresas.

6.10 Bancos incentivados a aceder mais empréstimos

Jornal Expansão
07 de Outubro de 2011

O diploma que estabelece o regime de crédito à habitação, aprovado há dias pelo Conselho de Ministros, vai servir de “incentivo” para que os bancos cedam, cada vez mais, empréstimos à economia, defendeu ao *Expansão* o economista e docente universitário Salim Valimamade. “Os bancos têm actualmente uma dimensão muito pequena na cedência de crédito para compra de casas. Isto vai servir também de incentivo para que os bancos desenvolvam mais o produto crédito à habitação”, sublinhou. Para o especialista, o instrumento é de “extrema” importância, na medida em que vai permitir o acesso de pessoas de baixa renda ao crédito, criando facilidades de obtenção da casa própria.

O Executivo aprovou um conjunto de diplomas que definem as condições de acesso e de aquisição de habitação própria. Dos instrumentos jurídico-legais aprovados na última sessão do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, constam os decretos presidenciais que estabelecem o regime de crédito à habitação, o que define o regime jurídico das contas poupança-habitação, e os instrumentos de delegação de poderes para que o Fundo de Fomento Habitacional possa celebrar protocolos com instituições financeiras de créditos.

De acordo com o comunicado do órgão colegial do Governo, o decreto presidencial que estabelece o regime de crédito à habitação habilita o acesso em condições favoráveis de financiamento, nomeadamente por via da bonificação de juros aos cidadãos com idade até 40 anos, para aquisição de habitação construída, a realização de obras de conservação e beneficiação e a compra de terreno para a construção de casa própria.

Além da facilidade criada pelo diploma em causa, refere o documento, a aprovação de um regime jurídico específico, que estimule a poupança das famílias para a aquisição de habitação, “acarreta a vantagem da isenção de impostos, relativamente aos juros activos, da possibilidade do acesso ao crédito a longo prazo para esse fim, bem como da prioridade da compra de casa própria, no âmbito dos programas habitacionais do Estado”.

Questionado sobre a disponibilidade dos bancos em atenderem um elevado número de solicitações, que certamente irão receber, Salim Valimamade avança que o diploma prevê envolver, numa primeira fase, a inclusão apenas dos considerados “grandes bancos”, acreditando, por isso, na capacidade de resposta destes.

“O que se prevê são créditos bonificados com acesso aos fundos do Estado, que possibilita aos bancos aplicarem uma taxa mais baixa para aquelas pessoas que necessitam e que não têm capacidade de pagar o valor normal porque o sistema bancário dobra”, especificou Salim, para quem os bancos, nesta matéria, estão “em última instância” assegurados pelo Estado, descartando, por este facto, qualquer risco que as instituições credoras possam correr.

Entretanto, o *Expansão* tentou, sem sucesso, ouvir a reacção das instituições bancárias a respeito do diploma que estabelece o regime de crédito à habitação aprovado pelo Conselho de Ministros, a 28 de Setembro do ano em curso.

6.11 Desafios da bancarização da população

Jornal Agora
08 de Outubro de 2011

As mudanças registadas na indústria financeira, nos últimos três anos, apesar da crise financeira, fizeram subir os níveis de satisfação da população bancarizada em todo o país.

A direcção de emissão de crédito do Banco Nacional de Angola (Bna), assegura que a evolução económica e do sistema financeiro são os grandes desafios para o cumprimento desta empreitada.

Para responder a este repto, o Bna lançou a campanha de

educação financeira no sentido de sensibilizar a população sobre a importância da poupança, através dos depósitos bancários.

Não é de todo aceitável, mas fazendo uma referência aos anos anteriores, a consciência que se tem hoje sobre a actividade bancária é positiva. “O que podemos referendar é que a expansão dos pontos de atendimentos aproxima os produtos bancários dos clientes”, referiu aquela entidade.

Se em 2009 o nível de bancarização atingiu apenas os 11 %, contra os 6% registados nos anos anteriores. Até Setembro último, apenas 25% dos angolanos tinham conta bancária, em função da domiciliação dos salários dos funcionários públicos e vários privados.

A situação resulta da mixagem dos proveitos e serviços bancários, aumento dos depósitos, créditos disponibilizados e o número de balcões abertos em todo o país. Bancarizar a economia constitui o maior desafio para o Bna e os seus colaboradores fundamentalmente, gerindo a actividade bancária de forma sustentada.

Há ainda quem acredita que o rácio actual obedeceu, também, à confiança que os investidores angolanos têm do mercado.

O sector bancário matem os níveis de evolução com performances reconfortantes, mas a tendência é garantir a cultura bancária da população para que o sistema financeiro se auto robusteça.

Existem empresários que ainda não conseguem depositar o seu dinheiro por falta de confiança e, com mais campanhas e serviços atractivos, será possível inverter o quadro.

No mercado operam 21 bancos comerciais entre os quais o Banco Africano de Investimento (Bai), Banco de Fomento Angola (Bfa), Banco de Poupança e Crédito (Bpc), Banco Bic, Banco Espírito Santo Angola (Besa), BCGTA, Banco Sol, Banco de Negócios Internacional, Banco Privado Atlântico, BMA, BRK, VTB, Banc, Finibanco e o Kwanza.

Eficiência. As boas práticas deverão contribuir para a dinamização do sector financeiro, embora as comparações com o mercado externo estejam longe das expectativas. Considerando a evolução verificada ao nível do rácio de eficiência pode ser considerada positiva.

Grande parte dos bancos comerciais apostam na juventude e a criar uma mão-de-obra especializada que está a permitir o aumento dos pontos de atendimento.

A proximidade com os clientes está a acelerar, não apenas os proveitos para com os bancos, como também a criar uma carteira de depósitos satisfatória que já possibilitou a aprovação de créditos, financiamentos e investimentos em moeda nacional.

O crescimento dos depósitos que, no conjunto dos bancos, registou subida considerável, ou seja, um aumento que actualmente ultrapassa os 2 triliões de kwanzas, contra os 921 mil milhões registados há três anos. A direcção de créditos do Bna ressalta que outro dado a reter neste processo prende-se com a aposta dos angolanos nos depósitos a prazo que desde 2009 conheceram um aumento significativo e alteraram o quadro de representatividade no sistema financeiro.

“Não se pode negar que os depósitos à prazo tiveram um crescimento incomparável. A natureza dos mesmos também é significativa”.

Se em 2009, os depósitos à ordem representavam cerca de 62% do total das poupanças dos clientes, a que corresponde um valor acima dos 460 milhões de kwanzas e a prazo representavam cerca de 38% do total, a que corresponde um valor acima dos 895 milhões, hoje podemos falar em cerca de 80% e 60%, em termos de representação.

Kwanza. Com a nova política monetária a estrutura dos depósitos foi alterada. É quase um fenómeno comum assistir-se a uma proporção maior dos depósitos em moeda nacional em detrimento da estrangeira.

A autoridade monetária luta para reduzir a dependência da economia ao dólar. E isto será possível com a recapitalização do empresariado, pois, as divisas circulam como moeda de aquisição de produtos e outros bens no mercado externo.

Por outro lado, apesar da evolução na inflação e na desvalorização da moeda, os níveis de confiança no kwanza continuam a aumentar com o peso dos depósitos. Crédito. É o produto que domina o universo dos bancos comerciais e mantém um crescimento absoluto, ultrapassando já os 780 mil milhões de kwanzas, no terceiro trimestre deste ano.

O Besa e o Bai continuam a ser os melhores em termos de performance e lideram na evolução do rácio produto bancário e serviços oferecidos. Assim, entre os créditos e depósitos a evolução é praticamente homogénea.

O Banco Emissor não divulgou ainda a média do mercado dos seus colaboradores em função dos incumprimentos inerentes à própria actividade financeira, porquanto é importante referir que, a finalidade do desenvolvimento do sector reduz-se à capacidade de resposta às necessidades da bancarização.

Tudo isto implica um esforço de expansão geográfico e diversificação dos serviços e adequar este esforço ao retorno esperado e dentro dos parâmetros de risco toleráveis.

Regulamentação. A direcção de crédito do Bna diz, ainda, que a actividade bancária “não pode ser desenvolvida em compartimentos estanques”. É com este objectivo que o Banco desenvolve o seu papel regulador, emitindo regulamentos para o sector, principalmente a alteração das reservas mínimas de depósitos obrigatórios nos bancos comerciais.

As restrições quase ou nada influenciaram na expansão dos balcões e no aumento dos pontos de atendimento. Porém, o papel estabilizador, reduz-se ao acompanhamento do nível de rendibilidade e gestão de risco e aprimorar o controlo interno, capital disponível e liquidez.

A sustentabilidade das instituições financeiras é fundamental para o robustecimento do sistema financeiro e crescimento dos depósitos, atendendo também, à concorrência no sector, tornando mais inclusiva a actividade bancária. No âmbito da programação financeira anual do Executivo, é fundamental que o Bna reserve a si a gestão das reservas cambiais e os créditos a conceder devem ter em conta as necessidades de estabilização e desenvolvimento da economia.

Trata-se de um princípio que reflecte as preocupações do Estado, relativamente à estabilização económica e, em especial, à necessidade de assegurar a compatibilização dos objectivos de desenvolvimento com a defesa e manutenção da solvabilidade interna. Estes pressupostos ajudam a compreender a evolução da bancarização da população. E, fruto disto, o sistema bancário já tem cerca de 10 balcões para cada 100 mil habitantes.

Indicadores. Atribui-se ao litoral mais beneficiados com balcões, sendo que nas outras regiões, a existência dos bancos comerciais ainda é insignificante ou mesmo nula. “Existem zonas em que os funcionários públicos percorrem vários quilómetros para receberem os ordenados, principalmente os professores e enfermeiros”, sublinhou a economista Luzia Paciência.

A economia só pode funcionar com o sistema financeiro eficiente, e isto será possível com a interacção dos agentes económicas. “O Estado tem de criar mecanismos de atracção financeira que permitam aos intervenientes usufruírem, de forma recíproca, dos benefícios que resultam desta actividade”, referiu.

Por sua vez, o economista Carlos Rosado ressaltou a importância do processo de bancarização, tendo em conta que o país regista ainda uma taxa muito baixa é em termos de política de proximidade aos clientes. “É preciso mudar rapidamente, porque muitas pessoas que têm dinheiro, mas não têm ideias, o seu capital ainda está no colchão ou no garrafão”, lembrou.

A estruturação do negócio é fundamental no alargamento da cobertura bancária do país e gestão do mercado. “Se não tivermos agências próximas, obviamente que não vamos ao banco, porque temos necessidades na nossa vida diária, profissional e familiar. A proximidade do cliente aos bancos é um factor importante no negócio bancário”, observou.

6.12 Casa própria ainda é sonho

Semanário Angolense

08 de Outubro de 2011

Apesar dos problemas de ordenamento urbano que Luanda sempre teve com a criação de bairros anárquicos, a urbe está a crescer para as áreas definidas ainda no tempo colonial. Naquele tempo já se tentava fugir à desordem urbanística com a criação de cidades satélites. Apareceu então a Cidade Satélite de Viana na e, os estudos daquela época, a tendência era Luanda crescer para Viana até Catete e para a Barra do Kwanza. Embora Cacucaco não estivesse previsto como área de expansão de Luanda, já se pensava que ali se poderia criar uma outra cidade satélite. Mas, entretanto, tal projecto não avançou, assim como o de outras zonas urbanizadas, pelo clima revolucionário que se gerou em 1974 e que culminou com a Independência Nacional.

Depois da Independência e com a guerra que se generalizou pelo país, aconteceu o crescimento descontrolado da população de Luanda, o que agravou seriamente o problema da urbanização da capital com aparecimento de vários bairros precários e em zonas de risco. Actualmente, terminada a guerra, começou a gizar-se novas políticas de urbanização e foram criadas novas localidades urbanas que visam aliviar a cidade histórica e moderar o grande constrangimento, humano e não só, que se vai vivendo.

Nesse sentido, visando a melhoria de vida das populações e conferir um aspecto urbano mais adequado à capital, começou a ser erguido em 2001 o projecto habitacional do Zango que previa a construção de sete mil casas, tendo as primeiras mil casas sido entregues às populações que anteriormente viviam no bairro da Boavista em 2002.

O projecto era parte integrante do programa de emergência habitacional do Governo da Província de Luanda e cada casa, comportando três quartos, uma cozinha, uma sala comum e uma casa de banho custou seis mil dólares. O projecto previa também a construção de escolas, postos médicos, áreas de lazer e comercial, jardins, áreas de estacionamento e um posto de polícia. Contudo, o projecto Zango continuou, e já foram

construídos mais bairros, estando já no Zango IV. Assim sendo, no âmbito do desenvolvimento da província de Luanda, do realojamento das populações e para fazer jus à promessa eleitoral do partido no poder em 2008, que previa a construção de um milhão de casas em todo o país em quatro anos, novas urbanizações estão a ser construídas na área de Belas e quase todas de primeira qualidade. Embora ainda existam problemas graves de acessibilidades, a verdade é que essa nova urbe alberga centenas de milhares de habitantes e nessas urbanizações existe qualidade de vida razoável, embora se questione muito problema do saneamento.

Na área de Cacucaco, a norte de Luanda, está igualmente a nascer uma grande cidade. Esta nova urbanização acompanha o projecto do Panguila onde o Estado alojou dezenas de milhares de cidadãos em habitações sociais. Esse bairro tem problemas estruturais graves que precisam de ser resolvidos urgentemente. O nascimento das novas centralidades urbanas devia contemplar infra-estruturas básicas, sobretudo o saneamento e o tratamento dos resíduos domésticos e, geralmente, estas questões básicas na construção de centros urbanos destinados a habitação estão a ser ignorados, supõe-se que pela pressa que há em construir-se o maior número de casas.

Estes projectos deviam representar um passo em frente muito importante para repor a normalidade urbanística na área metropolitana de Luanda. Porém, no Panguila e no Zango, as casas estão, em poucos anos, a degradar-se a um ritmo acelerado e os bairros estão já com sérios problemas de saneamento. As fossas, por serem diminutas, estão entupidas e deixam sair águas putrefactas que, com o mau cheiro, é um atentado à saúde dos moradores. Igualmente o prédio da centralidade do Zango onde foram instalados os moradores do antigo prédio da Cuca ao Kinaxixi, segundo os moradores, já está com problemas de entupimento das sanitas e de escoamento das águas, para além de apresentar fissuras em alguns locais. Os referidos prédios são feitos a partir de um esqueleto de metal, sem caboucos nem pilares. A continuar assim, em muito pouco tempo esses novos bairros estarão mais desgastados que os que têm mais de 50 anos.

As administrações municipais deviam ser as primeiras a combater a anarquia com o aparecimento de bairros clandestinos em áreas de risco ou em reservas do Estado. Para haver cidades organizadas e dotadas de infra-estruturas básicas que garantam aos seus habitantes um mínimo de qualidade de vida, deve-se impedir o nascimento constante desses «bairros de lata» por toda a parte.

As remodelações que se vão fazendo em Luanda, como o alargamento de ruas, a construção de novas estradas, entre outras infra-estruturas, obrigam à demolição de

casas, quiçá de bairros inteiros, cujos moradores têm que ser transferidos para as novas centralidades como Panguila e Zango. Entretanto, os abusos persistem com a conivência das administrações municipais e comunais, aumentando assim, cada vez mais, a lista já bastante longa de pessoas que esperam ser beneficiadas com casas nos referidos projectos.

6.13 Kilamba estará habitado já em Dezembro

Jornal O Independente
08 de Outubro de 2011

Pouco mais de uma semana nos separam do início das vendas das casas da cidade do Kilamba. Segundo o administrador de Delta Imobiliária, Paulo Cascão, o momento é dos potenciais moradores que apresentaram candidaturas, na fase inicial, começarem a contactar com os bancos para negociar o financiamento. De acordo ainda com Paulo Cascão, o processo de inscrição continua em curso, embora a empresa a quem a Sonip entregou a responsabilidade de agenciar as vendas tenha acusado já a recepção de mais de 30 mil candidaturas. Entretanto, no terreno, a cidade do Kilamba continua a crescer com novos edifícios a ficarem prontos, no prosseguimento da segunda fase do projecto, que também contempla a componente de habitação social. Além da cidade do Kilamba a Delta também está encarregue do agenciamento das casas na cidade do Cacucaco, outro projecto que não fica nada a dever à cidade do Kilamba, em dimensão e qualidade das habitações.

Com a promulgação e publicação, na semana passada, dos diplomas que estabelecem o regime jurídico do crédito à habitação e outros que regulam o negócio das casas, desde os prazos de reembolso aos juros a cobrar, foi dado pelo Executivo um passo significativo no sentido de tomar realidade o acesso às casas na cidade do Kilamba e em todas as outras cidades que estão a ser construídas pelo país.

Na mais recente reunião do Conselho de Ministro foi dada luz verde a um conjunto de diplomas jurídico-legais que definem as condições de acesso e de aquisição de habitação própria.

Entre os diplomas apreciados constam os decretos presidenciais que estabelecem o regime de crédito à habitação, o que define o regime jurídico das contas poupança-habitação, e os instrumentos de delegação de poderes para que o Fundo de Fomento Habitacional possa celebrar protocolos com instituições financeiras vocacionadas para concessão de créditos.

O decreto presidencial que estabelece o regime de crédito

à habitação habilita o acesso em condições favoráveis de financiamento, nomeadamente por via da bonificação de juros, aos cidadãos com idade até 40 anos, para aquisição de habitação construída, a realização de obras de conservação e beneficiação e a compra de terreno para a construção de casa própria.

Além da facilidade criada pelo referido diploma, a aprovação de um regime jurídico específico que estimule a poupança das famílias para a aquisição de habitação, traz consigo a vantagem da isenção de impostos relativamente aos juros activos, da possibilidade do acesso ao crédito a longo prazo para esse fim, bem como da prioridade da compra de casa própria no âmbito dos programas habitacionais do Estado. Os interessados deverão dirigir-se aos bancos com vocação para conceder empréstimos ou créditos, para, depois de acertados os moldes do crédito, ficará a responsabilidade de pagar um montante mensal.

No contacto com o banco o interessado deverá trazer consigo os seus recibos de salário e o da mulher ou do marido, cabendo depois ao gestor orientar sobre os moldes do crédito.

Outro detalhe que tem escapado a muito boa gente é o da possibilidade de escolha entre a cidade do Kilamba ou outra central idade em construção, como a do Cacucaco ou do Quilómetro 44. Recordamos que os apartamentos custam entre os 135 mil e os 200 mil dólares americanos, sendo que, de acordo com a imobiliária, os primeiros moradores entram já em Dezembro.

6.14 A manifestação de uma pobre política habitacional

Jornal Angolense

08 de Outubro de 2011

Ainda que de forma implícita, a toalha há muito foi jogada ao tapete, confirmando-se as reticências de especialistas que, como conhecedores de um mercado pobre em termos de material de construção e desprovido de empresas com arcabouço para tanto, vinham vaticinando o fracasso que se assiste. Independentemente dos alegados atropelos à lei, levantados por meia dúzia de camaradas comprometidos com o regime, a marcha de centenas de munícipes até ao «aposento» de Manuel Lucombo traz à baila o estagnado processo de distribuição de lotes de terrenos infra-estrutura dos. Esta medida, a par dos famosos kits de material de construção (lembram-se deles?), surgiu, em abono da verdade, para fazer esquecer a promessa que aponta (va) para a construção de 1 milhão de casas até pouco antes de Setembro de 2012. Foi a manifestação de chefes de família que dizem ter

perdido terrenos cedidos pela própria Administração – não importa se no tempo de Manuel Francisco –, agora transformados em reserva fundiária. A somar e a seguir com reservas em todos os cantos, o Estado não consegue colocar as tais redes técnicas, arruamentos e outras infra-estruturas, acabando o cidadão, sem peito para o milionário projecto do Kilamba, a «ver navios». Por isso, convenhamo-nos, os cidadãos exibiam palavras de ordem como «somos angolanos, também merecemos». Pena é que o Governo do MPLA não consiga tirar proveito da vontade de um povo já esquecido das promessas eleitorais e, como que a ver fantasmas em todos os cantos, prefere apontar o dedo a «agitadores» por tudo e por nada. Está visto que a entrega de um ou outro quinhão no bairro da Nossa Senhora, em acto testemunhado pelo governador Armando da Cruz Neto, serviu apenas para contrapor as ondas de choque resultantes das demolições sem Graça levadas a cabo por um camartelo às ordens do antigo administrador. Hoje, com o Executivo queimado pelo fogo habitacional, nem já os promotores imobiliários, que aparecem como verdadeiros bombeiros, sabem como ter acesso a áreas infra-estruturas. Quando um alto funcionário da Administração de Benguela afirma, categórico quanto baste, que «é preciso padrinho na cozinha», o melhor é pouparmos as nossas páginas.

6.15 Bento Soito admite debilidades

Semanário Angolense

08 de Outubro de 2011

O coordenador do Programa de Realojamento das Populações de Luanda, Bento Soito, disse ao *Semanário Angolense* que só responde pelas obras que estão a ser executadas na SAPU e no Zango, que são áreas onde o Governo está a efectuar projectos de infra-estruturas e equipamentos.

As obras do Panguila são da responsabilidade do Ministério do Urbanismo e Construção. Quançio há acções de realojamento para se colocar pessoas no Panguila, a área social do Programa de Realojamento faz a transferência da população de um local para o outro. Mas as obras como tal, daquela área, são da responsabilidade do Ministério do Urbanismo e Construção.

Como obras, nas áreas do Zango e da SAPU, há a construção de três mil casas com a Odebrecht e já anda a volta dos 30 ou 40 por centos da sua execução: Também há os contratos feitos em 2007 e que estão em fase terminal, que contempla nove mil casas, estando já concluídas a volta de sete mil casas.

Segundo Bento Soito, esta empreitada está parada por

falta de financiamento e o nível de produção que era de 500 casas por mês, este ano baixou para 100, 150 casas, porque há apenas uma ou duas empresas a trabalhar no pacote 2007.

Quanto ao programa das casas evolutivas, era suposto começar, em Janeiro de 2011, mas devido à dificuldades financeiras, apenas foram disponibilizadas verbas para as primeiras mil e 400 casas no final do mês de Julho e em Agosto foram assinados contratos com 14 empresas nacionais para que cada uma delas construísse 100 casas e as empresas que concluíssem as primeiras 100 casas e cumprissem todas as cláusulas contratuais e de tempo, teriam automaticamente o seu contrato renovado para cobrir o programa de cinco mil casas. Contudo houve que esperar cerca de um mês para que as empresas apresentassem garantia bancária e aquelas que não apresentaram deveriam ser substituídas por outras. As demais, quatro ou cinco, arrancaram com as obras e já construíram cerca de 400 casas.

Embora já haja disponibilidade pessoas que ainda se encontram em tendas e em condições precárias e colocá-las então nas casas evolutivas a disponibilização das verbas foi autorizada pelo Presidente da República. Conforme frisou, estas obras estão a ser executadas ainda no Zango e beneficiarão as populações que lá se encontram. Aquelas que estão nas mesmas condições na SAPU, serão atendidas lá.

Depois destas casas haverá outras cinco mil casas evolutivas no próximo ano, para beneficiar as populações que ainda se encontram em vários municípios como o Cazenga, Kilamba Kiaxi, Maianga, Samba, e onde ainda existam pessoas a viver em tendas. Para além das três mil casas já referidas, há a previsão de se construir mais 1

6.16 «Máfia» de fiscais vende casas no Panguila

Semanário Angolense
08 de Outubro de 2011

Procurar uma casa para comprar, na vila, do Panguila, não é um exercício muito difícil. Chega-se mais facilmente, do que se pode imaginar, às pessoas que têm um imóvel para «despachar». O que muitos dos compradores não sabem é que, na maior parte dos casos, essas casas «pertencem» aos próprios homens encarregados de fiscalizar o bairro e atender para que as normas referentes à ocupação das residências sejam cumpridas. É dentro desse esquema que uma moradora de um dos primeiros sectores da vila confia à equipa de reportagem do *Semanário Angolense* que o seu irmão tinha

acabado de comprar uma casa na região. Pagou 16 mil dólares americanos pelo «cubico», valor que se enquadra dentro da média de preços em que estão avaliadas as residências nesse recanto: entre 12 a 18 mil.

De acordo com o apurado, tratando-se da comercialização das casas dos primeiros sectores, que foram as que começaram a ser construídas, o valor de venda costuma rondar os 30 mil dólares.

Os moradores deram a conhecer que com a mudança brusca de endereço, já que a maioria esmagadora deles morava em Luanda, onde também tinha a fonte das suas rendas, uma das estratégias encontradas para «escapar» do desemprego era trabalhar em centro da cidade durante a semana, ou alguns dias, e voltar para casa nos dias de descanso. Dessa forma muitos conseguiam manter as suas famílias.

Diante dessa prática, a fiscalização, segundo a população, passou a actuar com severidade e a receber as casas de pessoas que se ausentassem dessa maneira. É assim que vários beneficiários dessas casas, vindos da capital, ficaram sem abrigo e sem onde recorrer para que a justiça seja feita.

A indignação do povo reside no facto de uma determinada casa onde morassem agregados ser recebida pelos fiscais em seguida ser ocupada por uma família de fora do contingente das pessoas desalojadas de Luanda. Se a questão é punir não seria então mais justo – por exemplo – que fossem descongestionadas as residências ocupadas por várias famílias. Ainda nessa linha de pensamento, como é que casas são mantidas vazias, vizinhas às que contêm várias famílias? Os moradores afirmam veementemente que as residências «pertencem» aos fiscais que as vendem para pessoas que moram em Luanda, quando não as alugam. A reportagem do *Semanário Angolense* encontrou várias casas em condições semelhantes às das residências ocupadas, aparentemente até «abandonadas» e usadas muitas vezes pela vizinhança como retretes.

A prática da comercialização «clandestina» de residências é uma das razões pelas quais as populações se referem aos fiscais como «os donos do Panguila».

E não é por menos, como detentores da autoridade, responsáveis pela ordem, eles representam a presença do Estado. Mas, a confirmar-se essa faceta do seu procedimento, sem que haja medidas contundentes para estancá-lo, em quem o povo poderá confiar?

O *Semanário Angolense* procurou pela administração da Vila do Panguila no sentido de buscar um esclarecimento à população sobre esse assunto, sobre outros problemas decorrentes da actual conjuntura do bairro, como água, energia, saneamento, saúde, educação e asfaltamento.

No que concerne as denúncias dos populares contra os

fiscais, respeitante a apropriação indevida de residências e a venda ilegal de casas, Edson Noy, coordenador da «centralidade» do Panguila, disse que se trata de um assunto que não lhe compete atender sem a autorização expressa dos seus superiores, a quem cabe responder. No entanto o responsável mostrou-se disposto a prestar as devidas declarações tão logo lhe seja dado o sinal verde para tal. Esperamos por isso, por mais subsídios em volta desse assunto.

6.17 BPC confirma indicação para o crédito

Jornal de Angola

13 de Outubro de 2011

O presidente do Conselho de Administração do Banco de Poupança e Crédito (BPC), Paixão Júnior, confirmou, em Luanda, que a instituição bancária foi indicada para trabalhar o crédito à habitação no contexto das novas centralidades edificadas no país.

A propósito do crédito à habitação no contexto das novas centralidades, o gestor do BPC disse não poder adiantar nada em definitivo quanto aos juros e requisitos de acesso, porquanto a instituição ainda está a trabalhar com o Banco Nacional de Angola sobre os mecanismo do crédito à habitação.

Com base nestes procedimentos, disse estar em vista a assinatura, nos próximos dias, de um acordo quadro entre o Banco. Central (BNA), o Fundo de Fomento à Habitação e os bancos comerciais. “Só após este acordo teremos dados concretos e saberemos até que ponto o papel dos bancos operadores será relevante ou não. O que lhe posso dizer é que os bancos comerciais foram chamados a apoiar este esforço do Executivo”, explicou. Isso quer dizer que quando os beneficiários não tiverem recursos os bancos operadores actuam.

6.18 De quem é a cidade do Kilamba?

Jornal Continente

14 de Outubro de 2011

Notícia publicada recentemente pelo Semanário Folha 8 dava conta que a cidade do Kilamba era propriedade privada, insinuando que Pierre Falcone era um dos supostos investidores. Passados dias, veio a saber-se, na voz do Ministro da Construção e Urbanismo, António Fonseca, de que aquele empreendimento habitacional era de carácter público/privado. Este dado novo, que foi introduzido “a sucapa” no domínio público, veio mostrar a forma como os actores do governo angolano vêm gerindo a coisa pública, promovendo omissões,

para em seguida, colocarem os cidadãos perante factos consumados de negócios pouco transparentes e que indiciam corrupção.

Desde que se conhece a cidade do Kilamba, como projecto imobiliário, o governo angolano, sempre fez crer ao povo que o seu financiamento era proveniente dos bilhões de dólares provenientes da China, com garantia do “nosso” petróleo, sem nunca nos ter sido informado da existência de qualquer outro investidor privado. Aliás, a maquete do projecto foi apresentada publicamente pelo então Director do Gabinete de reconstrução nacional, General Kopelipa, num acto de charme, que dava a entender que o mesmo enquadrava-se no âmbito do esforço do executivo que visava cumprir com a promessa eleitoral de construção de 1 Milhão de casas. Conhecida a verdade, de que os milhares de apartamentos erguidos na cidade do Kilamba são propriedade de uma parceria público/privada, que ascende os 5 bilhões de dólares, as questões que se colocam são as seguintes:

1. *Quem é, afinal, este empreendedor privado que se constituiu “do dia para a noite” sem concurso público e sem a devida publicidade, o que seria normal nestas ocasiões, como forma do mesmo ficar conhecido como um dos maiores investidores de Angola?*

2. *Quem é este investidor privado, angolano, que, em tão pouco tempo de existência de Angola como país independente, sem ter herdado nada dos seu antepassados, tenha acumulado fortuna em Bilhões de dólares, para se dar ao Luxo de investir, em parceria com o governo na construção de mais de 10 mil apartamentos de média renda?*

3. *Como se justifica, o envolvimento da Sonangol Imobiliária, neste projecto Público/privado, tendo o Estado como único investidor do projecto, depois de ter afastado o GNR, por questões de gestão, tendo colocado a empresa que, na verdade vem gerindo o nosso petróleo.*

4. *Como é que se justifica que o Chefe de Estado, Sua Excia, Engenheiro. José Eduardo dos Santos, depois de ter feito um pronunciamento público, numa cerimónia em que estava presente a Sub-Secretária das Nações Unidas para os Assentamentos Populacionais, segundo o qual as casas em construção não custariam acima dos 60 mil dólares, estando agora as mesmas a ser comercializadas acima dos 100 mil dólares?*

5. *Como é que os assessores do PR deixaram um líder, de tão elevado prestígio, cometer tal erro, quando, com o poder que detém, e se as casas fossem do Estado, aplicaria a prerrogativa de regular os preços, dentro dos interesses da política social do Governo?*

Cada leitor pode encontrar respostas ‘e às questões acima

colocadas. Mas o certo é que a cidade do Kilamba, foi – construída com dinheiro proveniente do financiamento chinês e garantido com o petróleo de Angola, pelo que, a presença de um privado, na hora da sua comercialização, deve merecer – a urgente aclaração para que todos o saibamos, que, afinal, em Angola, já existem empresários que acumularam riqueza, o que lhes permite construir – novas centralidades, que vão beneficiar o humilde povo deste País, que das – tendas – pretende obter um tecto mais condigno.

O combate a corrupção declarada recentemente com o slogan “tolerância – zero” deve ser entendido como acção e democrática de tomar claro tudo aquilo que possa levar as pessoas a interpretarem que nos negócios do Governo existam imiscuidades incompreensíveis e aproveitamentos de entidades detentoras de poder sobre o erário público.

Sendo assim entendido, toma-se urgente que o executivo, depois de ter assumido publicamente a natureza pública/privada do projecto da Cidade do Kilamba, diga qual foi a participação do privado e do Estado, representado pela Sonangol.

Ao não ser dado tal esclarecimento elementar, de forma transparente, os omissores de tão importante questão, estarão a semear ventos tempestuosos, pois, os angolanos já perceberam que as casas se encontram aos preços anunciados, contrariando o anúncio do Presidente da República, estando os seus promotores e investidores na ânsia de capitalizar os avultados rendimentos.

A questão de fundo, e que deve, também, levar a reflexão de todos os angolanos, é de como ser possível que numa altura de elevada pobreza dos angolanos, hajam pessoas que se aproveitem de programas sociais do governo, no domínio da habitação, para terem oportunidades de negócios avaliados em Biliões de dólares, sem que, em alguma ocasião, o conselho de Ministros e ANIP, tenham emitido comunicados oficiais, para tomar público tais participações privadas.

O suposto privado que participou de tal investimento tem o dever de demonstrar aos angolanos que a sua entrada no projecto tenha obedecido as normas vigentes, desde a aquisição do terreno e direito de superfície, correspondente aos milhares de hectares em que está implantado o projecto. Ao fazer-se ouvidos de mercador as questões que se colocam, estar-se-á a semear armadilhas ao próprio partido no poder, numa acção perigosa, face aos acontecimentos que levaram a revoluções coloridas no norte de África. Os números falam por si:

Dos cerca de 12 mil apartamentos em construção, o rendimento pela sua comercialização, ao preço anunciado, será de cerca de 15 Biliões de Dólares, o que corresponde

aproximadamente a 50% das receitas que o País arrecada anualmente.

Há quanto corresponderá a este privado e qual terá sido a sua participação inicial neste projecto público/privado? São estas e outras situações que, não aclaradas, estão a levar os jovens a manifestar-se e a pôr em causa a imagem íntegra do Presidente da República, exigindo a sua substituição imediata, porque não se compreende que um líder não seja capaz de imaginar, que mesmo os angolanos mais incultos, raciocinam sobre estas e outras situações num país onde a pobreza assentou âncora nos lares.

É importante que o povo saiba quem são estes investidores privados, se estrangeiros quando e com que número foram registados na ANIP, o valor do investimentos de capital e quanto o Estado angolano vai arrecadar de impostos sobre o lucro dos mesmos.

Há isso denominaríamos de transparência, facto que evitaria que especulações fossem feitas em tomo do já intrincado processo de acesso às casas do citado empreendimento, cujos valores de aquisição e engenharias que se propõe, não estão ao alcance do empobrecido cidadão angolano.

Com as eleições à porta, não seria transparente começarmos a saber, ao fim e ao cabo, de quem são os vários empreendimentos erguidos na cidade de Luanda, para separar as águas entre o público e o privado?

6.19 Consco ergue projecto imobiliário com 700 moradias

Jornal Expansão

14 de Outubro de 2011

Há 19 anos no mercado da construção civil em Angola, a Consco, empresa de direito angolano, prepara-se para a construção de um projecto habitacional na província de Benguela. Orçado em mais de 45 milhões USD, o projecto será dividido em diferentes fases, estando a primeira virada para a construção de 700 moradias, num área territorial de 29 hectares em fase de licenciamento, por parte das instituições públicas. Inserido no Programa Nacional de Habitação, designado Meu Sonho, Minha Casa, o projecto, denominado Acácias Uche, tem o seu arranque previsto para Janeiro do próximo ano, e vai beneficiar essencialmente a camada juvenil.

Em declarações ao *Expansão*, administrador da Consco, Jorge Baptista, disse que a empresa que dirige tem projectos similares nos municípios da Caála, na província do Huambo, Andulo (Bié) e ainda em Benguela, província onde poderá atingir também a localidade da Ganda para a construção de habitações.

Quanto ao projecto Acácias Uche (com uma duração de três anos), a administração geral da empresa entende que o mesmo foi afectado, em parte, por uma dívida acumulada de cerca de 25 milhões Kz (aproximadamente 263 mil USD) que a Consco aguarda até ao momento que seja liquidada por parte dos seus clientes, para além da crise económica mundial que quase paralisou a maior parte das economias do planeta.

Os problemas que existem em termos de dívidas (na maior parte dos casos advindas nos incumprimentos das datas previamente acordadas) reflectem igualmente “as facilidades da nossa parte que nos levaram a má materialização de grande parte dos contratos que fomos fazendo. Acrescenta-se a isso os contratos interrompidos, por motivos diversos, e que atrapalharam, em certa medida, as nossas projecções em termos de investimentos a médio e longo prazos”, declarou Jorge Baptista, que adianta também que, se o sistema de crédito bancário funcionar, a sua empresa gostaria de investir na economia nacional, proporcionando desenvolvimento e emprego.

“Pensamos sobretudo que isso será possível, principalmente, se a banca libertar mais créditos para todas as empresas, quer grandes, quer pequenas, para equilibrar o mercado da concorrência”, defende Jorge Baptista.

Tintas Laco

Por outro lado, a Consco encerrou as portas da sua fábrica de tintas, até então localizada no bairro Sambizanga, em Luanda, por força das incompatibilidades técnicas e, essencialmente, devido ao respeito às normas que regulam o respeito pelo meio ambiente, tendo como razão principal a localização geográfica da mesma unidade fabril. Neste momento, a direcção-geral da empresa está a trabalhar na reformulação do projecto, para a instalação da fábrica de tintas laco (marca 100% angolana) no perímetro da zona industrial de Viana.

Orçada em cerca de 1 milhão USD e com uma capacidade para a produção de 144 mil litros de tintas ao mês, a fábrica de tintas laco vai, numa primeira fase, produzir cerca de 8 mil litros de tintas/mês. Segundo previsões da empresa, a unidade vai priorizar a produção de tintas plásticas, esmalte sintético primário e texturadas.

6.20 Fundo de garantia à habitação utilizará a Liubor

Jornal O PAÍS

14 de Outubro de 2011

O Novo quadro Operacional para a Política Monetária introduz duas novas taxas de referência: a Taxa Básica do BNA (Banco Nacional de Angola) e a taxa Liubor. O que são, de facto, estas taxas? Que reflexos terão sobre o preço do dinheiro Qual a que vai ser utilizada na contratação de crédito por empresas e particulares? João Fonseca, vice-presidente do conselho de administração do Banco Keve dá-nos, em entrevista, resposta a estas questões. E adianta que os clientes do sistema bancário já poderão contar com a Liubor a prazo de um mês em Novembro e, para maturidades mais longas, a partir de 2012. Para João Fonseca o novo quadro monetário é, no essencial, idêntico ao das economias mais desenvolvidas.

O BNA introduziu duas novas taxas, a taxa básica BNA e a taxa Liubor. *Qual o principal objectivo da introdução da Taxa Básica BNA?*

E gerir a liquidez excedentária no sistema bancário. A existência de um excedente significa que há recursos que não estão a ser aplicados, o que tem um custo adicional que se reflecte em taxas de juro mais elevadas. Ora, a taxa de juro para um banco tomar liquidez junto do BNA, o que, desde Novembro já pode fazer sem recorrer ao desconto através das facilidades de cedência de liquidez, será a Taxa Básica mais um spread a definir pelo banco central. No caso de existir num banco excesso liquidez e se a quiser colocar como um depósito no BNA, a taxa de remuneração será a Taxa Básica menos a margem que o banco central definir.

A Taxa Básica vai ser a taxa de referência para todos os instrumentos de política monetária que o BNA tem à sua disposição. Os bancos definirão, nas operações de empréstimo que fazem entre si, a sua taxa, que actualmente é a taxa interbancária mas que passará a ser a taxa Liubor, sendo que essa taxa já será balizada pelas taxas indicadas pelo BNA. Há que ver como os bancos irão reflectir nos seus contratos de crédito denominados em kwanzas estas taxas. Se irão utilizar a Taxa Básica acrescida de um spread ou se irão utilizar outras taxas de mercado. Ainda não há na fórmula de cálculo para a taxa base...

Daí que seja importante que o Comité de Política Monetária divulgue nos seus comunicados a análise que faz da situação para que compreendamos as bases de formação da taxa.

Corno vêm sendo fixadas as taxas praticadas junto dos clientes?

Têm sido baseadas, em grande parte, nas taxas dos títulos públicos.

O principal efeito da introdução da taxa básica do BNA poderá vir a ser a redução das taxas activas e elevação das passivas?

Esse é o objectivo, que tem a ver com o controlo da inflação, mas não sei se a introdução da taxa conduzirá imediatamente a esse efeito. Não se trata de uma taxa de mercado, que vai ser decidida pelo próprio BNA. Tem fins de política monetária. Há uma questão muito importante e que tem a ver com o facto de os bancos terem de trabalhar, cada vez mais, com crédito em kwanzas, o que significa que se tem de ter taxas de referência em kwanzas. E todos estes instrumentos que o BNA está a criar vão permitir haver mais referências para a taxa de juro em kwanzas, no sentido de se começar a formar uma curva de rendimentos em kwanza. Há mais de um ano que não há, mesmo em maturidades acima de um ano, referências em kwanzas.

Mas qual o reflexo sobre o preço do crédito?

O reflexo sobre o crédito vai depender muito das orientações seguidas pelos bancos. Porque a verdade é que os bancos, neste momento, estão a aplicar as disponibilidades que têm dos clientes, os seus recursos, a uma taxa de juro que ronda os 5% ao ano, com uma rentabilidade real negativa, o que implica que a margem financeira dos bancos (a relação entre juros recebidos e juros pagos) baixou. A decisão sobre a introdução das taxas de juro do crédito vai depender da estratégia que a banca irá seguir em relação aos seus resultados, ao risco que queiram assumir face aos clientes. O que importa relevar é que passamos a contar com um quadro normalizado, que esperamos seja muito bem regulamentado e transparente.

Como vê a introdução da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez?

Não tem vindo a ser muito utilizada. O BNA precisa de ter mais instrumentos para efectuar a gestão fina da liquidez que, neste momento, não é possível realizar, dado que o mercado interbancário não é suficientemente profundo. É isso que se infere “do documento que apresenta o novo quadro para a política monetária, Como nele se refere há cinco bancos a tomar liquidez e cerca de 13 aceder. O mercado interbancário encontra-se muito concentrado e quando há pouca procura e muita oferta o tomador acaba por determinar a taxa de juro. O objectivo é haver mais instrumentos para efectuar a gestão da liquidez dos bancos. Ou seja, o BNA vai passar a dispor de instrumentos adequados na sua actuação, nomeadamente no que toca á sua missão de garantir a estabi-

lidade dos preços, o que significa um progresso muito significativo. O novo quadro monetário é idêntico ao das economias mais desenvolvidas e Angola precisa dele para se desenvolver.

E quanto às bases operacionais sobre as quais estes instrumentos irão funcionar?

Este quadro não funciona se não tivermos uma base operacional de pagamentos em tempo real, que é um sistema electrónico que os bancos utilizam para efectuar as transacções financeiras entre eles e o BNA e o SIGMA, que é basicamente um sistema que permite a gestão dos títulos públicos. Em quase todas estas operações está subjacente a utilização de títulos públicos como garantia das operações que fazemos junto do BNA. Quando um cliente pede um crédito a unibanco tem de prestar garantias. Quando utilizamos instrumentos de BNA também temos de prestar garantias consubstanciadas em títulos públicos.

Quando foi divulgada a criação da Taxa Básica muitas pessoas perguntaram-se se passariam a ter uma taxa de referência nas suas operações com o sistema bancário. Não é disso que se trata?

Não, embora permita balizar as taxas do mercado. Será explícita no caso do crédito ligado ao Fundo de Garantia à Habitação em que a taxa de juro será a Taxa Básica do BNA acrescida de um spread que vai ser decidido.

E já se sabe qual é a taxa a aplicar no âmbito do Fundo? Ainda não.

A Liubor é definida dentro do sistema bancário. Poderá vir a ser vista como uma taxa de referência para os clientes, permitindo-lhes comparar as taxas oferecidas pelos diferentes bancos?

O grande objectivo é que a Liubor passe a ser a taxa de referência dos contratos celebrados entre os bancos e os seus clientes, tal como acontece com as suas congéneres internacionais. Mas a Liubor, de certo modo, já vigora sob a forma de taxa do mercado interbancário.

6.21 Oposição força juventude a invadir cidade do Kilamba

Semanario Factual

De 15 a 22 de Outubro de 2011

Um plano está a ser gizado por partidos na oposição, para incitar a juventude a ocupar, à força, os apartamentos da Cidade do Kilamba.

Segundo apurou o Factual de uma fonte, milhares de jovens foram mobilizados, para nos próximos dias, invadirem a centralidade.

Na opinião da mesma, com essa atitude, quando o Executivo e a Polícia agirem, vai generalizar-se um conflito que poderá ter consequências graves.

“A invasão está a ser planificada para ocorrer na madrugada do dia “D”. Assim, no dia seguinte, quando as pessoas acordarem, os apartamentos já estarão todos ocupados. E, quando isso acontecer, as autoridades vão reagir de tal forma que poderá ocorrer tumulto”, advertiu o informante, salientando que as reuniões estão a decorrer na área da Rotunda do Gamek.

Ao ser questionado sobre mais esta tentativa da oposição, um analista político, em anonimato, disse ao Factual que essas pessoas pretendem criar cenário de desobediência civil de grande monta, de forma que as forças da ordem sejam obrigadas a disparar contra os insurrectos. E, como se sabe, potências ocidentais aguardam apenas por um punhado de mortes, para justificar a sua ingerência nos assuntos internos de Angola.

E, perante esta ameaça latente, o referido analista sugere que as forças de defesa e segurança estejam atentas e em prontidão, com o objectivo de anular esses intentos inspirados e alimentados por países estrangeiros, em conivência com actores internos.

A Cidade do Kilamba foi inaugurada, recentemente, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. Na inauguração, foram entregues 115 edifícios, com três mil 180 apartamentos, 48 lojas e 10 quilómetros de estradas.

Além disso, a mesma apresenta 710 edifícios, 24 creches, 9 escolas primárias, 8 escolas secundárias e 50 quilómetros de estradas.

Para Dezembro deste ano, está programada a entrega de mais 218 edifícios, correspondendo a 6.130 apartamentos e 78 lojas e prevê-se a conclusão de todo o projecto em Outubro de 2012, com a edificação dos últimos 377 edifícios que garantirão mais 10.692 apartamentos e 120 lojas.

A nova Cidade do Kilamba surgiu de uma parceria público-privada e abrange a edificação de 20 mil apartamentos espaçosos dos tipos T2, T3 e T4, 24 creches e jardins infantis, nove escolas primárias e oito secundárias, parques de estacionamento, paragens para transportes públicos e lojas.

Localizada nas imediações do Estádio Nacional 11 de Novembro, a nova vila, erguida numa área global de três milhões e 200 mil metros quadrados, inclui habitações, escolas, creches, estradas e estruturas para o fornecimento de água e energia.

6.22 Milhares de habitações no município do Dande

Jornal de Angola

19 de Outubro de 2011

o município do Dande, sede da província do Bengo, vai passar a dispor de dez mil moradias, no âmbito do programa nacional de fomento habitacional, que prevê a construção de um milhão de casas em todo o país.

A informação foi prestada segunda-feira pelo presidente da empresa imobiliária Trilho, Gestão de Empreendimentos, Daniel Fernandes, no final da visita dos vice-governadores do Bengo para as infra-estruturas e para a esfera económica, Jorge Bessa e Domingos Guilherme, respectivamente, ao local onde serão erguidas as moradias.

Segundo Daniel Fernandes, deste número de residências, destinadas ao município do Dande, cinco mil serão construídas na localidade do Sassa-Cária, (comuna de Caxito) e igual número na comuna da Mabubas. A nível da província do Bengo, o projecto abrange a construção de 15 mil casas sociais T3 e T4.

O administrador municipal do Dande, Mateus Manuel, considerou que a iniciativa vai atenuar a carência de habitação para os funcionários públicos na cidade de Caxito, em particular, e na província do Bengo, no geral. “Procurámos estabelecer esse contrato público privado para minimizar a situação da escassez de residências, que se regista no município do Dande”, realçou.

Quanto aos moldes de distribuição, disse que serão enviados formulários às direcções provinciais, institutos e outros organismos, para que cada funcionário interessado possa aderir ao projecto. “E a forma que encontrámos, porque durante muito tempo temos estado preocupados com a problemática de terrenos para dar às pessoas para construir”, precisou.

O período estabelecido para que um funcionário público possa pagar a sua casa é de 20 anos, através de amortizações mensais através do banco.

6.23 Preço da chapa de zinco registou ligeiro aumento

Jornal de Angola

19 de Outubro de 2011

O preço de chapa de zinco na cidade de Mbanza Congo, capital da província do Zaire, aumentou de 850 kwanzas para 1.300, situação que está a preocupar os habitantes locais, soube a Angop na segunda-feira.

Agentes económicos, contactados pela Angop, afirmaram que a subida do preço se deve à escassez deste material de construção civil a nível do mercado local.

Manuel da Silva, agente económico, argumentou que tal se deve aos custos de aquisição do produto a partir de Luanda. “Actualmente, estamos a comprar cada chapa a 950 kwanzas. Este preço, aliado aos custos de transporte da capital para Mbanza Congo, obriga-nos a alterar o preço de venda para ganharmos alguma coisa”, afirmou. Nzinga Fernandes, também agente económico, afirmou que há três semanas que o seu estabelecimento não comercializa chapas de zinco, devido à escassez deste material de construção. De acordo ainda com o interlocutor, mesmo a nível de Luanda está difícil encontrar o referido material, o que está a originar a subida dos preços.

6.24 Promessas não cumpridas

Novo Jornal

21 de Outubro de 2011

Alguns jovens que se candidataram à compra das 90 casas enquadradas no projecto Angola Jovem, em Luanda, lançado pelo Ministério da Juventude e Desporto em Abril do ano passado, estão agastados com a demora na entrega das habitações e acusam algumas pessoas de agirem de má-fé.

Segundo a comissão dos 90 jovens sorteados no projecto (órgão criado por eles com o objectivo de salvaguardar os seus direitos em relação ao projecto), as moradias, a serem erguidas na Comuna da Camama, iriam custar 170 mil dólares e seriam pagas em prazos de 10 a 20 anos.

Como eles não dispunham daquele valor, o Ministério da Juventude e Desporto disse-lhes que haveria de construir outras residências no bairro da Sapú, que seriam vendidas no valor de 50 mil dólares. “Nós concordámos em pagar aquele valor, mas como o ministério estava a demorar a dar-nos a resposta, escrevemos para o Presidente da República e este, por sua vez, delegou na secretária para os assuntos sociais da presidência, Rosa Pacavira, para resolver a situação”, lembraram.

Os candidatos às casas do projecto Angola Jovem foram, em Abril deste ano, na companhia de Rosa Pacavira e do ministro dos Desportos, Gonçalves Manduma, visitar as residências situadas no bairro do Sapú, mas desde aquela data a secretária para os assuntos sociais da presidência da República não disse mais nada. “Surpreendentemente, agora o Ministério da Juventude e Desporto disse que as casas já não são as do Sapú, mas sim no Zango. Primeiro, dizem-nos que é no Sapú. Porque é que agora é no zango? O projecto envolveu a secretária da presidência que foi incumbida da tarefa de resolver a nossa situação, mas até agora não vimos nada”, contestam indignados os jovens.

De acordo ainda com a comissão, as habitações prometidas no projecto iriam ocupar cerca de 450 metros quadrados, mas as que lhes foram apresentadas no Zango são casas com paredes coladas umas às outras e com menos de 120 metros quadrados. “Hoje já vimos que passaram por trás da própria presidência e vieram mostrar-nos outras casas no Zango. Essas residências não estão no regulamento do projecto e com um preço superior às do primeiro”, acusaram, acrescentando que as casas que estavam no regulamento do projecto eram de 450 metros. “Vemos agora que não é nada. daquilo que nos foi prometido pelo governo, nem pela presidência, porque de acordo com Rosa Pacavira, o Presidente, José Eduardo dos Santos, recebeu a nossa carta. Tanto é que despachou um documento para rever a nossa situação”, reiteraram.

A comissão frisou também que o Ministério da Juventude diz não se responsabilizar por aquele projecto da Sapú e que eles devem ficar no zango 4. “Não sabemos se acreditamos no ministério ou na secretária do presidente, como também estamos na incerteza se devemos assinar o contrato e receber as casas no Zango ou se devemos esperar por Rosa Pacavira”.

“Será que a Rosa Pacavira esqueceu-se do encontro que teve connosco? Será que as casas são as do Sapú ou do Zango?”, questionou a comissão dos 90 jovens.

Em entrevista à Rádio Nacional da Angola, o director da juventude, José Cardoso, disse que nos próximos dias algumas casas serão entregues no Zango, facto contestado pela comissão. “Se for para entregar aquelas casas é uma mentira, porque não têm luz, nem água e as obras estão ainda em curso. Também só estão prontas 15 casas”.

Uma vez que Rosa Pacavira não se pronuncia sobre o assunto, os jovens disseram que estão dispostos a receber as casas do Zango, mas com condições aceitáveis.

“A nossa preocupação é receber e acertar o contrato com o banco, porque aquilo não nos vai ser entregue de borla, será pago mensalmente por nós”.

O Novo Jornal tentou contactar a secretária para os assuntos sociais da presidência, Rosa Pacavira, mas sem sucesso. Alguns dos candidatos do projecto Angola Jovem compraram as casas no valor de 170 mil dólares, localizadas no Camama, mas a maioria optou pelas residências de 50 mil dólares.

O projecto Angola Jovem foi construído a pensar em resolver os problemas habitacionais dos jovens, sobretudo, os casados, com idades compreendidas entre os 25 e os 35 anos e que não possuem habitação. O plano foi implementado em todas as províncias de Angola.

6.25 As mudanças na tributação do património

Novo Jornal

21 de Outubro de 2011

Aquando do início da reforma fiscal em curso, norteada pelas linhas Gerais do Executivo para a Reforma Tributária, foram definidos diversos objectivos para esta Reforma, entre os quais o aumento da receita fiscal não petrolífera, o alargamento da base tributária e o aumento da justiça e da equidade fiscais.

A tributação do património imobiliário em Angola foi dos primeiros aspectos a merecer a atenção detalhada dos agentes da Administração Fiscal. De facto, ainda que a tributação apresentasse taxas substancialmente elevadas, a cobrança apresentava-se com níveis muito abaixo dos verificados nos demais impostos. Até mesmo numa análise comparativa com referências internacionais se verifica que o nível de arrecadação de receita em Angola, no que respeita à tributação do imobiliário, se apresenta muito abaixo do que seria desejável. Tal resultado era ainda mais perturbador em virtude da constatação dos elevados preços praticados no mercado imobiliário nas grandes cidades, em particular em Luanda.

Por essa razão, tendo em conta os objectivos da reforma anteriormente enunciados, foram revistos os vários impostos com incidência sobre imóveis, nas suas diversas vertentes. A reforma levada a cabo nesta sede teve como principais objectivos a redução da carga fiscal do contribuinte, como é evidenciado pelas reduções de taxas ocorridas no âmbito do Sisa, do Imposto Predial Urbano e do Imposto do Selo, bem como o aumento da receita tributária, através do alargamento da base tributária, formalizando operações realizadas à margem do sistema fiscal e fiscalizando com maior eficácia os contribuintes incumpridores.

Com estas alterações, pretendeu-se, essencialmente, promover a justiça fiscal e dar suporte ao programa habitacional do Executivo, com o objectivo de garantir a todos os cidadãos o acesso a casa, em condições fiscais menos onerosas.

Sisa, isenção e outras taxas

No que respeita à tributação das transmissões onerosas de imóveis, sobre as quais incide o Imposto de Sisa, foi efectuada uma análise comparativa internacional, tomando em consideração diversos países com características económicas e legais similares a Angola que pudessem ser usados como base de comparação, tendo-se verificado que a taxa do imposto em Angola se encontrava genericamente 5 ou mais vezes acima dos valores apresentados internacionalmente.

Este valor, representando um grande encargo para os contribuintes cumpridores, funcionava como um incentivo à fraude e à evasão fiscal. Conforme tradicionalmente verificado através de exemplos internacionais, uma elevada pressão fiscal funciona como elemento potenciador de evasão fiscal e de funcionamento de mercados paralelos, o que também se verificava no mercado imobiliário com um grande número de transacções a ocorrerem fora do comércio jurídico formal, sem a consequente arrecadação dos impostos devidos pelo Estado.

Passou-se, então, de um sistema de tributação em que se aplicava uma taxa de 10% sobre o valor da alienação para uma taxa de 2% sobre esse mesmo valor. Esta redução conseguiu, por um lado, desonerar os contribuintes nas operações de aquisição de imóveis e, por outro, compensar o aumento galopante dos preços praticados no mercado imobiliário que se tem sentido nos últimos anos em algumas províncias. Adicionalmente, e de modo a garantir a equidade e a justiça do sistema fiscal, reformulou-se o elenco de isenções estabelecido para o Imposto de Sisa, passando a estar isentos deste imposto, o Estado, os Estados estrangeiros quando concedam pl similar vantagem em regime de reciprocidade ao Estado angolano, as e instituições religiosas devidamente reconhecidas, mas apenas quanto aos locais destinados ao culto e as d, habitações sociais.

Quanto as habitações sociais, decidiu SI isentar-se do Imposto de Sisa, as habitações com preço de venda equivalente a 78.000 UCF, o que corresponde, sensivelmente, a seis milhões e novecentos mil kwanzas (6.900.000 ri AKZ), que sejam destinadas a habitação própria e permanente do adquirente. De forma a limitar-se o alcance desta isenção, a mesma aplica-se t apenas à primeira transmissão em (nome do adquirente. I Tendo em conta a dualidade do Imposto Predial Urbano e não pretendendo introduzir modificações de fundo no sistema fiscal, separou-se o regime de tributação, de prédios arrendados e prédios não arrendados. Desta forma, estabeleceu-se um regime diferenciado de tributação com bases de incidência, taxas e regimes de liquidação distintos, conforme esteja em causa um imóvel arrendado ou não arrendado.

No que se prende com a tributação de imóveis arrendados, em resultado desta alteração, a taxa efectiva a suportar pelos sujeitos passivos do imposto fixa-se em 15% sobre as rendas efectivamente recebidas.

No que se prende com a tributação de imóveis não arrendados, procederam-se a alterações mais substanciais. Desde logo, procedeu-se à alteração da base tributária, passando o imposto a incidir não sobre o valor locativo, ou seja, o valor potencial de rendas anuais, mas sim, sobre o valor patrimonial, ou seja, o valor do imóvel tendo em conta as suas características.

A nível das taxas aplicáveis a imóveis não arrendados, procedeu-se também a uma revisão substancial do anterior sistema, uma vez que se fixou um sistema de taxas progressivas com dois escalões, pretendendo, assim, tributar-se apenas o valor dos imóveis em excesso de 5 milhões de kwanzas. Desta forma, um imóvel de valor igualou inferior a 5 milhões de kwanzas não sofre qualquer tributação no caso de não se encontrar arrendado, ao passo que um imóvel de 7 milhões de kwanzas, apenas paga imposto sobre o valor em excesso de 5 milhões de kwanzas, ou seja, sobre 2 milhões de kwanzas, à taxa reduzida de 0,5%.

Finalmente, à semelhança do que se fez no âmbito do Imposto de Sisa, reviu-se o elenco de situações de isenções previstas no Código do IPU.

a mecanismo de retenção na fonte Deve dizer-se também, que as alterações introduzidas em sede de Imposto Predial Urbano acarretam diversas e relevantes mudanças nos diversos procedimentos e sistemas utilizados pela Administração Fiscal na gestão e cobrança do imposto.

NÓ que respeita a imóveis arrendados, institui-se a obrigação de liquidação do imposto por via de retenção na fonte, no caso de o inquilino ser uma pessoa, singular ou colectiva, que disponha ou deva dispor de contabilidade organizada. Nesse caso, o inquilino deverá, no momento do pagamento da renda ao senhorio, reter o montante do imposto devido, ou seja, 15% ~ renda paga, devendo entregar esse montante na respectiva repartição fiscal, em substituição do senhorio. Após a entrega n do imposto devido, que deverá ocorrer até ao fim do mês seguinte àquele l- a que respeite a retenção, o inquilino l- deverá entregar o DAR, documento le comprovativo da entrega do imposto retido, exonerando desse modo o senhorio do cumprimento da obrigação fiscal.

Com este regime, pretendeu-se dar m maior efectividade ao sistema de liquidação e arrecadação do imposto, engajando as diversas entidades envolvidas no arrendamento. Adicionalmente, foram desenvolvidos e melhorados os sistemas informáticos e modelos e formulários de gestão do imposto, permitindo uma actuação da Administração mais eficaz, moderna e capaz.

Finalmente, foi desenvolvido um novo modelo de avaliação de imóveis, destinado a aferir o valor patrimonial dos mesmos, que servirá de base de incidência para a tributação de imóveis não arrendados. Este modelo baseia-se na definição de um preço base por metro quadrado, variável de acordo com a localização do imóvel, sendo esse valor base corrigido consoante diversos critérios, que consideram o conforto, idade, localização e utilização ou afectação do imóvel Considerações finais Ainda na perspectiva de redução da carga fiscal sobre o patri-

mónio imobiliário, procedeu-se também à desoneração do imposto do selo sobre diversos actos associados à compra e venda de imóveis. Nesse sentido, reduziu-se o imposto do selo que incide sobre o contrato de compra e venda do imóvel de 0,5% do valor do contrato para 0,3%. Adicionalmente, reduziu-se o imposto do selo aplicável aos financiamentos para aquisição de habitação de 0,3% para 0,1%. Conjugado com estas reduções, foi ainda eliminado o imposto do selo sobre o conhecimento de cobrança do Imposto de Sisa que incidia à taxa de 8% sobre o valor do Sisa.

Em resultado destas alterações, tem se verificado um significativo aumento do número de contribuintes a liquidar os impostos, principalmente no que respeita ao Imposto Predial Urbano sobre prédios arrendados, através da liquidação por retenção na fonte, bem como, um aumento significativo no montante de receita arrecadada com este imposto. De facto, desde a implementação da nova legislação, tem-se verificado uma maior dinamização do imposto, com resultados crescentes quando comparados com iguais períodos do ano anterior.

Desta forma, podemos dizer que o objectivo preconizado com as alterações introduzidas foi atingido, sendo necessário continuar a trabalhar no sentido de manter e administrar os novos procedimentos e garantir a correcta e justa aplicação do imposto.

Em conclusão, não obstante as reduções efectivas que se verificaram, o alargamento da base tributária levada a cabo através das novas regras e procedimentos de inspecção resultaram numa. Maior justiça social e maior arrecadação de receita para que o Estado possa satisfazer as suas obrigações para com a colectividade Director Nacional de Impostos/ MINFIN

6.27 Inscrições de interessados começam no proximo mes

Jornal de Angola
24 de Outubro de 2011

As inscrições de acesso às casas sociais a serem erguidas pelo Executivo na “província de Benguela vão estar abertas de 8 a 18 de Novembro, no pavilhão Multiusos Acácias Rubras, entre as 8h30 e as 12h00.

Segundo um comunicado de imprensa da direcção provincial da Juventude e Desportos, para se ter acesso a uma habitação social é necessário ser-se cidadão angolano e ter entre 15 e 35 anos. Além disso, o candidato deve apresentar um atestado que confirme ser residente na província há mais de dois anos, e uma certidão matrimonial ou de união de facto, passada por uma entidade competente.

De acordo com o decreto Executivo nº29/09 de 17 de Abril, do Ministério da Juventude e Desportos, sobre a concessão da habitação social à juventude; é igualmente exigido, no acto de inscrição, uma fotocópia do Bilhete de Identidade e o resto criminal. As autoridades exigem ainda uma fotocópia do cartão de contribuinte, o documento de comprovação da situação militar regularizada, -, para os jovens do sexo masculino, e uma declaração da entidade patronal pública ou privada, que comprove o vínculo laboral.

Para a supervisão do processo foi criado um comité de avaliação das candidaturas, chefiado pelo vice-governador para o sector económico e que integra o director provincial da Juventude e Desportos e representantes da delegação regional do Banco de Poupança e Crédito (BPC), Conselho Provincial da Juventude, direcção provincial da Comunicação Social e quadros seniores do departamento da juventude.

. Segundo o programa, o sorteio público terá lugar a 20 de Dezembro de 2011, no recinto de jogos dQ. Estrela Clube 1 ° de Maio, com início previsto às 10h00.

6.28 BNA participa nos esforços do Executivo com a inclusão financeira das populações

Jornal Economia e Finanças
25 de Outubro de 2011

O programa de inclusão financeira, promovido pelo Banco Nacional de Angola (BNA), junto das populações, vai permitir ao país uma maior mobilização de poupanças para o suporte ao Investimento e o alargamento da base de acesso ao capital financeiro.

As afirmações foram feitas pelo governador, José de Lima Massano, que falava, na semana passada, numa conferência subordinada à temática inclusão financeira. Para o governante, este programa, além de oferecer maior segurança e protecção aos recursos da população, vai dinamizar a economia e apoiar a redução da pobreza no país pela via da criação de novos empregos.

Conforme disse José de Lima Massano, o tema, entendido como um maior acesso da população aos serviços financeiros básicos, incluindo aos instrumentos de pagamentos, desafia-nos a reflexão sobre a segurança e a eficiência da gestão dos recursos financeiros das famílias, a título individual ou colectivo, independentemente do seu rendimento e da sua localização geográfica no território nacional. Daí a sua complexidade. Embora constitua objecto e o centro das preocupações do sistema financeiro nacional, a iniciativa deve envolver as entidades públicas e privadas, financeiras ou não.

“Pretendemos envolver nesta dinâmica todos os parceiros que possam contribuir para o seu êxito, através da validação das acções já desenvolvidas, com as quais se quer proporcionar o conhecimento de experiências bem sucedido noutros países e numa perspectiva de lançamento de base estratégica, adaptada à realidade angolana”, disse.

José de Lima Massano assegurou ainda que a informação disponível revela que o acesso a serviços financeiros básicos no país é ainda limitado, quer em termos da população abrangida, quer em distribuição geográfica dos prestadores destes serviços.

Indicadores da inclusão Estima-se que apenas cerca de 33 por cento da população angolana tenha uma conta bancária, e que, apesar do forte crescimento da rede de balcões que se tem registado nos últimos anos, e que subiu de 501 para 914, cerca de 54 por cento desta está localizada em Luanda.

O governador do Banco Central disse, por outro lado que, que ao analisarmos a inclusão financeira no país do lado da oferta de serviços financeiros, os indicadores importantes de acessibilidade traduzem a mesma realidade, na medida em que, até Junho deste ano, existiam apenas, por 10 mil habitantes, 0,49 agências e dependências bancárias e 0,76 caixas automáticas (ATM). No período em análise e no que se refere a utilização de instrumentos de pagamentos, apesar do crescimento animador que se tem registado, o número de cartões multicaixas válidos, por mil habitantes, estimou-se em 121.

Por seu lado, o rácio de depósitos/PIB ficou em 33 por cento e do lado da oferta de crédito bancário, o rácio crédito à economia/PIB situou-se em 20,7 por cento. Já o crédito a pessoas singulares foi de apenas 4,4 por cento do PIB.

Assim, no âmbito da prestação de serviços de micro-crédito, o país dispõe de quatro instituições financeiras bancárias e uma não bancária que oferecem estes serviços num universo de 23 bancos licenciados. Trata-se dos bancos Sol, Poupança e Crédito (BPC), Comercio e Indústria (BCI), BAI Micro Finanças (BMF) e a Kixi-crédito, como operadora não bancária.

Acções do Executivo

De acordo com José de Lima Massano, no âmbito das acções de inclusão social que têm vindo a ser implementadas pelo Executivo angolano, o BNA tem tomado um conjunto de iniciativas voltadas para a inclusão financeira, associando-se aos esforços das autoridades governativas de reduzir a pobreza no país.

Assim, o governador sustenta que, “a adequada expansão da inclusão financeira permite uma maior mobilização

de poupanças para suporte ao investimento, o que passa pelo alargamento da base de acesso ao capital financeiro, formalização da economia, criação de postos de trabalho e a distribuição de renda”, lembra.

Reafirmou, igualmente, que com esse sentido orientador foi, no ano em curso, estabelecido um quadro regulamentar próprio para as sociedades de micro-crédito e para as cooperativas de crédito, condição necessária para o surgimento de mais prestadoras de serviços de micro-finanças.

Abordou ainda sobre a regulamentação da prestação de serviços de remessas de valores, estando em fase adiantada o regulamento referente aos correspondentes bancários, que inclui a extensão de serviços financeiros aos outros prestadores, casos de farmácias, grandes superfícies comerciais, lojas e outros.

6.29 Apartamentos à venda na cidade do Kilamba

Jornal de Angola
27 de Outubro de 2011

Os primeiros 3.180 apartamentos, uns com três quartos e outros com cinco, da cidade do Kilamba, em Luanda, estão à venda, desde segunda-feira, anunciou, em comunicado, a Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP), gestora dos imóveis. A nota refere que estão, igualmente, à venda outros 35.536 apartamentos, ainda em construção, nas centralidades do Kilamba, 16.822, Cacucaco/Dande, 10.002, Zango, 2.464, Musseque Capari, quatro mil, e 2.248 no Quilómetro 44.

O comunicado acrescenta que não são necessárias novas inscrições para estes apartamentos e que os interessados podem escolher a localidade em que querem viver.

A cidade do Kilamba, cujo projecto é constituído por 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito secundárias, constitui um elo de transição para a nova urbe de Luanda, a edificar junto à margem do rio Kwanza.

O projecto de construção da Cidade do Kilamba tem conclusão prevista para Outubro de 2012.

6.30 Executivo entrega em Dezembro residências sociais para os jovens

Jornal de Angola
31 de Outubro de 2011

O ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, anunciou em Luanda, para Dezembro próximo, a entrega de mais 100 casas económicas aos

jovens, na Zona do Zango, município de Viana, no quadro do programa Angola Jovem

Discursando sábado na cerimónia de entrega de 115 casas de média renda para a juventude na zona da Camama, Gonçalves MUANDUMBA disse que do lote de 100 a serem entregues em Dezembro; 57 são para jovens que concorreram às casas de média renda na mesma zona, mas que por razões financeiras desistiram deste projecto..

De acordo com o ministro da Juventude e Desportos, com esta iniciativa vai ser cumprida a promessa de integrar os jovens que desistiram do projecto inicial por falta de condições financeiras para comprar casas de média renda.

Gonçalves Muandumba anunciou ainda, nos próximos tempos, a construção de mais 200 casas na zona do Zango, município de Viana, em Luanda. O ministro da Juventude e Desportos anunciou igualmente que está em curso, na zona da Sapú, em Luanda, a construção de 500 casas económicas, das quais 57 serão entregues em Dezembro próximo. A distribuição das casas, segundo Gonçalves Muandumba, acontece até Maio do próximo ano. O projecto está a ser executado numa parceria entre o Ministério da Juventude e Desportos e o Banco de Poupança e Crédito (BPC). O ministro Gonçalves Muandumba assinalou que o financiamento é do BPC, que participa igualmente noutros projectos do género em Luanda e no interior do país.

O ministro da Juventude e Desporto inaugurou, no sábado, em Luanda, na zona da Camama, 115 de 500 casas T3, de média renda, construídas no âmbito do programa Angola Jovem

Gonçalves Muandumba sublinhou que a entrega destas casas reflecte o compromisso assumido pelo Executivo de combater o défice habitacional social no país.

As principais ruas da referida urbanização vão ter duas faixas, uma em cada sentido, com áreas de estacionamento colectivo. Na cerimónia de entrega das casas na comuna do município do Kilamba Kixi, em Luanda, estiveram presentes a secretária de Estado para os Assuntos Sociais do Presidente da República, Rosa Pacavira, os vice-ministros e da Família e Promoção da Mulher, Ana Sacramento, e da Comunicação Social, Miguel de Carvalho, e a vice-governadora de Luanda para a área social, Juvelina Imperial.

7 TERRA

7.1 Registo predial está em debate

Jornal de Angola
04 de Outubro de 2011

Um seminário sobre o tema “Registo predial e Notariado em Angola” realiza-se hoje e amanhã, em Luanda, enquadrando-se no projecto de modernização e informatização dos serviços do Ministério da Justiça. O encontro tem como objectivo a troca de experiências entre os especialistas das áreas do Registo Predial e do Notariado e do sector económico e imobiliário português e angolano.

Um documento do Ministério da Justiça indica que o projecto de modernização e informatização dos Serviços de Registo Predial e do Notariado em curso e as recentes alterações legislativas vêm garantir um método de registo eficiente.

7.2 Discriminação e especulação

Semanario Angolense
08 de Outubro de 2011

O projecto Zango foi (e ainda está a ser) construído em terras que foram, maioritariamente habitadas por camponeses que tinham lá as suas residências de pau-a-pique e as suas lavouras. Hoje ainda se vê algumas lavras de mandioca e árvores de fruta como mangueiras e cajueiros. Com a construção das novas urbes, os camponeses ficaram sem as lavras e as residências e, como compensação, foi-lhes prometido casas nas centralidades de acordo com o que possuíam. Algumas beneficiaram de novas casas no Zango I e II, mas a maioria, em conjunto com outros desalojados de várias zonas de Luanda passaram a viver em tendas e ali continuam há vários anos. As tendas acabaram por apodrecer e tiveram que remediar-se com chapas de zinco, fazendo pequenos casebres, sem que nunca sejam priorizados.

As casas continuam a ser construídas, novos habitantes as vão ocupando, mas os antigos proprietários daquelas terras, que perderam inclusive as lavras de onde tiravam o seu sustento continuam nas mesmas condições. É um paradoxo ver-se o longo cinturão de casebres a envolver os novos bairros. As histórias que aquelas pessoas contam sobre a sua situação, são confrangedoras e ninguém entende porque é que continuam assim.

O projecto Zango começou com um tipo de casas. Depois foram contratadas mais empresas construtoras

e outros tipos e outros estilos foram surgindo. Assim, naqueles bairros enormes há de tudo, incluindo casas sem reboque por dentro e fora, sem pavimento adequado e até, alguns esboços de casas, em que foram espetados uns tubos no chão para suportar o tecto sem paredes e apenas com um pequeno quarto e uma minúscula casa de banho. Estas construções são conhecidas como as «casas do Capapinha», porque os moradores dizem que foram mandadas construir por aquele ex-governador de Luanda.

No Zango I, que foi maioritária ente habitado por gente proveniente da Boavista, quase não há uma só com traços originais. Todas elas foram modificadas consoante as possibilidades e o gosto dos seus proprietários. No Zango II algumas casas também já sofreram modificações, sobretudo as compradas por gente de posses. Igualmente se fala em grandes negociatas com a venda das casas. Há pessoas que possuem várias casas compradas. Muitas dessas casas são vendidas por pessoas que beneficiaram de três ou quatro casas, consoante o que possuíam no local de onde foram desalojados. Mas a população também fala da interferência de altos dirigentes do Governo e do partido no poder e de fiscais que também vão vendendo casas. Alega-se que há dirigentes e oficiais gerais das Forças Armadas que possuem dezenas de casas que estão a ser comercializadas acima dos 50 mil dólares. De acordo com um morador do Zango 11, ainda é possível, neste momento, comprar-se uma casa por cerca de 30 mil dólares.

Assim, a especulação imobiliária continua em alta, sendo executada por quem devia combater tais práticas e impedem que haja oferta de habitação a preços controlados.

No que diz respeito à cidade que nasceu a sul de Luanda, há também o problema do preço das habitações. Os compradores pagam luxo, mas a qualidade está situada no escalão de rendimento médio-baixo.

E a habitação social de projectos como o Nova

Vida ou Lar do Patriota tendo preços mais em conta, são igualmente elevados. As urbanizações de Viana, sobretudo as que acolheram habitações sociais, deviam ter preços mais baixos, mas com a especulação descrita e executada por terceiros, não se vislumbra que, a curto prazo, a situação mude. Também há o problema das acessibilidades, apesar de que o comboio tenha resolvido muitos problemas, subsiste um grande deficit em parques de estacionamento.

O crescimento de Luanda para Norte é servido pela auto-estrada que vai para Caxito e para a província do Zaire e a via rápida circular a Luanda que tem ligação

com as novas centralidades que estão a nascer no sul e sobretudo na área de Belas. Apesar de tantas centralidades e dos milhares de casas construídas, para muita a gente, a casa própria ainda é um sonho.

7.3 Um grande pesadelo que vai da Praia do Bispo ao Panguila

Semanário Angolense
08 de Outubro de 2011

Madrugada do dia 19 de Novembro de 2010. A população que habitava a região conhecida como favela da Praia do Bispo era acordada pelas autoridades. O bairro foi cercado. Quem estava sob o perímetro policial não podia sair e quem não estava não podia entrar. Definitivamente, aquele não seria um dia normal nas suas vidas. A julgar pelas histórias que este povo conta hoje, ali começava um dia de pesadelo.

Sem saber para onde seriam levados, os «favelados» foram sendo transportados em autocarros devidamente lotados, desde cedo, enquanto os seus pertences eram empilhados e carregados em caminhões basculantes. Depois de uma viagem de 30 quilómetros ao Norte da capital, no então município luandense do Cacucaco, aportaram no novo destino.

A primeira visão do novo porto, a vila do Panguila, algumas pessoas ainda se permitiam sonhar, como uns relataram ao *Semanário Angolense*. Para esses, ao longe, a imagem das casas aparentemente acolhedoras levava a antever um lar melhor. Mas a todos o dia reservava ainda outras surpresas. Nada agradáveis.

Na área residencial do sector 9, conhecida como «tecto vermelho», devido à cor avermelhada do telhado das casas do tipo pré-fabricado, à nossa reportagem moradores afirmaram que não houve nenhuma espécie de consideração para com os seus pertences, muito menos qualquer cuidado. Assim, como fazem para descarregar os produtos que transportam de costume, como areia e pedra, os camiões, consoante chegavam, basculhavam os seus pertences.

Em resultado dessa falta de esmero, muitas mobílias entre outras coisas, como fogões, ficaram danificadas. Há os que perderam botijas e outros que ficaram sem os seus documentos. Os moradores alegam que essa é uma das razões pela qual um bom número deles não possui bilhete de identidade.

uco sofrimento se a distribuição das casas obedecesse a outro critério que não o de se abrigar debaixo do mesmo tecto de duas a três famílias. Pelo depoimento da população, o «aportamento» chega até mesmo a

cinco famílias «enlatadas» na mesma casa. Não bastasse isso, a reportagem do *Semanário Angolense* constatou que muitas famílias (algumas das quais não vieram da favela da Praia do Bispo) ainda continuam em casas sem portas ou janelas, onde foram «abrigadas». Cortinas, chapas de madeira e outros recursos ao alcance de cada um fingem fingir a insegurança e estabelecer os limites de cada família dentro da «casa comum».

Embora a decepção estivesse ali patente – dizem «os favelados do Panguila», como são chamados, de acordo com a sua procedência –, o sonho de uma casa para cada família só se manteve aceso porque as autoridades prometeram que aquela situação só duraria quinze dias. Ao fim desse prazo, como disseram, cada família teria a sua própria casa.

O dia prometido chegou. Fazendo a operação aritmética o dia «D» seria o 4 de Dezembro de 2010. E o dia passou sem sombra sequer de qualquer autoridade para dizer alguma coisa ao povo, dizem eles próprios. Estamos a dois meses de fazer um ano desde aquela data. Tudo o que eles sabem provavelmente é o mesmo que já sabiam: a vida não voltará mais à Praia do Bispo (embora esse seja o desejo da maioria deles). Imaginemos: uma casa com dois quartos (ou três, para quem tem mais «fezada»), uma sala, uma cozinha, um quarto de banho (sem água), três, quatro, cinco famílias (com quatro filhos em média para cada uma). Panguila tornou-se realmente um pesadelo. E a vida de cada um é a única garantia de que as coisas poderão mudar. Quando então? eis a grande interrogação.

7.4 Prédio da Tchetchenia e Angola Telecom serão demolidos

Jornal Agora
08 de outubro de 2011

Segundo o director provincial da direcção provincial das Obras Públicas, Torre Bunga, os estudos avançados foram já feitos por empresas especializadas, sendo que o processo deverá obedecer às tecnologias modernas para que os escombros não afectem as vias nos arredores, nem perigar a vida dos habitantes das respectivas áreas.

“Já temos os estudos feitos e, neste momento, estamos à espera das propostas das empresas que vão fazer a demolição”.

Em relação ao prédio da lagoa do Kinaxixi, na Ingombota, e o da Maianga (Largo da Maianga), explicou que técnicos do sector estão a fazer estudos para avaliar se as suas estruturas podem durar mais algum tempo ou se partirá igualmente para a sua demolição e reabilitação.

O executivo de Luanda desenvolve actualmente um levantamento para avaliar a situação dos edifícios, principalmente na baixa da capital do país, que abrange mais de 50 % do município da Ingombota.

Esta iniciativa surge na sequência da matéria publicada pelo AGORA na edição de 24 de Setembro, ao revelar o estado de avançada degradação dos prédios sujos e saturados que aguardavam por reabilitação urgente. Recorde-se que o ex-prédio da Cuca foi demolido com tecnologia moderna sem afectar as estradas nem outros edifícios adjacentes. As famílias que viviam no prédio foram transferidas para a nova centralidade do Zango, em Dezembro último.

O edifício inaugurado em 1974, tinha 14 andares, 162 apartamentos e quatro estabelecimentos comerciais.

7.5 Prédios da Tchetchénia e Angola Telecom vão ser demolidos

Semanário Factual
De 08 a 15 de Outubro

A Direcção de Luanda das Obras Públicas aguarda, nos próximos dias, pelas propostas de empresas privadas, com vista à demolição dos prédios não habitados, denominados Tchetchénia e Angola Telecom, localizados nos municípios do Rangel e Maianga, respectivamente. O director provincial da Direcção Provincial das Obras Públicas, Torre Bunga, declarou que estudos avançados foram já feitos por empresas especializadas, sendo que o processo deverá ser feito com tecnologia moderna, para que os escombros não afectem as vias nos arredores, nem perigar a vida de pessoas nas respectivas áreas.

Em relação ao prédio da Lagoa do Kinaxixi, na Ingombota, e o da Maianga (Largo da Maianga), explicou que técnicos do sector estão a fazer estudos, no sentido de se avaliar se as suas estruturas podem durar mais algum tempo ou se partirá, igualmente, para a sua demolição e reabilitação.

O Governo Provincial de Luanda desenvolve um levantamento para avaliar os estados dos edifícios, principalmente na baixa da capital, que abrange mais de 50 por cento do município da Ingombota.

7.6 Milhares de pessoas são realojadas na província do Kuando-Kubango

Jornal de Angola
12 de Outubro de 2011

Ao todo, 60 mil pessoas que viviam de forma dispersa nos municípios de Mavinga e Rivungo, em função do conflito armado que assolou o país, foram até ao momento realojadas nestas 10 localidades, no âmbito de um programa do governo do Kuando-Kubango.

A acção, levada à cabo em colaboração com o Executivo central, visa garantir a implementação dos programas de desenvolvimento agrícola, educação e saúde, em benefício da população que se encontrava dispersa. No Kuando-Kubango, o processo está a facilitar a assistência da população com abastecimento de água potável, energia eléctrica, saúde, educação e o desenvolvimento de actividades agrícolas.

Essa realidade foi constatada, recentemente, numa visita de campo efectuada pelo governador do Kuando-Kubango, Eusébio de Brito Teixeira, destinada a avaliar de perto o grau do cumprimento dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado e Combate à Pobreza e de cuidados primários de saúde.

Para se dar sequência ao processo de realojamento no Kuando-Kubango, o Executivo angolano, ao aprovar o plano operativo de emergência à província para o biénio 2011/2012, destacou Gomo uma das prioridades o realojamento de 150 mil ex-militares e mutilados de guerra nos municípios de Mavinga e Rivungo.

O governo da província criou, recentemente, uma comissão para este processo, chefiada pelo vice-governador para os Serviços Técnicos, Simão Baptista, e integrada pelos directores provinciais. A referida comissão começa a trabalhar em breve, contando com o apoio das forças de defesa e segurança, justiça e outras instituições locais. O objectivo principal do programa é promover a criação de projectos de fomento agrícola. Para tal, foram disponibilizados 394,9 milhões de kwanzas. Parte deste valor é destinada à aquisição de kits para a preparação de terras, sementes de massango, massambala e artefactos de pesca. O governador manifestou a sua satisfação com esta acção do Executivo angolano e considerou a mesma como tendo natureza humanitária e de justiça social, pois é tida em consideração a actual condição de vida dessas pessoas e a contribuição relevante que deram à construção da liberdade e da paz em Angola.

7.7 Casas zonas de risco são demolidas em breve

Jornal de Angola

13 de Outubro de 2011

O governo da província de Cabinda vai demolir, em breve, às casas construídas junto às valas de drenagem, para facilitar a circulação de máquinas e camiões durante os trabalhos de limpeza e recolha de resíduos sólidos aí depositados, soube, ontem, o Jornal de Angola.

Nos bairros a “Luta Continua” e “4 de Fevereiro” alguns moradores construíram as suas habitações em áreas consideradas de risco. Ainda não foi revelado o número das que vão ser demolidas, mas sabe-se que cerca de 300 famílias, incluído as que vivem próximo das ravinas da aldeia de Tchizo, serão realojadas na aldeia de Zongolo, localidade onde o governo provincial está a criar as condições para a auto-construção dirigida.

Auto-construção

Às famílias a realojar serão distribuídos lotes de terreno e fornecido material de construção, segundo garantiu ao Jornal de Angola a secretária provincial do Ordenamento do Território e Ambiente, Maria Tati.

O governador da província, Mawete João Baptista, visitou há dias as valas de drenagem de águas, para constatar o grau de perigosidade e o estado de saneamento de alguns bairros da periferia da cidade.

Na altura, Mawete João Baptista descreveu como “preocupante” o saneamento dos bairros que visitou e de lastimável o estado das valas, transformadas em autênticos depósitos de lixo, impedindo o curso normal das águas e, com isso, o surgimento de muita imundice.

“As construções anárquicas que as populações fizeram à beira de valas de drenagem, para além de dificultarem a sua manutenção também criam constrangimento ao trabalho de requalificação da cidade, que o governo pretende desenvolver”, disse o governador, acrescentando que estão em vista a reabilitação e construção de várias infra-estruturas de impacto social, para melhorar o nível de vida da população.

7.8 Moradores exigem indemnização

Jornal o país

14 de Outubro de 2011

Os vestígios do incêndio que deflagrou na Fábrica de Lubrificantes da Sonangol (EMUL) na zona industrial do Cacucaco, na Mulemba, mostram quão foi a proporção do fogo, cuja origem está ainda por descobrir, numa altura em que os investigadores da Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC) já trabalham no caso.

Enquanto se aguarda pelas investigações alguns cidadãos que foram afectados admitem que o mesmo tenha sido causado pelos próprios moradores, que, geralmente, ateam fogo para queimarem lixo ao longo da vala por onde são escoados os resíduos que saem do interior da fábrica.

Esta é a convicção de Paulino Tenente, um dos cidadãos que viram parcialmente destruídas as suas residências pelo impacto do incêndio que os deixou sem os seus parques haveres, entre mobiliário e outros utensílios, como contou à reportagem de O PAÍS. Segundo a fonte, a vala por onde vazam os resíduos que saem da fábrica para o interior do bairro está entupida e o óleo transborda para muito perto das casas erguidas à beira da vala. Visivelmente agastado pelo facto de a sua casa ter sido atingida fortemente pelo incêndio, resultando na destruição parcial da mesma, Paulino Tenente afirmou que o fogo pode ter sido causado por crianças ou mesmo adultos “que sempre depositam o lixo na vala e depois queimam, já que não há nenhum outro espaço onde os moradores possam depositar os resíduos sólidos por si produzidos, por falta de contentores”.

Com voz trémula enquanto falava à nossa reportagem, Tenente, 43 anos, que disse trabalhar por conta própria, acrescentou que a situação poderia ter sido evitada se houvesse uma estreita colaboração entre Os moradores e a Sonangol, proprietária da EMUL, para a limpeza e a manutenção intacta da vala que desemboca no vizinho bairro Farol das Lagostas, vulgo Uije, mas” em nenhum momento a direcção da EMUL se dignou visitar a vala de drenagem que está por detrás da fábrica para constatar se está protegida ou não, já que transporta resíduos susceptíveis de provocar incêndio” afirmou.

O desabafo deste homem que vive no bairro há mais de vinte anos, é também extensivo à direcção geral da Sonangol, a quem acusa de ter permitido que se erguesse ali o bairro, sem acautelar eventuais sinistros, tendo em conta a especialidade do produto inflamável que se produz naquela unidade fabril. “Devia -se ter em conta essa situação, mas não foi o que aconteceu”, reforçando que embora o fogo não tenha causado vítimas humanas, a situação continua a inspirar cuidados.

“A Sonangol tem que tomar medidas urgentes para que situações do género não voltem a acontecer. Graças a Deus não aconteceu o pior aos moradores, o que é mais importante para nós”, sublinhou.

Sebastião Simia, 36 anos, um outro morador que acedeu falar, corrobora as palavras do primeiro entrevistando ao defender que houve negligências de ambas as partes, ou seja, tanto a EMUL, quanto os moradores, por não protegerem a vala para se evitar o que aconteceu. “

houvesse uma interacção sobre o caso, creio que não haveria incêndio”.

Mudar para outro local

Ciente do perigo que representa a continuidade de habitar na Mulemba, não só por causa do recente fogo, mas também por ser uma zona industrializada com fábrica de produtos químicos, Sebastião Simia defende que se transfira o bairro para uma outra localidade, onde haja mais segurança e longe de qualquer perigo para as pessoas e seus haveres. Sugeriu que a localidade do Panguila (Cacuaco), ou Zango (Viana), pode ser uma dos que oferece garantias para se viver. “Nestas duas localidades seria uma solução viável”, opinou.

Para ele, a transferência da Mulemba seria já, receando que a situação pode algum dia voltar a acontecer, não sendo na mesma fábrica, mas numa outra, justificando que todas as unidades fapris instaladas ao longo da estrada principal do Cacuaco têm nas suas traseiras residências separadas apenas pelo parapeito dos quintais que cobrem o perímetro das mesmas. “Tem de haver uma precaução para eventuais situações que possam ocorrer noutras fábricas, porque todas elas produzem substâncias químicas que perigam a vida humana e todo cuidado é pouco”, sublinhou.

Reconhecendo o esforço das autoridades em proporcionar melhores condições de habitabilidade para os cidadãos que vivem em zonas de risco, a fonte sugere que parte dos moradores do bairro da Mulemba seja abrangida também por este processo, especificamente os que construíram nas bermas das valas, provocando a sua obstrução. “Seria bom se fizesse um cadastramento para que parte desta população fosse contemplada na transferência dos moradores que vivem em sítios impróprios para outros com melhor segurança, para se evitar o risco permanente onde vivem”.

Indemnização

Embora a sua residência não tenha sido muito afectada pelo fogo, defende que a Sonangol, enquanto proprietária da Fábrica, deve indemnizar os moradores cujas residências sofreram danos. “Pelo prejuízo causado, a Sonangol deve ressarcir as pessoas que perderam as suas casas, e os seus bens, dando-lhes novas residências onde possam habitar. Desde que houve o incêndio a maioria está a dormir em casa e nos quintais dos familiares, amigos e vizinhos e não têm garantias de qualquer indemnização por parte da dona fábrica”, deplorou a fonte.

Não às tendas

Simão Cruz exige que seja alojado numa casa e não em tendas como avançou o administrador municipal do

Cacuaco, José Cafussa. As mesmas seriam instaladas na zona da Cerâmica, mas a maior parte recusa veementemente ir morar em pavilhões, até porque, dizem, não garantem alojamento condigno. “Temos de sair de uma casa para outra e não para tendas”, desabafou.

7.9 Mulheres querem mais dinheiro para aquisição de terra

Jornal O PAÍS

14 de Outubro de 2011

A representante da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) na província do Huambo, Natália Firmino, sugeriu hoje, na província do Uíge, ao Governo que reforce a capacidade financeira das mulheres rurais, por forma a que possam adquirir terras e investir. Natália Firmino fez esta sugestão durante uma palestra sobre “Mecanismos de trabalho com as mulheres para o acesso à propriedade de terra nas comunidades rurais”, no Sétimo Fórum Nacional da Mulher Rural. Segundo a responsável, o Governo deve igualmente disponibilizar informações suficientes para que sejam elas a assumir o protagonismo do acesso a mudanças na sua situação, ao nível das famílias e das comunidades.

De acordo com a representante da ADRA, os programas de apoio ao desenvolvimento rural devem contemplar essas preocupações a partir de estudos específicos sobre a situação das mulheres e consequente definição de estratégias correspondentes.

Disse ainda ser necessário que se trabalhe com as famílias no sentido de darem um tratamento igual aos seus filhos, no que diz respeito à herança da terra, usando metodologias de análises apropriadas, assim como assegurando a sua titularidade por via do registo junto das instituições oficiais.

O Fórum Nacional da Mulher Rural é um espaço de diálogo e concertação entre o Governo e seus parceiros que, directa ou indirectamente, lidam com a problemática da mulher no meio rural e o desenvolvimento das suas comunidades.

O mesmo tem lugar de dois em dois anos, tendo a província do Cunene acolhido o último conclave. Participam no encontro a secretária de Estado para o Desenvolvimento Rural, Filomena Delgado, a vice-ministra da Família e Promoção da Mulher, Ana Paula do Sacramento Neto, vice-governadores para o sector político e social e directoras provinciais do Minfamu das 18 províncias, entre outras individualidades do Governo angolano.

7.10 Família alojadas em tendas

Novo Jornal
14 de Outubro de 2011

O incêndio na fábrica de lubrificantes da Sonangol afectou a casa de 20 famílias que se encontram já abrigadas em tendas, segundo o administrador do município de Cacuaco, Manuel Cafussa, em declarações à imprensa.

De acordo com o administrador, trata-se de uma medida preventiva até que as autoridades e a Sonangol encontrem outras soluções. “Está montado o campo de acomodação para alojamento daquelas famílias que realmente não tiveram outro sítio para se realojarem. Temos um campo montado aqui na zona da cerâmica, onde os desalojados estão a ser atendidos já com algum apoio logístico em termos de alimentação, cobertores e roupa usada”, disse o administrador, acrescentando que nos próximos dias serão estudadas outras soluções para realojar definitivamente a população sinistrada.

7.11 Legalização de terrenos em debate

Jornal o país
14 de Outubro de 2011

A problemática da legalização de terrenos dos camponeses a nível de algumas províncias constitui um dos destaques do XII Encontro Nacional das Comunidades que decorre hoje, em Luanda.

Sobre os principais problemas das comunidades nas províncias, levados ao encontro, os representantes das províncias lamentaram a situação de perda de terrenos que alguns camponeses enfrentam.

Armando Cassona, presidente da Cooperativa Agropecuária Tuayovoka, na província do Huambo, município do Bailundo, avançou que em determinadas áreas existem pessoas que se têm apoderado de terrenos de alguns camponeses.

Segundo a fonte, a questão deve-se à limitação de informação, pois muitos camponeses não têm conhecimento sobre como legalizar as suas terras.

Armanda Mines, directora da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) na província de Benguela, referiu que a legalização de terras constitui dos principais problemas relativos às comunidades naquela localidade e que carecem de intervenção. “Temos camponeses que nada sabiam acerca da importância e necessidade de terem as suas terras legalizadas passadas ao papel como sua propriedade”, frisou. Por sua vez, Patrícia dos Reis, coordenadora da ADRA no município do Quela, província de Malanje, reiterou a

necessidade de ajuda para alguns camponeses no tocante à questão da legalização dos seus campos. Em 2010, no Encontro Nacional das Comunidades, a questão da necessidade de ajudar as comunidades na legalização de terras constou das recomendações finais do certame.

Segundo as conclusões e recomendações do XI Encontro Nacional das Comunidades para a ajuda na legalização de terras das comunidades é necessário que o Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA) facilitem o referido trabalho.

Ainda sobre o processo de legalização de terrenos, o referido documento frisa que os conflitos de terras nas comunidades devem ser resolvidos também através dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social.

7.12 Milhares de pessoas são realojadas na província do Kuando-Kubango

Jornal Continente
14 de Outubro de 2011

Ao todo, 60 mil pessoas que viviam de forma dispersa nos municípios de Mavinga e Rivungo, em função do conflito armado que assolou o país, foram até ao momento realojadas nesta localidade, no âmbito de um programa do governo do Kuando-Kubango.

A acção, levada a cabo em colaboração com o Executivo central, visa garantir a implementação dos programas de desenvolvimento agrícola, educação e saúde, em benefício da população que se encontrava dispersa.

No Kuando-Kubango, o processo está a facilitar a assistência da população com abastecimento de água potável, energia eléctrica, saúde, educação e o desenvolvimento de actividades agrícolas.

Essa realidade foi constatada, recentemente, numa visita de campo efectuada pelo governador do Kuando-Kubango, Eusébio de Brito Teixeira, destinada a avaliar de perto o grau do cumprimento dos programas de desenvolvimento rural integrado e combate a pobreza e de cuidados primários de saúde.

Para se dar sequência ao processo de realojamento no Kuando-Kubango, o executivo angolano, ao aprovar o plano operativo de emergência para o biénio 2011/2012, destacou como uma das prioridades o realojamento de 150 mil ex-militares e mutilados de guerra nos municípios de Mavinga e Rivungo.

O governo da província criou, recentemente, uma comissão para este processo, chefiado pelo vice-governador para os serviços técnicos, Simão Baptista, e integrada pelos directores provinciais. A referida comissão começa a trabalhar em breve, contando com o apoio das

forças de defesa e segurança, justiça e outras instituições locais. O objectivo principal do programa é promover a criação de projectos de fomento agrícola. Para tal, foram disponibilizados 394,9 milhões de kwanzas. Parte deste valor é destinada a aquisição de kits para a preparação de terras, sementes de massango, massambala e artefactos de pesca. O governador manifestou a sua satisfação com esta acção do executivo angolano e considerou a mesma como tendo natureza humanitária e de justiça social, pois é ti da em consideração a actual condição de vida dessas pessoas e a contribuição relevante que deram a construção da liberdade e da paz em Angola.

7.13 Cavaco perdeu mais de 3 mil hectares

Jornal Angolense
15 de Outubro de 2011

Ainda que desprovido dos números gerais da decadência do vale, seguramente devido a dificuldades técnicas, o Gabinete de Aproveitamento e Desenvolvimento do Cavaco apresenta dados recentes que ajudam a perceber o espectro de extinção. Até antes do início da ocupação anárquica dos terrenos, há quase 10 anos, com o problema da falta de água já na ordem do dia, o Gabinete tinha o registo de um vale com seis (6) mil hectares.

Actualmente, segundo apurou o Angolense de fonte digna de crédito, o Cavaco não terá sequer metade desta cifra, uma vez que perdeu pouco mais de 3 mil hectares.

Na verdade, esta revelação acaba por dar consistência a vários pronunciamentos públicos feitos pelo director da Agricultura, Abrantes Carlos, que lamenta o facto de os agricultores não estarem a contar com o suporte técnico do Gabinete do Cavaco, ao contrário do que acontecia nos bons tempos da Copacavaco «Vamos esperar que o MAPESS aumente a nossa quota na admissão de quadros para a função pública», refere. Com a angústia própria de quem viveu momentos de glória, António de Almeida «Toni», filho de antigos fazendeiros portugueses do Cavaco, lamenta o desperdício de um dos mais ricos e férteis vales do Centro Sul, capaz de criar milhares de empregos. Ele divide as suas potencialidades em duas variantes, nomeadamente a produção de banana e a horticultura (tomate, couve, cebola, repolho e batata).

Também defensor da reabilitação do Dungo, como não podia deixar de ser, o agora funcionário do Consulado de Portugal em Benguela fala, por outro, da inexistência de empresas e de empresários. «Sem pessoas com formação empresarial, nada feito», argumentou o nosso interlocutor. Afinal, acrescenta, a Agricultura não oferece conselhos técnicos aos poucos agricultores que lá se

encontram, o que inviabiliza a concepção de créditos bancários.

Reabilitação da barragem do Dungo (só) em 2012

A reabilitação da barragem do Dungo, condição primordial para a solução do problema da falta de água, custará 15 milhões de dólares norte-americanos, menos cinco em relação ao valor solicitado pelo Governo de Benguela ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, para os derradeiros meses de 2009. Refira-se que o Executivo de Cruz Neto pretendia aplicar os 20 milhões solicitados em outros projectos. Os custos da empreitada ora anunciada são, em abono da verdade, o aspecto mais relevante da última declaração oficial a propósito deste assunto. Sem ter falado em datas concretas, Abrantes Carlos revelou ainda que a empreitada arranca em 2012, estando os últimos meses do ano em curso reservados à desminagem da barragem. O projecto, que prevê a construção de diques, é parte do programa de regularização dos rios. «Temos a consciência de que o cronograma de acções nem sempre é favorável aos agricultores, mas é o que está estabelecido», notou.

7.14 Erradicação da pobreza depende da posse e uso da terra

Semanário Factual
De 15 a 22 de Outubro de 2011

“A razão é simples. É da terra que tiramos a mandioca, o milho, o feijão, o diamante, o petróleo, o ouro e tantos outros recursos. Aliás, não é em vão que vemos uma corrida desenfreada por parte do Ocidente e outros, incluindo a China, para invadirem terras de muitos países africanos, a exemplo de Angola” denunciou o activista para os direitos fundiários, que falava em alusão ao Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza celebrado anualmente, a 17 de Outubro (Segunda-feira). Segundo fonte. “sem os povos africanos saberem os termos exactos, os valores e o tempo de exploração, parte de parcela das suas terras ficará privada para realizar interesses que julgamos não potenciarem as populações já pobres”.

Tendo por exemplo Angola, Bernardo Castro refere-se à ocupação de grandes extensões de terras por empresas imobiliárias, maioritariamente estrangeiras ou com estrangeiros que, em muitos casos põem em causa a segurança alimentar ou os direitos económicos sociais e culturais das populações exactamente porque ocupam terras há muito exploradas pelas famílias comunitárias.

“A destruição de lavras. os desalojamentos de famílias pescadoras para as áreas que impossibilitam o exercício da sua ocupação tradicional. fonte da sua subsistência,

a instalação de fazendas em espaços onde exercem as suas actividades agro-pecuárias, portanto, do domínio útil consuetudinário, cercos e impedimentos de acesso a espaços de exploração do mel, da lenha, de plantas medicinais, de cogumelos e outros recursos de sobrevivência perigam a própria segurança alimentar. e, seguramente tornam as comunidades mais pobres, advogou.

O activista aponta a procura de diamantes nas Lundas cuja agressão à natureza e ao ambiente terá, no futuro consequências desastrosas na economia das famílias da região.

“Igualmente no Wakukungu (província do Kwanza-Sul), as pessoas usavam o rio Cussoi para apanhar peixe, mas hoje isso é impossível porque vários detritos de uma fábrica poluem as águas” denunciou Bernardo Castro, sem denominar a empresa prevaricadora.

Erradicação da pobreza requer reflexão

Na opinião do director da Rede Terra, a erradicação da pobreza e a segurança alimentar remetem, igualmente, a uma reflexão profunda sobre questões de fórum ambiental e sustentabilidade.

“Hoje, por mais investimentos que se façam, sobretudo na agricultura, se forem descuradas questões de sustentabilidade ambiental, tudo pode ser fatal. As mutações nos padrões climáticos são uma realidade que não terão apenas incidências negativas nas economias tradicionais, mas também na saúde humana”, alertou, acrescentando que se trata de uma responsabilidade que deve ser solidária e, por isso, chamar ao diálogo cada um de nós avançou.

Para Bernardo Castro, Angola está em paz e não pode depender mais da importação de produtos, como a batata, a fuba, o feijão, o tomate, o alho, a ginguba e muito outros produtos.

Como opinião, sugere a necessidade de se valorizar mais a produção e os produtores nacionais, potenciando-os com recursos e conhecimentos em termos de gestão.

“O governo deverá criar um instituto para atender a questões sobre segurança alimentar e nutricional e deixar de importar modelos de desenvolvimento que não respeitem a identidade sócio-cultural dos povos”, sublinhou.

Para o activista, existe a necessidade de se criarem bancos de alimento e semente, bonificar o juro e tornar os preços mais acessíveis, para que cada um tenha um pouco para comer.

De igual modo, criar e regulamentar mercados inter-municipais, assim como ampliar a rede de crédito bancário sem muita burocracia. O país não deve estar refém do petróleo, insistiu Bernardo Castro.

“É do nosso entendimento que deve haver reforma agrária. A trabalharmos desse jeito e com um cadastro a cheirar à neocolonização, por força da prevalência e da imposição de arcos coloniais sobre as terras comunitárias em meio rural protegidas pela Lei Fundamental, não dá”, vaticinou. A firma acredita ser importante que todos sejam mobilizados, pois, se quisermos segurança alimentar, o primeiro garante e agente de transformação e criação da riqueza é o homem.

Há fome em muitas partes do país

Na opinião de Bernardo Castro, em muitas partes do nosso território há fome. O problema não é que sejamos preguiçosos. O mau uso dos solos, sobretudo, viciando-os com agro-tóxicos, tornara-nos improdutivos. Tem de se levar em conta as oscilações no calendário da chuva, as injustiças que criaram disfunções e as simetrias regionais, privilegiando aproximação de serviços e bens básicos a algumas, em detrimento de outras regiões, cujas populações encontram enormes dificuldades de deslocação, transportação e acesso aos serviços básicos. Bernardo lembra que “a estratégia sobre a segurança alimentar e nutricional recomenda a produção de uma política de solos em Angola, mas isso morreu em gavetas”. Para o informante, falar da segurança alimentar requer partilhar experiências e conhecimentos, muitos deles tradicionais, que possam reorientar ou mesmo criar mecanismos de defesa de algumas espécies, sobretudo vegetais e do património natural e histórico-cultural das populações face às várias ameaças.

A consciência para a prática da agricultura itinerante prevista na Lei de Terras, Lei 9/04 e o Regulamento Geral de Concessão de Terrenos são necessários. As pessoas devem medir os passos e aprender a interpretar os contextos, para que as suas iniciativas tenham algum grau de sustentabilidade.

“Hoje, muitas famílias perderam a cultura de criar pequenos animais, como galinhas, cabritos, porcos e tantos outros. Acompanham o que mais dá dinheiro de momento e depois não têm mais pernas para andar”, salientou.

Referiu que, “na verdade, sabemos que existe um programa de combate à pobreza e uma estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional. Esses instrumentos são úteis, mas pecam desde a base, porque transcendem, em muitos aspectos, os valores e os fundamentos socioculturais dos povos”.

Acredita que, hoje, pouco vale importar determinados modelos de desenvolvimento rural. O que é urgente é desencadear estudos multidisciplinares e impor a cultura de maior diálogo, mais e diversificada informação e aproximação entre os decisores e as populações.

“Temos de aceitar, com alguma tristeza, que os maus hábitos de consumo estão a roubar-nos o que de melhor temos para a nossa segurança alimentar e não só. A ginguba, a semente de abóbora, o dendém etc., que substituía o óleo vegetal, hoje, quase ninguém usa.

A eleição do frango contra a nossa galinha é outro problema. As pessoas gastam, em muitos casos, dinheiros para coisas de que já dispunham”, venceu Bernardo Castro.

Outra questão de realce é a injustiça social e a falta de transparência quanto aos recursos naturais e distribuição dos seus rendimentos. “Temos a produção do petróleo, exploração de diamantes, de inertes e de tantos outros recursos naturais; reconhecemos o crescimento da economia, mas os reflexos dessa realidade de cada um de nós e das famílias estão ainda muito distantes”, considerou, igualmente, o director executivo da Rede Terra.” Para a ele, “a pobreza das grandes maiorias só se justifica porque a uns é dada uma grande porção milionária e a tantos outros uma porção de expectativas. O crédito agrícola que está a ser distribuído é bom, mas temos de ponderar muitos aspectos porque muitos sairão mais endividados ou sem terras”.

“É necessário criar fundo de garantias”

“Daí a necessidade de se criar um fundo de garantia para as iniciativas das comunidades tradicionais. Explico: o que se passa é que, à semelhança de outros países africanos, ocorrem muitos contratos entre investigadores e não só, cujos termos induzem a perdas de terras”, chamou à atenção Bernardo Castro.

Segundo a fonte do Factual, muitas pessoas acedem ao crédito, usando a terra como garantia. Infelizmente, essas terras não têm títulos de superfície, bastando, para o efeito, um croqui localização e um documento de um administrador municipal, ou ainda, são terras inscritas no domínio útil consuetudinário, onde o direito à terra é colectivo nos termos da actual Lei de Terras.

“A perda dessas terras atenta contra a integridade e segurança alimentar de famílias comunitárias em meio rural carecidas, também de um comprovativo formal de suas terras que é o título de reconhecimento, mas que têm a terra como a sua fonte de subsistência. Para tudo isso, o camponês fica inseguro e tímido nas suas realizações”, argumentou.

Mas, de acordo com Bernardo Castro, é importante que as terras sejam qualificadas através de planos, até porque, hoje, nem mesmo o Executivo sabe os limites do domínio privado do Estado, sobretudo as terras urbanizáveis que estão na base da insegurança e conflitos entre as famílias e empreendedores.

7.15 Construções feitas em locais de risco vão continuar a ser deitadas a baixo

Jornal de Angola

22 de Outubro de 2011

O administrador de Cabinda garantiu, na quinta-feira, ao Jornal de Angola, que vão continuar as demolições de construções feitas nas vias de acesso e nas reservas do Estado destinadas a novas centralidades e a outros fins sociais.

“Os municípios nem sempre respeitam os traçados estabelecidos pelas autoridades tradicionais, que, durante muito tempo, foram responsáveis pela distribuição e venda de terrenos para a construção de casas”, afirmou. Francisco Tando referiu que “o crescimento veloz da cidade de Cabinda não foi devidamente acompanhado pela fiscalização”, razão por que foi difícil evitar as construções anárquicas e “outras situações menos boas”. “O êxodo rural é o principal causador de situações que se registam na cidade e tios bairros periféricos”, declarou. A falta de uma estrutura eficiente para manter a fiscalização e o acompanhamento técnico das obras da população, disse, é agravada por, até muito recentemente, a venda de terrenos ter sido feita pelas autoridades tradicionais.

“Isso também contribuiu para o crescimento desordenado da cidade de Cabinda”, frisou, Francisco Tando referiu que, apesar de tudo, não é tarde para inverter o quadro “tão incaracterístico” da cidade e que há acções concretas a serem desenvolvidas para requalificar Cabinda, retirando os que habitam áreas que devem ser reorganizadas para, no futuro, terem melhores condições de alojamento.

Realojamento

O administrador municipal afirmou ser imprescindível a transferência, para locais mais seguros e urbanizados, das pessoas que habitam áreas de risco e das que construíram em zonas consideradas reservas do Estado.

O processo, referiu, não abrange os que foram várias vezes advertidos para não construírem em locais de risco ou em reservas do Estado.

O mal da burocracia

Alexandre Casimiro mora no bairro 4 de Fevereiro, onde foram construídas as casas junto a uma vala de drenagem, área abrangida pelo processo de demolição de casas que o governo da província prevê começar em breve.

O excesso de burocracia nas instituições onde se legalizam terrenos e se obtém a licença de construção é, acusou, a principal causa das construções anárquicas.

“Entreguei toda a documentação há mais de três meses e continuo à espera da licença de construção”, garantiu Alexandre Casimiro.

Francisco Tando negou a existência de irregularidades na administração municipal e disse que “a aparente burocracia se justifica por a documentação exigida ser indispensável” para a concessão da licença de construção. “As pessoas quando têm dinheiro ou conseguem financiamento bancário querem construir a casa de um dia para outro, esquecendo-se que o projecto é sujeito a várias etapas”, declarou o administrador.

Preços dos terrenos

Muitas pessoas queixam-se dos preços dos terrenos vendidos por empresas privadas. Fátima Correia, que adquiriu um no novo bairro Chimidele, por de 200 mil kwanzas, é uma delas. Considera a importância exorbitante.

“Agora estou desprovida de recursos financeiros e não sei quando é que posso começar a obra”, disse.

O administrador municipal declarou que a Lei da Terra prevê parcerias com empresas privadas no processo de organização de terrenos. Francisco Tando referiu ser importante para as administrações municipais a política de descentralização financeira do Executivo, que permite a execução de projectos sociais sem dependência dos governos provinciais.

Apesar disso, o administrador afirmou que os valores atribuídos não são suficientes para as grandes necessidades de um município, pois “a gestão de uma cidade requer muito dinheiro, contrariamente li de uma vila ou aldeia”.

“O volume de tarefas para o tratamento e embelezamento da cidade é superior aos valores disponibilizados ao município”, lamentou, garantindo que os 200 milhões de kwanzas recebidos, este ano, serviram apenas para o tratamento de pequenos jardins, reabilitação da canalização de água e construção de escolas nas comunas de Malembo e Tando Zinze.

O administrador mencionou, como exemplos da falta de verbas, os projectos de reabilitação de, chafarizes na aldeia de Mbucó e Chinga e do sistema de água de Subantando inoperantes há mais de cinco anos.

Se recebêssemos o valor a que o município tem direito, à luz do Programa de Descentralização Financeira, disse, eram executados mais projectos que melhoravam a imagem da cidade e das zonas rurais.

7.16 Pessoas em zonas de risco recebem terrenos no Luena

Jornal de Angola

25 de Outubro de 2011

A administração municipal do Moxico deu início ontem, na cidade do Luena, ao processo de reassentamento e entrega de terrenos a pessoas que vivem em zonas de risco. O processo abrange, na primeira fase, 1.950 chefes de família, dos bairros Aço, Zorro e Kuenha, considerados os mais críticos.

O administrador municipal adjunto do Moxico, Bento Paulino Luembe, afirmou que o terreno foi preparado para atender, numa primeira fase, os cidadãos que vivem em zonas de maior risco, tendo em conta o levantamento feito pela administração municipal, em coordenação com os líderes de comunidades e autoridades tradicionais.

Questionado sobre a distância que separa o local dos estabelecimentos escolares onde estudam as crianças destas famílias, o administrador adjunto do Moxico disse que consta no programa do governo local a construção de uma escola, posto médico, sistema de capta (tão de água e um posto policial, para atender a comunidade.

O programa da administração municipal, segundo Bento Paulino Luembe, contempla ainda, nesta fase; a atribuição de terrenos, sem comparticipação financeira. Consta do mesmo processo a entrega de chapas de zinco aos cidadãos que, por sua condição social, não dispõem de recursos.

Para se evitar qualquer tipo de vandalismo na aquisição de terrenos, com fins lucrativos, a administração municipal vai criar comissões de fiscalização, integradas por funcionários da administração, em colaboração com os responsáveis dos bairros. Bento Paulino apelou a todas as famílias que se encontram em zonas de risco no sentido de abandonarem as referidas localidades. “Quem tentar insistir em viver nestas áreas será responsabilizado pelas consequências que possam advir”, disse o administrador.

7.17 Construções anárquicas na mira das autoridades

Jornal de Angola

26 de Outubro de 2011

o administrador comunal do Forte Santa-Rita, na província do Namibe, Caita Cavaco, garantiu na terça-feira que as autoridades estão a desenvolver esforços, no sentido de combater a progressão de construções anárquicas, na capital da província, por criarem embaraços no ordenamento e gestão urbanística.

Sobre as construções anárquicas em alguns bairros periféricos, Caita Cavaco referiu à Angop que o crescimento e desenvolvimento habitacional, sem a observação das formalidades urbanísticas, origina o surgimento de bairros irregulares que dificultam a criação dos serviços sociais básicos. Por isso, aconselhou a população a não construir sem a observância das normas arquitectónicas e de urbanização estabelecidas por lei.

O governo da província trabalha na edificação de novas centralidades, adiantou o administrador, com os requisitos urbanísticos universais, obedecendo a padrões de conforto, coll) rede eléctrica, água, saneamento básico e locais para serviços da Administração do Estado, que serão erguidos no bairro 5 de Abril, Cambongue, Aida e Praia Amélia.

7.18 A propriedade privada da terra e a nacionalização da terra

Jornal Continente
28 de Outubro de 2011

Com o desenvolvimento da classe capitalista, vai-se acentuando o carácter parasitário da propriedade privada da terra. A classe dos grandes proprietários apropria-se, sob a forma de renda, de uma parte enorme dos rendimentos que a agricultura proporciona. Uma fracção importante destes rendimentos é subtraída a agricultura e vai parar as mãos dos grandes proprietários como preço da terra. Tudo isto entorpece o desenvolvimento das forças produtivas e encarece os produtos agrícolas, o que representa uma pesada carga sobre os ombros dos trabalhadores. Acabar com a grande propriedade privada da terra converteu-se numa necessidade social. É uma das formas mais radicais de fazê-lo é a nacionalização da terra. A nacionalização da terra e a transformação da propriedade privada da terra em propriedade do Estado. Segundo

Lenine para fundamentar a nacionalização da terra parte da existência de dois tipos de monopólio: o monopólio da propriedade privada da terra e o monopólio da terra como objecto de exploração. A nacionalização da terra significa a destruição do monopólio da propriedade privada da terra e da renda absoluta que este monopólio acarreta. A abolição da renda da absoluta acarretaria a diminuição dos preços dos produtos agrícolas. Mas esta não fazia desaparecer a renda diferencial, já que ela esta veiculada ao monopólio da terra enquanto objecto de explorarão. Sob o regime capitalista, a renda diferencial vai parar as mãos do Estado burguês. A nacionalização da terra removeria uma série de obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura, criados pelas propriedades privada da terra, libertária os campones

ses das sobrevivências da servidão feudal. Na época do capitalismo desenvolvido, quando na ordem do dia se põe como objecto a realização da revolução socialista, a nacionalização da terra, dentro dos marcos históricos da sociedade burguesa, não é já realizável, pelas seguintes causas. Em primeiro lugar, a burguesia não se decide a abolir a propriedade privada da terra temerosa de que, isto com a ascensão do movimento revolucionário do proletariado, possa coarctar os fundamentos da propriedade privada em geral. Em segundo lugar, os próprios capitalistas adquiriram propriedades. Os interesses da classe burguesa e os da classe proprietários de terras entrelaçam-se cada vez mais.

Na luta contra o proletariado e camponeses, uma e outra actuam sempre unidas. Lenine associava a implantação da nacionaliza país. Assim, na Rússia das vésperas da primeira revolução 1905/1907 imperava a agricultura feudal latifundiária. A massa dos camponeses oprimidos pelas sobrevivências da servidão estava interessada na nacionalização da terra. Como consequência disso, foi incluído no programa agrário do partido comunista da Rússia a reivindicação da nacionalização de toda a terra. A nacionalização da terra implicava a apropriação sem qualquer espécie de indemnização (confisco) das terras dos latifundiários e dos burocratas e a sua entrega aos camponeses. Fundamentando teoricamente o programa agrário dos partidos comunistas VI. Lenine, considerava que a confiscação da grande propriedade era condição necessária e obrigatória para acabar plenamente com todas as sobrevivências feudalismo. E, a par disso assinava que, em determinadas condições históricas, as terras confiscadas aos seus proprietários podiam ser repartidas sob a forma de propriedade privada pelos camponeses.

Lenine partia da tese de que a destruição do regime agrícola dos proprietários de terras e de terras as sobrevivências do feudalismo fortalece a aliança do proletariado com as grandes massas camponesas e abre o caminho para a luta de classes entre o proletariado e a burguesia. Isto facilita ao proprietário, em aliança com os camponeses pobres, a luta pela revolução socialista.

Todo o curso do desenvolvimento histórico do capitalismo confirma a verdade de que, na sociedade burguesa, as grandes massas camponesas implacavelmente exploradas pelos capitalistas, proprietários de terras, usurários e comerciantes, estão condenados a ruína e a miséria. Sob o capitalismo os pequenos camponeses não podem esperar o melhoramento da sua situação. No campo, agudiza-se inevitavelmente a luta de classes. Os interesses vitais das grandes massas camponesas coincidem com os interesses do proprietário. Nisto reside a base económica da aliança entre o proletariado e os trabalhadores do campo na sua luta comum contra o regime capitalista.

7.19 Loteamentos nas reservas

Jornal de Angola
28 de Outubro de 2011

O vice-governador da província do Huambo para área a técnica e infra-estruturas, José Paulo Kai, manifestou naquela cidade, a sua satisfação com os avanços no processo de loteamento das reservas fundiárias onde vão ser erguidas 12 mil habitações nos municípios da Caála, Tchiridjendje, Ukuma, Longonjo e Lossambo.

Falando à imprensa, José Paulo Kai disse que o governo local tem garantias do empreiteiro de que pode iniciar já a construção de quatro mil habitações sociais para alojar a população que vive em zonas de risco e em condições. José Paulo Kai realçou que o Programa Nacional da Habitação Social a nível local vai garantir casas dignas às famílias da região.

As reservas fundiárias do Huambo, além de habitação social vão ser destinadas igualmente à alito construção e a projectos habitacionais do Executivo ou de parcerias entre o Estado e os investidores provados do sector imobiliário.

As obras de construção do comando comunal da Polícia Nacional na Chiaca (município do Tchindjendje), da administração comunal e da residência do administrador podem ser entregues no próximo mês de Novembro. As construções estão praticamente concluídas e em fase de acabamentos.

7.20 Populares esperam por indemnização

Jornal o país
28 de Outubro de 2011

Além das residências de dois quartos, sala, cozinha e casa de banho, entregues aos ex-moradores do Morro dos Veados, foi-lhes também prometido duas indemnizações. Uma para subsistência na fase de adaptação e outra para cobrir a perda das redes, barracas, canoas e outros haveres.

Estas informações, segundo apurámos, permitem perceber a rapidez das entidades que estiveram interessadas no espaço onde “jaz” o Morro dos Veados e empurrar os pescadores para as casas azuis do Zango IV. Alguns contaram que foram forçados com ameaças e força das armas.

“As promessas de indemnização contemplavam igualmente o pagamento de três mil e SOO dólares a cerca de duas dezenas de famílias que não tiveram direito a casas. Essa parte foi cumprida e igual benefício tiveram

os populares realojados no Zango IV, para o sustento primário, confirmou Jones Paulino.

“Mas até hoje não nos falamos nada sobre a indemnização referente á cobertura dos nossos meios de trabalho e haveres queimados à beira mar”, queixou-se o mesmo cidadão, recordando que já passaram três meses.

As senhoras reclamaram da falta de água potável, para os trabalhos domésticos, bem como para cozinhar. Para adquiri-lo, elas precisam recorrer a outros centros habitacionais da área, onde o líquido vital já jorra nas torneiras. Apesar de estarem agora a residir em residências do tipo de construção definitiva, os moradores não aceitam comparar as condições do novo habitat com as da sua área de proveniência, alegando terem deixado aí as suas vidas. Para se consolarem dessas e outras recordações, eles atribuíram o nome de Morro dos Veados àquela zona do Zango.

7.21 Privatização de praias deixa pescador com trombose

Jornal o país
28 de Outubro de 2011

Paulo Pascoal de 72 anos de idade, 49 dos quais vividos no Morro dos veados, comuna do Benfica, no município da Samba em Luanda, sofreu uma trombose na sequência do desalojamento forçado a que ele, a sua família e vizinhos foram sujeitos, de acordo com os filhos deste. Dizem que foram retirados compulsivamente daquela área costeira por elementos da Polícia Militar (PM).

“O velho agora está aqui paralisado, de tal maneira que até para se virar para um ou outro lado precisa da nossa ajuda”, disse Rosa Pascoal, a filha que acolheu o pai em sua casa, alertando que “o velho já não consegue andar e muito menos falar”.

A casa de Rosa localiza -se na rua da Kangala, próximo da 8ª esquadra policial, no bairro do Prenda, na Maianga. A senhora albergou o velho num compartimento pequeno adaptado como quarto. A residência possui apenas dois quartos, uma sala, cozinha e casa de banho, partilhados por nove pessoas; antes da crise do seu progenitor.

Além do intenso calor que faz neste sector de casa, o que, na opinião da esposa Teresa da Cunha, 61, contraria á recuperação progressiva do doente, os filhos do velho Paulo têm de se ajeitar à pequena dimensão do compartimento quando se torna necessário tirá-lo daí para tratamento ou para o banho.

Entristecida, Mana Zita contou que o pai teve a queda fatal um dia depois de ter sido transferido para as casas

azuis do Zango IV; onde começou a lamentar-se acerca das novas condições de vida a que fora submetido.

“Meus irmãos e a mãe disseram que ele, após à crise, perguntava como ia viver aí sem mar, se ele e a sua família dependiam da pesca e da venda do pescado, para além do aluguer que os banhistas faziam das suas cabanas localizadas à beira mar”, contou.

Vale lembrar que Paulo Pascoal possuía três canoas e 32 barracas feitas de paus e capim, além de outras 11 pertencentes a quatro dos seus nove filhos. Do aluguer, recolhiam uma receita diária que variava de mil a 2 mil e SOO Kwanzas por barraca, o que garantia à família Pascoal mais de 200 mil por semana, numa praia que todos os dias registava mais clientela do que os abrigos, segundo asseguram a O PAÍS os três filhos presentes. Rosa Pascoal informou também a este jornal que os meios de sustento, incluindo as barcas foram queimadas dias após à transferência dos moradores, uma notícia que agravou ainda mais o estado clínico de Paulo Pascoal. “Os vizinhos do museu da escravatura nos informaram que os seguranças queimaram todos os haveres deixados pelos moradores”, informou a senhora, realçando que estes alegaram apenas terem cumprido ordem de seus superiores.

Em relação à consultas e tratamentos a que o pai foi submetido e ao seu estado de saúde, a filha conta que já estiveram na clínica Espírito Santo, na Vila Alice e no Hospital do Prenda, onde recomendaram testes de neurologia. “Tem sido urna grande luta para chegarmos com ele aos hospitais, porque não temos carro, nem dinheiro para estar sempre a alugar viaturas,” queixou-se a jovem, anunciando o desejo de ver o pai voltar para as suas actividades no mar.

Quando Zita acabou de expressar tal desejo, Paulo Pascoal, que se encontrava deitado, esforçou-se para falar, tendo emitido apenas alguns sons incompreensíveis. “É sempre assim que ele reage, quando se apercebe que chegou a sua vez de falar”, emendou a esposa.

Ocean Drive ergue-senapmia

A julgar pela denominação contida nas três placas de publicidade colocadas na área que pertencia à praia do Morro dos Veados, Ocean Drive é o nome da organização que se vai instalar no referido espaço.

Alguns seguranças encontrados na tarde de Terça – feira, 25, no portão mais próximo da zona do Museu da Escravatura, informaram tratar-se de uma empresa de hotelaria e turismo. Eles trajavam uniforme de cor cinzenta com o timbre Ocean Drive, o que confirmava serem funcionários dessa organização.

Foram também determinados na proibição de entrada

de pessoas estranhas, mesmo se forem apenas banhistas. Os guardas mostraram ter consciência de que a praia é um espaço público, mas emendaram com o facto de estarem a cumprir ordens de seus superiores, cujos nomes preferiram não revelar para não porem em risco emprego.

Conscientes de que o espaço está vendido e a Ocean Drive vai trabalhar no Morro dos Veados, os habituais banhistas e turistas, encontrados a gozar a praia no Quilómetro 26, perto da floresta, a caminho do Ramiro, esperam que depois de construídos os supostos prédios seja aberta a praia ao público.

“Não vale a pena se meter no negócio dos grandes, eles vão construir prédios ou seja lá o que quiserem ali mesmo e a nós só resta rezar, para que finalizada a obra nos deixem fazer praia”, disse Manuel Pedra de 39 anos, funcionário público.

Para o banhista, a praia do Quilómetro 26 não oferece as mesmas condições que as deixadas no Morro dos veados, pois se revela <mais perigosa, devido à intensidade das ondas e por possuir uma profundidade que exige muito cuidado.

7.22 Administrador adia esclarecimento

Jornal O país

28 de Outubro de 2011

Contactado por O PAÍS, na manhã de ontem, Quinta-feira, 27, o administrador municipal da Samba, Adão Malungo, disse que não estava em condições de se debruçar sobre o assunto, porque se encontrava doente. O administrador da Samba não se dispôs a indicar alguém da sua equipa para falar em seu nome, alegando que “os meus adjuntos que eu devia indicar para lhes darem algumas informações também se encontram indisponíveis até Sexta-feira, 28, visto que participam esta semana de um seminário”.

Adão Malungo prometeu falar para este jornal tão logo se sinta recuperado, tendo adiantado a sua disponibilidade para a próxima semana.

O terreno ocupado tem um cerco que se estende desde às imediações do antigo controlo do Benfica, até às proximidades do bairro do Museu da Escravatura. Recentemente, o Governo da Província de Luanda determinou o espaço como reserva do Estado, tendo colocado ai e em todo curso, à direita da estrada que dá para a Barra do Kwanza, placas com este indicativo e de chamada de atenção aos cidadãos para não construírem no local.

As referidas placas estão agora dentro do cerco que delimita o espaço ocupado pela empresa Ocean Drive.

7.23 Somos anteriores ao primeiro Governo de Angola

Jornal O PAÍS

28 de Outubro de 2011

Paulo António Diogo, 31 anos de idade, chama a atenção dos dirigentes do país para que façam um estudo adequado antes de intervirem em soluções de problemas que envolvem o povo.

“Esse Governo tem de se habituar a estudar as situações e não reagir sempre de forma agressiva”, desabafou, questionando “como é possível pessoas ditas intelectuais colocarem alguém cuja vida depende directamente do mar numa zona onde nem sequer existe um charco de água?”.

Respondendo às acusações segundo as quais os seus pais teriam ocupado uma parcela de terra alegadamente pertencente ao Estado Angolano, Paulo Diogo informou que ele e as irmãs só foram saindo à medida que se casavam.

“Saídos da ilha do Mussulo, os meus pais foram abrigar-se no Morro dos Veados em 1969, por causa da pesca e da venda do pescado e sabemos todos que, nessa altura, o país era administrado pelos portugueses. Portanto, nós somos anteriores ao primeiro Governo de Angola”, revelou.

Desesperado com a situação do velho, que, em sua opinião, se agrava a cada dia que passa, Paulo Diogo pediu aos responsáveis do desalojamento, que considera forçado e agressivo, para atenderem à doença do velho em vez de pensarem só nos seus negócios.

“Imploro que devolvam imediatamente os barcos, para que os trabalhadores do pai voltem a pescar, pelo menos até cercarem também o próprio mar, ironizou.

Origem de Morro dos Veados

A mãe de Paulo Diogo não se deixou ficar à margem de um assunto que considerou ser de pessoas com idade superior a 50 anos, isso a julgar pelos 36 anos de independência de Angola. Alegou ser testemunha ocular da escavação e abertura da estrada que liga Luanda às províncias costeiras do sul do país.

“Naquela altura saíamos daí a pé até ao bairro Futungo de Belas para apanharmos o autocarro da TECUL, salientou a senhora, informando que “todos os seus nove partos aconteceram aí ao lado do mar”. Outro segredo desvendado pela anciã de 61 anos de idade teve a ver com a origem do nome da zona.

Explica ela que, tendo sido um corredor de entrada para a província capital de Angola, havia na área unidades militares.

“Muitas vezes, os tropas do colono iam aí matar veados naquele morro, depois eles começaram a dizer vamos ao morro dos veados e o nome ficou até hoje. Apesar disso, Teresa da Cunha informou que este tipo de animais não

ameaça o homem, mas o barulho dos tiroteios causava medo, até que os portugueses foram conversar connosco para estarmos tranquilos.

“Mesmo que eram colonos, respeitavam as pessoas e nunca nos tiraram daí”, acrescentou, revelando que, às vezes, compravam o peixe de seu marido. Sobre a doença do marido, a velha mostrou -se chateada com pessoas que falam da doença do seu marido como sendo consequência da idade. “Thdo o que se passa com o meu marido eu sou a primeira pessoa a saber, não é bom falar de uma coisa que não sabemos”, atirou a senhora, salientando que durante aos mais de 50 anos de convivência o esposo nunca teve uma crise do género.

7.24 Jurista Lazarino Poulson terá já abandonado o país

Semanário Angolense

29 de Outubro de 2011

Lazarino Poulson, um dos três suspeitos de envolvimento no alegado caso de corrupção que culminou com o afastamento, em Julho deste ano, de José Maria dos Santos do cargo de governador provincial de Luanda, ter-se-á já escapulado do país, segundo soube o *Semanário Angolense*.

Fontes convergentes revelaram a este jornal que o conhecido jurista terá abandonado o país há três semanas, tendo-se bandeado para Portugal, onde se «encontra incomunicável».

A suposta fuga de Lazarino Poulson, uma figura «muito próxima» ao antigo governador de Luanda, é também adensada pelo facto de todos os membros mais directos da sua família terem igualmente abandonado o país nos últimos meses.

Coincidência ou não: o facto é que a antiga mulher de Lazarino Poulson, Eugénia Santos «Geny», que, até há poucos meses, exercia as funções de procurador a provincial adjunta junto do Tribunal Provincial de Luanda (TPL), terá já rumado para aquele país europeu, numa viagem com carácter algo prolongado.

Eugénia Santos, que solicitou, inclusive, uma «licença registada» ao Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público, viajou para Portugal, a pretexto de que iria dar continuidade à sua formação académica, visando a obtenção de um mestrado no ramo do Direito. Fonte ligada àquela instituição, que pediu para não ser identificada, confirmou na semana passada ao SA o pedido feito pela jurista, que, entretanto, já terá sido caucionado pelo Conselho Superior da Magistratura do MP.

As notícias de que Lazarino Poulson teria fugido do país começaram a circular, com alguma insistência, pouco tempo depois de José Maria dos Santos e Carla Leitão Ribeiro, a então vice-governadora para a área Técnica e Infra-estruturas, terem sido afastados da governação de Luanda.

Oficialmente, a exoneração dos dois responsáveis terá sido justificada com a necessidade de se proceder a reajustes estruturais, à luz da nova divisão administrativa de Luanda, um argumento que, de resto, não convenceu muitos analistas do cenário político angolano, depois das denúncias feitas pelo semanário Novo Jornal sobre o envolvimento das referidas figuras em alegados casos de corrupção.

Semanas antes de o «verniz» ter estalado no Palácio da Mutamba, já o Semanário Angolense havia lançado pistas sobre um negócio de contornos capciosos que estava em curso e que visava a alienação da conhecida escola 3007, antes escola nº 7. No artigo em causa, fazia-se alusão ao envolvimento nessa negociata de uma empresa com ligações à família Poulson.

Mais tarde, correu a notícia de que o conhecido jurista tinha, à cautela, enviado a sua família para Portugal, onde, segundo fontes geralmente bem informadas, terá ao seu dispor uma «bruta» vivenda em Lisboa.

As suspeitas de que Lazarino Poulson tinha abandonado o país terão sido «atenuadas» com uma outra notícia que dava conta que ele se encontrava naquela altura na China a cuidar da tradução de um dos seus livros. Disse-se na altura que ele regressaria ao país tão logo lhe fosse possível.

Um amigo do jurista disse na semana passada ao SA que, após um período de estada na China, ele deslocou-se a Portugal e que o seu regresso a Angola tinha ocorrido em Setembro último.

Consta que, a partir daquela altura, ele terá optado por manter em Luanda uma vida «bastante discreta, evitando ao máximo aparições públicas».

Confrontado com a notícia sobre se ele teria mesmo se posto ao fresco, a fonte deste jornal não se mostrou surpreendida, tendo, porém, adiantado que deixara de falar com Lazarino nas últimas três semanas, porque ele tinha o «telemóvel permanentemente desligado», o que não deixava de ser estranho.

Ao longo desta como da semana passada, o Semanário Angolense tentou contactar Lazarino Poulson, através do seu telemóvel, mas, até ao fecho da presente edição, nesta quinta-feira, 27, o seu aparelho mantinha-se desligado.

Na quarta-feira, 19, este jornal procurou, por telefone, saber, junto de seu irmão, Teodoro Poulson, do para-deiro do alegado prófugo. Do outro lado da linha, recebeu a comunicação de que o número discado já não pertencia a Teodoro Poulson.

O articulista, numa tentativa de refrescar a memória do seu interlocutor, disse-lhe que o próprio jornalista havia recebido, em tempos, uma chamada telefónica, a partir daquele número, feita pelo próprio Teodoro Poulson. Aparentemente embaraçado, o interlocutor reafirmou que o número já não pertencia à pessoa em causa, ou seja, a Teodoro Poulson.

As fontes deste jornal crêem que a saída de Lazarino Poulson do país já era esperada, depois de os seus alegados cúmplices no suposto acto de corrupção terem sido arrolados pela Procuradoria-geral da República (PGR). Consta que antes da sua exoneração, José Maria dos Santos terá sido ouvido, em, pelo menos, três ocasiões, por funcionários afectos àquele órgão de justiça, cujos oficiais se deslocaram expressamente ao seu gabinete, no Palácio da Mutamba.

Não foi possível apurar junto desse órgão judicial se existe alguma ordem de interdição em relação às três personagens, sob suspeita da PGR.

7.25 Devolta ao começa

Jornal a Capital

29 de Outubro de 2011

A cidadãos que sofre as consequências desta obra. Disse ao A Capital que sempre que os pedreiros põem mão na obra, detritos caem por cima do tecto da sua hospedaria, para o incómodo dos clientes.

“Já tentei contactar o responsável da obra. Só que o mesmo não fala em português. Expliquei a questão aos ajudantes angolanos que com ele trabalham, mas em nada serviu, porque continuam a cair pedras para cá”, pelo que, na opinião do interlocutor, deviam, ao menos, colocar redes de protecção para evitar situações graves. De qualquer modo, entendem os moradores dos arredores do Tshetshenia à Cidadela, que a recuperação do prédio contribuirá para o afastamento dos delinquentes que se serviam do edifício, como trampolim para as suas acções azáfama em tomo a situação cresceu quando desabou o edifício onde funcionou a Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC).

Foi na altura determinado que se fizesse o levantamento de todos os edifícios em situação duvidosa e, posteriormente, seus ocupantes transferidos para lugares seguros.

De lá para cá, deram-se alguns passos, mas ficou-se pelo prédio Cuca e pelo da Lagoa, ambos, ao Kinaxixe. Entretanto, parece que o processo retoma agora, a julgar pela informação, segundo a qual, a direcção Provincial de Luanda do Urbanismo e Construção, está a proceder ao levantamento das condições técnicas e durabilidade dos edifícios inacabados, degradados e farruscos, na capital do país, com vista a sua demolição ou reabilitação.

Os famosos prédios da Tchetchenia, da Angola-Telecom, da Maianga, Sujo, da Lagoa, Treme-Treme e outros, por se identificar na zona urbana e peri-urbana da cidade. Apesar de se saber que os prédios inacabados espalhados por Luanda podem vir a ser demolidos, o da Tchetchenia, na mesma condição, parece vir a ter um destino diferente. É que, o mesmo está, em vez de demolido, a ser renovado por uma empresa chinesa.

Só que, para cúmulo, a empreiteira não está a observar as normas próprias de segurança que se deviam ter em conta, quando se executam obras em zonas habitadas. De acordo com os moradores, é frequente a queda de fragmentos de tijolo e blocos do alto sobre as casas abaixo.

O administrador da empresa Seque Service, Lucas Seque, é um dos Noutro extremo da cidade, mais para a Maianga, encontramos, outro prédio inacabado, anexo ao Hotel Alvalade. Este, de acordo com Florência Malungo, um cidadão que falou à nossa reportagem, também tem sido albergue de gangs. Entende Malungo que los espaços esbanjados por esses prédios, deveriam ser aproveitados com a edificação de novos prédios comerciais ou habitacionais.

“Este prédio junto do Hotel Alvalade é palco de delinquentes e de utilizadores de drogas. Além disso, ele dá mau aspecto à paisagem arquitectónica”, observou.

Mais de dez prédios degradados

O director provincial de Luanda do Urbanismo e Construção, Torres Bunga, disse em exclusivo ao A Capital que estudos atinentes à demolição ou reabilitação dos edifícios inacabados, estão a ser feitos por empresas especializada, visto por processo deverá ser feito com tecnologias modernas, para que os escombros não afeitem as vias nos arredores, nem periguem a vida de pessoas nas respectivas áreas.

“O edifício que passará a albergar o Palácio da Justiça, após o estudo, concluiu-se que ainda estava em bom estado. Foi reabilitado e está uma maravilha para quem chega à Luanda pela primeira vez e não conhece a história do prédio”, exemplificou.

O também arquitecto, vaticina que, como aquele, o do largo da Maianga “Já temos os estudos feitos. Estamos a espera das propostas das empresas que vão fazer à demolição ou reabilitação”, informou. Em relação aos prédios da Lagoa do Kinaxixe, na Ingombota, o do largo da Maianga e o Tchetchenia, explicou que procedem-se, igualmente estudos, por intermédio de uma empresa especializada no sector, no sentido de se avaliar se as estruturas dos edifícios podem durar mais tempo.

Aí, adiantou, decidir-se-á se serão reabilitados ou demolidos. Trata-se de um processo de âmbito nacional, sob batuta do Ministério do Urbanismo e Construção, como nos disse Torres Bunga, cujo objectivo é melhorar a imagem das cidades.

Só em Luanda, de acordo com o responsável, existem mais de 10 edifícios degradados e outros inacabados. Alguns destes foram ocupados de forma anárquica pelas populações vindas do interior devido à guerra.

Reabilitar pode ser uma saída

Alguns já foram mexidos. É o caso dos prédios Cuca e o antigo Hotel Turismo que, de acordo com Torres Bunga, foram demolidos com tecnologia de ponta sem afectar as estradas e edifícios adjacentes. O edifício que passará a albergar o Palácio da Justiça, após o estudo, concluiu-se que ainda estava em bom estado foi reabilitado e está uma maravilha para quem chega à Luanda pela primeira vez e não conhece a história do prédio exemplificou. O também arquitecto, vaticina que, como aquele, o do largo da Maianga pode ter mais tempo de vida, para que seja reabilitado.

“É o que melhor alçado arquitectónico apresenta, se comparado com os demais prédios antigos. Seria bom que, o mesmo fosse recuperado para dar uma nova imagem àquele ponto tão importante e com bastante fluxo rodoviário e populacional”, manifestou.

Considerou que, a reabilitação dos edifícios é menos onerosa, do que a demolição ou construção de raiz, defendeu o nosso entrevistado, ao avançar que os ocupantes dos prédios em causa vão merecer o mesmo destino, dado aos demais.

“Os moradores do prédio Sujo, ao São Paulo, há quatro anos tinham sido transferidos para o Zango e Sapú. Acontece que, a febre do angolano nos últimos anos é de todos quererem concentrar-se no centro da cidade”, frisou, ao destacar que, para os devidos efeitos, os actuais moradores deste mesmo prédio, serão evacuados para as mesmas áreas.

“Se alguém se acha dono de algum dos apartamentos em todos estes edifícios, deverá prová-lo com documentos.

Mas pelo que eu sei, todos estes prédios tinham sido confiscados pelo Estado”, destacou.

A fase seguinte, atestou, centrar-se-á no município do Rangel onde também devem existir prédios degradados. O levantamento vai estender-se às zonas peri-urbanas, onde uma equipa técnica trabalha com uma empresa especializada, para determinar o estado real dos mesmos. Apelou, por fim, as pessoas que ocupam edifícios inacabados, no sentido de serem responsáveis e pensarem nos riscos que correm ao habitarem lá.

“Não se tem a mínima ideia se suportará ou não o peso, já que são antigos e estão mal conservados. Podem, até, desabar a qualquer momento”, concluiu.

7.26 Famílias realojadas no Zango

Jornal de Angola

31 de Outubro de 2011

Ao todo, 50 famílias que moravam em condições de risco na Lagoa de São Pedro, no Cazenga, foram realojadas, no sábado, na área do Zango 4, Viana, no âmbito do Programa de Emergência Habitacional de Luanda.

As casas de onde as famílias foram tiradas ficaram inundadas na última época chuvas, disse, à Angop, a administradora da comuna do Hoji ya Henda.

A transferência das 50 famílias, afirmou Madalena Vicente, faz parte do plano de requalificação das lagoas de São Pedro. O processo de transferência das famílias que moram em zonas de risco, referiu, tem três fases e vai prosseguir assim que estiverem concluídas novas moradias. O Zango existe há cerca de nove anos e foi criado para albergar, primeiro, os moradores que viviam na encosta da Boavista, onde se registou, várias vezes, deslizamento de terra que provocou a morte de alguns moradores. Mais tarde o novo bairro social passou a realojar moradores que viviam noutras áreas de risco existentes na província de Luanda.

7.27 Cidadãos repatriados recebem lotes de terreno

Jornal de Angola

31 de Outubro de 2011

As administrações municipais do Bié vão distribuir lotes de terreno e material de construção aos cidadãos angolanos repatriados dos países vizinhos no âmbito da campanha de regresso voluntário e organizado, anunciou sábado, no Kuito, a directora provincial do Ministério da Assistência e Reinserção Social, Benvinda Gomes.

A medida enquadra-se nos esforços para garantir aos cidadãos repatriados que escolheram a província do Bié para se instalarem meios para erguerem as suas casas. A directora provincial do Ministério da Assistência e Reinserção Social garantiu a entrega de imputes agrícolas, entre os quais sementes e bens de primeira necessidade.

Na sexta-feira, chegaram à província do Bié dezenas de cidadãos nacionais repatriados. Ao todo, são 12 famílias provenientes da Zâmbia. A directora provincial do Ministério da Assistência e Reinserção Social garantiu que o Executivo tem tudo preparado para apoiar os repatriados até ao seu destino.

“Preparámos todas as condições, desde sanitárias, de educação, registo civil e de alojamento”, disse. No centro de trânsito do Kuquema estão instalados todos os serviços básicos para garantir a assistência até à instalação definitiva dos repatriados. Henrique Alberto, 52 anos e chefe de um agregado de quatro pessoas, é um dos repatriados, que chegou sexta-feira à cidade do Kuito, proveniente da Zâmbia, onde viveu dez anos com a família na condição de refugiado.

Ele manifestou o seu contentamento pelo regresso e pelas condições de acolhimento. Para regressar ao país, Henrique Alberto procurou os serviços da Organização Internacional de Migração (OIM) na República da Zâmbia onde se inscreveu com a família, no quadro de uma campanha organizada e voluntária. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) prorrogou, recentemente, até 30 de Junho de 2012 o estatuto de refugiado dos angolanos que vivem nos países de asilo.

A decisão, anunciado pelo representante regional daquela organização, Stefano Severe, durante a reunião tripartida entre Angola, República Democrática do Congo e Alto Comissariado das Nações Unidas para QS Refugiados, já foi comunicada por mensagem escrita ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

O Executivo angolano aprovou, em 2010, um programa de repatriamento voluntário massivo e organizado de cerca de 60 mil refugiados angolanos em países vizinhos que pretendem regressar a partir do Botswana, Congo Brazzaville, República Democrática do Congo, Namíbia e Zâmbia.

7.28 Desalojados da Mulemba recusam Viver em tendas

Jornal de Angola

31 de Outubro de 2011

Moradores que perderam as suas casas no incêndio que deflagrou na Fábrica de Produção de Lubrificantes da Mulemba (IMUL) estão a retornar à zona. Apesar dos riscos, alguns moradores recusam trocar as suas casas pelas tendas onde, provisoriamente, foram realojados pela Administração Municipal do Cacuaco.

E perigoso residir próximo da vedação da fábrica de lubrificantes, prova disso foi o incêndio que, embora não tenha causado vítimas, alertou para a necessidade de tomada de medidas que evitem vítimas e prejuízos. João Rosa Santos, director do Gabinete de Comunicação e Imagem da Sonangol, disse à imprensa que a questão ambiental está salvaguardada.

Joana João, moradora há 20 anos numa pequena casa a escassos dois metros da vedação da fábrica, disse que os quatro filhos estão doentes e atribui a situação aos lubrificantes queimados. A cidadã Joana João e a sua vizinha Maria Paulo tinham os olhos postos nos operários que trabalham dia e noite na limpeza da área do incêndio, onde caiu o muro que resguarda a parte de trás da fábrica.

Maria Paulo reconhece o risco de viver próximo de uma fábrica de lubrificantes, mas não quer abandonar a casa, sem antes receber uma outra para morar com a família. “Não posso viver na tenda ou em casa de familiares”, disse.

Luísa Mendes é outra moradora, que há 20 anos reside no local e a sua casa foi parcialmente consumida pelo fogo. Esta senhora também se recusa a ir para uma tenda.

Dez dias depois do incêndio na fábrica da Sonimgol, os vestígios ainda permaneciam no local. Até agora, ainda não foram anunciadas as causas do incêndio, mas a fábrica retomou a sua actividade. A limpeza na vala de esgoto era prioritária porque estava cheia de lubrificantes queimados. A vala é estreita e atravessa o bairro ilegal. A construção desordenada “estreitou” a vala e fez com que a água misturada com óleo transbordasse para as casas e os becos.

Durante o incêndio na unidade fabril da Sonangol, muitas casas foram assaltadas pelos meliantes enquanto os moradores fugiram do fogo, os bandidos arrombavam as portas para levar os bens, sobretudo electrodomésticos.

8 SERVIÇOS BASICOS

8.1 Fornecimento de água e luz preocupa governo do Uíge

Jornal de Angola
04 de Outubro de 2011

A governador do Uíge, Paulo Pombolo, alertou os empreiteiros encarregues pela construção de chafarizes na periferia da cidade capital da província no sentido de envidarem esforços para concluírem as respectivas obras, o mais rápido possível.

“Pelos prazos acordados no contrato da empreitada, estas obras estão atrasadas e não alegra a população que todos os dias passa pelas várias artérias do bairro e se depara com chafarizes, que das torneiras destes nunca jorre água”, disse o governador.

Paulo Pombolo fez este alerta na sexta-feira, na sequência de uma visita de campo ao bairro Candombe Novo, onde se inteirou das obras de construção de chafarizes e do alargamento da rede de energia eléctrica, proveniente da barragem hidroeléctrica de Capanda.

A visita de Paulo Pombolo abrangeu também os sectores da Educação e Saúde. No centro médico, o governador saiu satisfeito do local, tendo em conta a eficiência do seu funcionamento e a qualidade dos equipamentos instalados na referida unidade sanitária.

Quanto ao sector da Educação, Paulo Pombolo constatou que mais de 1.900 alunos estudam em salas improvisadas na Igreja Kimbanguista, sem carteiras, quadros e merenda escolar.

Depois de ouvir as preocupações do sector da Educação e da Saúde, no bairro Candombe Novo, garantiu que a população local vai conhecer dias melhores. “Vamos solicitar à Igreja que nos conceda uma parte do terreno que ainda tem disponível, para podermos construir algumas salas de aulas para as _ crianças poderem estudar condignamente”, reforçou, assegurando o enquadramento, no próximo ano lectivo, dos referidos alunos no Programa de Distribuição da Merenda Escolar.

a governador visitou também um complexo escolar com 12 salas, cujas obras se encontram paralisadas há cerca de um ano, porque o empreiteiro alega falta de dinheiro para a sua conclusão. No local, o governante deu ordens à administração municipal do Uíge no sentido de incluir o orçamento desta infra-estrutura no Programa de Intervenção Municipal.

8.2 Comuna do Kwanza está sem água potável

Jornal de Angola
04 de Outubro de 2011

A população da comuna do Kwanza, no município de Camacupa, na província do Bié, está privada de água potável há três meses, devido à vandalização do único gerador eléctrico, montado no centro de captação, tratamento e distribuição. O facto foi revelado sábado pelo administrador daquela comuna, Fernando Tchicolomuenho, no final de uma visita ao local.

Segundo Fernando Tchicolomunho, a população de Camacupa está desprovida de água potável, pelo facto dos malfeteiros terem retirado algumas peças do único gerador que fornece energia eléctrica ao sistema de captação. Face a essa situação, segundo o administrador, a população local voltou a consumir água imprópria, o que pode causar diversas patologias aos residentes. O administrador da comuna do Kwanza referiu que, para se evitarem as doenças causadas pelo consumo de água imprópria, a administração municipal, em parceria com os serviços de saúde, estão a trabalhar na sensibilização da população no sentido de fervem a água antes de a consumir.

Fernando Tchicolomuenho disse que uma equipa de técnicos deslocou-se já àquela comuna, para fazer o levantamento dos danos causados ao gerador.

O administrador Fernando Tchicolomunho acrescentou que os elementos acusados de terem causado os danos já estão a contas com a Polícia e serão responsabilizados criminalmente.

8.3 A improficiência reside na EPAL

Semanário Continental
07 de Outubro de 2011

Sinceramente, escrevo este artigo numa situação bastante afligido com tudo aquilo que vi, ouvi na comunicação social!

A minha pergunta é bastante pertinente, será que não existiu pessoas capacitadas para que coibisse aquela pouca-vergonha, acto impiedoso, que espelha pouca sabedoria, por parte dos responsáveis, falta de instrução, conhecimento técnico e legal?

Hoje em dia Governar, Dirigir, Administrar, Gerir é mais fácil que no passado, porquê? Existem ferramentas de Económia, Marketing que ajudam a encontrar soluções para diversos problemas numa Organização (empresa) ex: Tenho quase a certeza que se a Empresa

Provincial de Água de Luanda (EPAL) tivesse pedido um Estudo, Auditoria, Parecer Económico, externo.

Sobre a problemática da distribuição da água na Cidade de Luanda, o aconselhamento, conclusão, resultado seria absolutamente diferente. Porquê?

Facilmente se percebe que o problema da produção, distribuição, e comercialização de água na Cidade de Luanda é uma questão de muita: procura e pouca oferta. Portanto não existe equilíbrio no mercado! Nesta situação de desequilíbrio e escassez a Ciência Económica diz que o mercado derrapa com soluções, situações, ou negócios informal, é o que acontece infelizmente neste momento. Portanto aquela solução encontrada pelos responsáveis da EPAL não foi a correcta, não foi a acertada, aliás não resolveu absolutamente nada. Tentou-se combater as consequências e não as CAUSAS do problema como se espera que a EPAL o faça. Esta tudo na mesma, ou melhor piorou a situação, porquê? Aumentou a escassez, a procura, o mercado da água ressentiu, automaticamente o preço de venda da Cisterna de Água disparou! 10 Mil litros são equivalentes a 17 mil kwanza Porquê? Diminuiu ainda mais a oferta, porque os locais de abastecimento legais e ilegais não satisfazem a procura, alguns foram destruídos e fechados! Existem poucos Camiões cisterna com água a venda disponível no mercado! E porque houve uma mão. Visível no mercado que coibiu a oferta de um bem! (Água).

Tenho dúvidas em aplaudir a destruição dos tanques por parte da EPAL. Um tanque de reservatório de água é um bem, portanto a sua destruição é inaceitável. Não quero atrever falar da legalidade ou não do acto, até porque não é essa matéria que está em causa. Todavia, a minha tese é a seguinte:

Quando um condutor infringe com um determinado veículo as regras de trânsito, consequentemente causando danos, não me parece que as autoridades destroem o veículo. A transgressão é atribuída ao indivíduo. Pergunto qual é a tipificação de crime ter um tanque de água subterrâneo? A postura da EPAL foi totalmente irracional, em destruir alguns tanques de água de conveniência dos funcionários. (destruíram tanques consoante a indicação ou não dos funcionários).

Aliás sabe-se que existem muitos tanques subterrâneos de água em toda Cidade de Luanda. Não podemos esquecer que mais de 50% da população de Luanda não tem água canalizada nas habitações, portanto a empresa EPAL deve ser de alguma forma mais interventiva. Com todo respeito aos responsáveis da EPAL, eu aconselharia que diminuíssem as diferenças salariais entre os funcionários de base (canalizadores, maquinistas, ajudantes, etc., etc.) em relação aos quadros superiores da Empresa. Talvez o grande problema da EPAL começa aqui. Salários baixos

aos funcionários de base e altíssimos aos quadros superiores. Condições Sociais (Seguros de Saúde, prémios de empenho no trabalho, transporte, e outras benesses) é importante para um melhor funcionamento da empresa, simultaneamente boa comunicação interna. Estas condições de precariedade dos funcionários de base da EPAL causam insatisfação, pouco empenho, candonga.

A EPAL sabe quem informou aos infractores a trajectória da conduta de água? Quem fez a ligação conduta/tanque? Quanto custa? Quem desligou a conduta para posterior ligação?

O grande problema da EPAL talvez seja este.

Temos em Luanda um exemplo bastante significativo e efectivo – a so nangol tinha exactamente este problema de distribuição de combustíveis, com uma estratégia diferente, (bombas com acesso fácil e abastecimento de vários veículos simultaneamente) e com a entrada no mercado de outra empresa de distribuição de combustível Pumangol o problema de distribuição e abastecimento de combustíveis foi resolvido. A Sonangol não andou a correr os vendedores de rua de combustíveis! O equilíbrio de mercado, (procura e oferta) fez desaparecer o vendedor informal. Portanto não inventem medidas fora do âmbito económico, porque não funciona, desperdiço de meios e tempo. Uma das principais medidas que a EPAL deve adoptar neste momento é aumentar consideravelmente postos de abastecimento e venda de água (Girafas), com funcionamento aberto dia e noite. Com preços atractivos, acessos facilitados em todas as zonas onde não existe água canalizada e não só.

Uma empresa de Produção, Distribuição e comercialização de Água, em qualquer parte do Mundo é supostamente rica, tem tudo para ter bastante sucesso, aliás fico admirado como é que a EPAL não tem engarrafamento e comercialização de água! A EPAL assiste serenamente o mercado da água a ser preenchido por várias empresas e não reage! Porquê? O quê que se passa? A EPAL tem que expandir os seus negócios, tem que liderar o mercado, porque tem capacidade, no mínimo financeira. A EPAL estrategicamente deve fazer concursos públicos para adjudicação de obras de distribuição de água, (quotas ou níveis, escavações, tubagens, e ligações) a empresas que antecipadamente a EPAL determina as características, obrigações, equipamentos, (máquinas de escavações, número de funcionários, qualificações, etc., etc.) necessárias de maneira a permitir um bom funcionamento técnico, nas suas obras. A EPAL só tem que verificar o funcionamento, qualidade, determinações, cumprimento do contrato, etc.) das obras com 1 Ou 2 técnicos. Este tipo de gestão é o mais apropriado para a EPAL, o chamado outsourcing. Assim, simultaneamente conseguiria ter e manter várias obras, em diversas zonas sem o recrutamento de mais funcionários e sem responsabilidade laboral.

8.4 Quando é que as coisas vão melhorar?

Semanário Angolense
08 de Outubro de 2011

O coordenador do projecto do Panguila, Edson Noy, procurado pelo Semanário Angolense para pronunciar-se sobre os principais problemas apontados pelos moradores da vila, dispõe-se em esclarecer os pontos nebulosos, segundo as suas competências. Assim, a sua explanação recaiu sobre as infra-estruturas, deixando os outros assuntos para «quem de direito».

Energia – «A energia é um problema que está a se solucionar; como vê, a reclamação da população é nos sectores mais recentes (8, 9 e 10). Dos dez sectores que temos hoje no Panguila, sete têm luz e água. As falhas acontecem quando nos outros sítios também falha. E isso já não depende de nós. Acontece quando a falha é geral», disse Edson Noy.

Realmente, as maiores reclamações sobre a falta de energia vêm dos sectores 8, 9 e 10. Constatamos a presença de postes de energia nesses sectores em alguns casos, mas de acordo com os moradores, estes já foram encontrados. No entanto, outras áreas têm sofrido com a «gagueira» da luz. Os moradores não se conformam com o facto de não poderem manter os «frescos» conservados. Um dos moradores do sector 8 queixa-se de já ter gasto quatro geradores em um ano.

«O sector 7 até ao ano passado não tinha luz, mas hoje já tem. No sector, 8 também já aplicamos os PTs e estamos aguardando o licenciamento para pôr carga. Quer dizer que mais um mês, ou um mês e meio, nos máximos dois meses, o sector 8 já vai ter luz. Ainda vão ficar o nove e o dez», previu.

No esclarecimento referente ao atraso em responder as necessidades dos sectores com falta de energia, Edson Noy, declarou: «Isso acontece porque há momentos que o ministério assina um contrato para aumentar o número de residências e logo a seguir vêm os contratos de infra-estruturas. A necessidade de realojar a população é grande, conforme os planos do governo para alguma obra, então desloca-se a população para as residências e aguardam que as infra-estruturas se façam», disse. «Temos dez sectores e apenas três não têm luz (da rede). E dentro de dois meses serão dois sectores apenas sem luz. Conforme vamos crescendo, vão aumentando as infra-estruturas», acrescentou.

Água – Sobre a distribuição de água nos sectores 8, 9 e 10, Edson Noy disse que é conforme a energia. «Os sectores 8 e 9 por estarem numa certa altura, criamos um reservatório de maior capacidade que está a uma elevação maior. Criamos mecanismos para mandar água para

esses sectores. Isso também está feito. Relativamente à água, o sector 8 começou a beneficiar de água nessa semana. Os restantes sectores têm esse benefício sempre», considerou. «Só que, por causa de algumas obras que estão a se fazer, e de umas rupturas, nós temos distribuído a água às vezes periodicamente (das 6 as 10h e das 14 as 22 ou meia noite», arrematou.

As distâncias que as mulheres percorrem para conseguir água são longas e, certamente, torturantes. Das cisternas, que são irregulares, a água não é potável e nem sempre as pessoas têm o dinheiro para comprá-la.

Devido à falta de água e levando-se em conta que várias famílias dividem o mesmo espaço, as necessidades biológicas de muitos são «satisfeitas» ao ar livre, nos pequenos matos da vizinhança.

Mas a falta de água não é apenas um problema dos últimos sectores, as queixas de outros sectores não foram poucas. No entanto, aqui a resposta a levar em conta é o facto, já esclarecido, das obras no sistema e das rupturas. Até quando irão essas obras?

Saúde e educação – Uma das grandes queixas da população do Panguila está virada para a questão da saúde, visto que só existe um único posto na vila, insuficiente para responder à demanda. Os casos mais graves costumam ser encaminhados para o posto de saúde de Cacuaco ou de Caxito. Edson Noy, reconhecendo o défice, disse que o problema está identificado e sabe da necessidade, por exemplo, de uma maternidade. Entretanto, o sector não é da sua alçada, mas adianta que o projecto de um hospital está previsto.

Por seu turno, a população carente do serviço de saúde pergunta-se porque razão é que os outros dois postos que existiam na vila foram desactivados. Enquanto isso, não tem o que fazer. Além de esperar...

Também a educação não está sob o «tecto» das competências do coordenador do projecto do Panguila. Porém, ele adiantou que o bairro foi uma das regiões contempladas por um programa ainda da época do governador José Maria dos Santos, e está a beneficiar da construção de mais uma escola.

A população mostra-se de certa forma apoiada em tratando-se de estruturas, pois tem escolas de base e do ensino médio. Mas o grande vilão do «filme» é a falta de professores que alegam morar muito distante e o salário ainda por cima não ajudar na sua empreitada. Um facto a observar, relatado pelos moradores, é o director ter levado um gerador para a escola e os alunos da noite contribuirão diariamente com 100 kz para que as aulas não parem. Apenas cinco salas funcionam de noite.

Saneamento básico – Respeitante ao saneamento básico, as fossas existentes são colectivas, com 20 metros cúbicos, e capacidade para atender cerca de 10 a 20 residências. «O que estamos a fazer agora é corrigir isso».

«Esse sistema existente actualmente, pela urgência que havia em fazer aquelas casas naquela altura era a melhor solução, pelo tempo e rapidez que se exigia. Nesse momento estamos a fazer os arruamentos, a drenagem para as águas residuais e para as águas pluviais», adianta o responsável, que revela ainda que «o ministério do Urbanismo aprovou um orçamento para fazer uma estação de águas residuais (esgotos) para oito mil residências (Panguila tem pouco mais de 6.000 casas). Isso já está aprovado e a construção deve arrancar ainda esse ano».

Esse saneamento vai estender-se por todo o Panguila, conforme fez saber. Os contratos para essas obras estavam assinados, mas o processo parara por causa da crise financeira que aconteceu há três anos. Assim que passou aquela fase, começou-se a pagar os empreiteiros e eles retomaram a obra, em finais do ano passado. «Muito rapidamente, já vamos ter outra visão da vila», vaticina.

8.5 Fornecimento de água potável foi ampliado

Jornal de Angola
08 de Outubro de 2011

Os sistemas de distribuição de água dos municípios de Catabola, Chinguar e comunas de Somakuanza, Malengue, Mutumbo, Lúbia, Dando e Luando são deficitários e necessitam, por isso, de ampliação, revelou ontem ao Jornal de Angola o director provincial da Energia e Aguas, Abel Guerra.

O responsável disse que a rede de distribuição de água está a ser ampliada para seis mil ligações domiciliárias contra as actuais duas mil. A produção média da central de captação e tratamento de água está estimada em 3.500 metros cúbicos por dia.

No âmbito do programa “Água para Todos” estão a ser dados passos significativos nas sedes municipais e comunais, com a construção de pequenos sistemas de captação de água, a partir das fontes existentes, acrescentou Abel Guerra, notando que a aposta do governo provincial é o abastecimento a todos os bairros periférico e zonas rurais.

O programa “Água para Todos” prevê uma cobertura a 80 por cento, até 2012, e todos esforços estão a ser enviados para alcançar essa meta, assegurou o director da Energia e Aguas do Bié, sublinhando que as 30 comunas e nove municípios vão estar cobertos na totalidade com sistemas integrados de abastecimento de água potável.

Muitas localidades hoje beneficiam de água de formas diferentes, desde os pontos de água independentes, furos ou bombas manuais.

8.6 Moradores dos Zangos dizem-se ávidos de água

Semanário Factual
De 08 a 15 de Outubro de 2011

Há já dois meses que as torneiras dos Zangos 1, 2, 3 e 4 estão secas, por não jorrarem água fornecida pela Empresa de Água de Luanda (EPAL).

Moradores contactados, esta semana, pelo Factual fizeram saber que a água que tem chegado aos Zangos é a conta-gotas, uma vez estar sem pressão, mas, desta vez, a secura é total.

Desorientados pela carência do precioso líquido, os habitantes vêem-se e desejam-se, recorrendo, quando podem, à água de tanques reservatórios de algumas moradias da circunscrição.

“Não se percebe por que razão não há água nos Zangos. Aqui, no Zango 3, onde vivemos, a água aparece, mas não demora, mas já sumiu há bastante”, afirmaram ao Factual Ana Isabel e Avozinha Santos, que, como outros moradores, com bidões sobre a cabeça, se dirigiam a uma habitação detentora de um tanque reservatório.

As edificações dos Zangos não possuem canalização interna, chegando a água somente aos quintais, o que leva os habitantes a madrugarem para acarretar alguns baldes e bacias quando aparece o precioso líquido. O Factual tentou, por todos os meios, contactar a EPAL, mas todas as “demarches” foram infrutíferas.

8.7 Água potável volta a jorrar em Xá-Muteba

Jornal de Angola
08 de Outubro de 2011

Era visível a alegria e satisfação no rosto dos habitantes do município de Xá-Muteba durante a inauguração do sistema de abastecimento de água depois de muitos anos privados do precioso líquido.

“Terminei o sofrimento de acordar às três da madrugada para buscar água.” Foi com essas palavras que Joaquina Kassanje manifestou a sua satisfação ao Jornal de Angola quando saía alegremente do fontanário, inaugurado terça-feira pelo governador provincial da Lunda-Norte, Ernesto Muangala.

A cidadã Joaquina reconhece o esforço do Executivo em levar os serviços básicos a todos os municípios da província e não só. “Estou feliz. Assim que a guerra acabou temos que ter boas condições”, disse a moradora da regedoria de Kitamba Kia Keta.

Joaquina Kassanje disse que além da solução do fornecimento de água potável através de fontanários, há necessidade urgente de se construir mais escolas porque “há ainda muitos alunos fora do sistema de ensino aqui na regedoria”.

A satisfação foi também visível no semblante da cidadã Santa Domingos, moradora da regedoria de Kiluange Kia Ngonga, que disse em breves palavras: “Assim está bom. Já temos água. Agora queremos energia, mais postos médicos e escolas”.

Nessa regedoria, referiu, quando as pessoas padecem de qualquer doença são forçadas a percorrer longas distâncias para receberem assistência médico-medicamentosa. Kambolo Cassange, regedor de Kitamba Kia Keta, agradeceu a iniciativa do Executivo na construção de fontanários e sugeriu que iniciativas do género devem estender-se a outras áreas sociais.

A cobertura sanitária do município de Xá-Muteba é constituída por um centro de saúde e quatro postos médicos localizados nas áreas de Cassange Calucala, longo, Samba e Domingos Vazo Clemente Naweji, chefe da repartição municipal de saúde de Xá-Muteba, garantiu ao Jornal de Angola que a actividade sanitária é assegurada por um médico ortopédico de nacionalidade coreana e 17 enfermeiros de várias especialidades. O município de Xá-Muteba, acrescentou, necessita de mais médicos nas especialidades de pediatria, clínica geral e geneco-obstetrícia para colmatar a carência.

O chefe de repartição municipal de Saúde de Xá-Muteba disse que as instâncias superiores prometeram enviar médicos ao município dentro em breve.

Clemente Naweji afirmou que estão em construção três novos postos de saúde nas localidades de Mulo, Samba e Cassange Calucala.

“As obras estão em andamento e dentro de pouco tempo estarão concluídas”, disse. O responsável garantiu não existir problema de abastecimento em medicamentos ao centro de saúde e aos postos médicos.

“As unidades sanitárias recebem, regularmente, medicamentos e materiais gastáveis da Direcção Provincial de Saúde. A repartição dispõe de orçamento para compra de medicamentos essenciais junto dos fornecedores em Luanda.”

As principais patologias que afectam a população são a malária, tuberculose e diarreia aguda.

O município de Xá-Muteba necessita com urgência de um hospital municipal com várias especialidades para acudir eventuais acidentes que se verificam ao longo da estrada nacional 230 que liga as províncias de Malange e o Leste.

Clemente Naweji disse que o único centro de saúde de Xá-Muteba é pequeno e não tem capacidade para atender os muitos casos de acidentes de viação que ocorrem ao longo da estrada número 230. “No caso de acidentes na estrada nacional temos atendido os pacientes com ferimentos ligeiros e aqueles em estado grave são evacuados para a cidade de Malange.”

O sector da Educação no município conta com 19 escolas do ensino primário das quais uma do primeiro ciclo. No presente ano lectivo foram matriculados 7.539 alunos e devido à insuficiência de salas, 3. n7 crianças estão fora do sistema normal de ensino.

O processo de ensino-aprendizagem é assegurado por 163 professores. No âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza estão em construção nas localidades Mulo, Chico Mateus, Samba e na Colo muna do longo cinco novas escolas.

Para minimizar a carência de casas para os professores está em construção um complexo residencial para os quadros do sector.

O responsável disse que está em curso desde o ano passado no município de Xá-Muteba a execução do programa de merenda escolar, que vai abranger 1.200 alunos.

Energia

O fornecimento de energia eléctrica à sede municipal de Xá-Muteba é assegurado por grupos de geradores. Com vista a garantir o fornecimento de energia às localidades de maior concentração populacional, as autoridades municipais de Xá-Muteba estudam negociar com uma empresa privada a aquisição de um gerador com capacidade de 100 K va, para abastecer as populações residentes na comuna de Cassange Calucala.

O responsável prevê igualmente, dentro do Programa de Combate à Pobreza, a obtenção de quatro geradores de 3 O a 60 Kvas para reforçar a iluminação pública da comuna de Cassange Calucala.

No município de Xá-Muteba, segundo uma fonte, vai ser construída, nos próximos tempos, uma mini-hídrica, que vai reforçar o fornecimento de energia eléctrica regular.

8.8 «Todos» têm carência da «água para todos»

Semanário Angolense
08 de Outubro de 2011

A «água para todos» ainda está muito longe de chegar a todos os angolanos em condições normais ou seja, potável e por via de canalizações, ao contrário do que ocorre actualmente. Apesar das afirmações do secretário de Estado das Águas e do pca da Epal no programa «Espaço Público», da Televisão Pública de Angola (TPA), a esmagadora maioria dos lares dos cidadãos está desprovida de água canalizada.

Luís Filipe da Silva afirmou que o país tem uma cobertura de abastecimento de água potável nas zonas urbanas e rurais «satisfatória», que supera em mais de 50% as metas estabelecidas pelo Executivo. Desta boca do homem que superintende as águas no país, só podemos concluir o seguinte: ele tem uma noção redutora do que é este país que se chama Angola. Nos municípios actualmente mais povoados do país, designadamente Viana, Cazenga, Sambizanga, Kilamba Kiayi e Samba, só para nos reportarmos à província de Luanda, num total de mais de seis milhões de habitantes, maioritariamente, não usufruem de água potável directamente das suas residências. Senhor Luís Filipe, saia à rua e constatará isso mesmo, milhares de pessoas, com maior incidência nas zonas suburbanas, transportando recipientes à cabeça, carregados por carros de mão e viaturas, com água ou à procura dela.

O que gostaríamos mesma era que o Luís Filipe da Silva fornecesse pormenores, com nomes de localidades e tudo, sobre a cobertura de água potável a que se referiu no programa da TPA, já que, a nível da capital do país, que é onde vivemos e conhecemos melhor, a realidade é a mesma de sempre, não se nota melhoria.

Representam uma gota no oceano aqueles que diariamente e de forma ininterrupta têm acesso à água potável e podem tomar banho de chuveiro, sendo geralmente moradores de condomínios. O comum é as pessoas fazerem-no por meio de banheiras, cafeteiras, canecas, copos, etc. Por isso, todos os dias, vê-se cidadãos a retirarem água de tanques instalados nas próprias residências ou acarretarem a partir de outras – nem todos os tanques de vendedores foram destruídos -, e cisternas.

Há dias, assistimos a um episódio horripilante e que poderia terminar em tragédia: na zona da Estalagem, Viana, umas jovens acarretavam água e tinham de atravessar a linha férrea e depois a perigosa estrada daquele município, onde quase que diariamente ocorrem atropelamentos fatais. Cenas como essa poderiam ser evitadas se essas pessoas tivessem água em casa ou num local próximo.

Na verdade, apesar dos vários projectos de que Luís Filipe da Silva se gabou, a grande maioria do povo consome o precioso líquido de chafarizes – quando o têm – e pelos meios citados acima. Como se sabe, a água adquirida nessas condições geralmente nunca está em condições de ser consumida, com as consequências que daí advêm, nomeadamente cólera, paludismo, doenças diarreicas agudas, febre tifóide, com um cortejo de morte, dos mais altos de África.

O líquido muitas vezes apresenta uma cor acastanhada, própria para regar plantas, dar de beber a animais e mesmo imprópria para lavar roupas claras, mas nunca para consumo humano.

O secretário de Estado anunciou que, na Cidade do Luena, província do Moxico, vão ser feitos furos para abastecimento de água à população. Porquê furos e não canalizar o líquido às casas da população, se o país é detentor de uma rica bacia hidrográfica, das maiores de África? Será que a população local não é digna de possuir água potável em casa? É urgente eliminar as assimetrias, muitas das quais profundas, existentes no país. A impressão que se tem é que se anda a fazer trabalhos de emergência, em vez de obras de médio e longo prazo. O país está em paz há nove anos e não se explica que ainda se esteja a fazer empreitadas de emergência, como se ainda vivêssemos tempos de guerra. Já não se investe tanto em armamentos, por isso se pode gastar à vontade em projectos sociais, que é o que o país mais necessita. E na cidade de Menongue, Kuando-Kubando, cidade atravessada por um rio e cuja população apesar disso, não consumia água potável, a situação já melhorou. Gostaríamos ainda de saber se as populações do Kunene continuam a atravessar a fronteira para ir acarretar água potável à Namíbia.

Julgamos também que já era tempo de as autoridades fazerem um trabalho de substituição das canalizações obsoletas. O problema de muitos governantes – a maioria dos nossos – é esperarem por relatórios dentro dos gabinetes, não fazendo visitas de campo nem interagindo com os cidadãos. Se o secretário de Estado das Águas andasse um bocado pelos subúrbios de Luanda e pelas demais províncias, certamente que não consideraria «satisfatório» o abastecimento do líquido às populações.

É uma grande incongruência a população de um país registar gritantes índices de subdesenvolvimento humano e esse mesmo Estado vangloriar-se de alcançar níveis de desenvolvimento, que esse mesmo povo não vê nem sente. O que «todos» necessitam mesmo é que a «água (potável) para todos» chegue às suas casas!

8.9 “Água para todos” chega ao Massango

Jornal de Angola

11 de Outubro de 2011

Os habitantes de Massango, localizados na sede municipal, ganharam, no último sábado, um sistema de abastecimento de água potável, no âmbito do Programa de Combate à Fome e Pobreza, em curso em Malange.

O projecto, totalmente remodelado, a partir de uma conduta com cerca de 3,5 quilómetros, vai distribuir diariamente 35.000 litros de água aos moradores dos cinco bairros de Massango. O sistema, inaugurado pelo governador provincial de Malange, Boaventura Cardoso, tem dez chafarizes, que vão aliviar a procura de água no município.

O governador de Malange disse que a concretização do referido projecto surge na base da orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na perspectiva de serem minimizados os problemas da população.

A par deste projecto, o governador avançou que esforços estão a ser envidados para que a localidade de Massango ganhe mais escolas, postos médicos, casas para professores e enfermeiros e outros serviços essenciais. O governador provincial disse que, com a inauguração do referido sistema, se abrem perspectivas para a melhoria das condições de vida da população, rumo ao desenvolvimento.

A população local manifestou-se regozijada por mais este programa, que vai ajudar a minimizar os vários problemas daquela parcela da província de Malange.

A zenate Mulundo, moradora de Massango, disse que antes da inauguração deste projecto, a população era obrigada a percorrer grandes distâncias para adquirir água, muitas vezes sem qualidade.

“A água que consumíamos antes tinha uma cor acastanhada e provocava várias infecções na pele e outras doenças”, salienta a munícipe, para quem a execução do projecto vem resolver este problema.

O governador Boaventura Cardoso fez inaugurações semelhantes na comuna de Cateco Cangola, no município de Calandula, onde pediu à população para conservar os empreendimentos.

8.10 Cacuo tem poucas operadoras de lixo

Jornal de Angola

12 de Outubro de 2011

O município do Cacuo necessita de pelo menos mais duas operadoras de recolha de lixo, afirmou ontem à Angop o chefe de repartição de Saneamento Básico e Espaços Verdes, Dibondo Abrão.

O responsável argumentou que a necessidade de mais operadoras resulta do crescimento demográfico do município, que actualmente possui cerca de um milhão de habitantes, distribuídos por três comunas: Kicolo, sede municipal e a Funda. O município do Cacuo, acrescentou, possui apenas duas operadoras que são a Mesan Cleaning e a Engevia contratadas pela empresa Elisa.

Dibondo Abrão lamentou o facto de a população continuar a depositar os resíduos sólidos nas lixeiras de forma desordenada e considerou que a falta de vias de acesso constitui um obstáculo à limpeza da circunscrição, devido à construção desordenada de casas e à falta de sensibilização ambiental. O município, sublinhou, necessita de ser requalificada para que a construção obedeça aos parâmetros urbanísticos. Para os locais de difícil acesso, a repartição formou mais de mil trabalhadores de lixo para a sua recolha porta à porta e na via expressa.

A poda, a plantação de árvores, a jardinagem e a limpeza das valas de drenagem também estão em curso, trabalho que está a ser assegurado por brigadas equipadas.

8.11 Autoridades tradicionais sensibilizam a população

Jornal de Angola

13 de Outubro de 2011

O Conselho Angolano de Coordenação das Autoridades Tradicionais (CACAAAT) participou no sábado numa campanha de limpeza e sensibilização sobre o manuseamento correcto do lixo em Luanda.

De acordo com o responsável pela comunicação da empresa, Victor Lundemba, a campanha, que começou numa via paralela à vala de drenagem da rua Senado da Câmara, estendeu-se por outras artérias do bairro Neves Bendinha. A actividade teve como objectivo sensibilizar os habitantes sobre a necessidade de manter limpos os espaços residenciais e arredores. A campanha contou com o apoio da empresa responsável pela recolha de resíduos sólidos no município do Kilamba Kiaxi, a Kiaxiwest, que disponibilizou tractores e utensílios de limpeza.

Segundo Victor Lundemba, é intenção da CACAAT estender esta acção a nível nacional, particularmente nos grandes centros urbanos em que as regras de higiene e conservação do meio ambiente são sistematicamente violadas, pondo em risco a saúde dos habitantes. Victor Luandemba apelou para a necessidade de se removerem as viaturas abandonadas na via pública.

8.12 Viana discute energia e água

Jornal de Angola
14 de Outubro de 2011.

A administradora adjunta do município de Viana, em Luanda, Eugénia Silva, reuniu ontem com os responsáveis das comissões de moradores para se inteirar do regulamento jurídico destas organizações e abordar questões relacionadas com a distribuição de energia eléctrica e água. No encontro, que se realizou na Casa da Juventude, a administradora adjunta disse que foi elaborado um regulamento jurídico provisório para as comissões de moradores se guiarem na execução dos trabalhos nas comunidades.

No quadro da necessidade de uma participação mais activada comunidade na abordagem dos seus problemas com os órgãos da administração local, referiu Eugénia Silva, pretende-se a instituição e regulamentação da actividade das comissões de moradores.

Neste contexto, continuou, pretende-se que as comissões de moradores sejam entidades representativas das comunidades, que facilitem a solução dos problemas e que venham a ser um elemento catalisador para a sã convivência entre as pessoas. No encontro, os participantes foram informados sobre o projecto da Edel “Sábado azul e amarelo”, realizado no município, onde foram montados 126 postos de transformação, apesar de não terem sido contemplados todos os bairros.

O município de Viana tem uma superfície de 1.342 quilómetros quadrados e, cerca de dois milhões de habitantes. Localizado na parte sudoeste da província de Luanda, é limitado a norte pelos municípios do Cazenga e Cacucaco” a leste pelo Bengo, (município da Quissama) e’ a oeste pelo Oceano Atlântico.

8.13 “Direito à água, alimentação e à Terra” em debate

Jornal Expansão
14 de Outubro de 2011

O secretário de Estado para os Direitos Humanos angolano, Bento Bembe, referiu que o País não é uma excepção mundial no que toca às dificuldades da população no acesso à água potável, alimentos seguros e distribuição equitativa de terra.

Bento Bembe discursava na cerimónia de abertura de uma mesa-redonda, com o tema “Direito à Água, à Alimentação e à Terra”, promovida pela sua secretaria, em parceria com a agência espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O governante afirmou que o acesso à água potável melhorou significativamente, estando até Julho do ano em curso cerca de 43,9% da população rural abastecida.

“Os resultados obtidos da implementação do Programa Água para Todos fixam, a nível nacional, em cerca de 43,9% a população rural servida, correspondendo a 3272 482 habitantes, de um total de cerca de 7 milhões de habitantes previstos no Plano de Acção do programa, aprovado em 2007 e revisto em 2010”, referiu Bento Bembe.

Entretanto, o coordenador residente do sistema das Nações Unidas em Angola, Koen Vanoremelingen, reconheceu no seu discurso os esforços do Governo de Angola para o aumento do acesso à água potável pelos cidadãos, mas fez um alerta para os “grandes desafios”, já que apenas 42% da população está abastecida.

Segundo Koen Vanoremelingen, as Nações Unidas reconhecem que o Executivo angolano estabeleceu “metas ambiciosas” para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para esta meta específica, mas os desafios ainda são grandes.

“Em Angola, apenas 42% da população tem acesso à água potável, sendo que na área urbana essa percentagem sobe para 57%, enquanto na área rural a mesma percentagem é de apenas 22,8%”, disse o representante das Nações Unidas no nosso País. A falta de água adequada para beber atinge igualmente 36% da população que vive em casas ocupadas ou auto construídas, como referiu aquele responsável. Por sua vez, o embaixador de Espanha em Angola, José Maria Castroviejo y Bolivar, disse que a garantia da promoção e protecção dos direitos humanos constitucionalmente definidos em Angola é um dos objectivos da cooperação espanhola com o Governo angolano.

De acordo com o embaixador espanhol, essa cooperação irá ficar mais sólida com a assinatura de um acordo no âmbito da cooperação internacional ao desenvolvimento, que terá a duração de cinco anos.

“Este instrumento garante o alinhamento da cooperação espanhola com as prioridades de Angola e estabelece uma relação de parceria que se deve sustentar na mútua prestação de contas entre ambos os Estados”, disse José María Castroviejo y Bolívar.

A cooperação espanhola em Angola, segundo o diplomata espanhol, é concentrada sobretudo no desenvolvimento rural e luta contra a fome, tendo em Angola várias intervenções em parceria com o Governo, com a colaboração da FAO e do PNUD.

8.14 Apenas sete por cento da população beneficiam de água ao domicílio

Semanario Factual

De 15 a 22 de Outubro de 2011

O actual quadro nacional de água e saneamento deve, progressivamente, ser melhorado, por apenas sete por cento da população do País (estimada em cerca de 16 milhões de habitantes) terem água ao domicílio.

A consideração foi feita terça-feira, 11, em Luanda, pelo director nacional de abastecimento de água e saneamento, Lucrécio.

Costa, segundo o qual Angola tem recursos hídricos abundantes, mas regista défice em quadros especializados e em infra-estruturas. Lucrécio Costa, que falava durante uma palestra sobre “O direito à Água e os Objectivos do Desenvolvimento Milénio”, anunciou o Executivo Angolano estar a trabalhar, no sentido de criar uma entidade nacional reguladora de água e saneamento.

8.15 “Plano Nacional 2011 é fértil no direito à água, alimentação e terra”

Semanario Factual

De 15 a 22 de Outubro de 2011

Durante a mesa redonda Internacional subordinada ao tema “Direito à Água, à Alimentação e à Terra”, ocorrida nesta cidade, numa iniciativa do Executivo Angolano, da Agência Espanhola de Cooperação e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o responsável afirmou que, em Angola, este fenómeno não constitui excepção e, para dar solução a esta realidade, a Constituição Angolana atribuiu ao Estado, entre outras funções, a de criar, progressivamente, as condições

necessárias para tornar efectivos os direitos económicos e sociais dos cidadãos.

De acordo com o balanço actualizado do Executivo, até 31 de Julho de 2011, os resultados obtidos da implementação do programa Agua para Todos fixam-se, a nível nacional, em cerca de 43,9 por cento da população rural servida, correspondendo a cerca de 3.272.482 habitantes, de um total de sete milhões previstos no Plano de Acção do Programa aprovado em 2007 e revisto em 2010.

Conforme o secretário de Estado para os Direitos Humanos, Angola tem respondido, com eficácia, a um importante conjunto de objectivos de desenvolvimento do milénio, especialmente o concernente à erradicação da pobreza extrema e à fome.

“Os programas integrados de combate à fome e à pobreza incluem acções no domínio da saúde e da educação, das infra-estruturas básicas, do comércio rural, da água e energia, da produção local e da formação profissional”, realçou.

Para o governante, estas estratégias e planos de acção de médio-prazo, elaborados e implementados pelo Executivo, visam reduzir, de forma progressiva, a insegurança alimentar e reactivar as actividades agro-pecuárias, através da reforma das estratégias agrícolas junto com o apoio estrutural ao sector privado e familiar.

“Os programas que integram ainda a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN), a lei 09/04 de 9 de Novembro que estabelece as bases gerais do regime jurídico das terras em Angola, apresentam eixos estratégicos fundamentais”, explicou.

Reforçou que os mesmos estão relacionados com a organização territorial, a mobilização e a concertação social, o fortalecimento da agricultura familiar, empreendedorismo rural e crédito rural, o acesso à alimentação e à oportunidade no meio rural e ampliação e promoção de serviços públicos básicos.

De acordo com Bento Bembe, estabelecidos estes eixos estratégicos, pretende-se a integração dos grupos vulneráveis da população na economia, a melhoria do acesso aos serviços básicos de assistência à população, o incentivo às comunidades para participar, activamente, no processo de tomada de decisão a nível local e o reforço da capacidade institucional. Apenas 42 por cento da população tem acesso à água potável.

“Em Angola, apenas 42 por cento da população tem acesso à água potável, sendo que, na área urbana, essa percentagem sobe para 57,9 por cento, enquanto, na área rural, a mesma percentagem é de apenas 22,8 por cento”, asseverou o coordenador residente do Sistema das Nações

Unidas em Angola em exercício, Koen Vanoremeligen. Apontou, igualmente, que menos de 30 por cento da população que vive em domicílios ocupados ou auto-construídos contam com acesso à água adequada para beber, assim como os domicílios ocupados por pessoas de maior grau de escolaridade apresentam proporções de uso de água potável superiores aos demais, o que indica que o acesso à água está relacionado com as classes sociais.

Na óptica de Koen Vanoremeligen, a proporção de domicílio que utiliza saneamento apropriado é de 59,9 por cento no País, mas, considerando o meio rural, esta percentagem diminui para 31 por cento.

8.16 Reforçado abastecimento nas comunidades rural

Jornal de Angola
17 de Outubro de 2011

Mais de 400 mil famílias das comunidades rurais da província do Huambo beneficiam já do Programa “Água para todos”, anunciou, na sexta-feira” o director provincial de Energia e Águas.

Adolfo Elias referiu que estão previstos para a província do Huambo 537 projectos, que já permitiram a instalação de 48 sistemas de água instalados nas zonas rurais. A instalação dos sistemas, sublinhou, vai originar a redução de doenças provocadas pelo consumo de água imprópria.

O programa do Executivo “Água para todos”, garantiu, vai continuar, principalmente com a construção de pequenos sistemas de abastecimento, por gravidade, a baixo custo.

Os chafarizes e os pequenos pontos de água são equipados com bombas manuais e eléctricas, principalmente nas áreas onde há maior concentração de pessoas.

Mais de 25 mil habitantes do Chiange, sede municipal dos Gambos, e da comuna do Rio de Areia, na província da Huíla, vão passar a dispor de água potável ao longo deste ano, graças a dois sistemas de captação e distribuição, que estão a ser executados com êxito.

O administrador municipal dos Gambos, Elias Sova, que avançou ontem a informação, disse que, nas duas localidades, foram concebidos igualmente programas de ampliação da rede de distribuição de energia eléctrica, também em fase final.

Para o projecto de ampliação da rede de distribuição de energia eléctrica foi adquirido um novo gerador de

500 KV para a sede comunal do município dos Gambos e um outro de 13 KV A para a localidade do Rio de Areia, abrangendo dez mil famílias. Os referidos projectos, concebidos no quadro do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, no município dos Gambos, 150 quilómetros a sul da cidade do Lubango, estão executados na ordem dos 80 por cento, segundo Elias Sova.

Quanto aos programas de combate à fome e à pobreza, afirmou que estão a decorrer com normalidade, estando a ser construídas duas escolas de cinco salas cada, para atender o ensino primário e secundário do primeiro ciclo, e dois sistemas de captação e distribuição de energia; nas comunas do Rio de Areia e na sede do município•

Para o êxito da execução dos projectos, a administração municipal empregou 73 milhões de kwanzas para a sede do município e 13 milhões no Rio de Areia.

Muitos destes projectos vão ser inaugurados durante, as comemorações do 36º aniversário da Independência Nacional, a 11 de Novembro. Entre os programas concebidos para este ano, a administração já construiu três escolas, no Chiange, na comuna da Chibemba e no Rio de Areia, que permitirão a inserção de mais de 500 crianças no sistema de ensino.

A administração municipal dos Gambos incluiu, também, no quadro dos programas de combate à fome e à pobreza, a construção e reabilitação de chimpacas, para o a beberamento do gado.

Neste programa, ‘a administração contou com a colaboração da União Europeia, que financiou a abertura e reabilitação de quatro chimpacas, sistemas que vão minimizar as distâncias de criadores na procura de água para o gado.

8.17 Namibe aumento nível de abastecimento de água potável à população

Jornal Expansão
21 de Outubro de 2011

O Governo da Província do Namibe está a trabalhar para aumentar os níveis de abastecimento de água à população a fim de abranger pelo menos 43% da população local, estimada em 500 mil habitantes.

Uma das metas traçadas pelo Executivo local é aumentar o actual nível de abastecimento do precioso líquido, na capital da província, de 420 metros cúbicos por hora para mais de 900 metros cúbicos entre 2012 e 2020.

Para tal está em curso o programa para o redimensionamento das centrais de captação do Benfica, que é a principal e de maior produção, e as do Kussy e Boavista, para além da construção de reservatórios.

Segundo o vice-governador para a esfera económica, Alcides Gomes Cabral, que falou em exclusivo ao Expansão, outro projecto em execução na província é o programa Água para Todos, que prevê a instalação de laboratórios móveis para análises e a formação técnica para a manutenção dos equipamentos.

Aquele governante garante que, com este projecto, é possível atingir pelo menos 43% da população local e definir uma escala de prioridades ajustada às necessidades reais de abastecimento regular de água de cada localidade, com vista a diminuir a pobreza e a mortalidade infantil no meio rural.

“O programa Água para Todos está a funcionar em pleno nos municípios da Bibala, Camucuí, Virei e na comuna de Cande. Está ainda em estudo a reposição de pequenos sistemas de abastecimento nas comunidades rurais a partir de furos e a colocação de bombas volantes para colmatar a falta de água”, disse.

No quadro deste programa, de acordo com o governante, estão em construção algumas chimpacas (chafarizes) com uma tecnologia apropriada para captação de água no período das chuvas para depois conservá-la durante os meses de cacimbo.

“Os estudos e o levantamento das necessidades já estão feitos nos municípios da Bibala e Camucuí, que conta já desde o ano passado com um sistema de distribuição e fornecimento de água, instalado no âmbito deste programa. A seguir serão feitos no Namibe, Tômbua e Virei”, referiu Alcides Cabral.

Outros programas

A província está igualmente a executar o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza. “O Namibe é a região onde, para a obtenção de água, é necessário grande esforço e despendido avultadas somas em dinheiro, porque é única província em Angola que tem características desérticas e a água é retirada do subsolo.”

Alcides Cabral assinalou ainda que, fruto destes programas, todos os municípios, comunas e inclusive as povoações que se encontram nas localidades mais recônditas da província possuem água potável. “Essas localidades contam com pequenos sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água potável às populações.”

Nas zonas desprovidas desse tipo de sistema, o governo ergueu furos movidos à bomba manual para o abastecimento às populações e o gado. “A nossa província é o terceiro parque ganadeiro do país, com um efectivo considerável, e as nossas preocupações estão viradas não só para trazer água às populações, mas também satisfazer as necessidades do gado, é] atendendo ao facto de não termos rios com caudal permanente”, explicou o nosso entrevistado.

Com uma população estimada em 500 mil habitantes, a província do Namibe, em termos de abastecimento de água, é tributária da bacia hidrográfica do rio Cunene, dos cursos de água não permanentes do Bero, Inamangando, Giraul, e Bentiaba e Curoca, e das lagoas temporárias do Curoca e do vale do Inamangando. Alcides Cabral acrescentou que esses rios são intermitentes e apenas têm água quando chove no planalto central. Findo o processo, essas águas vão para o mar e a situação de seca continua.

Por isso, avançou Alcides Cabral, no orçamento que os municípios recebem do governo central é priorizada a questão do abastecimento da água, não só às populações mas também ao gado.

A província está ainda a desenvolver outros subprogramas, como o de combate à pobreza e à fome, através do incentivo à produção agrícola. Estão ainda em execução, a nível da província, os programas municipalizados de saúde, da educação e da reabilitação das vias de acesso.

Província produz excedentes agrícolas

Em relação à agricultura, a captação da água para a irrigação é feita nos vales dos rios intermitentes para se fazer a rega mecânica.

Segundo Alcides Cabral, a província do Namibe é grande produtora de hortícolas e frutícolas, cujos excedentes são encaminhados para as províncias limítrofes.

“As nossas limitações concentram-se no cultivo de cereais, que é produzido em pequenas quantidades apenas no Norte da província.”

No que toca ao escoamento dos produtos, aquele responsável notou que, no quadro dos créditos agrícolas de campanha, as próprias cooperativas e associações de camponeses se estão a munir de meios para o escoamento da produção excedentária para os grandes mercados consumidores nas províncias de Benguela, Huíla e Cunene.

“É preciso, quando a produção justificar daqui a algum tempo, passarmos para agro-industrial e implantarmos pequenas unidades industriais para ir transformando os excedentes da produção.”

Este é um dos aspectos que constam do Programa de Relançamento da Indústria Transformadora para o quadriénio 2009-2012, do Ministério da Geologia e Minas e da Indústria. Na província já se observa o surgimento de pequenas unidades de produção.

No âmbito deste programa, Alcides Cabral notou que, na província, já estão a surgir algumas fábricas, designadamente de materiais de construção, de chapas de zinco, de blocos e perfis.

“Entraram recentemente em funcionamento duas fábricas de tintas de água e plástica. Isto mostra que já se está a diversificar o nosso parque industrial, que era conhecido apenas pela existência de indústrias do sector pesqueiro”, rematou.

8.18 Defendida interligação das redes de esgotos

Jornal de Angola

26 de Outubro de 2011

O engenheiro angolano Roberto Webba defendeu ontem, em Luanda, a necessidade da estruturação das redes de drenagem e esgotos, com vista ao tratamento e reaproveitamento das águas residuais da capital do país. Em declarações à Angop, o engenheiro de construção civil disse ser fundamental interligar a rede de esgotos para garantir uma drenagem eficaz e permitir uma melhor separação ou diminuição da matéria poluente da água descartada.

Roberto Webba referiu que, com o crescimento populacional urbano, sobretudo nas zonas suburbanas, o esgoto deve ser preparado para as fases de tratamento subsequentes e pode ser sujeito a um pré-arejamento e a uma equalização tanto de caudais como de cargas poluentes ou resíduos.

O engenheiro defende que a criação de estações de tratamento das águas residuais vai proporcionar boa qualidade da água descartada e poderá permitir que o produto tratado seja reaproveitado noutros tipos de actividade, com destaque para a agricultura. —

8.19 Vem aí as chuvas, Luanda está preparada para recebê-las?

Jornal Continente

28 de Outubro de 2011

As chuvas no campo, quando caem regularmente, é uma autêntica satisfação, porque é o prenúncio de que o ano agrícola vai correr bem. O mesmo já não se pode dizer de Luanda e em relação aos outros centros urbanos,

pois nesta semana, ela deu um “cheirinho” que foi uma antecâmara do que será a capital e o que se viu, ninguém gostou, ou seja preocupou meio mundo e se tivermos em atenção o estado das nossas vias e de acordo com as previsões atmosféricas elas hão-de ser a doer.

Logo fiquei com a curiosidade de saber se as complicações da estrada da Samba eram as mesmas noutros locais onde estava a choviscar. Sintonizei a Rádio Mais que facilitou em complementar o meu raciocínio, pois fiquei a saber que as grandes vias estavam todas engarrafadas até dizer basta.

Por isso pus-me a pensar e naturalmente a pergunta surgiu. Será que com as chuvas a nossa cidade há-de ser assim outra vez?

Os residentes das novas centralidades terão que madrugar para ir à baixa e terminar a soneca no parque dos estabelecimentos ou mesmo no gabinete? As crianças que estudam distante e apanham o transporte, terão que andar a dormir para chegar aos colégios?

É complicado. Mas essa, será mesmo a dura realidade, pois muitos já escreveram largas páginas sobre isso, porque pensa-se que isto é consequência de ter as principais instituições na baixa da cidade e claro está, a avalanche dos cidadãos para a baixa da cidade. Já alguém havia aventado o projecto de “Ferry-boat”, que como se espera teria reduzido o fluxo de viaturas para o centro da cidade, poupar-se-ia também combustível e como é obvio gastar-se-ia menos em tempo o que resultaria numa mais valia, quer aos funcionários, às empresas e à própria economia da província.

Outra alternativa seria investir no transporte público de qualidade, ou seja, em autocarros bem acondicionados que levariam as pessoas como em qualquer país do mundo. Com o seu uso permanente os autocarros deixariam de ser tratados como meio de transporte para os menos afortunados e logo criaria o hábito em usá-lo, sem olhar para o estatuto de quem o use.

Porque me atenho a esta análise? Porque tomou-se num ciclo vicioso, pois todos os anos a coisa se repete, parecendo não haver solução para o enigma.

Mas visto ao pormenor, o que se passa teria soluções pontuais que os municípios cansaram de abordar tal como, a reabilitação das vias secundárias, pois dali há um grande fluxo de cidadãos e deste modo, faria com que quem sai dos bairros e periferias da cidade e vice-versa, não teria necessidade de circular nas principais rodovias, e deste modo, diminuiria o tráfego de viaturas nestas. No meio desta situação, quem sai a ganhar são os candongueiros que sem olhar para os meios, e ou havendo constrangimento do tráfego, reduzem o percurso e multiplicam o preço da corrida, procurando deste modo

complicar ainda mais a vida do pacato cidadão que acaba sendo o principal prejudicado no meio de tudo isto.

Nós temos que entender que a chuva é um fenómeno da natureza e não há como evitá-la, pois que contribui para o equilíbrio ambiental, contudo, só temos de nos preparar para que ela não constitua um empecilho, mas de entre outros benefícios, faça crescer os jardins que embelezam a cidade e a cintura verde de Luanda.

8.20 As nossas valas de drenagem

Jornal a Capital
29 de Outubro de 2011

Começou a chover em Luanda, embora, ainda amiúde Mas, ao que tudo indica, o velho lema vai continuar a ser embandeirado Luanda não está preparada para receber chuvas,

Tudo porque não há grandes novidades, em termos de condições de escoamento das águas. O notório atraso que se verifica na muito propalada reabilitação das valas de drenagem que, em boa verdade, ajudariam a evitar situações calamitosas como aquelas a que já nos vamos habituando em tempo chuvoso, sustenta esta convicção. Sabe-se que, em parte, a responsabilidade de reabilitar tais valas de escoamento é da Empresa Nacional de Construção de Infra-estruturas Básicas (Encibe) que, em meados de Agosto, iniciou em vários municípios de Luanda, uma operação de restauração de valas de drenagem, vias principais e secundárias degradadas pelas chuvas.

Na ocasião, o porta-voz da Encibe, Fernando Nunes, disse que os trabalhos começaram a ser ferros, numa primeira fase, nos municípios de Viana, Cazenga, Rangel e Sambizanga.

Foram abrangidas pela limpeza as valas de drenagem e colectores da Avenida Kimakienda e Soba Mandume nos municípios da Ingombota e Sambizanga, bem como nas ruas do Comércio, Kacusso, Casa Verde, da Lama e Quarta.

Avenida no Cazenga

Os mesmos trabalhos contemplam, igualmente, as ruas Senado da Câmara e algumas da comuna do Nelito Soares, no município do Rangel. Segundo o responsável, a empreitada tem como objectivo facilitar a evacuação de águas residuais e Auviais, visando evitar as inundações. Entretanto, o A Capital efectuou uma ronda para averiguar o estado em que se encontram algumas valas de drenagem de Luanda adentro.

O quadro encontrado é o que as imagens nesta foto-reportagem ilustram. Tomara que São Pedro tarde a abrir cedo todas as torneiras”

8.21 Milhares de pessoas bebem água potável

Jornal de Angola
29 de Outubro de 2011

O abastecimento de água potável às populações da província da Lunda-Norte atingiu níveis de cobertura satisfatórios este ano, com a entrada em funcionamento dos novos sistemas de captação construídos em sedes municipais e comunais da região, disse na cidade do Dundo, o governador provincial.

Ernesto Muangala, que falava durante o balanço dos programas de combate à pobreza, esclareceu que no âmbito do Programas Água para Todos, estão em curso a construção de 14 novos sistemas de captação de água. O governador da Lunda-Norte, Ernesto Muangala, reafirmou que os seis sistemas já concluídos permitiram abastecer 151.870 mil habitantes, com uma taxa de cobertura na ordem dos 70 por cento, sobretudo nos municípios do Chitato, Lucapa, Cambulo e Cuango.

Com vista a minimizar o sofrimento das populações locais que, até agora, percorriam longas distâncias para se abastecerem, o governador garantiu que as autoridades locais estão empenhadas em garantir a toda a população o acesso à água potável.

Até 2012, disse, está previsto o alargamento da rede de distribuição de água potável, em todas as zonas com maior aglomeração populacional, com vista a reduzir o elevado índice de doenças provocadas pelo consumo de água dos rios.

Ernesto Muangala assegurou também que todos os novos sistemas de captação de água em construção na província, estão a ser dotados de capacidade suficiente, através de um sistema de canalização moderna para permitir que os níveis de abastecimento sejam aceitáveis, de acordo com os investimentos que estão a ser feitos pelo Executivo.

“O abastecimento de água potável às nossas populações, constitui um dos eixos fundamentais dos programas de combate à pobreza por isso, estamos a fazer esforços para que até 2012 tenhamos uma taxa de cobertura mais aceitável”, precisou.

Grande velocidade

Ernesto Muangala manifestou a sua satisfação pela forma como as administrações municipais estão a exe-

cutar os Programas Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, através da construção e surgimento de novas infra-estruturas.

Muitos projectos avançam a grande velocidade mas outros registam atrasos. O governador da Lunda-Norte realçou a importância do Programa Água para Todos, a merenda escolar, o crédito agrícola de campanha e a municipalização dos serviços de saúde, como sendo importantes para a melhoria significativa das condições de vida das populações, mas lembrou que a insuficiência de recursos financeiros, a degradação de algumas vias de acesso e a falta de pontes tem criado embaraços na implantação de alguns projectos.

Uma das preocupações também apontadas pelo governador tem a ver com a falta de dinamismo ao sector empresarial local e da ausência de repartições fiscais de Fianças e de agências bancárias em vários municípios. Salientou ainda a necessidade de balcões de emissão do Bilhete de Identidade, em todos os municípios da Lunda-Norte.

Ernesto Muangala anunciou que governo vai fazer um esforço suplementar para acelerar os projectos de estancamento das ravinas e fornecimento de energia eléctrica às populações.

Fiscalização das obras

Os participantes no fórum de avaliação dos Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza defenderam a necessidade das autoridades governamentais reforçarem a fiscalização da execução física e financeira de todos os projectos em curso.

Os participantes concluíram que os níveis de execução das obras e dos orçamentos das 204 acções programadas para este ano, em todos os municípios a província, foram satisfatórios, tendo em conta que desse número 72 estão concluídas e as restantes estão ainda em curso.

O fórum defendeu ainda a necessidade das Administrações Municipais prevenir a proliferação de pequenas aldeias e criarem mecanismos para unificar os diferentes bairros, com vista a permitir que os programas sociais beneficiem o maior número de pessoas.

A melhoria da dieta alimentar no quadro do programa de merenda escolar, a elevação das comunas a unidades orçamentadas e a mobilização da classe empresarial para se aliar aos esforços do governo no desenvolvimento das comunidades rurais, foram analisados e discutidos pelos participantes.

O fórum decorreu no Cine Uhenha, da Endiama. Além do coordenador da Unidade Técnica Provincial dos Programas de Combate à Pobreza, estiveram presentes os administradores municipais, membros da sociedade civil.

9 GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 A violência doméstica

Jornal de Angola
04 de Outubro de 2011

Considerando que a família é o núcleo fundamental da sociedade, exigindo protecção redobrada e especial, de acordo com os princípios consagrados na Constituição, Angola aprovou há mais de 60 dias a Lei 25/11, de 14 de Julho, também conhecida como Lei Contra a Violência Doméstica (LCVD).

A expectativa em tomo da aprovação da lei, destinada a prevenir situações familiares e de proximidade pouco abonatórias, está a corresponder exactamente ao que se esperava. Ainda bem que assim é, pois reconhecemos que a violência doméstica é um flagelo social que contribui para a desestruturação e instabilidade emocional das famílias e, conseqüentemente, da sociedade. É um ganho para todos nós, numa altura em que discutimos a necessidade e urgência em resgatarmos os valores morais e os bons costumes. Mas o grande ganho é saber que as populações, nos seus mais variados estratos, estão a recebê-la com satisfação.

A recepção da LCVD por parte das comunidades, por todo o país, a julgar pelas palavras da ministra da Família e Promoção da Mulher, está a correr positivamente. Não se trata de um dispositivo legal perfeito, mas com a sua aprovação o país deu um passo em frente na preservação do elo mais importante da nossa sociedade: a família.

As campanhas de sensibilização das comunidades devem continuar, na certeza de que quanto mais informadas estiverem mais bem preparadas estarão para prevenir excessos. Esta lei precisa de ser devidamente esclarecida junto das populações, na medida em que acreditamos que ainda há quem faça alguma confusão sobre o alcance e incidência da mesma. A necessidade de esclarecimentos é imperiosa, uma vez que muitos ainda a reduzem a simples casos que envolvem casais e filhos, quando o seu âmbito transcende tudo isso. A começar pelo conceito, no qual constam a noção exacta do que ela é, passando pela abrangência, diríamos que foi costurada à medida das nossas necessidades.

Contrariamente ao senso anterior, caracterizado por preocupações desnecessárias sobre os fins que iria perseguir, hoje, o alívio está patente nos rostos. Afinal, a Lei Contra a Violência Doméstica não se trata de uma arma de arremesso contra um determinado segmento da população angolana, mas de um instrumento vital para “segurar” os laços familiares.

Por outro lado, ela não tem uma natureza meramente repressiva ou punitiva, como inicialmente foi encarada por vários cidadãos. Como disse a ministra Genoveva Lino, não se trata de uma lei que vem só para punir. Tem uma vertente particular, que é a de prevenir e educar, o que ajuda sobremaneira a regular as relações intra familiares”.

Insistimos que é necessário continuar a dar-se a conhecer a lei às pessoas, às famílias e às instituições, porque entendemos que é do interesse do Estado e das famílias. Por Lei Contra a Violência Doméstica entende-se toda a acção ou omissão que cause lesão ou deformação física e dano psicológico temporário ou permanente, que atente contra a pessoa humana no âmbito das relações previstas no artigo anterior. Assim diz o diploma que tem sido apresentado de forma positiva em várias províncias, em encontros que juntam os governos locais, as entidades religiosas, políticas e famílias.

Um dos aspectos que deve estar claramente esclarecido é o âmbito da lei, muitas vezes erroneamente circunscrita ao seio familiar. A lei abrange muito mais do que o seio familiar. Ela aplica-se aos factos ocorridos no seio familiar ou outro que, por razões de proximidade, afecto, relações naturais e de educação, tenham lugar, em especial nos infantários, nos asilos para idosos, nos hospitais, nas escolas, nos internatos femininos ou masculinos, nos espaços equiparados de relevante interesse comunitário ou social.

Por exemplo, quando a lei promove o reconhecimento da personalidade e da dignidade humana fomenta conselhos de reconciliação familiar e outras instâncias inter-familiares para dirimir conflitos, assim como impulsiona a igualdade de género, estando a contribuir para melhorar as relações familiares.

Advogamos que a lei deve continuar a merecer uma ampla divulgação para que as populações saibam tudo, partindo de dois pressupostos fundamentais: a definição e âmbito da norma. Da campanha de divulgação da Lei Contra a Violência Doméstica nas províncias dependerá o sucesso que teremos na observância dos ditames constantes desta lei que veio para ficar. Pode não ser uma lei perfeita, mas felizmente o tempo, como o maior dos mestres, está a provar que a sua aprovação valeu a pena. Além da lei, é entretanto importante que os meios informais de solução de conflitos nos lares sejam usados, no quadro da promoção da paz social. Que os organismos que fazem uso de mecanismos de resolução de conflitos extrajudicialmente continuem a fazer o bom trabalho que têm feito.

9.2 Criminalidade em alta no Cazenga

Jornal Continente

14 de Outubro de 2011

O caso mais recente registou-se na noite de quarta-feira, 4, do mês em curso, no bairro da Mabor, junto a ex-fábrica de pneus que dá pelo mesmo nome, onde um jovem foi baleado mortalmente por dois meliantes que se faziam transportar numa motorizada. Segundo testemunhas, o crime ocorreu quando a vítima se encontrava a regressar da casa de um amigo que na ocasião o acompanhava, ambos pertencem às Testemunhas de Jeová. “De repente os marginais começaram a fazer disparos com uma arma do tipo AK.M com a intenção de matar quem cruzasse o seu caminho naquele momento”, disse uma testemunha, acrescentando que “não foi a tempo fugir dos mesmos, tendo os tiros atingido na vítima, mortalmente” enquanto o seu amigo conseguiu escapar”. Este acto ocorreu às 21 horas, segundo os moradores “e só por volta das cinco da manhã é que a polícia apareceu no 10-18 horas, devido a este cenário.

No dia seguinte a esta ocorrência, foi registado um outro crime de homicídio, na zona da Mãe Preta, no bairro Hoji-ya-Henda.

O meliante atirou mortalmente contra um agente da Polícia Nacional e fez refém uma família quando ele e seu grupo eram perseguidos após terem assaltado um armazém nas imediações. Quem presenciou a cena alega que foi terrível. Foram precisas 7 horas para capturar o marginal.

A detenção do mesmo só foi possível com a interferência do ministro do Interior, Sebastião Martins, que, entretanto, entrou em contacto com o meliante por telefone e conseguiu convence-lo a entregar-se depois de goradas várias negociações entre os polícias e o meliante.

Ainda no bairro Hoji-Ya-Henda, no sábado passado, uma criança de apenas dois anos morreu misteriosamente numa creche onde os pais a deixavam durante o dia. Os familiares da vítima desconfiam que o crime foi perpetrado por alguém, uma vez que o corpo da criança apresentava sinais de asfixia, e exigem que se faça justiça.

Tiroteios durante à noite

Os moradores das zonas da Mabor, Sonef, Kwanzas e Imbondeiro, queixam-se de nos últimos dias, ouvirem constantemente disparos de armas de fogo, principalmente nas horas nocturnas. Segundo os populares, os assaltos a mão armada a residências, estabelecimentos comerciais e violações sexuais a jovens, têm sido frequentes. A insegurança converteu-se no medo no seio dos habitantes destas zonas, particularmente para

aqueles que têm que se levantar cedo e voltar à noite do local de trabalho. Um jovem morador nas imediações do mercado dos Kwanzas contou ao continente, recentemente, que foi assaltado logo às primeiras horas da manhã quando se dirigia para o local trabalho. “O meliante perseguiu-me com uma faca, exigiu que entregasse os ténis e o telefone”, lembrou, acrescentando que “naquele instante, outros dois meliantes que por coincidência estavam de passagem envolveram-se também e receberam o ténis que já se encontrava na posse do outro meliante e levaram consigo”. Na madrugada de domingo, 9, os moradores quase não dormiram, na sequência de disparos efectuados por um grupo de marginais durante toda a noite. “Na segunda-feira, repetiram o mesmo quando o relógio marcava 19 horas. Só que naquele instante a polícia não se encontrava longe, tendo detido alguns elementos do grupo, enquanto outros meteram-se em fuga”, contou o mesmo morador. Os nossos esforços para ouvirmos o comandante da Polícia do Cazenga, Filipe Massala, foram infrutíferos.

9.3 Casos de violência doméstica estão a aumentar no Lobito

Jornal de Angola

29 de Outubro de 2011

A chefe da secção municipal da Família e Promoção da Mulher, no Lobito, Isabel Martinho, disse ontem que o sector recebe mensalmente, em média, 20 casos de violência doméstica.

Boa parte dos casos, com maior incidência sobre questões relacionadas com fuga à paternidade, não pagamento de mesadas, ofensas morais e corporais, é protagonizada por efectivos das Forças Armadas Angolanas (F AA). Isabel Martinho falava durante uma palestra sobre a Lei Contra a Violência Doméstica, dirigida a efectivos da Escola de Especialistas de Logística do Estado-maior General das F AA, no bairro da Cabaia, no Lobito.

A responsável municipal considerou ser necessário continuar a desenvolver acções que visem sensibilizar e moralizar pessoas de todos os extractos sociais, uma vez que este fenómeno, está a afectar pobres e ricos.

Isabel Martinho apelou à sociedade para denunciar os casos de violência doméstica, por acreditar ser esta uma das formas de se levar os infractores à barra do tribunal. A denúncias ajudam a desencorajar os prevaricadores e, consequentemente, reduzir de forma significativa este mal que afecta a sociedade, estando a ter um impacto bastante grande sobre as mulheres e crianças no município.

Na cidade do Lobito, a Escola de Especialistas de Logística das F AA foi a primeira unidade militar escolhida para escolher palestras sobre a Lei Contra a Violência Doméstica, desde a aprovação do documento pela Assembleia Nacional. Os militares das FAA são mobilizados para o combate à violência doméstica porque têm grande influência nas comunidades urbanas em que estão inseridos e são ouvidos pelos vizinhos.

9.4 Delinquência preocupa moradores

Novo Jornal

28 de Outubro de 2011

Os moradores do bairro mulenvo, no município de Viana, estão agastados com o elevado nível de delinquência que tem assolado a zona nos últimos dias.

Em conversa com o -J, aqueles populares disseram que os moradores do bairro têm sido alvo de violações, assaltos à mão armada, roubos e outros males que têm retirado o sono aos residentes.

Os moradores afirmaram que a partir das 19h sentem-se impedidos de circular nas principais ruas do bairro. Segundo disseram, é neste período que os malfeitores tomam conta da zona para perigarem a vida de quem lá vive.

Residente no bairro há mais de três anos, Celestina Maria confirmou à reportagem do Novo Jornal que não tem sido fácil viver nas condições em que se encontra a zona. “Diariamente violam pessoas aqui no bairro. Não estamos seguros, vivemos com muito medo, porque os marginais não nos deixam dormir à vontade”, afirmou a jovem. Por seu turno, Mizé Paulo, também residente na circunscrição, disse que recentemente esteve à beira de ser abusada sexualmente por meliantes que assaltaram a sua residência. “Os bandidos arrombaram a porta de casa e pediram-nos dinheiro

9.5 Moradores manifestam-se diante da divisão da polícia

Novo Jornal

28 de Outubro

O medo tomou conta de vários moradores do bairro Angolano, no município do Cazenga, que dizem estar a ser ameaçados por marginais viciados em drogas e bebidas, e avisam que se a polícia não colocar uma esquadra na zona vão fazer uma manifestação nos próximos dias em frente à divisão do Cazenga. Segundo os moradores que falaram ao Novo Jornal, o objectivo da manifestação é exigir ao ministro do Interior, Sebastião Martins, e ao comandante geral da Polícia Nacional, Ambrósio de Lemos, a colocação de uma esquadra ou um posto policial na zona.

“A situação no bairro está muito insuportável, estamos cansados. Se não colocarem um posto até ao dia 11 de Novembro, vamos fazer uma manifestação diante a divisão da polícia do Cazenga”, avisam.

Os moradores, como explicaram, tomaram à decisão depois de vários assaltos a residências, depois de várias casas terem sido queimadas pelos marginais e depois de várias adolescentes terem sido abusadas sexualmente, sem que a polícia tenha resolvido estas situações.

Os conflitos começaram depois da morte de um jovem marginal, na zona que pertencia ao grupo denominado «mãe mãe», que foi brutalmente assassinado por elementos de um outro grupo rival. Enfurecidos, atacaram os moradores queimando casas e assaltando todos os que passavam pelas ruas. No momento em que aconteceu a confusão, os moradores chamaram a polícia, mas esta não chegou a tempo. Cardoso Fonseca, morador do bairro, disse à nossa reportagem que, no mesmo dia, contactou o comandante da divisão do Cazenga, Filipe Massala, que respondeu que mandaria uma patrulha ao local, mas de concreto nada foi feito. “No dia em que falei com ele, o carro da polícia passou por duas vezes e os marginais puseram-se em fuga, mas momentos depois voltaram novamente a fazer os assaltos. O que deixa mais triste é que o bairro não está muito distante da divisão”: nota.

O nosso interlocutor é de opinião que os agentes da polícia deviam actuar vestidos à civil. “Eles quando vêem agentes tardados fogem. Mas se a polícia fizesse o trabalho à civil, acho que muita coisa melhoraria”, explicou.

9.6 Mulheres exigem mais participação em estratégias de desenvolvimento

Jornal de Angola
29 de Outubro de 2011

O Grupo de Mulheres Parlamentares da Assembleia Nacional defendeu, ontem, em Luanda •, a inclusão nas estratégias sectoriais da saúde, educação, saneamento, conservação ambiental e de geração ou promoção de rendimentos.

Esta decisão foi tomada no Fórum sobre Orçamento Geral do Estado na perspectiva do género, organizado pelas 5ª e 7ª Comissões da Assembleia Nacional e pelo Grupo de Mulheres Parlamentares.

O fórum, referem as recomendações saídas do encontro, exige que sejam dadas oportunidades às mulheres, como um grupo alvo, de forma “a construir-se uma abordagem integradora e promover a igualdade de género”.

As mulheres recomendam que se reconheça que a igualdade de género é fundamental para alcançar outros objectivos de desenvolvimento socioeconómicos.

O encontro concluiu que, “embora a democracia seja um bem público, independentemente do género, as mulheres são as que mais têm beneficiado nos últimos tempos, ao influenciarem as políticas públicas de discriminação positiva”.

Além disso, exigiram o aumento da formação da mulher, de modo a garantir a elevação do índice geral de instrução da sociedade e a adopção de mecanismos institucionais, de forma coordenada e integrada, a nível central e local, como premissa que garanta que as verbas orçamentais sejam atribuídas para a afirmação do género em Angola.

O fórum realçou também e a importância, na elaboração do Orçamento Geral do Estado, de vincular as despesas orçamentais às acções, objectivos e metas do Executivo, possibilitando avaliar “a sua qualidade e o impacto na melhoria das condições de vida da população. No fórum foram debatidos os temas “comunidades rurais: desenvolvimento e combate a pobreza e a “visão sobre as contribuições do OGE na perspectiva da afirmação do género em Angola”.

As secretárias de Estado para o Desenvolvimento Rural, Filomena Delgado, e das Finanças, Valentina Filipe, foram as oradoras. As “principais políticas para a afirmação do género em Angola” foi um dos temas abordados.

9.6 Violada aos 60 anos

Jornal A Capital
29 de Outubro de 2011

Quem teve pior sorte foi a anciã Laurinda Maho, de 60 anos. Foi violada sexualmente até à morte por pessoas até agora desconhecidas, na passada semana, no interior da sua própria residência, no Sector Cinco daquele bairro.

O esposo da vítima, Pedra Maho, apercebeu-se do falecimento da esposa, quando saía do rio, para onde se deslocara em busca de mantimento para os seus cabritos. Foi informado pelos vizinhos da morte da esposa. “Encontrei-a praticamente ajoelhada e sem vida. Tive apenas que ligar à Polícia, que apareceu para remover o corpo”, afirmou. Uma semana é passada e a família continua a aguardar pelo resultado da investigação policial, que prometeu apresentar os autores ou autor de tamanha barbárie. “Ela foi morta com três picadas de faca, duas no lado esquerdo do pescoço, uma no lado direito e outra na face. Mas, antes violaram-na”, recordou o cidadão, que, aos prantos, olha para os três filhos que tem para cuidar. Pedro diz sentir-se triste, ao mesmo tempo revoltado, pela forma como tudo aconteceu com a mulher. “Ela foi uma pessoa sempre alegre com todos, saudável e morreu de forma cruel”, lamentou.

Para os vizinhos, este não é o primeiro caso registado, pois que há cerca de um mês, uma jovem de, aproximadamente, 20 anos, foi também violada antes de perder a vida.

9.7 Delinquentes aterrorizam barra do Bengo

Jornal a Capital
29 de Outubro de 2011

Cada morador da Barra do Bengo tem uma história para contar e uma dor por conter. Cada um dos moradores já foi vítima de um ataque de algum marginal, como é o caso mais recente da cidadã Alice Domingos, que viu a casa da vizinha assaltada, sem que nada pudesse fazer. “Matavam-me, se gritasse. E, simplesmente, tive que calar”, afirmou.

Lamenta o facto de nesses dias estarem, terminantemente, proibidos de circularem ao pôr-do-sol. “Não conseguimos andar de noite, pois podemos ser mortos ou violadas. Mas de nada vale tanta prudência, já que, na rua ou em casa, os amigos do alheio acabam sempre por ir ao encontro dos incautos cidadãos. “Arrombam as portas ou janelas, roubam botijas de gás, televisores, aparelhos de som” e, não raras vezes, se lhes dar na gana, violam, sobre tudo, as mulheres que encontrarem.

O índice de criminalidade, segundo os munícipes, aumentou, significativamente, depois que começaram a surgir elementos estranhos ao bairro, que ali encontraram poiso e decidiram tirar o sono aos moradores mais antigos.

Resultado: não sabe se riem ou choram. Paulo Gaspar, de 50 anos, morador na zona, confessa que jamais esquecerá o que viveu no fim-de-semana passado. Regressava do serviço por volta das 21 horas, quando assistiu um jovem ser morto por marginais, por reagir a um assalto. “Obrigaram-lhe a parar, mas ele com medo colocou-se em fuga e os bandidos abriram fogo à queima-roupa contra o jovem, que, atingido nas costas, não resistiu e morreu na hora”, enquanto os meliantes desapareceram. Gaspar diz ter saído apenas ileso, porque, na altura, passava ao volante da sua viatura e à alta velocidade.

O coordenador da zona Sector Quatro, vulgo Sector das Matebas, Domingos Luciano, confirmou à reportagem deste jornal que o bairro encontra-se polvilhado de delinquentes – qual deles o mais perigoso(!), mas, ainda assim, minimizou a situação.

Entende, porém, que tal se deve ao crescimento do bairro, o que, para ele, acarreta consigo várias consequências, principalmente no período nocturno. “A nossa juventude tem comportamentos não aceitáveis. Outros estão enquadrados em vários grupos, Car, porque vêm doutros bairros”, elucidou, acrescentando, por isso, que a proximidade com outros bairros constitui também uma ameaça.

O coordenador, assim como os restantes moradores, já viveu também momentos de algum perigo. “Lembro-me que, recentemente, houve um assalto à mão armada no Sector Cinco, por volta das 19 horas, de que foi vítima um cidadão da Guiné Equatorial, que arrombaram a sua cantina e levaram dinheiro”, recordou.

Angélica, por sua vez, também moradora daquele bairro, lamenta a ausência de uma Esquadra policial no interior do bairro. Revelou ter participado em várias reuniões promovidas pela comissão de moradores, onde se prometeu a instalação de um posto policial, mas, de lá para cá, tal não passou disso mesmo.

Para ela, há apenas uma explicação: “as autoridades competentes nada fazem para mudar o quadro”. Conta que, os domingos são os dias mais perigosos. É altura em que há uma presença maior de banhistas, que acorrem às praias locais, para desanuviar a carga laboral.

E porque a ocasião faz o ladrão, segundo afirmou, “muitos jovens, aproveitam-se da situação para reali-

zarem das suas. Roubam os banhistas, agridem-se com garrafas e outros objectos contundentes”.

Barra do Bengo ou “Boca do Rio” é um bairro que fica na zona marítima de Cacucaco, habitado, maioritariamente, por pescadores, com casas de chapas, mas que tem crescido bastante nos últimos tempos, na mesma proporção que a criminalidade, mercê da gritante ausência de energia eléctrica, as ruas são de difícil acesso e, ao que dizem, parecem ter sido esquecidos pela Polícia.

9.8 Bairro Igola Kiluange em pânico

Semanario Factual

De 29 de Outubro a

05 de Novembro de 2011

Os moradores do bairro Ngola Kiluange, município do Sambizanga, têm sido vítimas de meliantes, à noite, quando estes cometem crimes, incluindo a morte de pessoas com armas de fogo.

Os moradores acusam a Polícia de nada fazer, para combater a criminalidade e dizem que a falta de energia eléctrica faz que a delinquência nesse bairro cresça a cada dia que passa.

O pior é que os grupos de marginais estão identificados e são conhecidos pelos nomes de “os Agres”, “Os Balas” e “Os Lidrogão”, e agem impunes, sem que alguém lhes ponha a mão!

9.9 Aumento de criminalidade inquieta moradores

Jornal Angolense

29 de Outubro de 2011

Ouvidos pelo Angolense, os moradores admitiram que não tem sido fácil viver naquela zona, devido ao conjunto de problemas, alguns dos quais considerados básicos.

“Vivo aqui há seis anos e não tem sido fácil, porque não temos energia eléctrica, não temos água e outros serviços. Em fim, vivemos feito animais”, desabafou Alfredo Costa, um dos moradores.

Devido ao elevado nível de desemprego e porque residem distante da cidade, alguns moradores se dedicam ao comércio, mas os preços cobrados, segundo Rosa, são altíssimos. “Normalmente cobram o dobro do preço e justificam que assim procedem, porque também gastam muito na compra dos mesmo e na transportação até ao bairro. Os taxistas para chegarem até aqui cobram mais caro”, adiantou.

Maria da Silva, uma das vendedoras disse, por seu turno, que a falta de energia tem os tirado o sono. “Mesmo tendo peixe somos obrigadas a salgar todo, porque não temos onde conservar. Aqui não temos mercados, lojas, nada, para comprar algum produto, somos obrigadas a nos deslocar e isso tem muitos custos”, disse.

A falta de escola no local é outra grande preocupação para os encarregados de educação que remediaram-se levando os filhos para as explicações. “As crianças não frequentam à escola, que tipo de futuro terão? Muitas frequentam explicações, mas não recebem certificados, assim não dá”, lamentou Jacinta Pedro, tendo acrescen-

tado em seguida, que a falta de hospitais ou de posto médico, estão na base da perda de muitas vidas. “Já tivemos casos de pessoas que passam mal e como somos obrigados a nos deslocar grandes distâncias, acabam por morrer. “Nós aqui sofremos muito, principalmente as crianças, por isso queremos que os governantes olhem um pouco para o nosso sofrimento”, pediu.

O aumento da criminalidade também foi apontado pelos moradores como uma das grandes preocupações naquela área. “Quando viemos morar aqui, o nosso bairro era muito calmo, até os carros que passavam na estrada nós os contávamos, mas agora o movimento aumentou e os marginais aproveitam-se disso para roubar e intimidar. É raro passar um dia aqui que não haja um assalto”, informou Constantino Nogueira.

Segundo os moradores, os marginais nos dias de semana actuam mais nas praias e em locais com pouco movimento. “Aqui aparecem muitos jovens que decidem passear e namorar, normalmente dirigem-se a praia e é ali onde quase todos os dias são surpreendidos, porque alguns dos marginais, simulam que também querem se divertir e vão ao encontro deles, ficam observando, aguardando qualquer oportunidade para roubarem. Ainda ontem um casal de namorados foi vítima. Eles estavam a tomar banho, mas deixaram a porta do carro aberta, quando regressaram já não encontraram as suas coisas, inclusive o carro. Nós é que tivemos que o socorrer”, narrou.

Pedro da Silva, também um morador, disse que aos finais de semana, as praias enchem muito, mas mesmo assim, os marginais actuam. “Eles esperam que as pessoas se distraíam para começarem a acção, mas já houve vezes em que houve resistência, mas o casal foi obrigado a entregar tudo de valor que tinham, se não fazem uso de uma arma de fogo. Já tivemos o caso de um jovem que saiu coxo daqui”, denunciou.

Os roubos, nessa zona, estendem-se para os bairros, de acordo com os moradores, muitas famílias já foram vítimas. “Temos muitos jovens aqui que não fazem nada, não têm trabalho e nem estudam, e, começam a se envolver em assaltos. Ainda nesse mês já me roubaram a botija duas vezes, mas eu sei que são mesmo os rapazes do bairro que estão a fazer isso. Aqui a pessoa não pode se distrair que te roubam as coisas”, informou Paula Damião.

10 AMBIENTE

10.1 Efeitos das mudanças climáticas nas preocupações do Executivo

Jornal de Angola
04 de Outubro de 2011

O Executivo angolano mantém o compromisso de concretizar políticas para reduzir as consequências das mudanças climáticas e preservar o bem-estar das comunidades, disse ontem o ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Fonseca.

Falando no acto que marcou o Dia Mundial do Habitat, assinalado ontem, disse que o Executivo assumiu o desafio de combater a desertificação, o arraste dos solos e os efeitos das ravinas.

O ministro considero!! que as mudanças climáticas têm consequências nefastas que se manifestam particularmente sobre a população, pelo que se impõe a adopção de políticas para reduzir estes efeitos.

Fernando Fonseca defendeu o relançamento, a nível do país, do Programa de Repovoamento dos Polígonos Florestais, a conservação dos recursos hídricos e marinhos e um consciente tratamento dos resíduos sólidos. O ministro do Urbanismo e construção acrescentou que o planeamento, o cadastro, a gestão adequada e a educação das pessoas devem tornar-se regra a nível das comunidades para que esta acção se transforme num acto nacional de defesa e preservação do ambiente.

A escolha 4a cidade de Ondjiva para albergar o acto nacional do Dia Mundial do Habitat resulta do facto de ter sido atingida, nos últimos anos, por cheias resultantes de chuvas intensas e que provocaram vários estragos, tendo forçado a deslocação provisória de pessoas para áreas mais seguras.

O Dia Mundial do Habitat é também comemorado com o objectivo de alertar o mundo para a responsabilidade colectiva pelo futuro do habitat humano. As Nações Unidas pretendem manter o desafio futuro sobre urbanismo e elevar a consciência da necessidade de uma melhor planificação urbana e incentivar as melhores práticas para os desafios do século XXI. A cerimónio decorreu sob o lema “Cidades e Mudanças Climáticas” e foi marcado pela realização de um seminário e o lançamento do livro “Perfil hidrográfico do rio Cuvelai”, produzido pela ONG Development Workshop.

Principais desafios

Em 2008, quando as comemorações se realizaram em Luanda, o Presidente da República lançou o desafio de erguer um milhão de fogos habitacionais até 20 12, para reduzir a carência de famílias em todo o país, respondendo à subsecretária geral das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Anna Tibaijuka, que recomendou, na ocasião, ao Executivo que afectasse cerca de 30 por cento do seu orçamento anual para a construção de casas.

Em consequência do desafio assumido, o Executivo realizou a conferência nacional sobre habitação, que juntou representantes da sociedade civil, agentes imobiliários, empresas e cooperativas habitacionais para mobilizar vontades relativamente à melhor forma de participar activamente na resolução dos problemas da habitação. Dados das Nações Unidas indicam que 59 por cento da população mundial vai habitar áreas urbanas até 2030, sendo que, a cada ano, mais 67 milhões de pessoas passam a viver em cidades. Nos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, as cidades sentem os efeitos das mudanças climáticas, a redução de recursos, a insegurança alimentar, o crescimento populacional e a instabilidade económica.

Com mais de metade dos habitantes do mundo a viver em áreas urbanas e com as expectativas de crescimento em dois terços dentro de uma geração, a “Agenda urbana” é assumida como uma prioridade para governos e autoridades locais em todo o mundo. Em Outubro de 2008, a directora do UN-Habitat, Anna Tibaijuka, visitou Angola para inteirar-se dos progressos na construção de habitações sociais, escolas, estradas e outras infra-estruturas em curso no país.

10.2 Risco de inundações perturba famílias

Jornal de Angola
31 de Outubro de 2011

Na província do Zaire, mais de mil famílias residentes no Bairro da Paróquia, nos arredores da cidade do Soyo, correm o risco de verem as suas residências inundadas, em consequência de construções anárquicas feitas nas saídas naturais das águas do canal do rio Zaire, no Mangandu-Ngandu e no Kwanda.

O alerta foi feito ontem pelo soba daquele bairro, Simão Nzugi, que disse existir já na área a presença de águas originadas pelas marés-altas, que atingem centenas de residências num perímetro de aproximadamente 200/300 metros.